



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE ARTES
DEPARTAMENTO DE ARTES CÊNICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARTES CÊNICAS

LÍVIA MARTINS FERNANDEZ

**DOS CANTOS DE COMO SE FEZ UM TEATRO INVENTADO:
práticas artísticas com jovens em UNIDADES de acolhimento institucional**

Brasília-DF
2016

LÍVIA MARTINS FERNANDEZ

**DOS CANTOS DE COMO SE FEZ UM TEATRO INVENTADO:
práticas artísticas com jovens em UNIDADES de acolhimento institucional**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas
como requisito parcial para obtenção do grau
de Mestra em Artes Cênicas.

Orientadora: Dr.^a Roberta Kumasaka
Matsumoto – PPGCEN/UnB

Coorientadora: Dr.^a Analía Laura Soría
Batista – PPGSOL/UnB

FERNANDEZ, Livia Martins.

DOS CANTOS DE COMO SE FEZ UM TEATRO INVENTADO: práticas artísticas com jovens em UNIDADES de acolhimento institucional. Livia Martins Fernandez. Orientadoras: Dr.^a Roberta Kumasaka Matsumoto; Dr.^a Analía Laura Soria Batista. Brasília: UnB, 2016. 240 f. Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília, Instituto das Artes, Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas, 2016.

1. Teatro; 2. Jovens; 3. Unidades de Acolhimento; 4. Invenção; 5. Autonomia. I. Livia Martins Fernandez. II. Dissertação de Mestrado Universidade de Brasília. III. Título.



Universidade de Brasília



INSTITUTO DE ARTES
DEPARTAMENTO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARTES CÊNICAS

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ARTES CÊNICAS APRESENTADA
AOS PROFESSORES:**

Professor (a) Dr. (a). Roberta K. Matsumoto (PPG-CEN/UnB)
ORIENTADOR (A)

Professor (a) Dr. (a). Analía Laura Sorja Batista (PPG-SOL/UnB)
COORIENTADOR (A)

Professor (a) Dr. (a). Luciana Hartmann (PPG-CEN/UnB)
MEMBRO INTERNO

Professor (a) Dr. (a). Irene Rizzini-Departamento de Serviço Social da PUC-RJ
MEMBRO EXTERNO

Vista e permitida a impressão
Brasília, sexta-feira, setembro 02, 2016.

Coordenação de Pós-Graduação do Departamento de Artes Cênicas do
Instituto de Artes / UnB.

Aos Meninos e Meninas da Guerra, de ontem e hoje.

AGRADECIMENTOS

Ao Mestre *Paramahansa Yogananda*, pelo seu amor e dedicação aos jovens e por me inspirar na devoção ao infinito, impalpável, em palavras, pensamento e ação, que me faz querer abraçar a eternidade;

A minha família, mãe Liliam, pai Ari, irmãos Patrícia, Edu, Larissa, Carol e Gabi, por me ensinarem a amar e compreender. Aos meus sobrinhos Gabriel e Bebel, por encherem de alegria o meu coração;

As minhas orientadoras queridas, Dr.^a Roberta Matsumoto e Dr.^a Analía Soria, pela compreensão, afeto e tolerância aos meus descompassos durante este complexo e intenso percurso;

A minha família de almas afins, em especial, Alex, Paty, Cindy, Eli, Cida e Allyson, pela nossa empreitada juntos no *Intermedia Caliandra*;

À professora Silvia Escorel e ao professor Goenka (*in memoriam*), pelas orientações e pela Meditação Vipassana;

Ao professor Hilton e ao Yoga, pela chave...

À Elcy Sideral, ao Oberom e ao Sartori, pela dedicação à alimentação da alma humana;

Aos meus companheiros de jornada: Clarice Cardell, Carlos Laredo e Zé Regino, por seu amor e dedicação amorosa à arte e ao teatro e pelos grandiosos artistas que são;

A toda a equipe de *Meninos da Guerra*, que fez deste sonho uma possibilidade, especialmente Cláudia Leal, Angélica Torres, Jefferson Alves, Herculano, Luíza Costa, Rafael Soares e Selma Trindade;

A minha turma de mestrado: Paulinha, João, Arlene, Fernanda, Diego, Mônica, Sandra, Kátia, Michellini, Ana Maria e Dinha, por me ensinarem leveza, companheirismo e dedicação à pesquisa;

Aos professores do Departamento de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade de Brasília, por acolherem a minha pesquisa e colaborarem para a amplitude de minha consciência política, social e artística;

À Polícia Civil do Distrito Federal, por ter apoiado o meu trabalho e ter demonstrado sua credibilidade nesta pesquisa e na segurança comunitária. Em especial, aos servidores do Departamento de Gestão de Pessoas, pelo carinho e tranquilidade ao me auxiliar durante a licença para a atividade de pesquisa;

Às instituições e pessoas que estiveram envolvidas com esta pesquisa, com ênfase na Defensoria Pública do Distrito Federal, na pessoa do Dr. Sérgio, Vara da Infância e Juventude do Distrito Federal, especialmente ao Exmo. Sr. Dr. Juiz Renato Rodovalho Scussel e assessor Sr. Eustáquio; Dr. Sandro Avelar, à época Secretário de Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal; à Dr.^a Luísa de Marilac, pela luta sensível pelas garantias de direitos de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social; à Dr.^a Ana Cristina de Mello Santiago, por acreditar no trabalho de *Segurança Comunitária*; à Dr.^a Márcia Alencar, Secretária de Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal, e equipe pelo apoio; aos companheiros da Subsecretaria de Segurança Cidadã (Susec); e Dr.^a Joana D’Arc, pelo apoio em meu retorno;

Ao Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, especialmente à *Tia Eli*, pela entrevista – conversação concedida de forma carismática e espontânea;

Aos servidores da Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Social: Wagna, Cristina, Christopher, Allan, Elô, Rafael Soares, Alexandre Reis, Solange, Juliana Castro, Melissa e Daniel Quintaneiro, pela dedicação, acolhimento, ética e respeito pelo nosso trabalho, conseguimos!

Aos meus colegas da segurança comunitária, especialmente Genivaldo, Rafael, Fauston, Mário Wilson, Denes, Flávio, Deise, Major Martins e toda a turma de multiplicadores de segurança comunitária, com os votos de que possamos, juntos, promover cada vez mais a parceria entre comunidade e polícia;

Aos amigos da Fundação Internacional de Capoeira Angola (Fica/DF), especialmente à pessoa de meu Mestre de Capoeira Angola, Leninho Sá, por ser homem simples, do povo, do café, fortaleza e fé na “vida vivida”; por seus ensinamentos na arte de *capoeirar*;

Aos amigos: Lívia Maria, Júlia Fagundes, Silvia Paes, Sérgio Eustáquio, Deise Maria, Guacyra, Adhemar Gonçalves, Luciano Astiko, Mônica Mello, Ivana, pelas palavras de incentivo e ânimo;

À *capoeira*, companheira felina de escrita e observação;

Aos meus irmãos do *Processo 2015*: Marcelinho, Ju, Tarso, Josi, Carmelita, Vaneida, Marilda, Biel, Giovana, Rafa e a meus pais Joana e Fauston, pelo lindo trabalho que realizam.

Ao Grupo de Teatro Comunitário do Itapoã: Rosa, Elizeu, Igor, Evellyn, Katiane, Leandro, Fabiana, Rafinha, Fernanda, Calebe e Patty, pela força e potencial de uma juventude que sonha e realiza. E também Débora, Adhemar e Marley, por terem auxiliado “me atrapalhando” quando eu mais precisei.

Ao Universo e todos aqueles seres que se dedicam com amor, estudo, afeto e acolhimento às crianças e jovens do mundo;

À Arte e ao Teatro, minha vida.

*“Não sou nem ateniense nem grego, mas sim um
cidadão do mundo.”*

Diógenes

RESUMO

Este trabalho contempla o registro de minhas experiências artísticas enquanto pesquisadora, especialmente em Teatro, com jovens em situação de orientação, apoio, acompanhamento temporário (artigo 101, inciso II do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA) e acolhimento institucional (artigo 101, inciso VII do ECA) durante os anos de 2013 a 2015, sendo o maior tempo em unidade de acompanhamento temporário, considerada como “casa de passagem”, e o menor tempo com jovens de unidades de acolhimento institucional – conveniadas e governamentais, vinculadas à Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Social do Distrito Federal (SEDESTMIDH/DF). O objetivo consiste em analisar de que modo minha intervenção como pesquisadora, professora de teatro, atriz e policial construiu trajetórias, caminhos, espaços e até mesmo conflitos institucionais, para se refletir sobre a autonomia dos jovens, suas capacidades e também condições de acolhimento, tendo como referência as vivências artísticas proporcionadas. Assim, é analisada a possibilidade da prática teatral como meio de perturbação inventiva e forma de provocar os jovens para a construção de maior autonomia em suas vidas. As práticas artísticas com os jovens consistiram basicamente nas oficinas de teatro (2013 a 2015); participação dos jovens no filme *Kaligrafia Maldita* (2014); realização da performance *A Roda do Mundo e das Coisas* (2014); e, por fim, o espetáculo *Meninos da Guerra* (2015). Para descrevê-las e expô-las, invoco ao trabalho minhas próprias anotações e relatos registrados em *Diário de Campo*, além do uso de entrevistas em grupos focais e revisão bibliográfica. O convívio com os jovens e a construção de novas possibilidades de ser e fazer provocam reflexões sobre temas que se revezam em território interdisciplinar, abrangendo arte, segurança pública, educação social, segurança comunitária, pedagogia da cooperação e outras tangentes. Além disso, questiono a minha presença junto aos meninos e meninas em situação de vulnerabilidade social, considerando o mundo e o ser humano em constante processo de invenção. Diante deste enfoque, as extremidades institucionais, ora assistencialistas, ora punitivas e vigilantes, parecem se evidenciar.

Palavras-chave: Teatro. Jovens. Unidades de Acolhimento. Invenção. Autonomia.

RÉSUMÉ

Ce travail porte sur le registre de mes expériences comme chercheuse en théâtre avec des jeunes sous mesures de protection, selon la loi brésilienne d'assistance à l'enfance et à la jeunesse (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – article 101, alinéas II et VII). Pendant les années de 2013 et 2015, j'ai développé des activités artistiques en deux centres de soutien aux jeunes – l'unité de raccompagnement temporaire et l'unité d'accueil institutionnelle – les deux subordonnés au Secrétariat Adjoint de Développement Social du District Fédéral (SEDESTMIDH/DF). L'objectif du travail est d'analyser de quelle façon mon intervention, en tant que chercheuse, enseignante en théâtre, actrice et agent de police, a établi des trajectoires, des chemins, des espaces et aussi des conflits institutionnels. Il permet réfléchir sur l'autonomie des jeunes, leurs capacités et leurs conditions d'accueil, à partir des expériences artistiques vécues. Ainsi, la possibilité de la pratique théâtrale comme un moyen de stimuler l'inventivité des jeunes pour qu'ils puissent construire un sens d'autonomie plus effectif dans leur vie est analysée. Les pratiques artistiques réalisées avec les jeunes ont été les ateliers de Théâtre (2013), la participation des jeunes au film *Kaligrafia Maldita* (2014), la performance appelée *A Roda do Mundo e das Coisas* (2014) et le spectacle théâtral *Meninos da Guerra* (2015). Pour les décrire et de les exposer, j'invoque les notes et récits de mon *Journal de terrain* en plus des entrevues réalisées avec des groupes spécifiques et de la recherche bibliographique. Le contact avec les jeunes et la création de nouvelles possibilités d'être et de faire provoquent des réflexions sur de thèmes qui font appelé, à tour de rôle, à plusieurs domaines du savoir comme l'art, la sécurité publique, l'éducation sociale, la sécurité communautaire, la pédagogie de la coopération, entre autres. En outre, je m'interroge sur ma propre présence avec les garçons et les filles en situation de vulnérabilité sociale. Si on considère le monde comme le résultat des actions en constante réinvention, on peut mieux comprendre les repères institutionnels, assistantielles et punitifs qui l'encadrent. C'est là aussi qu'on peut mettre en relief la présence particulière de l'être humain comme un être en constant processus de construction.

Mots-clés: Théâtre. Jeunes. Assistance à l'enfance et à la jeunesse. Invention. Autonomie.

LISTA DE SIGLAS

Ampare	Associação de Mães Protetoras, Amigos e Recuperadores de Excepcionais
Aseb	Assistência Social Evangélica de Brasília
Cecria	Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes
Centros POP	Centros de Referência para a População em Situação de Rua
CEP-/IH	Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas
CF	Constituição Federal
Ciespi	Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
Conanda	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
Coses	Centro de Convivência
CP	Código Penal
CPP	Código de Processo Penal
Cras	Centro de Referência da Assistência Social
Creas	Centro de Referência Especializada de Assistência Social
CTPA	<i>Companhia de Teatro Pátria Amada</i>
DCA	Delegacia da Criança e do Adolescente
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FAC	Fundo de Apoio à Cultura
Febem	Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor
Fica/DF	Fundação Internacional de Capoeira Angola do Distrito Federal
Fundação Casa/SP	Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MNMMR	Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua
MNMMR/DF	<i>Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua do Distrito Federal</i>
MPDFT	Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
ONU	Organização das Nações Unidas

PCDF	Polícia Civil do Distrito Federal
PMDF	Polícia Militar do Distrito Federal
Pnas	Política Nacional de Assistência Social
PNPR	Política Nacional para a População em Situação de Rua
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SDH/PR	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Secult	Secretaria de Estado e Cultura
Sedest	Secretaria de Desenvolvimento e Transferência de Renda
SEDESTMIDH/DF	Secretaria de Estado de Trabalho, de Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal
Senac/DF	Serviço Nacional do Comércio do Distrito Federal
Senasps	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SESC	Serviço Social do Comércio
Sinase	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SSP/DF	Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal
Suproc	Subsecretaria de Programas Comunitários
SUS	Sistema Único de Saúde
Susec	Subsecretaria de Segurança Cidadã
Unac	Unidade de Acolhimento para Crianças e Adolescentes
Unaf	Unidades de Acolhimento para Adultos e Famílias
Unai	Unidades de Acolhimento para Idosos
Unam	Unidades de Acolhimento para Mulheres

LISTA DE EXPRESSÕES EM LATIM

Ad	Sem fim.
in finitum	
<i>Apud</i>	Citado por
Caput	Cabeça
Ibid.	Na mesma obra
Idem	Mesmo autor
In verbis	Nestas palavras
Op. cit.	Obra citada
s.m.j	Salvo melhor juízo

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1** – Fluxograma de atividades: pesquisadora e jovens em situação de abrigo
- Figura 2** – Escritos em meu material de estudo
- Figura 3** – Programa de Segurança Comunitária no Canadá – apresentação do grupo musical formado por policiais *Blue Thunder Police Band*
- Figura 4** – Prática de *Segurança Comunitária* nos Estados Unidos – Departamento de Polícia de Nova York
- Figura 5** – Prática de meditação da polícia canadense, na Província de Ontário
- Figura 6** – Apresentação do grupo de teatro comunitário do Itapoã, o elenco e os espectadores
- Figura 7** – Apresentação do grupo de teatro comunitário do Itapoã, o “espectador” policial entra no lugar do personagem
- Figura 8** – Cena de um dos espetáculos do Grupo de Teatro da Polícia Militar da Bahia
- Figura 9** – Cena de Amadeo – Companhia de Teatro Pátria Amada – 2014
- Figura 10** – Trechos do Edital do Fundo Brasil de Direitos Humanos que foi construído a partir do episódio de violência ocorrido em 28 de novembro de 2015, onde cinco jovens negros foram mortos por policiais militares no Rio de Janeiro
- Figura 11** – Cena do Baculejo em Meninos da Guerra – 2015 – Teatro Newton Rossi
- Figura 12** – A Roda de Bom-Dia na *UNIDADE* com jovens e funcionários, 2014
- Figura 13** – Jogo das profissões entre funcionários e jovens na *UNIDADE*, 2014
- Figura 24** – Jogo das profissões entre funcionários e jovens na *UNIDADE*, 2014
- Figura 15** – Servidores e meninos se reúnem para montar um cartão de aniversário para um dos jovens antes de cantarmos os parabéns, 2014
- Figura 16** – Sequência de fotos do jogo “Casa Crepe”, inspirado na técnica de ensaio para atores de Viola Spolin
- Figura 17** – Trecho da carta escrita por *Sereia* após realizarmos uma sessão de meditação embaixo de uma das árvores da *UNIDADE*
- Figura 18** – “Uma” turma de teatro, que frequentemente se desfazia, na sala *De Profundis* batizada pelo Pedagogo Christopher, 2014

Figura 19 – A autora jogando capoeira com Besouro na Ermida

Figura 20 – *Educador Social* que acompanhou o meu trabalho nas oficinas de teatro tocando berimbau em um dos passeios para a Ermida

Figura 21 – *Educador Social* toca berimbau enquanto jogo capoeira com *Besouro*

Figura 22 – O diretor de teatro Zé Regino joga capoeira com um dos jovens enquanto eu toco o berimbau

Figura 23 – Mediação do Espetáculo “Solidão” – SESC Taguatinga – Teatro Paulo Autran

Figura 24 – Voltando do passeio da Ermida Dom Bosco. Novembro de 2014

Figura 25 – Sequência de fotos de Caixas respondendo a pergunta: “De que mundo eu vim, antes de morar aqui no planeta Terra?”. Ano de 2014.

Figura 26 – Jogo de capoeira na “Roda dos Mundos e das Coisas”- Lívia Fernandez e o jovem *Bondoso*. Maio de 2014

Figura 27 – Jovem *Carinhoso* apresenta sua caixa: “De que mundo eu vim antes de chegar na terra?” Maio de 2014

Figura 28 – A turma da Oficina de Teatro com atores do filme “Kaligrafia Maldita” e jovens da *UNIDADE*. Março de 2014

Figura 29 – A “Roda do Mundo e das Coisas” na *UNIDADE*, em maio de 2014. Roda com atores e jovens da *UNIDADE* do Filme “Kaligrafia Maldita” apresentada a funcionários da Unidade e convidados

Figura 30 – Jovem realizando o exercício de pintura “Quem sou eu?” a partir do contorno do próprio corpo. Dezembro de 2013

Figura 31 – Jovem *Artesão* e o Educador Social Pina (esquerda). Exercício do “Quem sou eu?” realizado a partir do contorno do próprio corpo (2013).

Figura 32 – Pannel montado pelos servidores com auxílio dos jovens para minha recepção ao retornar de férias – Ano de 2014

Figura 33 – Eu e Neymar a caminho do *Pet Shop*

Figura 34 – Estudo preliminar presente no Processo Judicial referente ao jovem *Ouriço*

Figura 35 – Amostra do Mapa de símbolos (para a cena com respectivas fotografias de cena. Símbolo da garrafa para a cena da mãe bêbada e a filha. Símbolo do “baculejo” para a cena do “baculejo”

Figura 36 – Capa do Caderno *Diversão & Arte* do jornal *Correio Braziliense*. Reportagem de Diego Ponce de Leon. Julho de 2015

Figura 37 – Capa da Revista Eletrônica #Brasília Tem Estilo

Figura 38 – O Diretor do espetáculo *Meninos da Guerra* um dia após o acidente ocorrido no Teatro do SESC Ceilândia

Figura 39 – Trechos de depoimento de espectadores na página em Rede Social – *Meninos da Guerra*

Figura 40 – Público de *Meninos da Guerra* – Teatro SESC Garagem

Figura 41– Fotografia em ângulo aéreo da *Casa do Zezinho*

Figura 42 – Fotografia em ângulo aéreo da *Casa do Zezinho*

Figura 43 – Fotografia de um dos espaços da *Casa do Zezinho*

Figura 44 – Fotografia de *Tia Dag* e *Zeinhos* em entrevista à Revista *Época*

Figura 45 – Fotografia de apresentação da Orquestra da *Casa do Zezinho* – *Projeto Toca Zezinho* no Colégio Músico Wander Taffo – SP

Figura 46 – O trecho que o *Menino Maluquinho* escreveu na época em que conversamos sobre as propostas do Congresso Nacional em reduzir a maior idade penal. (grifo da autora)

Figura 47– Jogo durante a Oficina – *Minha vida nas ruas (palavras que ficaram)* – Grupo I

Figura 48 – Jogo durante a Oficina – *Minha vida nas ruas (palavras que ficaram)* – Grupo II

Figura 49 – Jogo durante a Oficina – *Minha vida nas ruas (palavras que ficaram)* – Grupo III

LISTA DE QUADROS

Quadro 1– Apelidos dos jovens

Quadro 2 – Debate sobre a representação de um suspeito

Quadro 3 – Diferença na atuação das polícias conforme a região

Quadro 4 – Estrutura Projeto Giração

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Funcionários e serviços

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
Parte Geral.....	38
LIVRO I – DOS CANTOS DO MUNDO	38
Assunto 1º – Quem vem lá?	38
Canto I – Envolver-se e conhecer	40
Canto II – Os cantos de onde vim: um outro policiamento é possível?.....	44
Canto III – Nem eu, nem eles, apenas “nós” em alguns cantos do mundo.....	58
Assunto 2º – E de que canto eles vieram?.....	61
Canto I – Sombras nos cantos	73
LIVRO II – DOS CANTOS NOS ABRIGOS	75
Assunto 3º – Corpos Indóceis	75
Assunto 4º – De teto e paz	86
Canto I – A CASA tem um corpo	90
Canto II – As relações de poder e a instituição.....	95
Canto III – Buscando outros... ..	96
Parte Específica.....	103
LIVRO III – ONDE SE FEZ UM TEATRO INVENTADO	103
Assunto 5º – A proposta de uma oficina: o não saber como percurso.....	103
Assunto 6º – Estamos falando de educação?	120
Canto I – De educação em educação descobre-se um certo iniciar que não tem fim... ..	122
Canto II – O imprevisível como nossa disciplina	129
Canto III – Duas experiências de “resultados”: Kaligrafia Maldita e A Roda do Mundo e das Coisas	131
Assunto 7º – O cuidado como questão de segurança.....	142
LIVRO IV – NOS CANTOS DA GUERRA.....	148
Assunto 8º – Meninos e Meninas da Guerra: um projeto na esquina	148
Assunto 9º – Os ensaios e vivências.....	150
Canto I – As memórias de Ouriço	152

Canto II – <i>Ad infinitum</i> ...	156
Canto III – Nossas conversações	160
Canto IV – Encontros e achados nas esquinas.....	161
Canto V – Meu coração.....	163
Canto VI – Cantos finais, novos cantos	165
Canto VII – Jovens atores	168
Canto VIII – Vivendo a tragédia.....	170
Assunto 10 – A cena: cantos dos suplícios	171
LIVRO V – DOS ACHADOS NA RUA	177
Assunto 11 – Do outro lado da muralha: em direção à rua e outros cantos, becos e esquinas	177
Assunto 12 – Um buraco na muralha: o projeto Giração.....	184
Canto I – O início do Projeto Giração e sua instalação física.....	187
Canto II – Proposta de trabalho e atividades do Projeto Giração	189
Canto III – As regras e assembleias do Projeto Giração.....	192
Canto IV – O horário livre e o uso de drogas	195
Canto V – A relação do projeto Giração e a polícia	197
Assunto 13 – A construção de um “corpo-lar” para si: resiliência, empoderamento ou autonomia?	200
Assunto 14 – Um beco pra chamar de meu: o vislumbre de uma comunidade emocional e o capital social	203
DISPOSIÇÕES FINAIS... TRANSITÓRIAS	206
Assunto 15 – Revisitando Cantos	206
Assunto 16 – O que queremos?	209
Assunto 17 – As muralhas.....	210
Assunto 18 – Quebrando as muralhas	211
Assunto 19 – Grade no muro também é muro.....	212
Assunto 20 – Respeitável público: o muro em cena.....	213
Assunto 21 -- Construindo casas com os tijolos do muro	217
Assunto último... - Grafitar muros é preciso.....	223
REFERÊNCIAS	226

LIVRO VI – APÊNDICE.....	233
LIVRO VII – ANEXO.....	234

INTRODUÇÃO

Eu, cidadã do povo brasileiro, reunida com um coletivo de artistas e alguns meninos e meninas pretas, brancas, pardas de rua e da rua, imbuídos da necessidade de brincar, conhecer, conviver, jogar, atuar, chorar, sorrir, conversar, se afetar, como valores supremos de nossa humanidade; movidos com o propósito de também apresentar uma obra artística, promulgo, sob a proteção dos Deuses e Deusas do Teatro, a seguinte Dissertação de Mestrado Acadêmico, que poder-se-á nomear como "Estatuto Consuetudinário de uma Comunidade Emocional".

Esta história *talvez comece* em um campo de futebol. Eu tinha nove anos de idade, eu acho. Corri para ver o que acontecia naquela confusão de luzes: não vi se havia estrelas no céu, mas enxerguei com bastante clareza a luz vermelha que refletia em nossos rostos. Ela piscava em um ritmo intenso. Estavam todos mobilizados, e aquelas vozes incessantes que diziam não sei o quê cortavam nosso silêncio. Perplexa, eu estava perplexa, ao ver ainda tão jovem o meu pai algemado. Um policial impediu que eu me aproximasse dele e me disse que aquele homem era perigoso. *Aquele homem era o meu pai.* Durante décadas eu velei este segredo em bancos de escola, e mais tarde em faculdades. O meu pai explodia quando bebia e eu gritava nos corredores de casa pela polícia. Por querer segurança eu teria me tornado policial mais tarde? Ou, como diriam algumas correntes da Psicologia, para voltar *ao meu lar de infância* terei eu me transformado em policial com o intuito de proteger outras crianças, enfrentando suas casas inóspitas sem teto, sem parede e sem nada?

Refletindo sobre os motivos que me levaram a realizar este trabalho, penso que talvez eu queira ser ouvida neste momento, em que se discutem as condições de um Estado “Democrático de Direito”, incapaz de esconder suas redes de corrupção recorrentes e emaranhadas em atitudes fascistas, xenófobas, plutocráticas e discriminatórias.

Talvez eu queira falar de um novo tempo, em que o(a) policial não é “puliça”, mas humano(a), principalmente se está diante de uma vida dilacerada quando ainda jovem, e talvez só seja possível compreender isto como criança também, e tirar da própria história, dos próprios medos, toda a sensibilidade necessária para formar o(a) novo(a) policial: um ser inteligente e sensível, que sabe agir sem ser de forma desmedida, capaz de olhar para o outro com compaixão, apesar da algema, apesar do colete, apesar da pistola, e sem a armadura do

Robocop de 2014, filme de autoria do Diretor José Padilha.¹ Será? Será que isto é realmente possível? Já ouço rumores: “Terá enlouquecido?”; “Impossível para um(a) policial desfazer-se de sua dureza!” Concordo plenamente, impossível agir diante de uma situação que o(a) obriga a reagir, reagir e reagir como alguém que é perseguido(a) por um bandido de 50, 40, 30, 20, 19, 18, 17, 16, 15, 14, 13, 12, 11, 10, 9, 8, 7, 6, 5, 4, 3, 2, 1, 0...1, 2... Quantos anos de idade?²

Neste trabalho, optei por uma escrita performativa. Uma escrita viva e mais atenta à minha condição de pesquisadora em intervenção, disposta a trocas e afetos. Mesmo abordando temas como a violência e a criminalidade juvenil, que podem ser interpretados como predominantemente políticos e sociológicos, sob a perspectiva da Ciência Cognitiva, escolhi o Instituto de Artes para abrigar esta pesquisa, pois a experiência propiciada em meus encontros com os jovens alcança territórios de multidisciplinaridades, interdisciplinaridades, transdisciplinares e indisciplinaridades, tão afeitos ao fazer artístico.

A escolha dessa forma de escrita implica uma continuidade do próprio fazer e pesquisar em artes, assumindo suas frestas, intermitências e inventividades, o que corresponde a um desafio diante das normas acadêmicas. Proponho ao leitor a experimentação dos caminhos que levam aos *becos*, *frestas* e *cantos* nas ruas e nos abrigos onde encontrei os jovens desta pesquisa. Encontram-se tão à margem que suscitam várias questões: uso de drogas, sexualidade, redução da menoridade penal ou menor idade penal, inventividade, abandono, acolhimento, cuidado, vínculo, entre outras. Faz com que este trabalho torne-se um constante descaminho temático. Para ser fiel a este movimento, optei pelo uso contínuo de

¹ Refiro-me à nova versão do filme *Robocop*, do ano de 2014, dirigido pelo Diretor brasileiro, Brunetto Padilha. *Robocop* é um filme de ficção científica e ação estadunidense, correspondendo a uma espécie de *remake* do primeiro filme de 1987, que conta a história do policial parte homem – cérebro e coração – e parte máquina. A busca da perfeição de um agente público que pode, a partir de alta tecnologia, ser eficiente na perseguição de criminosos é tangenciada pelo conteúdo humano. As emoções estão presentes na narrativa cinematográfica. Ao assistirmos *Robocop* desmontado em um laboratório, enxergamos nele um coração e um cérebro por trás do aço. Isto me remete à conjunção de razão *versus* emoção.

² O Deputado Federal Alberto Fraga (DEM-DF) é líder da Frente Parlamentar da Segurança Pública no Congresso Nacional, que passou a ser conhecida como a Bancada da Bala. Na Sessão Plenária da Câmara dos Deputados de 5 fev. 2015, o Deputado declarou ser a favor da extinção da menoridade penal. Em entrevista à revista eletrônica *Terra*, Fraga arguiu: “A redução só, não resolve. Hoje se criou uma marca de impunidade. Temos que acabar com essa frase: ‘Eu sou de menor’. Matou, assumiu a autoria porque não vai dar nada. Quero ver um moleque sabendo que vai ficar 20 anos preso, se ele vai assumir a autoria de alguns crimes como se tem feito por aí”. Disponível em: <<http://goo.gl/x5FTZW>>. Acesso em: 3 set. 2015. O artigo 1º da Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada em Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989, considera *criança* todo ser humano com menos de 18 (dezoito) anos de idade, a não ser que, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioridade seja alcançada antes. Disponível em: <<http://goo.gl/lgiE5s>>. Acesso em: 8 nov. 2015. No Brasil, o artigo 228 da Constituição Federal de 1988 declara que os menores de 18 anos de idade são inimputáveis.

notas de rodapé às quais têm por objetivo facilitar o entendimento dos temas sem impactar a fluidez na leitura.

Por isso, os pontos de influência da escrita deste trabalho são difusos e constantemente inventados, na medida em que utilizo uma sensação, um autor, um fato, um indício, um acontecimento, conforme suas respectivas relevâncias e oportunidades diante do que pretendo arguir. Esta rede de pensamentos materializados no papel emana sentimentos e conhecimentos da minha relação construída com os jovens. Neste sentido, a experiência e tempo de convívio são mais importantes do que a explicação ontológica da pesquisa.³

Esta postura me aproxima da pesquisa enquanto *bricolagem*, tendo em vista a minha inventividade de caminhos mais complexos e condizentes com cada momento experimentado. O termo *bricolagem* é oriundo da palavra francesa *bricoleur* – “um faz-tudo que lança mão das ferramentas disponíveis para realizar uma tarefa”.⁴

De característica multidisciplinar, a *bricolagem* permite que, como pesquisadora, eu mergulhe em minha própria história de vida e a relacione ou não com os diferentes episódios experimentados no campo de pesquisa de abordagem qualitativa. Faço jus ao que menciona o neurobiólogo e cientista Humberto Maturana, tão caro a este trabalho: “toda explicação é uma reformulação da experiência com elementos da experiência”.⁵

Nesse contexto, o *bricoleur* se torna um navegador de águas agitadas, traçando um curso que descreve a jornada entre o científico e o moral, a relação entre o quantitativo e o qualitativo, e a natureza das ideias sociais, culturais, psicológicas e educacionais. Todas essas viagens ajudam o *bricoleur* a superar as limitações do reducionismo monológico, ao mesmo tempo em que leva em conta as novas perspectivas abertas pelo domínio do multilógico.⁶

A fim de facilitar o percurso sob este *domínio multilógico*, como citado anteriormente, optei pela escrita em primeira pessoa, e para isto levo em consideração a influência do

³ O conceito de *experiência* não é tema central a ser tratado neste trabalho. No entanto, é inegável sua implicação para esta pesquisa. Quanto ao significado do termo, adoto o mesmo entendimento de minha orientadora nesta pesquisa, Dr^a Roberta Matsumoto, a qual relaciona experiência e tempo, sendo aquela um “acontecimento que nos modifica, nos transforma, que se dá como instante, mas que precisa se distender no tempo, durar para poder se tornar cognoscível pelo próprio sujeito” (MATSUMOTO, 2014). O convívio com os jovens *em situação de acolhimento institucional* passou por etapas de estranhamento, encantamento, construção, compreensão e entendimento, efetivando-se como experiência. Este trabalho vislumbra sua materialização por meio da escrita criativa.

⁴ KINCHELOE, Joe L.; BERRY, Kathleen S. **Pesquisa em educação: conceituando a bricolagem**. Tradução Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2007.

⁵ MATURANA, Humberto. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Organização Cristina Magro, Victor Paredes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

⁶ KINCHELOE; BERRY, op. cit., p. 18.

feminino e do feminismo do trabalho de Lúcia V. Sander,⁷ que me fez repensar o modo de articular os pensamentos com a minha sensibilidade.

Por meio das Rubricas, quero lhe indicar a direção do meu foco para que se posicione e evite que sua visão seja obstruída por velhos hábitos ou novos vícios cabeçudos que teimam em se instalar à nossa frente e bloquear nosso olhar – sei que me vê muito bem de onde está, é o meu desejo de que me olhe nos olhos que me leva a tentar atrair seu olhar.⁸

A influência do *conhecimento comum* e da *sociologia compreensiva* de Michel Maffesoli⁹ me impulsionaram para um território em que a “*disputatio* retórica”¹⁰ do conhecimento científico não faz mais tanto sentido, quanto o que é oferecido na vida. Quando encontrei Maffesoli¹¹ já entendia os jovens e as jovens como ávidos(as) de um *nomadismo* no mundo contemporâneo que fosse diferente do invisível *papel de meninos e meninas nas ruas*. Mesmo assim, não suponho que o fato de ter adotado parte da obra do sociólogo *in casu*, como ponto de apoio, condene-me a perseguir seus conceitos para colocá-los à mercê de uma explicação aos fenômenos que ocorreram em minha pesquisa. Pelo contrário, entendo que a obra de Maffesoli tangencia com o meu fazer na escrita, plantando e colhendo pequenos ramos de *plantas rizomáticas*, que se encontram nas superfícies, e, portanto, sujeitos ao vento, ao sol, à relação horizontal com outras plantas, à destruição e ao renascimento.

O que me interessa em Maffesoli é primordialmente sua rebeldia e seu “desconfiar de tudo que é ordenado”, como bem emprega Roberto M. C. Motta ao prefaciar a obra.¹² Esta rebeldia me remete aos meninos e meninas à margem da sociedade, do mundo, deles mesmos, do fora... E quem são eles? Onde se localiza a minha pesquisa?

No ano de 2013 fui convidada pela coordenação de uma instituição do Distrito Federal voltada à juventude *em situação de vínculo crônico com a rua*, para dar aulas de teatro aos jovens que frequentavam o local. Na ocasião havia, em média, oito adolescentes, cuja idade variava entre 13 e 17 anos.

Para falar sobre os episódios vividos não só nesta instituição, mas em outras voltadas ao *acolhimento institucional* utilizarei apelidos com base nas características pessoais e físicas

⁷ SANDER, Lucia V. **Susan e eu**: ensaios críticos e autocríticos sobre o teatro de Susan Glaspell. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

⁸ Id., 2007, p. 28.

⁹ MAFFESOLI, Michel. **O conhecimento comum**: introdução à sociologia compreensiva. Tradução Aluizio Ramos Trinta. Porto Alegre: Sulina, 2010.

¹⁰ Ibid.

¹¹ MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

¹² Ibid.

dos meninos e meninas com os quais me relacionei – Ver figura 1. O resguardo ao sigilo da identidade dos jovens provém da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, ECA, precisamente do inciso V do artigo 100, que trata do *Princípio da Privacidade*. Em razão de nosso espetáculo teatral *Meninos da Guerra* (2015)¹³ ter sido autorizado mediante alvará judicial, principalmente, no que concerne à ampla divulgação da identidade dos jovens em materiais gráficos e mídia acerca do espetáculo, apenas as fotografias dos jovens que se refiram às experiências artísticas relacionadas a esse espetáculo serão utilizadas *sem o sigilo*. As demais fotografias e vídeos foram editados de forma a não serem reveladas as identidades.

Ainda sobre este assunto, conforme documento enviado pela direção da Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Social (SEDESTMIDH) e recomendação do Conselho de Ética em Pesquisa de Humanos (CEP/IH) – *Livro Anexo – Documento I*, substituí o nome oficial da instituição pesquisada pela nomenclatura *UNIDADE*.

Apesar de prevista na estrutura da SEDESTMIDH/DF,¹⁴ como serviço de *acolhimento institucional*, a *UNIDADE* constitui-se em um local de transição, uma *casa de passagem*, para o jovem que ainda possui um vínculo crônico com a rua.¹⁵ Para me referir às Unidades que

¹³ O espetáculo *Meninos da Guerra* (2015) será analisado no decorrer deste trabalho em sua terceira parte. Foi construído por um coletivo de artistas, do qual faço parte, sendo os demais: Carlos Laredo e Clarisse Cardell – *La Casa Incierta*; Zé Regino – *Celeiro das Antas*. O espetáculo resultou de um projeto intitulado *O renascimento do herói abandonado*, apoiado pelo Fundo de Apoio à Cultura do Distrito Federal (FAC/DF) e Secretaria de Estado e Cultura do Distrito Federal (Secult). Iniciou-se em março de 2015, a partir de nossas visitas em *unidades de acolhimento institucional* do Distrito Federal destinadas a adolescentes e crianças em situação de risco, além da própria *UNIDADE*, destinada a adolescentes e crianças em situação de rua. A montagem abrigou a realização de uma oficina de teatro e vivências com vários jovens, restando dezessete meninos e meninas, que se tornaram *Meninos da Guerra*. As apresentações ocorreram no ano de 2015 no Distrito Federal.

¹⁴ À época em que esta pesquisa se iniciou o nome da referida instituição era Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda (Sedest). Posteriormente, adotou-se a nomeação de Secretaria do Desenvolvimento Humano e Social (SEDHS). Recentemente utilizou-se esta mesma sigla para designar Secretaria Adjunta do Desenvolvimento Social (SEDHS). Atualmente a denominação é Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEDESTMIDH), criada pelo Decreto nº 36.832/2015, e que se configura como um dos órgãos de gestão da administração pública do Governo Distrito Federal, conforme o *site* oficial da secretaria. De acordo com o citado *site*, compete a ela: Execução das políticas de Assistência Social, Transferência de Renda e de Segurança Alimentar e Nutricional; Gestão do Sistema Único de Assistência Social e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito do Distrito Federal. Além disso, o *site* traz as informações de que a Secretaria é responsável por 27 Centro de Referência da Assistência Social (Cras), dezessete Centro de Convivência (Coses), nove Centro de Referência Especializada de Assistência Social (Creas), treze restaurantes comunitários, dois Centros de Referência para a População em Situação de Rua (Centros POP), Centros de Referência de Diversidade, uma Central de Vagas de Acolhimento e Atendimento Emergencial, três Unidades de Acolhimento para Adultos e Famílias (Unaf), Crianças e Adolescentes (Unac), Mulheres (Unam) e Idosos (Unai), pelos Programas Bolsa Família e DF Sem Miséria, 47 convênios com 38 instituições e uma série de serviços no Distrito Federal. Disponível em: <<http://goo.gl/T57m2b>>. Acesso em: 1º abr. 2016.

¹⁵ De acordo com a cartilha intitulada *Pacto para construção do fluxo para o acolhimento institucional de crianças e adolescentes* publicada pelas Promotorias de Justiça Cíveis e de Defesa dos Direitos Individuais, Difusos e Coletivos da Infância e da Juventude do Distrito Federal, no ano de 2015, a *UNIDADE* servirá ao acolhimento de adolescentes “com vivência consolidada nas ruas e histórico de inadaptação ao acolhimento institucional” (p. 16). Para informações sobre as instituições que prestam serviços de acolhimento a crianças e

legalmente prestam o *serviço de acolhimento institucional* previsto no artigo 101, inciso VII do ECA, utilizarei a expressão *unidade de acolhimento*.

A adoção às normas de Ética nesta pesquisa será rigorosamente cumprida, muito embora eu tenha posicionamento profissional contrário em relação ao sigilo quanto à identidade da instituição pública, uma vez que não há, *s.m.j.*, respaldo jurídico expresso para esta recomendação. Considerando que como pesquisadora me propus a vivenciar o dia a dia da *UNIDADE* com os jovens, é de se esperar observações críticas quanto ao funcionamento das políticas públicas aplicadas aos jovens *em situação de risco* dentro de instituições públicas e conveniadas. Neste sentido, a pesquisa *in casu* move-se em território mais amplo, que abrange o *interesse público*, por relacionar-se, também, à paz social. Com isso, considero que o interesse público não deveria ser obstado pela supressão do nome da instituição pública, sendo direito de todos o conhecimento sobre os serviços prestados pelo Estado.

A *UNIDADE* recebe jovens em situação de rua que se encontram, principalmente, nas áreas da Rodoviária do Plano Piloto e as correspondentes Asas Sul e Norte de Brasília-DF. Os jovens são oriundos do entorno do Distrito Federal e outros estados do país. Frequentemente, os jovens da *UNIDADE* vão para a rua “fazer seus corres” – ganhar dinheiro de forma lícita ou ilícita. Eles podem voltar livremente para a instituição, que é chamada por alguns de “casa”.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, o *acolhimento institucional* faz parte do *serviço de proteção socioeducativo* (artigo 90, inciso IV, do ECA). Estas instituições referem-se aos antigos *abrigos*, nomenclatura utilizada oficialmente que se alterou com o advento da Lei nº 12.010/2009. Apesar disto, é possível encontrar no decorrer deste trabalho a expressão *abrigo* à medida que ela for necessária para referenciar as experiências, o que reforça a característica pragmática da pesquisa. A palavra *abrigo* ainda faz parte da linguagem no dia a dia de funcionários e jovens nas instituições.

Em razão do vínculo ainda constante com a rua, usarei no trabalho a expressão *jovem em situação de rua* para referir-me aos jovens da *UNIDADE*. Em outros momentos, usarei as expressões: *jovens em situação de risco*, *jovens em situação de vulnerabilidade social*, *jovens da rua*, *jovens de rua*, *meninos de rua e/ou meninas da rua*. A literatura sobre o tema demonstra que a expressão *em situação de rua* foi sugerida por autores e especialistas, como

Silvia H. Koller e Claudio S. Hutz,¹⁶ para abranger a complexidade cotidiana que envolve, por exemplo, um jovem *de rua* – que perdeu o vínculo familiar – e também o jovem *na rua* – que tem o vínculo com a família, mas usa a rua como espaço de lazer e trabalho.

A Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR) instituída pelo Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, traz a definição da expressão *população em situação de rua*, reconhecendo seu estado de pobreza extrema, bem como a fragilidade, interrupção ou ainda, inexistência do vínculo familiar.¹⁷

O trabalho de Dissertação Acadêmica da pesquisadora Tatiana Dassi,¹⁸ faz uma reflexão interessante no que concerne ao condicionamento dos jovens como “sujeitos-vítimas”, diante do uso de expressões como *em situação de risco*¹⁸ ou *em vulnerabilidade social* para qualificá-los. Tal atribuição ficou amplamente divulgada com o texto do ECA, permitindo constituir estes sujeitos como *objeto* de políticas públicas, *projetos sociais* por ONGs, *mídia*, entre outros, o que os torna visíveis como “problema social”, como reforça a autora.¹⁹

O uso destes termos técnicos é recorrente na seara de discussões sobre políticas públicas para a juventude, parecendo-me inevitável o seu uso. Tendo em vista que este trabalho foi construído sob o viés de uma *epistemologia complexa*, atenta à perspectiva do neurobiólogo chileno Humberto Maturana²⁰ e à *Biologia do Conhecer*, em que o sujeito, enquanto sistema fechado se autoproduz – *autopoiesis*, constituindo uma realidade para si, preferi acentuar *em itálico* as expressões que caracterizam os jovens relacionados nesta pesquisa, a exemplo de jovens *em situação de risco*. A tentativa é de deixar evidente que os termos estão presos, muitas vezes, a uma concepção representativa e condicionante, como acentuou a pesquisadora Tatiane Dassi citada anteriormente.

O sistema *autopoiético* explicado por Maturana²¹ também é aberto, e por estas aberturas ocorrem trocas com o que for externo a ele. É certo que circunstâncias macrossociais existem,

¹⁶ KOLLER, Sílvia Helena; HUTZ, Claudio Simon. Meninos e meninas em situação de rua: Dinâmica, diversidade e definição. In: KOLLER, Sílvia Helena (Org.). **Aplicações da Psicologia na melhoria da qualidade de vida**. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia, 1996. (Coletâneas da Anpepp n. 12, p. 11-34). Disponível em: < <http://goo.gl/boMy9T>>. Acesso em: 1º nov. 2014.

¹⁷ Disponível em: < <http://goo.gl/sWajkK>>. Acesso em: 1º nov. 2014.

¹⁸ DASSI, Tatiana. **É, vida loka irmão: moralidades entre jovens cumprindo medidas socioeducativas**. 2010. 174 fl. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

¹⁸ Conforme nota de rodapé nº 2, a maioria penal no Brasil ocorre a partir dos 18 anos de idade – artigo 228 da Constituição Federal, o qual traz *ipsis litteris*: “São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial.” A legislação especial é o Estatuto da Criança e do Adolescente que traz as *medidas socioeducativas* como forma de resposta ao *ato infracional* cometido pelos jovens.

¹⁹ DASSI, op. cit., p. 28.

²⁰ MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas do conhecimento humano**. Campinas: Ed. Psy, 1995.

²¹ *Ibid.*

e que a população com o menor acesso aos bens materiais parece também ter menor disponibilidade à ampla variedade de serviços sociais e culturais. Porém, afeita à proposta de *autonomia*, procuro estudar a possibilidade de os jovens criarem uma nova existência para si, mediante a participação e cocriação de produções artísticas, o que repercutirá também nos termos empregados, sendo possível localizar no trabalho as expressões *jovens*, *meninos*, *meninas* e em alguns casos *jovens atores*.

Se antes em meus diários eu usava a expressão *daqueles jovens*, nos moldes da pesquisa etnográfica usual, supondo uma objetivação que se apropria dos termos *Nós* – pesquisadores e *eles* – objetos ou sujeitos da pesquisa, hoje experimento os *sabores e dissabores* de quem diz *os meninos*, ou ainda, *as meninas*, fruto de meu convívio com eles.

A atitude como pesquisadora de intervenção arremessou-me em um território movediço, pois estava disposta a produzir e receber afetos²² na trajetória com os jovens. Recebi reações imprevisíveis, sejam boas ou ruins, pois elas parecem superar qualquer tipo de classificação dicotômica. Aliei-me a etnógrafas como Jeanne Favret-Saada,²³ e por isso, *reinventei-me* no “entre-lugar”²⁴ de uma pesquisadora, que não tinha apenas uma observação participante, mas sim, uma participação atuante, e também, reflexiva, na ação e na linguagem.

De forma similar à Favret-Saada, em sua pesquisa acerca da feitiçaria dos camponeses em Bocage, na França, tive a impressão de que se não participasse da vida dos jovens ficaria na posição confortável de observadora, com o sério risco de arruinar²⁵ a possibilidade de levantar questões cruciais, para se discutir a marginalização de crianças e adolescentes em *situação de rua e em acolhimento institucional*.

Embora, durante a pesquisa de campo, não soubesse o que estava fazendo, e tampouco o porquê, surpreendo-me hoje com a clareza das minhas escolhas metodológicas de então: tudo se passou como se tivesse tentado fazer da “participação” um instrumento de conhecimento.²⁶

Somente a disponibilidade para estar com os *meninos* e *meninas* poderia ser o recurso de compreensão de suas condições específicas de ser e estar no mundo. Para isto, foram necessários aproximadamente três anos de dedicação, escuta e observação participativa. Porém, como fazer para que os objetivos do trabalho não se perdessem em *devaneios*

²² Atribuo a *afeto* o entendimento do filósofo Espinoza (1983) quando lhe implica um sentido de catalisador na “potência de agir” dos corpos.

²³ FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. Tradução Paula de Siqueira Lopes. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 13, p. 155-161, 2005. Disponível em: <<http://goo.gl/GlurD2>>.

²⁴ Emprego a este conceito o sentido que lhe atribuí o antropólogo Victor Turner (2005), ou seja, de um espaço entre um e outro, liminar, um novo ainda não existente.

²⁵ FAVRET-SAADA, op. cit.

²⁶ Idem, p. 157 (grifo nosso).

emocionais, diante da minha imersão? A resposta talvez estivesse nesta flexibilidade das pesquisas em artes, pois nelas somos acostumados a aliar nosso desempenho ao constante exercício de auto-observação, sem abrir mão de nossa *sensibilidade e emocionar*.

No entanto, há riscos. Se a ciência do século XIX aparentava querer provar a verdade objetiva das coisas, a ciência social do século XXI deve ser cautelosa quanto à pretensão de produzir a “desalienação dos sujeitos”. É o que apontam as pesquisadoras Simone Mainieri Paulon e Roberta Carvalho Romagnoli,²⁷ quando falam de pesquisa, intervenção e cartografia.

O meu descontentamento com a adoção de um eixo teórico universalista capaz de explicar os acontecimentos que vivi, a partir do detalhamento e abstração, em um excesso da *ratio* sobre a *emoção*, permitiram que eu me aventurasse em territórios como a *Biologia do Conhecer*. Para tanto, utilizei a obra de Humberto Maturana,²⁸ que propõe uma *ontologia do observar*. Este conhecimento propiciou que eu enxergasse a possibilidade de *inventar* o meu lugar como observadora imbuída de *sensações* específicas a mim, em relação com os jovens. Quanto a isto, procuro inserir também na escrita do trabalho *expressões em itálico que, além de destacarem expressões e conceitos importantes nesta pesquisa, acentuarão o meu emocionar como pesquisadora*.

Maturana argui em favor de nossa capacidade autogerativa como seres vivos, *no meio e com o meio* organizacional.²⁹ Isto colaborou para que eu enxergasse a possibilidade de alcance de *autonomia* destas crianças e jovens que viveram episódios de vida traumáticos. Poderia me aventurar na psicanálise e assim desenvolver uma cadeia lógico-causal em que os episódios vividos no passado por estes jovens provavelmente os tenha levado a *ser quem são*. Entretanto, como propriamente acentua Humberto Maturana,³⁰ a proposta é mais audaciosa, na medida em que não se trata de um modelo da realidade, mas de uma nova forma de entender o *observar e o explicar* como fenômenos biológicos.

Ainda dentro do *paradigma da complexidade*,³¹ em nossas experiências, não podemos fazer diferença entre ilusão e percepção. O biólogo distingue dois momentos: a experiência e a explicação sobre a experiência. As explicações são reformulações da minha experiência aceitas por um observador. Se consigo compreender que a explicação da minha experiência

²⁷ PAULON, Simone Mainieri; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Pesquisa – Intervenção e Cartografia: melindres e meandros metodológicos. *Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 85-102, 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/qzvCxF>>.

²⁸ MATURANA, Humberto. *Cognição, ciência e vida cotidiana*. Organização Cristina Magro, Victor Paredes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. p. 42.

²⁹ KASTRUP, Virgínia. *A invenção de si e do mundo*. Uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 134.

³⁰ MATURANA, op. cit., p. 42.

³¹ *Ibid.*

depende da aceitação ou não de outra pessoa, estou no “caminho explicativo da objetividade entre parênteses”, em que tenho ciência de que não podendo distinguir entre ilusão e percepção, minha afirmação será válida dentro de um contexto, dependendo dele e também de quem o observa. Em oposição, tem-se o “caminho explicativo da objetividade sem parênteses”, no qual pressuponho a existência de uma verdade última e maior, independente de mim, e a sigo, tendo a tendência de convencer a todos de que aquela é a verdade. Neste último caminho estão os julgamentos, repreensões, as “petições de obediência”.

Como auxílio às teorias de Maturana e Varela, no campo da psicologia e da aprendizagem, este trabalho considera as ideias e construções de Virgínia Kastrup, Eduardo Passos e Silvia Tese, professores e pesquisadores responsáveis pelo Grupo de Pesquisa sobre Cognição Inventiva, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em que, pautados na *Biologia do Conhecer*, colaboram para a mudança de paradigmas, ao enxergar o mundo como possibilidades de inventar diferentes estados e problematizações, repercutindo na invenção de si mesmo. Falam a partir de uma atenção não centrada na busca de uma solução, mas sim, sob um entendimento ampliado, emergente de um fundo de cognição “pré-egoico, composto de redes sub-simbólicas e elementos não representacionais”,³² em que se situa a arte.

De acordo com Virgínia Kastrup, a atenção não é condição para a aprendizagem, havendo o interesse e a pesquisa incansável na busca por uma *aprendizagem de atenção em termos de cognição inventiva*. Assim, até mesmo o que entendemos por *atenção* ganha outros sentidos, como será discutido. Estas *invenções*, que provêm do *acaso*, do *imprevisto* e de *percalços*, ocorreram em meus percursos, e por isto dou a elas os nomes de *becos* e *cantos* presentes, tanto nas ruas quanto nos abrigos, os locais onde estão os *meninos e meninas*, e sua *peculiar capacidade de inventar e destruir de forma cíclica*, constantemente, um mundo para si.

Considerando o *raso*, a *superfície*, o *cotidiano* na sociologia proposta por Maffesoli, e traçando um diálogo com o “domínio das ontologias constitutivas” de Maturana, percebi que minha pesquisa de intervenção não permitia que eu falasse de qualquer lugar que não fosse aquele *em que eu mesma havia inventado com os meninos e meninas*. Com isto, defendo que minhas interações com os jovens propiciaram agenciamentos específicos às nossas histórias de vida, sempre em relação. Minha trajetória de infância, meu vínculo com a arte e com as instituições públicas com certeza formam o meu conhecer e o meu olhar neste trabalho, sendo “razão sensível”, ou seja, mais afeita aos processos de interação e interdependência em nossa

³² KASTRUP, Virgínia. A aprendizagem da atenção na cognição inventiva. **Psicologia & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 7-16, set./dez. 2004. Disponível em: <<http://goo.gl/jnNbTF>>.

sociedade,³³ buscando atentar-me às armadilhas de um raciocínio exclusivamente lógico e causal. A vontade de pesquisar e trabalhar para que *outros mundos sejam criados* pelos jovens é o meu maior propósito.

O diálogo com outros pesquisadores que se aventuram no estudo do universo de jovens que estejam acolhidos em instituições, *cumprindo medidas socioeducativas*, e também *em situação de rua* é possível neste trabalho, pois enriquece o conteúdo analisado, possibilitando outras formas de enxergar as questões levantadas. Cada um, a seu modo, e de acordo com suas trajetórias de vida e observação, tece percursos possíveis que colaboram para a valorização e importância da pesquisa no Brasil.

Michel Foucault, ao responder sobre o papel do intelectual na prática cotidiana, menciona que cabe a ele “fazer um sumário topográfico e geológico da batalha [...]”.³⁴ Assim, esforço-me para relatar e refletir sobre as experiências que construí. Neste momento em que escrevo sobre o que ocorreu, cuido para não retirar uma teoria geral cognitiva acerca das coisas, ou ainda, um conselho de como devem ser as políticas públicas para impedirem que jovens *em situação de risco* tornem-se delinquentes. Apenas ofereço ao campo teórico as minhas contribuições como pesquisadora de intervenção, disposta a topografar os campos que percorreu e também aqueles que não percorreu, mas tangenciou.

Ainda sobre a importância de se fazer pesquisa, as *Regras Mínimas para as Nações Unidas para a Administração da Justiça, da Infância e da Juventude*, conhecidas como *Regras de Beijing*³⁵ contemplam uma parte específica sobre o papel do pesquisador, reconhecendo a sua importância para o efetivo planejamento e formulação de políticas públicas aos jovens. O cientista social Sérgio Adorno³⁶ declara que as *Regras de Beijing* conferem “especial relevo à pesquisa científica que, entre outros objetivos, deve produzir resultados que possam ser imediatamente difundidos sob uma forma diretamente utilizável pelos responsáveis e suscetíveis de estimular outras pesquisas orientadas para a ação.”³⁷ O propósito inicial da pesquisa parecia objetivo e evidente: o teatro é capaz de promover a

³³ MAFFESOLI, Michel. **Elogio da razão sensível**. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 37.

³⁴ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011. p. 151.

³⁵ As Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça de Menores – Resolução nº 40/33 de 29 de Novembro de 1985 – ficaram conhecidas também como *Regras de Beijing*.

³⁶ Durante o percurso deste trabalho haverá contribuições valorosas do cientista, principalmente quanto à avaliação dos princípios internacionais de proteção à criança e ao adolescente, além de posicionamentos críticos perante o ECA. O Dr. Sérgio Adorno é cientista social e doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo. É coordenador científico do Núcleo de Estudos da Violência da USP, além de membro do conselho consultivo de importantes periódicos nacionais e internacionais, sendo uma referência quanto aos estudos sobre sociedade e violência. Disponível em: <<http://goo.gl/ed3ndx>>. Acesso em: 18 dez. 2015.

³⁷ ADORNO, Sérgio. Criança: a lei e a cidadania. In: RIZZINI, Irene et al. **A criança no Brasil hoje: desafio para o terceiro milênio**. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1993. p. 105.

resiliência³⁸ e o empoderamento³⁹ de jovens *em acolhimento institucional* e também *em situação de rua*? É capaz o teatro de constituir-se como *capital social* que suprima ou diminua as carências afetivas e econômicas destes jovens, a partir da interação artística com pessoas e grupos onde fosse possível experimentar o convívio saudável, o entrosamento e aceitação social entre si? Poderiam eles e elas desvincular-se de comportamentos violentos e autocentrados, a partir do convívio com artistas para a construção de uma obra de arte?

No entanto, com o desenvolvimento da pesquisa e uma *observação constitutiva*⁴⁰ em meu convívio com os jovens, associado à fragilidade dos temas que envolvem *vulnerabilidade social* e *situação de risco*, lancei-me a outras perspectivas: “Como uma mulher, policial comunitária, artista, professora de teatro, híbrida e também em constante invenção, atua em espaços onde *certas formas de verdade, localizadas em sistemas como o jurídico penal*, como bem argui Michel Foucault,⁴¹ estabeleceram preceitos estigmatizantes sob a *representação* de opressores e oprimidos?” Como algumas das condições sociais, culturais e econômicas de *jovens em situação de acolhimento institucional* e *vinculação crônica com a rua* se relacionam com suas *autonomias* – condição constitutiva e ontológica de qualquer ser vivo? Como é possível criar uma relação artística de híbridos – os jovens e eu –, que repercute em preservar *nossas* condições de *autonomia*? Como se fez a prática artística e teatral dentro da *UNIDADE* e *unidades de acolhimento*, diante das arriscadas e imprevisíveis histórias de vida dos jovens e o sistema de funcionamento das instituições? E por fim, como a possibilidade de reconhecimento da *autonomia* pelos jovens repercute na *UNIDADE* e *unidades de acolhimento*?

Observo, de uma forma didática em meu percurso, dois polos. Um deles corresponde ao frescor da liberdade artística, e o outro ao aprisionamento normativo e institucional. Entre eles há *intervalos*, acentuados pelo *emocionar*⁴² de ser pesquisadora, atriz, professora,

³⁸ O termo *resiliência* é empregado no sentido atribuído pelo psicanalista e psiquiatra francês Boris Cyrulnik (2004), não sendo objetivo deste trabalho. Porém, será discutido no Livro V, com os termos *empoderamento* e *autonomia*. Corresponde, de forma sintética, à transformação e superação humana diante de episódios traumáticos.

³⁹ O conceito de *empoderamento* aqui empregado está relacionado à expressão em inglês *empowerment*, termo utilizado por Homi Bhabha para se referir à “aquisição de poder”, especialmente em comunidades marcadas por privações e discriminações (1998, p. 20). No Livro V tratarei brevemente deste termo ao discorrer sobre *autonomia*.

⁴⁰ MATURANA, Humberto R.; VERDEN-ZOLLER, Gerda. **Amar e brincar: fundamentos esquecidos do humano**. São Paulo: Editora Palas Athenas, 2004.

⁴¹ FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

⁴² O termo *emocionar* é empregado de acordo com os caminhos explicativos do neurocientista Humberto Maturana e Verden-Zoller, correspondendo ao fluxo que nos acompanha, à medida que adquirimos consciência individual e social, seguindo como “algo natural o emocionar de nossas mães e dos adultos com quem convivemos” (2004, p. 42).

policial e humana. Creio que isto não me desabona do compromisso e precaução necessários ao se realizar um trabalho sério e profícuo perante as instituições públicas, notadamente àquelas vinculadas à Assistência Social e Segurança Pública. Estive em um constante *plantão de trabalho*. Foram aproximadamente *oitocentos dias de conexão com a vida* de vários adolescentes, mergulho maior não poderia haver. Além disso, procurei fazer valer a tessitura *interdisciplinar* na qual me encontro: Arte, Sociologia, Antropologia, Biologia e *Liviologia*, o que já me arremessou ao *entre-lugar* tão familiar à *performance*.

Ergue-se na escrita performática um espaço amplo de subjetividade que declara fim à leitura fechada ou *close reading*, e em seu lugar surge com força a desleitura criativa ou *creative misreading*, expressões caras ao pós-estruturalismo. Faz-se urgente pensar a escrita como espaço de cartografia de mapas externos e internos do artista, do leitor e do crítico que cinde, e às vezes derrota, o cânone sem o abandonar.⁴³

A liberdade artística e também minhas reminiscências acerca do conhecimento jurídico, herdado de uma curta trajetória como advogada, permitiram, após deixar o campo de trabalho com os jovens, criar um novo lugar também como pesquisadora interessada por instáveis discursos, presentes em relatos de uma experiência, que pretendi colocar *em relação com* a letra rígida dos códigos e das leis.

As relações espontâneas surgidas no campo de pesquisa ultrapassaram qualquer informação que poderia ser obtida exclusivamente por meio de entrevistas estruturadas ou semiestruturadas. Assim como ocorreu à pesquisadora Jeanne Favret-Saada,⁴⁴ a minha experiência de campo deu lugar a uma “comunicação não verbal, não intencional e involuntária, ao surgimento e ao livre jogo de afetos desprovidos de representação”.⁴⁵ Não poderia deixar de dar vazão à *inventividade*, uma vez que foi ela que me atraiu para visitar um território aparentemente *inóspito e violento*, mas que na prática me permitiu ter e criar problemas, buscando modos diferentes de agir diante deles, aproximando-me da *problematização* relatada por Virgínia Kastrup.⁴⁶

Isto ocorria até mesmo em momentos simples e cotidianos, como quando um dos jovens, ao me observar tentando encontrar um talher para cortar uma torta me disse: “Aqui

⁴³ BEIGUI, Alex. Performances da escrita. Aletria: **Revista de Estudos de Literatura**, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 34, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/ct9wZV>>. Acesso em: maio 2015.

⁴⁴ FAVRET-SAADA, J. Ser afetado. Tradução Paula de Siqueira Lopes. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 13, p. 155-161, 2005. Disponível em: <<http://goo.gl/GlurD2>>.

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ KASTRUP, Virgínia, **A invenção de si e do mundo**. Uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

professora!” – enquanto partia um pedaço da bandeja de isopor e confeccionava em segundos um talher pronto para uso.

Foi a minha vivência com os jovens, nas entrelinhas e nas *quebradas* de um assunto a outro, que me *impulsionaram a jogar* com a *estrutura física* das leis. Nesta relação entre o cientificismo legal e o *costume*,⁴⁷ resolvi instituir o meu, o nosso próprio *Estatuto*, sem a pretensão de que ele fosse fechado a intervenções e críticas. Foi apenas a forma que encontrei de honrar as nossas travessias...

Por este motivo, a organização formal do trabalho faz *alusão* às normas jurídicas e às técnicas legislativas presentes, especialmente, na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, na tentativa de compor um *Estatuto Consuetudinário de uma Comunidade Emocional*. Neste sentido, as *nomenclaturas usuais* para a organização do texto legal foram substituídas *por nomes mais afeitos à estética dos abrigos e das ruas*, de acordo com o estilo e experiência artística vivenciada por mim no grupo de *meninos e meninas*.

A *carnevalização* do texto legal é uma clara referência e homenagem ao jurista Luís Alberto Warat,⁴⁸ autor que conheci tardiamente, quando já havia optado por atribuir à estrutura deste trabalho um *erotismo*, com a intenção madura de permitir o “descongelamento de um feitiço chamado realidade inquestionável, um sistema de conotações institucionalmente amarradas.”⁴⁹

Este trabalho está dividido em três partes: *Parte Preliminar* (Introdução); *Parte Geral* e *Parte Específica*. A *Parte Geral* é composta pelos Livros I, II e III, os quais consistem em

⁴⁷ O emprego da noção de *costume* e também *consuetudinário*, inclusive na parte preambular desta *Introdução* é uma tentativa de se referir ao *costume praeter legem* – costumes que não são abrangidos pela lei, mas que o juiz utiliza ao julgar na falta de dispositivos legais, por *usos locais*, sendo de acordo com o que observo, mais afeito ao cotidiano. Além disso, procuro associar o entendimento jurídico do termo com a contribuição do sociólogo Michel Maffesoli, para quem o costume “ se inscreve profundamente nos seres e nas coisas a maneira pela qual eles aparecem” (2008, p. 54).

⁴⁸ A expressão *carnevalização* refere-se ao *imaginário carnevalizado*, em que procura-se “ilimitar a linguagem” (1988, p. 71). Para Luís Alberto Warat (1941-2010) este imaginário produz, e não apenas consome significações (1998, p. 71). Luís Alberto Warat foi professor e advogado nascido na Argentina, porém criado no Brasil, onde lecionou por vários anos. Reconhecido como um dos maiores colaboradores e importantes intelectuais do Direito na América Latina, principalmente no que se refere às abordagens de suas teorias e filosofias acerca do ensinamento e pensamento jurídico. Defendia novos imaginários diante da concepção jurídica, engendrada no *eruditismo* e na *racionalidade exacerbada*. Autor de mais de 40 livros, Warat reconheceu-se como um revolucionário, e movia-se no silêncio poético, em claro protesto contra os textos legais unívocos que parecem invocar uma “imaginação totalitária”, a qual trabalha em desfavor das diferenças. O conjunto de sua obra abre espaço para a “imaginação democrática”, em que a invenção e as incertezas residem. Na obra *Manifesto do Surrealismo Jurídico*, em diálogo com autores como Bachelard e com as influências *surrealistas*, Warat propõe a intervenção ativa, emancipadora e autônoma dos seres vivos em relações de “saber-desejo”, distanciando daquelas vinculadas ao “saber-poder” (1988, p. 23).

⁴⁹ WARAT, Luís Alberto. **Manifesto do Surrealismo Jurídico**. São Paulo: Editora Acadêmica, 1988, p. 77.

trazer materiais mais extensos e contextuais acerca dos temas e questões que estão entrelaçadas às práticas ao longo da *Parte Específica*, em que se situam os Livros IV e V.

De acordo com o *Manual de Técnica Legislativa do Senado Federal*,⁵⁰ oficialmente o *artigo* é a frase que reúne o contexto em um *único assunto*, por isto preferi o nome *Assunto* em vez de *Artigo*, já que possui maior *descontração e afeição* à linguagem cotidiana. Assim, os *Assuntos* estão dispostos dentro dos Livros I, II, III, IV e V. Alguns *Assuntos* apresentam *Incisos*, os quais, na hermenêutica jurídica, têm a função de subdividir um *Artigo*, mas que neste trabalho também se prestam a abrir um corte, que aprofunda vertical e horizontalmente um *Assunto*, de forma a revelar outros sentidos e experiências. Ao nome *Inciso* designei o termo *Canto*, para falar dos cantos das ruas e dos abrigos, onde a convivência com os jovens formavam *Becos* – lugares escuros, estreitos, perigosos ou não, e às vezes sem saída aparente, onde ouvíamos, víamos e vivíamos vários *Assuntos* incididos pelas experiências do fazer e, notadamente, do *imprevisto*.

De forma a ser mais fiel à intensidade de *emoções e sensações* que experimentei, permiti dispor no texto mais uma técnica, além dos termos *em itálico*, que possuem a função de *grifar* a sensibilidade como relatei anteriormente. Esta outra técnica de escrita consiste na inserção dentro dos *Assuntos* do símbolo §, o qual representa *Parágrafo* nos textos legais. O *Parágrafo* dentro da *técnica legislativa* tem como função complementar, restringir ou ainda modificar o que foi mencionado no *caput – cabeça do artigo*. Neste trabalho, o símbolo servirá em função análoga, para revelar e complementar as minhas impressões registradas em *Diário de Campo*. São, portanto, trechos de episódios; rabiscos; rascunhos; solilóquios; reportagens em diferentes veículos de comunicação; partes de diálogos com os jovens; descrição de cenas teatrais; e textos poéticos como forma de reforçar a pesquisa em *bricolagem*. Também servirá para contrapor às ideias antes apresentadas e modificar seus sentidos, sendo fiel à influência de Foucault neste trabalho:

Vários, como eu sem dúvida, escrevem para não ter mais rosto. Não me pergunte quem sou e não me diga para permanecer o mesmo: é uma moral de estado civil; ela rege nossos papéis. Que ela nos deixe livres quando se trata de escrever.⁵¹

Assim, as incursões que aparecem junto ao símbolo § são restos de minhas memórias recolhidas nos *Assuntos* e *Cantos* dos *Abrigos* e *ruas* por onde passei. Por isso, é de *meu desejo* que seu uso peculiar componha um inventário que permita a presença também em

⁵⁰ Disponível em: <<https://goo.gl/c1oORw>>. Acesso em: 18 dez. 2015.

⁵¹ FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 20.

minha escrita da cognição aberta ao *inventivo*⁵² compondo novos espaços e tempos como forma de conhecer.⁵³

O **Livro I – DOS CANTOS DO MUNDO** abarca parte de minha trajetória como artista, policial e pesquisadora, em que, vivendo inquietações nos meus âmbitos de atuação, resolvo partir para uma aventura complexa e por vezes desgastante com os *jovens em acolhimento institucional e em situação de rua*. Para facilitar a compreensão dos acontecimentos, no decorrer dos aproximados três anos de pesquisa incluí um fluxograma que abarca os projetos já desenvolvidos, e até mesmo prospecções de trabalhos que pretendo desenvolver com estes jovens (ver figura 1). Além disso, compõem este Livro as minhas atividades como profissional em *segurança comunitária*, trazendo um breve histórico e objetivos deste campo de atuação, ainda desconhecido pela sociedade, e desconsiderado por grande parte dos profissionais de polícia. Reflito sobre as situações que nós, atuantes em *Segurança Comunitária*, colecionamos e compartilhamos com a comunidade, na tentativa de alcançar *empoderamento* local, com o propósito de prevenir incidentes criminosos.

No **Livro II – DOS BECOS NOS ABRIGOS**, dedico-me a discorrer sobre os *meninos e meninas* com quem convivi no decorrer da pesquisa, suas histórias, origens, memórias inventadas e seus corpos, aos quais atribuo o substantivo/adjetivo de “*corpos indóceis*”, contemplando o meu olhar sobre a *casa – corpo* dos *jovens* e as relações de poder criadas entre eles e os funcionários dentro das instituições, abrangendo, para tanto, as perspectivas de Foucault e de Goffman.^{54,55}

Escrevo sobre a forma em que ocorreu a *invasão* da arte nestes lugares: *casa-corpo* e *casa-UNIDADE*, considerando as práticas dentro dos princípios de sensibilização estética.

⁵² KASTRUP, Virgínia. **A invenção de si e do mundo**. Uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

⁵³ FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002. p. 15.

⁵⁴ GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

⁵⁵ Erving Goffman foi um sociólogo reconhecido sobre suas investigações quanto a *representações de papéis sociais*, definidos conforme outros *atores sociais*. Para ele, a vida cotidiana torna-se palco e plateia de minuciosas representações teatrais pelo indivíduo. As obras *A representação do eu na vida cotidiana* (1985), *Manicômios, prisões e conventos* (1974) e *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* (1982) serão utilizadas neste trabalho, com a ciência de que as teorias apresentadas por Goffman referente à representação de papéis, as *Instituições Totais* e a *Estigmatização dos sujeitos* não se encaixam, em termos paradigmáticos com a concepção da *Biologia do Conhecer* (MATURANA, 1995), já que nesta última forma há a *ontologia do observar*, em que a perspectiva do conhecer não é abstrata e representativa, sendo o ser humano histórico e contingente produzindo-se no meio, a partir de uma interação ativa, em que o meio e o organismo mudam juntos. Maturana possui maior aproximação ao pós-estruturalismo de Foucault, localizado entre o determinismo e a liberdade, em que mesmo assumindo o condicionamento está mais aberto às possibilidades (WILLIAMS, 2012, p. 155). Assim, o uso da obra de Goffman neste trabalho será realizado a partir de conceitos pontuais que se entenderem úteis e necessários ao esclarecimento, resguardando o paradigma da complexidade presente no cotidiano, buscando afastar-se da essencialidade gerativa.

Reflico sobre o processo de institucionalização de crianças, principalmente no que concerne ao investimento na *criança e adolescentes de contexto social vulnerável* como representatividade do *Futuro da Nação*, a partir de um diálogo com a pesquisadora Irene Rizzini.⁵⁶

O Livro III – DOS BECOS E CANTOS ONDE SE FAZ UM TEATRO INVENTADO corresponde ao histórico do trabalho de pesquisa apresentando densidade em sua superfície: o fazer no cotidiano inusitado. Para percorrê-lo procurei ser fiel à *cartografia*, ligando-me mais ao tempo, que se desenrolava em nossa convivência, do que ao espaço, o qual passou a ser inventivo. Assim, este Livro tem por desafio expressar a variedade de minhas ações durante as oficinas de teatro na *UNIDADE*. Se os caminhos percorridos eram desfeitos a cada momento, o próprio Livro III procurará ser fiel em sua “clausura operacional”,⁵⁷ ou seja, organizado espacialmente, porém permitindo-se inventar novos limites, a partir de quem o ler.

Polemizo com as incursões sobre o *habitus feminino de cuidado* a partir das contribuições de minha coorientadora neste trabalho, a socióloga Analía Soria Batista, investigando, assim, minha atuação e presença constante entre os jovens no dia a dia da *UNIDADE* que auxiliou como apoio para que o percurso iniciado em 2013 até a apresentação do espetáculo *Meninos da Guerra* (2015) fosse possível.

O Livro IV – DOS CANTOS DA GUERRA dedica-se ao *ritual* de montagem e apresentações do espetáculo *Meninos da Guerra* (2015), do qual participaram *meninos e meninas* não apenas da *UNIDADE*, mas também de algumas *unidades de acolhimento* que fazem parte dos serviços prestados pelo Governo do Distrito Federal (ver quadro 2). Dedico-me especialmente às ideias presentes na filosofia do sociólogo Michel Maffesoli, para falar do desejo de pertença dos jovens e da possível formação de uma *comunidade emocional* pelo teatro, estabelecendo diálogo com a perspectiva de *Capital Social*, já abordada pela especialista em *Juventude e Violência*, Myriam Abramovay.

⁵⁶ Irene Rizzini é professora e pesquisadora do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ) e diretora do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (Ciespi). Com trinta anos de existência, o Ciespi é um centro de estudos e referência que se dedica ao desenvolvimento de pesquisas e projetos sociais referente a crianças, adolescentes, considerando suas famílias de origem e comunidade à qual pertencem. O objetivo do Ciespi, de acordo com o *site* oficial, é subsidiar políticas e práticas, ampliando as oportunidades e melhoria de condições de vida de crianças e adolescentes. Disponível em: <www.ciespi.org.br>. Acesso em: 20 dez. 2015.

⁵⁷ MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas do conhecimento humano**. Campinas: Ed. Psy, 1995.

O último Livro, **Livro V – DOS ACHADOS NA RUA**, funciona como uma espécie de reflexão sobre minhas experiências com os *jovens em acolhimento*, propondo um diálogo franco sobre *autonomia, independência, instituições públicas e novas políticas* sob as perspectivas de *Organizações Não Governamentais (ONGs)*. Realizo um levantamento sobre iniciativas e políticas de *acolhimento institucional* que me pareceram mais afeitas à proteção integral dos jovens, interdisciplinaridade no atendimento, relações de confiança, apoio emocional e proteção social. Para tanto, faço uma análise em cima de livros, artigos, vídeos e um documentário, em que é possível conhecer a história e o processo metodológico de instituições como a *Casa do Zezinho*, fundada pela psicopedagoga Dagmar Rivieri – “Tia Dag”.⁵⁸

Esta análise foi escolhida em razão de a *UNIDADE* ter em seu histórico o *Projeto Giração*, criado em 2007 e que realizava até o ano de 2011 as atribuições hoje assumidas pela Secretaria Adjunta do Desenvolvimento Social do Governo do Distrito Federal (SEDESTMIDH/DF) para o acolhimento de jovens *em situação de rua*. O projeto era financiado pela Petrobras e tinha a parceria do *Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua do Distrito Federal (MNMMR/DF)* e do Centro de Referência, Estudo e Ações sobre Crianças e Adolescentes (Cecria/DF). Durante o trabalho de campo, os jovens da *UNIDADE* falavam constantemente do *Projeto Giração* como o ideal para atender suas demandas, principalmente pela existência do *conteúdo afetivo* dos profissionais.

Além disso, utilizo *Entrevistas* semiestruturadas, às quais substituí pela expressão *conversações*, como referência à complexidade das ideias de Humberto Maturana e Francisco Varela. De acordo com os cientistas, “o que nos constitui como seres humanos é nossa existência no conversar”.⁵⁹ Uso, portanto, este termo para referir-me ao que realmente propus nas entrevistas: iniciávamos com algumas questões e nos desprendíamos em *conversações*, sendo este o motivo de se ter optado por *grupos focais*. Além disso, as *conversações* são uma forma de contrapor indiretamente mais um dos termos jurídicos penais marcados por uma investigação lógico causal com a finalidade de se obter *uma verdade* quanto a um episódio criminoso – ação que nominamos nos códigos de *interrogatório*.⁶⁰

⁵⁸ A *Casa do Zezinho* publica anualmente os relatórios de atividades em seu *site na internet*. De acordo com informações no relatório de 2014, a *Casa* conta com subvenções de entidades privadas e governamentais, possuindo convênios com o estado de São Paulo. A faixa etária dos jovens compreende a idade entre 6 e 21 anos. Disponível em: <<https://goo.gl/Rydz99>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

⁵⁹ MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Organização Cristina Magro, Victor Paredes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

⁶⁰ O *interrogatório* no âmbito jurídico consiste em um procedimento como meio de defesa e de prova. Podendo, inclusive, o inquirido permanecer em silêncio – artigo 5º, inciso LXIII da Constituição Federal de 1988. Assim, permanecendo calado estará se defendendo e ao falar estará produzindo prova (NUCCI, 2014, p. 394).

As *conversações* foram realizadas coletivamente em três grupos focais: grupo 1 – servidores da SEDESTMIDH/DF, que já estiveram lotados ou ainda exercem suas funções na *UNIDADE*; grupo 2 – policiais da Polícia Militar do Distrito Federal e Polícia Civil do Distrito Federal; e grupo 3 – grupo focal misto, formado por três jovens que fizeram parte do espetáculo *Meninos da Guerra (2015)*, um policial e uma funcionária que trabalha em uma *Unidade de Acolhimento* conveniada à SEDESTMIDH/DF. Além disso, foi realizada *conversação* com Eliena Francisca de Barros, militante do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de rua, desde 1986, a qual foi coordenadora do *Projeto Giração* no período de 2007 a 2011, tendo autorizado por escrito a divulgação de sua identidade neste trabalho.

Conforme processo instruído no Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas (CEP/IH) da Universidade de Brasília (UnB) as entrevistas – *conversações* nos grupos focais – terão suas informações publicadas de forma a preservar o sigilo da identidade dos *atores sociais*, sendo que para alguns optei por nomes fictícios. Serão mantidas em sigilo até mesmo informações sobre cargo ocupado, e em alguns casos, local de lotação, bem como quaisquer informações que levem a uma possível identificação dos participantes. Ademais, foram retirados da dissertação o conteúdo não utilizado no decorrer do texto, para resguardar o sigilo dos entrevistados, bem como preservar as informações para eventual utilização *a posteriori* por esta pesquisadora. Isto não impede a citação nas referências em notas de rodapé, assim como no Sumário, a fim de se resguardar a regra de citação da fonte, conforme ABNT.

Ressalto que as *conversações* foram realizadas na fase final da pesquisa, justamente para não influenciarem a minha intervenção durante a atuação em campo. De acordo com a pesquisadora Maria Cecília de Souza Minayo, a análise fidedigna da entrevista apresenta, entre outros elementos, a compreensão e interpretação, porém relacionadas à experiência e vivência do pesquisador. Neste sentido, a proposta não se restringe à coleta de dados, mas também à análise das *conversações*, abrangendo suas próprias complexidades e dificuldades interpretativas, considerando os pontos de vista diferenciados ou com nuances de acordo e desacordo. A minha experiência com grupos vulneráveis permitiu relacionar temas centrais como *vulnerabilidade, abandono, autonomia e violência* com o arcabouço teórico desta pesquisa.

Farei uso também, no decorrer do trabalho, de informações obtidas por intermédio de processo administrativo instruído perante a Vara da Infância e Juventude do Distrito Federal. Assim, obtive autorização judicial e administrativa do juiz titular da Vara para coleta de informações dos jovens com quem convivi, perante instituições públicas.

A *fidedignidade* das análises constantes neste trabalho consiste em permitir a confluência dos vários pontos de vista dos *atores sociais* e também a abertura de novas indagações que não serão respondidas, mas sim, produtoras de *inquietações*.⁶¹ Neste sentido, a *Parte Final, intitulada DISPOSIÇÕES FINAIS SEMPRE EM TRÂNSITO...*, traz a minha reflexão como pesquisadora, artista, professora de teatro e policial comunitária, que por aproximadamente três anos de convivência com os jovens realizou também o seu ritual de passagem, vivendo muito tempo na condição de “liminaridade”,⁶² por muitas vezes, mergulhada diante das minhas possibilidades de existência.

Estes mergulhos *deixaram rastros*, compondo, assim, os *Livros Apêndice e Anexo*, os quais têm estreita ligação com os capítulos destinados às *Provas no Código Penal e Código de Processo Penal* brasileiros. Cedem à estrutura de comprovações, sem, no entanto, pretendê-las. Incluo o registro de relatos, entrevistas, fotos, vídeos, reportagens, páginas de *redes sociais e blogs*, *vestígios* de minha trajetória inequívoca com os *meninos e meninas*. Apesar do aparente aspecto secundário que abrigam os termos *anexo e apêndice*, sendo este último usado para nomear a produção de própria autoria, creio que estes dois livros são *corpo, emoção, relato, sensação e poesia* neste trabalho.

Pretendi que os diálogos neste trabalho ocorressem de forma sincera e permeassem os princípios teóricos dos autores, em especial a obra de Michel Maffesoli e Maturana, permitindo reflexões sobre a necessidade de práticas interdisciplinares, mas também multi, pluriculturais e a coragem de se realizar pesquisa de intervenção, como possibilidade de provocar discursos, perturbações e, assim, gerar *movimento*. Afinal, experiências de convívio em um grupo de teatro, como comunidade agregadora, pode e *consegue* ser um chamado à *autonomia* que já constitui *estes jovens*?

“Lívia, pode mudar o texto e deixar de falar que eu ‘atirei na barriga da minha ex-mulher’? Fala só que eu atirei nela e já tá bom.”⁶³

“Gavião”, em *Meninos da Guerra (2015)*

⁶¹ MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, mar. 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/qdyQeN>>. Acesso em: 2 abr. 2016.

⁶² TURNER, Victor. *Floresta de símbolos: aspectos do ritual Ndembu*. Rio de Janeiro: Niterói, 2005.

⁶³ Trecho de *Diário de Campo* da autora. O fato ocorreu momentos antes de eu entrar em cena com o jovem *Gavião* no Teatro Newton Rossi, no SESC Ceilândia, em 26 de julho de 2015.

Figura 3 – Fluxograma de atividades: pesquisadora e jovens em situação de abrigo



Fonte: Elaboração própria.

Quadro 1 – Apelidos dos jovens

Apelido	Idade	Instituição ⁶⁴	Situação – Fevereiro/2016
Ouriço	15 anos	UNIDADE	Desaparecido.
Besouro	18 anos	UNIDADE	Fez o curso de dublê em São Paulo; firmou-se em <i>Meninos da Guerra</i> ; passou a ser técnico da Cia La Casa Incierta. Atualmente mora na Ceilândia/DF. Fará parte de nosso próximo projeto: TETO E PAZ (2016).
Pelezinho	14 anos	ACOLHIMENTO	Em acolhimento – Recebeu bolsa da Casa das Artes para desenho básico, após enviarmos currículo e portfólio. Fará parte de nosso próximo projeto: TETO E PAZ (2016).
Menino Maluquinho	15 anos	ACOLHIMENTO	Em acolhimento – Foi convidado pelo ator Herculano Almeida, de <i>Meninos da Guerra</i> , a participar de um filme após o espetáculo, com um diretor de Cinema de São Paulo. A atuação dele foi elogiada e o filme prevê grande sucesso. Fará parte de nosso próximo projeto: TETO E PAZ (2016).
Diamante	17 anos	UNIDADE	Na rua. Encontrei-o na rua e ele me contou que foi retirado da UNIDADE para uma instituição de acolhimento. Como não aceitou a saída após ter ficado 5 anos na UNIDADE, resolveu voltar para a rua.
Carinhoso	18 anos	UNIDADE	Internado para tratamento de drogadição.
Urso Carinhoso	16 anos	UNIDADE	Vive na casa da tia e faz estágio.
Surfista	Não sei a idade	UNIDADE	Está na rua.
Iemanjá	17 anos	UNIDADE	Tornou-se mãe da filha de Besouro. Está na rua.
Trapezista	16 anos	ACOLHIMENTO	Participou de parte do processo do espetáculo <i>Meninos da Guerra</i> e desistiu na metade. Não sei onde está.
Pidão	16 anos	UNIDADE	Está na rua.
Gavião	18 anos	UNIDADE	Está cumprindo pena na penitenciária, foi acusado de homicídio de uma pessoa que estava em situação de rua.
Castor	14 anos	UNIDADE	Não localizado
Poeta	14 anos	UNIDADE	Não localizado
Tristeza	13 anos	UNIDADE	Está na rua
Gatinha	16 anos	Mora com os pais	Mora com os pais.
Princesa	17 anos	ACOLHIMENTO	Atualmente mora com a irmã.
Espoleta	15 anos	ACOLHIMENTO	Está em acolhimento.
Baiana	18 anos	UNIDADE	Completo 18 anos e está morando com Fortaleza.

⁶⁴ Instituições onde conheci os jovens. O termo *UNIDADE* refere-se à principal instituição mencionada neste trabalho. Trata-se do local onde iniciei as atividades artísticas, em 2013. As demais entidades estão designadas como *unidades de acolhimento*. Conforme explicado na *Introdução* deste trabalho, a *UNIDADE* não corresponde a um serviço de “acolhimento institucional”, tampouco *Casa Lar*, pois os jovens que ali habitam não estão sob *medida protetiva jurídica*, não havendo medida judicial para tanto. É qualificada pela SEDESTMIDH/DF como uma instituição de transição para o jovem que possui um vínculo crônico com a rua e não consegue criar, ainda, vínculo com uma *unidade de acolhimento*.

Guerreira	15 anos	UNIDADE	De acordo com os colegas de <i>Meninos da Guerra</i> foi expulsa do <i>Abrigo</i> por usar maconha.
Mãezinha	8 anos	ACOLHIMENTO	Na instituição.
Hulkizinho	13 anos	RUA	Está na rua.
Espichado	19 anos	UNIDADE E ACOLHIMENTO	Participou do programa “Vira Vidas” e tornou-se técnico em eletricidade. Alugou uma casa, onde vive.
Cantora	16 anos	UNIDADE	Não localizado
Serpente	16 anos	ACOLHIMENTO	Faz “programas” para ganhar dinheiro. Desistiu de participar de <i>Meninos da Guerra</i> ainda no início do processo.
Daisy	16 anos	ACOLHIMENTO	Não fez parte do processo de <i>Meninos da Guerra</i> , mas acompanhei sua recusa de permanecer no abrigo Batuíra. Não sei onde está.
Perdida	16 anos	ACOLHIMENTO	Em conversa pelo telefone disse que estava desistindo da situação de acolhimento institucional e voltou a viver com a irmã.
Leka	Maior de idade	RUA	Leka está fazendo tratamento de drogadição.
Bondoso	17 anos	UNIDADE	Morreu em 2015.
Desdentado	17 anos	UNIDADE	Morreu em 2015.
Cavalo Azul	17 anos	UNIDADE	Foi embora para o interior da Bahia atrás do circo no qual trabalhava.
Câmera	16 anos	UNIDADE	Não localizado
Trancado	18 anos	UNIDADE	Está na rua.
Bailarina	16 anos	UNIDADE	Não localizado
Rapper	17 anos	ACOLHIMENTO	UNAC
Príncipe	16 anos	ACOLHIMENTO	Casa de Ismael
Calada	17 anos	ACOLHIMENTO	Lar de São José
Palhaço	18 anos	RUA	Mora com <i>Charmosa</i>
Charmosa	17 anos	ACOLHIMENTO	Mora com <i>Palhaço</i>
Galã	17 anos	UNIDADE	UNAC
Lino	Não sei a idade	UNIDADE	Participou de minha primeira oficina na UNIDADE e não tive mais contato com ele.

Fonte: Elaboração própria.

Parte Geral

LIVRO I – DOS CANTOS DO MUNDO

Assunto 1º – Quem vem lá?

No ano de 2013, recebi um convite da coordenação da *UNIDADE* para realizar uma oficina de teatro, que teria por fim a montagem de uma cena fórum – metodologia do Teatro do Oprimido.⁶⁵ A oficina tinha a proposta de trazer questões a serem resolvidas no contexto social dos *jovens em situação de rua*, principalmente aquelas relacionadas às drogas.

A minha presença na *UNIDADE* foi registrada como parceria entre instituições públicas: Secretaria de Estado e Segurança Pública e Paz Social do Distrito Federal (SSP/DF) e SEDESTMIDH/DF.⁶⁶ *Intuí* que poderia não ser aceita pelos jovens ao me identificar como policial, e, por isso, optei por não mencionar este fato, após um diálogo franco com a coordenação da *UNIDADE*, que concordou e manifestou o mesmo entendimento sobre o assunto. Assim, passei a atuar com os jovens da mesma forma em que atuo em minhas oficinas de teatro em comunidades vulneráveis, ou seja, identificando-me como professora de teatro. No entanto, sempre deixei aberta a possibilidade de realizar um encontro com os jovens da *UNIDADE* para conversarmos sobre o assunto.

Embora seja sensivelmente peculiar a questão, entendo que minhas experiências de convivência artística com os jovens suplantam qualquer identidade taxativa. Para desenvolver um trabalho como pesquisadora eram evidentes as *imperfeições* em nossas relações, mas era a partir delas que o trabalho poderia mostrar-se diferenciado. Afinal, a minha experiência seria diferente daquelas que vivi nas situações de plantões policiais, em que eu registrava em escrituras todo o procedimento do *ato infracional* praticado pelo *adolescente infrator*. Foi aparentemente nesta época que uma inquieta curiosidade em relação a eles me moveu, bem como o interesse sincero em ouvi-los e também ser escutada.

Com efeito, na ideologia do *homo oeconomicus*, o fato de o indivíduo ter sido analisado como pivô auto-suficiente da sociedade acabou fazendo com que fosse eliminada ou pelo menos postulada a **superação da imperfeição**. Em contrapartida, **a reafirmação da pessoa plural num mundo policultural** tende a integrar o mal como um elemento entre outros. Ele pode ser vivido, tribalmente – e, com isto, “homeopatizar-se”, tornar-se mais ou menos inofensivo.⁶⁷

⁶⁵ Metodologia desenvolvida por Augusto Boal e o Centro de Teatro do Oprimido do Rio de Janeiro, onde o espectador entra em cena em substituição ao oprimido para propor possíveis soluções ao problema encenado. Para Boal, o espectador passa a ser “espectador” e atua teatralmente revelando seus desejos e estratégias. O teatro passa a ser um “ensaio para a ação na vida real, e não um fim em si mesmo” (BOAL, 2008, p. 19).

⁶⁶ Há época, a SEDESTMIDH era denominada de Secretaria de Desenvolvimento e Transferência de Renda (Sedest). Em relação às nomenclaturas empregadas pela secretaria no decorrer do período desta pesquisa, verificar a nota de rodapé nº 5 da *Introdução*.

⁶⁷ MAFFESOLI, Michel. **A parte do diabo**: resumo da subversão pós-moderna. Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 15 (grifo da autora).

§ *Persona*

No desenho, entre os traços

Lá estava encravada a mãe

Nas entrelinhas dos laços: “materna-me mãe”

No todo do nada, teve desejo e repúdio

No novo mundo

Onde mora o gigante tardio?

Em uma casa, em qualquer lugar

Onde tem teto, onde basta paz.

Nas asas paradas carrega cortes de eletricidades esvaecidas

Em presentes de não ausências, para além da meta e dentro da quântica

Nos pilares da que finge não enxergar

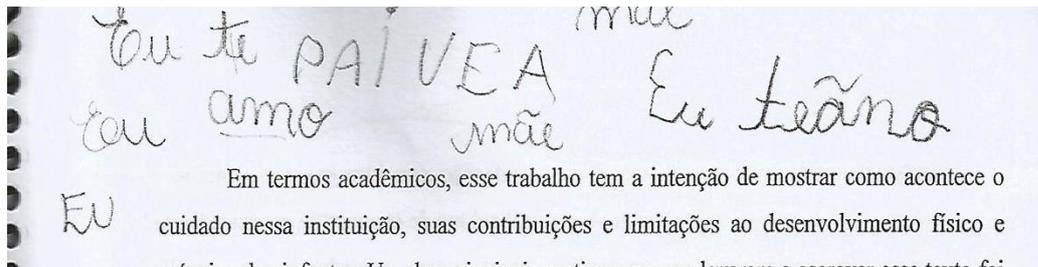
Lá tem arte, foi buscar

Pela venda puída do tempo poiético viu seus grandes olhos

Opticidades poluentes

Por onde se enfraquecem liberdades tão sonhadas⁷⁰

Figura 2 – Escritos em meu material de estudo



Fonte: Elaboração própria (2015)

Obs.: Escritos em meu material de estudo realizados pelo jovem *Carente*. O nome “Paivea” é usado pelos jovens para se referir a alguém que eles considerem pai e mãe.

Canto I – Envolver-se e conhecer

O trabalho de dissertação de mestrado de Diego Silva Vieira,⁷¹ aponta um cenário sobre a dificuldade do emprego do *cuidado* nos trabalhos com os acolhidos, o que entende precipuamente ser em razão da falta de gestão de emoções por parte dos cuidadores da unidade pesquisada por ele: Unidade de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (Unac). O pesquisador afirma: “O trabalho de cuidado é por sua própria natureza carregado de forte envolvimento emocional”.⁶⁸ Grande parte das dificuldades apontadas pelo pesquisador

⁷⁰ Nota de *Diário de Campo* da autora.

⁷¹ SILVA VIEIRA, Diego. “**É enxugar gelo**”: o cuidado de crianças e adolescentes em uma unidade de acolhimento do Distrito Federal. 2013. 113 fl. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

⁶⁸ *Ibid*, p. 106.

parecem similares às questões que vivi durante estes anos de convívio com os jovens da *UNIDADE* e *unidades de acolhimento institucional*. “É um trabalho complexo que exige muita intuição.” Esta frase anotei em meu *Diário de Campo*, sendo de autoria de um dos profissionais que atuou comigo durante grande parte do período de realização do trabalho na *UNIDADE*. Talvez seja a frase que mais me impacta. Entendo que o *intuitivo* foi um importante elemento para o trabalho nas oficinas e produções artísticas com os jovens, não apenas por traçar a cada instante um novo caminho, mas também por permitir evocar e controlar o envolvimento emocional, o que, certamente, foi muito complicado, tendo em vista que me propus a realizar uma imersão. Quantos de nós estamos preparados para lidar com esta intuição e emoção que nos guia e nos alerta?

A *impressão* que tenho é a de que os jovens estavam sempre testando os nossos limites: realmente estamos atentos e presentes? Todas as minhas atividades previamente planejadas e organizadas tinham de ceder espaço ao imprevisto. Fora isto, havia as perturbações: pedidos constantes de dinheiro e cigarro. Por vezes, posicionava-me perante eles de forma contundente, ou, como no linguajar deles próprios: “dando uma dura”. Não abri mão do meu objetivo de ressaltar neles a *autonomia* e *consciência* sobre o lugar em que estavam e o lugar que queriam construir. O convívio trouxe-me mais do que o esperado, pois além de pretender algo, dispus-me *a estar com* eles, aproximando-me, talvez, do que Virgínia Kastrup denomina de *atenção intuitiva*, em que não se procura informações ou algo definido, pelo contrário, há um *consentimento pleno*.⁷³ Apenas o convívio poderia permitir que os encontros e trocas imprevisíveis se tornassem possíveis.

Independentemente dos vícios, das reclamações sobre a comida estragada, da tentativa de atender aos pedidos dos jovens que gostariam de entrar no mercado de trabalho, das inúmeras investidas já frustradas de antemão em suas respectivas escolarizações, um item me pareceu de extrema relevância: *o envolvimento emocional*. Durante o período da pesquisa, em meu convívio com funcionários da *UNIDADE*, psicólogos, cuidadores, pedagogos, assistentes sociais, sempre recebi o *feedback* de que o trabalho de teatro era diferente, pois permitia maior aproximação com os jovens. Compreendo tais assertivas e impressões, visto que as atividades artísticas trabalham com o lúdico e a espontaneidade, tão próprias da infância.

O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) elaborou o documento *Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos*, no qual reúne uma série de textos de estudiosos e resultados de pesquisas sobre as políticas de assistência social. Na

⁷³ KASTRUP, Virgínia; TEDESCO, Silvia; PASSOS, Eduardo. **Políticas da Cognição**. Rio de Janeiro: Editora Sulina, 2008.

abertura do documento há um diagrama em que a *convivência* apresenta-se como *forma* da qual o *vínculo* é o *resultado*.⁶⁹ Durante os anos de 2013, 2014 e 2015 mantive o compromisso de comparecer à *UNIDADE* pelo menos uma vez por semana, preferencialmente às quartas-feiras, para *estar com* os jovens e lhes oferecer minha atenção e escuta. As oficinas se assemelhavam a *ateliês*, as quais propiciavam a invenção de um espaço-tempo, em que o brincar era uma constante, tendo implicado na criação de vínculos.

Foi ao conviver com os jovens, atenta aos seus problemas e me oferecendo para ajudá-los e apoiá-los, que percebi estreita ligação de minhas ações com o trabalho de cuidado. Para alguns deles me tornei a *tia* que trazia balas, chocolates, *pendrives*; já para outros, uma *pessoa* disposta a ouvi-los; ou, ainda, uma *professora* que brincava e jogava. Havia também aqueles que me consideravam uma *Paivea*, pai e mãe, na gíria dos jovens *de abrigo*.

Quando iniciamos os trabalhos de ensaios de *Meninos da Guerra* (2015), eu já tinha alcançado um grau de maior intimidade com *os jovens*, pois já tinham contato comigo desde o ano de 2013, em razão de nosso vínculo construído nas vivências artísticas das Oficinas de Teatro e também em trabalhos como o filme *Kaligrafia Maldita* (2014). Deixei transparecer o meu envolvimento afetivo não só com os jovens, mas principalmente com o trabalho artístico. Ao dividir o palco com eles na condição de atriz, em *Meninos da Guerra* (2015), criei cenas artísticas, a partir de episódios reais que vivenciei nos plantões da *Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA)*,⁷⁰ por compreender que os assuntos que os levavam até lá, nas noites de plantão, não se tratavam, muitas vezes, de *assuntos de polícia*.

Escrivã: A gente não é tudo igual não! E você também não é bandido, nem ladrão, nem traficante... Quando foi a primeira vez, hein? Você era um moleque de 4 anos. Chegou aqui chorando. Cê se lembra disso? Os três irmãos... Pareciam que tinham chegado da Etiópia: sem camisa, sem chinelo. Um de 4, um de 7 e o outro de 9 anos, o que morreu. Com fome, raquíticos, chorando com os olhos cheio de remela e o nariz cheio de meleca. A tua mãe não tinha com quê cozinhar. Cê lembra disso? A gente fez uma vaquinha entre os policiais para pagar o botijão que vocês roubaram. Mesmo depois da vaquinha vocês ainda choravam. Ainda me lembro dos teus

⁶⁹ Disponível em: <<http://goo.gl/TLTL70>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

⁷⁰ A DCA faz parte da estrutura administrativa da Polícia Civil do Distrito Federal, conforme artigo 5º do Regimento Interno – Decreto nº 30.490, de 22 de junho de 2009, que prevê duas unidades: DCA – I e DCA – II, às quais fazem parte do Departamento de Polícia Especializada. A existência de um serviço especializado ao adolescente coaduna com o disposto no item 12.1 das Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça de Menores – Resolução nº 40/33, de 29 de novembro de 1985, conhecidas também como *Regras de Beijing*. O referido item das Regras recomenda a especialização dos serviços de polícia para jovens que pratiquem atos infracionais. Soma-se a isto as previsões no ECA (Lei nº 8.069/1990), especialmente o artigo 88, inciso V, que estabelece como uma das diretrizes na política de atendimento à integração operacional para otimizar o atendimento aos adolescentes para fins de aplicação imediata da medida socioeducativa pertinente, obedecendo também aos princípios do artigo 100 do ECA.

soluções, eles ainda ressoam na minha cabeça, nos meus sonhos, nos meus pesadelos. Nem todos os policiais são iguais não!

Márcio: E nós? Os bandido? Não somo tudo igual não! Hoje é meu aniversário. Cadê meu presente?⁷¹

Atriz. *Vivencio* o afeto no campo das Artes Cênicas.⁷² Quando reflito sobre minha atuação na *UNIDADE* percebo que me mantive disponível para afetar ou ser afetada, a partir do que reverberasse de meu corpo, ou ainda, do corpo dos jovens. Assim, permitia-me agir, seja em uma afecção alegre, seja triste. Estar com os adolescentes me exigia preparo físico e disponibilidade para ouvir e agir no espaço – correr, dançar, conversar, brincar, jogar futebol, improvisar cenas, questionar, abraçar, chorar, sorrir etc. Estas *ações físicas* me aproximavam da *atuação cênica*, em que não se tratava de *representar* uma personagem, mas sim no sentido que atribui o ator e pesquisador Renato Ferracini:

A ação física é relacional. A suposta “humanidade” e presença percebidas em uma ação física constroem-se nessa relação. Ela não mergulha em um suposto interior emocional do ator, ou se conecta com alguma essência humana profunda e interna. Muito pelo contrário, a ação física se conecta com o fora, ela é um corpo integrado – e por isso relaciona todo seu universo “interno” em fluxo e projeta esse fluxo na relação com o mundo.⁷³

§ “Mas o que eu sinto falta mesmo é das nossas conversas, essas conversas que são boas pra minha cabeça tia.” Pelezinho⁷⁴

Havia momentos em que eu não estava mais no cotidiano dos jovens, como é o caso de *Pelezinho*, que saiu da *UNIDADE* e foi para uma *unidade de acolhimento institucional*, e assim já não podia mais participar dos encontros de teatro às quartas-feiras.

Era a minha atuação no tempo, e não mais apenas nos espaços físicos, que produzia afetos e permitia que uma rede de interações possibilitasse a aprendizagem na experiência. O pedagogo Paulo Freire afirma que a “afetividade não se acha excluída da cognoscibilidade”.⁷⁵ Tinha ciência de que a exposição de minha sensibilidade para experimentar o *afeto* poderia repercutir *de forma conflituosa* na estrutura arquitetônica, administrativa e relacional da *UNIDADE*. No entanto, *intuí* que apenas a *exposição do sensível acrescida de minha fragilidade* faria acessar a intensidade de cada um daqueles jovens, possibilitando que os aprendizados para ambos acontecessem.

⁷¹ Trecho da cena *O garoto que queria voar*, do espetáculo *Meninos da Guerra*. Texto: Livia Fernandez – *Dramaturgia final*: Carlos Laredo.

⁷² Vide nota de rodapé nº 9 da *Introdução* sobre o entendimento adotado quanto ao termo *afeto*.

⁷³ FERRACINI, Renato. **Ensaio de atuação**. São Paulo: Perspectiva, 2013. p. 116.

⁷⁴ Trecho de Diário de Campo da autora – espetáculo *Meninos da Guerra*, em 6 de agosto de 2015.

⁷⁵ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. p. 138.

A atitude de maleabilidade pactuada entre facilitadores e a professora Livia se pauta em permanecer numa posição de correspondência à situação, sem tentar adequá-la ao programado. Ser receptivo ao que ocorrer – pela força interna (perseverança) aliada (afeto).⁷⁶

Canto II – Os cantos de onde vim: um outro policiamento é possível?

Os lugares que eu ocupava pertenciam apenas à complexidade daquela relação: de um lado a mulher, atriz, professora de teatro; do outro, jovens *de abrigo e de rua*. A *experiência do comum*⁷⁷ que se constituía tinha mais um componente que não poderia ser desconsiderado: as minhas vivências como escritora de polícia. Nos últimos três anos, tenho me dedicado à prevenção de crimes, por intermédio de atividades artísticas. O respaldo destas ações está no conjunto de práticas e princípios da *Segurança Comunitária*, o qual se distingue do policiamento tradicional, justamente por vislumbrar *o diálogo e a interação* com a comunidade dentro da perspectiva de se antever os problemas que possam resultar em crimes.⁷⁸ De acordo com os autores Trojanowicz e Bucqueroux, a *Segurança Comunitária* corresponde a

uma filosofia e uma estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar, e resolver problemas contemporâneos tais como crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, e em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade geral da vida na área.⁷⁹

Conforme o artigo 144 da Constituição Federal de 1988, o qual inaugura o Capítulo III que trata da *Segurança Pública*, as Polícias Civil, Federal e Militar são órgãos de exercício da Segurança Pública, sendo que às Polícias Civil e Federal competem a função de *polícia judiciária* e apuração de infrações penais. A competência da Polícia Civil é estadual, enquanto a Polícia Federal atua em defesa de bens, serviços e interesses da União e suas entidades autárquicas ou empresas públicas. Quanto à Polícia Militar, compete a esta realizar o

⁷⁶ Relatório produzido pelos técnicos da UNIDADE, em 2014.

⁷⁷ KASTRUP, Virgínia; PASSOS, Eduardo. Cartografar é traçar um plano comum. Fractal. **Revista de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, maio/ago. 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/FgyQvl>>.

⁷⁸ Ao ingressar no quadro da Polícia Civil do Distrito Federal, no ano de 2009, pesquisei e escrevi o artigo científico *POLICIAMENTO COMUNITÁRIO NA POLÍCIA CIVIL: Instrumento de investigação e prevenção de crimes*, como resultado de conclusão do Curso de Formação na Academia de Polícia Civil do DF.

⁷⁹ TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUZ, Bonnie. **Policiamento comunitário: como começar**. Tradução Mina Seinfeld de Carakushansky. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1994. p. 4.

policciamento ostensivo e a preservação da ordem pública. Assim, em uma análise aparente às normas, caberia às polícias a atividade puramente investigativa e também ostensiva.⁸⁰

A *Segurança Comunitária* vem alinhar-se a um modelo de funcionamento que também encontra o seu respaldo no artigo 144 da Constituição Federal de 1988, em que a *Segurança Pública* aparece como “direito e responsabilidade de todos”. Assim, a *Segurança Comunitária* surge como tentativa de resgatar a filosofia da *gestão compartilhada* entre os órgãos que compõem o sistema de segurança pública e a comunidade. Isto repercute não só na ampliação das funções da atividade policial, mas também valoriza a participação cidadã, conforme aponta Trojanowicz.^{81,82}

Em países como Japão, Estados Unidos e Canadá, a *Segurança Comunitária* apresenta-se com maior repercussão. No Japão há registro deste tipo de policiamento a partir de 1874, em que o policial estava presente em postos e fazia patrulhas, mantendo, assim, o contato com a comunidade de um determinado local. Nos Estados Unidos há destaque a partir de 1992, como resposta à violência e corrupção policial. São inúmeros os programas que unem Organizações Não Governamentais (ONGs) como parceiras da polícia, coordenando gastos e promovendo estudos para aprimorar a filosofia da *Segurança Comunitária*. No Canadá há projetos que aproximam os policiais dos jovens, a exemplo de conjuntos musicais e filmes. Observa-se que nestes países foram destinados recursos para o treinamento, as ações de qualidade de vida dos policiais e execução de ações que aproximaram a comunidade do exercício da segurança pública.⁸³

⁸⁰ Para maior entendimento das atribuições de cada órgão policial, conferir o artigo 144 da Constituição Federal de 1988, o qual traz em incisos e parágrafos as funções e peculiaridades dos órgãos de Segurança Pública.

⁸¹ Ibid.

⁸² As ações de *Segurança Comunitária* no âmbito da Polícia Civil do Distrito Federal estão previstas em seu Regimento Interno – Decreto nº 30.490, de 22 de junho de 2009, trazendo na estrutura a Divisão de Polícia Comunitária vinculada à Academia de Polícia Civil. De acordo com o artigo 90 e incisos do referido Regimento, compete à Divisão de Polícia Comunitária, em síntese: Realizar ações do Programa de Segurança Comunitária, que incluem projetos, programas, visando à prevenção de crimes, junto às unidades da Polícia Civil; Apoiar as Delegacias Circunscriçionais e Especializadas, no desenvolvimento de ações que visem à melhoria do atendimento público, a prevenção de crimes, redução da criminalidade e combate à impunidade; Buscar junto aos órgãos públicos, do Distrito Federal e/ou Federal, apoio e recursos para os projetos de cunho preventivo; Coordenar eventos relacionados com a filosofia de Segurança Comunitária; Propor programas de ensino e treinamento para a formação e o aprimoramento dos policiais civis e comunidades, com foco na filosofia de Segurança Comunitária; Identificar as áreas prioritárias para implementação de projetos sociais que visem redução da criminalidade; Fomentar o envolvimento de ONGs, e outras entidades civis, em projetos conjuntos com a PCDF.

⁸³ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária**. 5. ed. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2013.

Figura 3 – Programa de Segurança Comunitária no Canadá – apresentação do grupo musical formado por policiais *Blue Thunder Police Band*



Fonte: Disponível em: <<https://goo.gl/LFEOi2>>. Acesso em: 13 dez. 2015.

Figura 4 – Prática de *Segurança Comunitária* nos Estados Unidos – Departamento de Polícia de Nova York



Fonte: Disponível em: <<http://goo.gl/A51ZqW>>. Acesso em: 13 dez. 2015.

Figura 5 – Prática de meditação da polícia canadense, na Província de Ontário



Fonte: Disponível em: <<http://goo.gl/sY7nxx>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a *Segurança Cidadã* “abrange a promoção da segurança a partir de fatores sociais, culturais, econômicos, institucionais, familiares, pessoais e globais”.⁸⁴ Vislumbra-se, por este motivo, atuações intersetoriais, uma vez que não se tem uma violência, mas sim situações de violências constantemente criadas em ambientes diversos. Sendo assim, há maior atenção às práticas coletivas de cultura de paz por diferentes atores do cenário social, que abrangem tanto o poder público quanto a sociedade civil.⁸⁵

No Brasil, grupos como a Companhia de Teatro da Polícia Militar da Bahia destacam-se por realizar atividades de prevenção de crimes e fortalecimento dos costumes e práticas culturais na região.⁸⁶ Porém, apesar da existência de programas e projetos que fomentam a filosofia da *Segurança Comunitária*, a prática ainda é tímida e pouco efetiva. A atuação da polícia brasileira é eminentemente repressiva. Autores como Marcineiro e Pacheco informam que tal atuação decorre da adoção de princípios neoliberais, os quais contribuem para a cultura do individualismo, e, por isso, o aumento da desigualdade social e da violência.

As Polícias de maneira geral participam deste quadro reprimindo as classes menos favorecidas, estigmatizadas como criminosas, defendendo um Estado que é, até prova em contrário, o principal causador das desigualdades sociais que geram a situação que é combatida pelas forças policiais.⁸⁷

Um dos policiais em *Conversação comigo no Grupo Focal 1* apontou-me suas considerações sobre a *Segurança Comunitária* na Polícia Militar do Distrito Federal:

Conversação Grupo Focal I – Policiais

PoliciaI 1 [...] O Policiamento Comunitário, ele tem que ter essa relação: comunidade e polícia. Agora assim, **tem alguns requisitos que é necessário para ter essa relação. O principal é a confiança. Se a comunidade não confiar na polícia e a polícia não confiar na comunidade, não adianta, não vai fazer policiamento comunitário.**

⁸⁴ Disponível em: <<http://goo.gl/Z76udT>>. Acesso em: 2 jul. 2016.

⁸⁵ Neste sentido, o Governo do Distrito Federal instituiu no ano de 2014 o Programa *Viva Brasília – O Nosso Pacto pela Vida*. De acordo com o *documento orientador* do programa, a diversidade das manifestações de conflitos é reconhecida, o que implica não a violência como algo central, mas sim violências e multiplicidades de origens. O programa consiste basicamente em orientar órgãos de governo autônomos para a solução de problemas de segurança pública que demandam ações interdependentes. Além disso, é intenção do programa envolver órgãos públicos e sociedade civil para propor soluções regionais, as quais sejam mais afeitas ao cenário daqueles moradores. Disponível em: <<http://goo.gl/tV5jJM>>. Acesso em: 2 jul. 2016.

⁸⁶ O grupo de teatro da Polícia Militar da Bahia possui cerca de quatro espetáculos: *Sai Dessa*; *A peleja de João para ser cidadão*; *A Ópera da Cidadania*; e *Filho da Bahia*. De acordo com informações divulgadas na rede social do grupo, na *internet* e em material videográfico, o grupo se propõe a facilitar, socializar e sensibilizar novos conceitos de modernização organizacional. Disponível em: <<https://goo.gl/G8O6J0>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

⁸⁷ MARCINEIRO, N.; PACHECO, G. C. **Polícia comunitária**: evoluindo para a polícia do século XXI. Florianópolis: Insular, 2005, p. 80.

[...] eu fiquei mais crítico ainda depois do curso que eu fiz de Policiamento Comunitário. Eu entendi, na essência, o quê que era e vi que a gente não faz isso. E deveria fazer porque **o Policiamento Comunitário te traz muitos benefícios, principalmente te traz, no futuro próximo, menos trabalho, e a gente não faz isso, a gente ainda é meio caçador, continua caçador.**

O meu contato eminentemente prático com a *Segurança Comunitária* ocorreu no ano de 2013, ano em que fui lotada na Subsecretaria de Programas Comunitários (Suproc),⁸⁸ a quem competia a execução de projetos naquela área. No âmbito da Suproc atuei em um de seus programas, a *Companhia de Teatro Pátria Amada (CTPA)*, que apresentava peças teatrais principalmente em escolas públicas do Distrito Federal e do entorno. Conseguíamos *estar junto* dos jovens e conversar com eles. Após as apresentações, vários(as) jovens me procuravam para dividir seus conflitos e problemas ligados ao que era visto em cena: gravidez na adolescência, uso e tráfico de drogas.

Além disso, por intermédio da subsecretaria foi possível me aproximar de comunidades com alto índice de vulnerabilidade social, a exemplo da comunidade de Itapoã/DF, onde atualmente executo projeto encaminhado à Secretaria de Cultura do Distrito Federal com o grupo de teatro comunitário local. Trata-se de trabalho que também ressalta a autonomia juvenil por meio do teatro, além do fortalecimento de *identificação* entre a comunidade local, repercutindo na geração, não apenas do capital financeiro, mas precipuamente de *capital social e cultural*, que consiste basicamente no aumento da confiança e estima entre os membros daquela comunidade, como explica a especialista em violência juvenil Dr.^a Miriam Abramovay (2003)⁸⁹. Neste caso, a atuação a partir do investimento em *Economia Criativa* daquela localidade pode gerar uma infinidade de recursos materiais e sociais que eventualmente podem colaborar com a prevenção de crimes.⁹⁰

⁸⁸ A Suproc esteve vinculada à Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social (SSP/DF) – Decreto Distrital nº 4.852, de 11 de outubro de 1979, e Lei nº 2.997, de 3 de julho de 2002, até o final do ano de 2015, tendo sido substituída pela Susec/DF. A Susec/DF tem como propósito complementar a política de Segurança Pública, no que tange ao policiamento de proximidade às comunidades, justamente com o intuito de resgatar a confiança da sociedade perante as instituições de Segurança Pública.

⁸⁹ ABRAMOVAY, Miriam et al. **Violências nas escolas**. Brasília: UNESCO Brasil, 2002a. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001339/133967por.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

⁹⁰ As cenas fóruns foram desenvolvidas pelo próprio grupo de teatro comunitário do Itapoã/DF, tendo como propósito apresentar para a comunidade, promovendo, assim, discussões sobre os problemas naquela região, tais como discriminação racial, aliciamento de jovens para o tráfico de drogas, violência nas escolas e degradação ambiental. A líder comunitária, Rosa Vasconcelos, com quem tenho trabalhado, realiza as atividades de teatro com os jovens, ministrando oficinas aos domingos em uma horta comunitária. Antes disso, trabalhava exclusivamente como empregada doméstica. Com a execução deste projeto apoiado pela Secretaria de Cultura do Distrito Federal, foi possível remunerar sete adolescentes, além da própria líder. No dia 13 de janeiro de 2016, realizamos um ensaio geral aberto na Administração Regional do Itapoã. Uma das cenas levantadas e apontadas pelo grupo como recorrente na região tratava-se da incriminação de um jovem negro, em que o policial o julgava por sua cor de pele e condição social. Entre o público estavam autoridades, pessoas da comunidade e policiais militares. A discussão centrou-se sobre a existência de dois tipos de polícia: a da periferia e a da parte central – Brasília. A apresentação final do trabalho está prevista para o mês de setembro de 2016 e

Figura 6 – Apresentação do grupo de teatro comunitário do Itapoã, o elenco e os espectadores



Fonte: Marley Oliveira (2016).

Figura 7 – Apresentação do grupo de teatro comunitário do Itapoã, o “espectador” policial entra no lugar do personagem



Fonte: Leandro Silva, 2016 (2016).

Figura 8 – Cena de um dos espetáculos do Grupo de Teatro da Polícia Militar da Bahia

conterá com um policial como ator, além de uma militante do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas em situação de rua.



Fonte: Disponível em: <https://www.facebook.com/TeatrodaPmBa/photos?ref=page_internal>

Figura 9 – Cena de Amadeo – Companhia de Teatro Pátria Amada – 2014



Fonte: Acervo Companhia de Teatro Pátria Amada. Em cena: Lívia Fernandez (PCDF) e Mário Wilson Barros de Brito (PMDF)

Estas questões estão sendo trazidas à tona com a tentativa de demonstrar não apenas as minhas práticas de *Segurança Comunitária*, mas, sobretudo, relatar que eu já tinha o contato com os jovens que estavam nas escolas e nas comunidades, porém nestes locais eu não

conseguia me aproximar dos *jovens que realmente estavam vivendo a atividade criminosa*, e, portanto, sendo aliciados pelo tráfico de drogas. Percebia suas invisibilidades para as ações de *Segurança Comunitária* e me questionava sobre o motivo de serem lembrados *apenas quando* praticavam atos infracionais. O contato que eu possuía com eles era restrito às delegacias de polícia, quando eles já estavam entregues ao *sistema carcerário*.⁹¹

A junção do meu descontentamento diante da atuação preponderantemente repressora das polícias com a gama de injustiças e mazelas sociais vividas pelas *crianças e adolescentes que conheci na UNIDADE e unidades de acolhimento do Distrito Federal* permitiu que eu exercitasse o que acredito serem os princípios de uma *Segurança Comunitária*, que vem buscando, mesmo de forma tímida, ouvir e enxergar os pontos frágeis que envolvem ações criminosas. Mesmo que as relações com os jovens estivessem pautadas na interação artística, os conteúdos delas galgavam as áreas sociais e de segurança pública, posto que visivelmente interdisciplinar.

As cenas apresentadas no espetáculo que criaríamos dois anos depois, *Meninos da Guerra* (2015), traziam os jovens ao palco para contar suas histórias de vida, que envolvem violência familiar, aliciamento e escravidão pelo tráfico de drogas, além da contumaz violência policial.

A minha trajetória *com estes jovens* fez com que eu refletisse sobre o tipo de policiamento que estamos construindo: policiais e comunidade. É comum escutar de alguns policiais que “a sociedade tem a polícia que merece”. Penso que é difícil para as instituições policiais refletirem sobre as ações de policiamento na rua e o uso da força, especialmente com a *população em situação de rua*. Esta dificuldade está em assumir os *episódios de abuso no uso da força praticada por alguns policiais*, como demonstram reportagens, estudos, relatos e pesquisas na área.⁹²

⁹¹ Conforme nota de rodapé nº 8, os menores estão sujeitos às medidas socioeducativas de internação, mas possuem características semelhantes ao sistema prisional destinado a maiores de idade.

⁹² O uso da força e de armas de fogo por parte dos agentes de segurança pública possui recomendações internacionais advindas da Organização das Nações Unidas (ONU) e adotadas pelo Brasil, como um país-membro. A primeira consiste no *Código de Conduta para Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei*, adotado pela Resolução nº 34/169, de 17 de dezembro de 1979, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em que há artigos que seguem os princípios do uso proporcional e necessário da força. A segunda reúne os *Princípios básicos sobre o uso da força e armas de fogo pelos funcionários responsáveis pela aplicação da lei*, adotados em 7 de setembro de 1990, no VIII Congresso das Nações Unidas sobre a Prevenção do Crime e o Tratamento de Delinquentes. Disponível em: <<http://goo.gl/PwQmNn>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

§ “Quando a polícia mata cinco negros na periferia, mesmo que sejam inocentes, há a presunção de que eles são culpados e mereciam aquilo.” Osmundo Pinho, professor de Antropologia na Universidade do Recôncavo da Bahia.⁹³

Figura 10 – Trechos do Edital do Fundo Brasil de Direitos Humanos que foi construído a partir do episódio de violência ocorrido em 28 de novembro de 2015, onde cinco jovens negros foram mortos por policiais militares no Rio de Janeiro



Fonte: Disponível em: <<http://www.fundodireitoshumanos.org.br>>.

A figura 10, que contempla os trechos do *Edital do Fundo Brasil de Direitos Humanos* para projetos de esclarecimento e prevenção de ações violentas contra jovens, traz em forma de quadrinhos, explicitamente, a afirmação de que há execução de jovens negros por policiais. Em vários relatos dos jovens *em situação de rua* e *de abrigo* a questão racial vinha à tona, e muitas vezes nas histórias narradas os episódios violentos envolviam a atuação da polícia.

Ciente da importância deste assunto tão recorrente nos jogos de improviso teatral durante as *oficinas de teatro*, e mais tarde em cenas do espetáculo *Meninos da Guerra (2015)*, levei a temática para os grupos focais de *conversações*.⁹⁴ Ao mostrar a ambos os grupos as

⁹³ Matéria publicada no *site* do Fundo Brasil de Direitos Humanos sobre o episódio ocorrido em 28 de novembro de 2015, quando cinco jovens negros foram mortos por policiais militares no Rio de Janeiro. Os policiais foram denunciados por homicídio qualificado, fraude processual e posse de arma com numeração adulterada. Disponível em: <<http://goo.gl/pW7JEB>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

⁹⁴ Verificar a metodologia das entrevistas e a adoção do nome *conversações* na parte introdutória – *Introdução*.

imagens do edital (figura 10), e em seguida iniciarmos um debate sobre a *representação de um suspeito*, obtive as seguintes ponderações:

Quadro 2 – Debate sobre a representação de um suspeito

Conversações grupo focal II – policiais	Conversações grupo focal III – policial, três jovens e funcionária
<p>Policial – A gente conhece o cara quando ele é bandido, o estereótipo dele. É bermuda da <i>Ciclone</i>. Não é o fato de ele ser negro, isso não é, não é, não influencia, pode ser! E outra coisa, normalmente andam em bando, três, quatro, boné, chinelo ou tênis... Assim ó: a camisa com... com... Ele já diz ó: sou vagabundo. É, camisa de maconha agora tá sendo até apreendida né? E, entrando num paralelo que você falou: “a polícia na periferia trabalha de um jeito, é verdade.”</p>	<p>Princesa – Tia, morena assim (aponta para a sua pele negra), que usa roupa diferente, tipo roupa da <i>coolcat</i>. Só porque usa roupa da <i>coolcat</i> é porque é malandro, é ladrão... eu acho que pela roupa, pela aparência, eles vão abordar, por isso... pelo modo de se vestir, e pela cor também...</p>

Fonte: Livro Apêndice: *Conversação II e III*

O jurista e escritor Paulo Rangel, bastante citado e reconhecido na área jurídica, escreveu a obra *A Redução da Menor Idade Penal: avanço ou retrocesso social?*⁹⁵. O subtítulo da obra traz uma informação interessante: *a cor do sistema penal brasileiro*. Não cabe neste trabalho discorrer sobre o perfil de jovens que são mortos e criminalizados no Brasil. Entretanto, este tema é um daqueles que tangencia o trabalho, principalmente pelo fato de os jovens com que convivi serem, em sua maioria, pardos e negros. A questão racial é tema recorrente na esfera jurídica, tanto que a figura 9 exemplifica a comunhão de ações direcionadas a evitar a morte de jovens negros, em específico por policiais.

A obra de Paulo Rangel faz uma abordagem institucional, jurídica e cultural sobre a *representação do suspeito*, ressaltando com dados quantitativos, aliada à sua experiência como juiz, o fato de que o adolescente infrator brasileiro é, em sua maioria, afrodescendente, analfabeto ou, no máximo, com ensino médio incompleto e pertencente às regiões periféricas do país⁹⁶. Estes dados correspondem a algumas das características comuns que encontrei nos *Meninos e Meninas da Guerra*.

Aos poucos fui percebendo que o campo em que eu pesquisava era, *a priori*, habitado pelo *policial e o menino ou a menina em situação de rua* ou *em situação de acolhimento*. Além deles, pouco a pouco fui observando também a presença das cobranças dos *traficantes*.

⁹⁵ RANGEL, Paulo. **A redução da menor idade penal: avanço ou retrocesso social?** São Paulo: Atlas, 2016.

⁹⁶ *Ibid.*, p. 94.

Por outro lado, havia a sociedade, composta de pessoas e bens, passíveis de sofrerem infrações penais, inclusive pelos *jovens em situação de rua*.

A minha presença como professora de teatro e atriz era tão consciente quanto à presença da policial, pois os relatos confessados eram guardados com a sensação de injustiça. Estive ciente de que *os policiais não possuíam nenhum crédito junto aos jovens*, pois frequentemente eram denunciados a mim, *como os maiores agentes de violência contra a população em situação de rua*, sendo mais malquistos do que o *traficante*, a quem eventualmente deviam algum valor em razão do tráfico de drogas e do qual temiam sob o risco de ter de pagar com a própria vida.

Passei foi duas horas dentro do cerrado com aquele negão lá... cabuloso véi! [...] É o negão da luva doido! É, ele mesmo! Ele ia me jogar da ponte do bragueto parceiro! Aí, eles me pega direto. Aí eles fala assim: “Aí! Esse aqui a gente já conhece já!” Ele falou bem assim: “Cê não tem apelido não?” Eu falei, “eu não!” “Até eu tenho apelido!” Então... Me pega direto a GTOP; “Esse desgraçado aqui não fica preso não!” Fui lá na defensora hoje e ela falou; “É moleque, você tem muita sorte, já era pra você ter pego uma guela, uma internação!” Arquivou o processo? Aí eu vou ter que pagar a LA só! Eu falei: O quê? Vou trabalhar de graça não parceiro! LA eu nem conto mais... É o quê? Pega só pra ver a maldade parceiro, só para sapecar mesmo, só pra ver na reta parceiro! Só pra diversão! Lá no Goiás mesmo, sem dever nem nada! Os caras só queriam pra diversão mesmo! [...] Já morei em tanto buraco do Goiás parceiro. Quê? É a barca?⁹⁷

Diante da *representação* do policial como alguém predominantemente violento, por grande parte dos jovens, acentuada pela colaboração dos meios de comunicação de massa, e do próprio convívio dos jovens com os traficantes de drogas, percebi que a minha aceitação no grupo poderia restar prejudicada, caso eu revelasse que a professora de teatro também era policial. Presumi que nem todos eles aceitariam a notícia da mesma forma, principalmente aqueles que ainda possuíam um vínculo inveterado com a rua, seja por escassez de dinheiro

⁹⁷ Transcrição de áudio gravado pelo aparelho de telefone celular da autora, em 6 de maio de 2015, em trajeto para o ensaio de *Meninos da Guerra*. Os jovens conversavam sobre polícia e medidas de internação. MP3. 7min14s. Enquanto fazia minhas anotações dentro da kombi, até chegarmos ao local do ensaio, deixava quase sempre meu celular ligado, gravando nossas conversas. No trecho citado, um dos jovens diz ao outro como é tratado pela polícia. Ele contava que os policiais os levaram a um cerrado e que havia um policial negro usando uma luva. Ele ameaçou jogar o jovem da Ponte do Bragueto, e reclamava do fato de o jovem não ficar preso. Em seguida, o jovem comenta que foi até a Defensoria Pública, onde ficou em liberdade assistida, tendo de prestar serviços à comunidade. Disse então que não ia trabalhar de graça. Volta a falar da polícia do Goiás, onde reclama da violência dos policiais, mencionando que ela é praticada apenas por diversão. Ouvindo outro jovem, pergunta se está se aproximando de nosso veículo, uma viatura – que na linguagem dos jovens é chamada de “barca”.

seja pelo vício do *crack* e a dependência financeira em um mercado de *aviõezinhos*⁹⁸ para comprar cigarros e mais drogas.

Minha curiosidade, enquanto pesquisadora, crescia ao conviver com aqueles jovens. Estava interessada em saber *como* permitíamos, enquanto sociedade, que os jovens continuassem atuando da mesma forma: dependentes de drogas, sem motivação escolar ou perspectiva profissionalizante, e cada vez mais apáticos, entregues a uma rotina pouco estimulante da *UNIDADE e unidades de acolhimento*.

Creio que a atuação na área de prevenção de crimes está um pouco mais afastada do objetivo de encontrar *suspeitos* ou *culpados*. Assim, acredito ser mais provável a possibilidade de se aproximar das *pessoas* e verificar as melhores formas de realizar ações que poderiam repercutir na qualidade de vida da comunidade. Com isto, busquei alinhar a pesquisa na *UNIDADE* com a função de *informada*, e não *informante*, valendo-me do conceito de Goffman,⁹⁹ neste ponto:

Um tipo de pessoa “informada” é aquele cuja informação vem de seu trabalho num lugar que cuida não só das necessidades daqueles que têm um estigma particular quanto das ações empreendidas pela sociedade em relação a eles. [...] A polícia, devido ao fato de ter que lidar constantemente com criminosos, pode se tornar “informada” em relação a eles, levando um profissional a declarar que “... de fato os policiais são as únicas pessoas que, além de outros criminosos, o aceitam pelo que ele é.”¹⁰⁰

A polícia já possui vários *informantes*, porém quantos *informados*? A minha proposição, para além de estar ciente das contribuições das atividades de teatro para os jovens, era saber como poderíamos construir uma polícia *mais humanizada*, como pregam os *slogans* das campanhas governamentais. Desgastada com as elucubrações teóricas, resolvi mergulhar na vida dos *meninos e meninas* e efetivamente participar de nossas *perturbações*.

Só quando alguma interação nos tira do óbvio – por exemplo, ao sermos bruscamente transportados a um meio cultural diferente – e nos permitimos refletir é que nos damos conta da imensa quantidade de relações que tomamos como garantidas. A bagagem de regularidades próprias ao acoplamento de um grupo social é sua tradição biológica e cultural. A tradição é uma maneira de ver e atuar, mas também um modo de ocultar. Toda tradição se baseia no que uma história estrutural acumulou como

⁹⁸ Gíria para *tráfico de drogas*, especificamente praticado por crianças e adolescentes.

⁹⁹ GOFFMAN, ERVING. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

¹⁰⁰ *Ibid.*, p. 39.

óbvio, como regular, como estável, e a reflexão que permite ver o óbvio opera somente com aquilo que perturba essa regularidade.¹⁰¹

Além de haver a polícia que vigia e controla, há a presença do *cidadão de bem*, aquele que, em princípio aparente, segue as regras e normas, e a quem compete exercer a vigilância da própria atividade policial. Michel Foucault¹⁰² se dispõe a investigar a polícia e sua presença, precisamente no estudo dos séculos XVII e XVIII.¹⁰³ A polícia era constituída como uma prática social espontânea por grupos movidos, seja por uma ideologia religiosa, seja por medo das punições de uma legislação penal sanguinária.¹⁰⁴ O próprio grupo social elegia a polícia que vigiava e controlava a ordem, a fim de que se escapasse da punição pelo poder político. Tratava-se, portanto, de uma autodefesa. No entanto, Foucault também menciona a polícia como instituto de invenção francesa, já sob um comando estatal, constituída por uma “prática dos controles sociais ou em um sistema de trocas entre a demanda do grupo e o exercício do poder.”¹⁰⁵

A partir do final do século XVIII, no contexto das sociedades econômicas, a riqueza aparece já de forma difusa e dispersa, em forma de mercadorias, máquinas e estoques, e, portanto, mais próximas do próprio proletariado, sendo necessária sua vigilância. O mesmo ocorre em relação à propriedade, agora dividida e multiplicada, e por isto, mais exposta a riscos.¹⁰⁶ Com isto, a polícia, enquanto instituição, está historicamente *a serviço da vigilância de mercadorias, propriedades, e também de pessoas específicas*, o que é perceptível ainda hoje, não apenas em nosso ordenamento jurídico, mas também na prática dos policiais.

Por outro lado, o poder de vigilância e controle não está apenas na instituição das polícias, sendo por isso *relacional e capilar*, aparecendo dentro de uma sociedade que se

¹⁰¹ MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento**: as bases biológicas do conhecimento humano. Campinas: Ed. Psy, 1995, p. 260.

¹⁰² FOUCAULT, Michael. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

¹⁰³ Procuro estabelecer um diálogo neste trabalho com a obra de Foucault, sendo necessário estar atenta à perspectiva que o próprio filósofo anuncia em sua *arqueologia*: “Meu discurso não procura obedecer às mesmas leis de verificação que regem a história propriamente dita, uma vez que esta tem como único fim dizer a verdade, dizer o que se passou, no nível do elemento, do processo, da estrutura das transformações” (2002, p. 157). Em *A verdade e as formas jurídicas* tem-se a reunião de cinco conferências realizadas pelo filósofo na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, entre 21 e 25 de janeiro de 1973. Naquele momento, Foucault se propunha a reunir suas pesquisas para investigar como se formaram os domínios de saber partindo das práticas sociais; analisar o discurso não meramente linguístico, mas como jogos de “ação e reação”, e também a reelaboração da teoria do sujeito, em que este é constituído, momento a momento, por meio da história (2002, p. 9). Roberto Machado, na introdução da obra *Microfísica do Poder* (2011) afirma que a *arqueologia* de Foucault não tem o objetivo de fundar uma ciência, construir uma teoria ou se constituir em um sistema, mas sim realizar análise de fragmentos que se transformam, respondendo inclusive *como* os saberes surgiam e se transformavam (FOUCAULT, 2011, p. 10).

¹⁰⁴ FOUCAULT, Michel. Op. cit., p. 98.

¹⁰⁵ Idem, p. 99.

¹⁰⁶ Idem, p. 101.

demonstra como “sociedade disciplinar”, tal qual reconhece Foucault.¹⁰⁷ Desta feita, *a própria polícia está submetida à vigilância e ao controle pelos próprios cidadãos de bem*. Há uma microfísica do poder de vigília, que vai além do poder da própria polícia.¹⁰⁸ Este poder está no comerciante da esquina, nos aplicativos dos celulares, nas casas e suas câmeras de segurança.

A razão é que o aparelho de Estado é um instrumento específico de um sistema de poderes que não se encontra unicamente nele localizado, mas o ultrapassa e complementa¹⁰⁹.

Diante desta análise de Foucault quanto à imbricação do surgimento da atividade policial com os interesses da sociedade econômica, procurei levantar no âmbito das *conversações* as diferenças de atuação da polícia nas regiões periféricas e centrais. Isto porque os jovens sempre me apontaram em nosso convívio o comportamento violento dos policiais com a população em situação de rua e no interior e intermediações de algumas unidades de acolhimento situadas nas áreas periféricas, o que já vem sendo discutido amplamente pela sociedade civil, a exemplo do Edital do Fundo de Direitos Humanos exposto na figura 9.

As *conversações com o grupo focal I – policiais* apontam para uma perspectiva similar ao *saber comum* e também ao que consta nos relatórios nacionais e internacionais, a exemplo daqueles produzidos pela *Anistia Internacional no Brasil*, que mencionam haver diferença na atuação das polícias conforme a região:

Quadro 3 – Diferença na atuação das polícias conforme a região

<p>Policial 1</p> <p>[...] entrando no paralelo que você falou, e na periferia a polícia trabalha de um jeito, é verdade. Eu concordo com isso aí. Eu acho que não tem um ser humano policial que vai discordar do que eu vou falar. Cê vai pro Lago Sul lá, “bom-dia”, claro. O tratamento é outro, ali é o filho do ministro, é o filho do juiz, ninguém vai...</p>
<p>Policial 2</p>

¹⁰⁷ Ibid.

¹⁰⁸ O poder de polícia, na doutrina jurídica, está disposto em duas searas: o poder de polícia administrativa, regido pelas normas de Direito Administrativo, onde há a competência da Administração Pública para limitar e disciplinar direito, interesse ou liberdade em prol da “tranquilidade pública ou respeito à propriedade”, como preceitua o artigo 78 do Código Tributário Nacional, Lei nº 5.172, de 1966; e o poder de polícia judiciária, próprio de corporações especializadas (Polícia Militar e Civil) que, para auxílio ao Poder Judiciário atuam na repressão e investigação de infrações penais sob a regulamentação do Código de Processo Penal. A polícia administrativa está distribuída entre vários órgãos da Administração, incluindo a Polícia Militar e órgãos de fiscalização autorizados por lei e atuantes na área de saúde, educação, trabalho, previdência e assistência social, por exemplo (DI PIETRO, 2014, p. 126).

¹⁰⁹ MACHADO, Roberto. Introdução. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011. p. 13.

[...] Na Ceilândia: “Ih, lá vem os pé no saco! Lá vem os pau no cú! Pronto, lá vem as puta. Não é assim, não é assim. Eu tô aqui na viatura aí vem os caras: “Ih lá vem os pela saco! Qual é pela saco!” Vai querer parar pra abordar! Dependendo do policial, parou a viatura, “Cê tá falando comigo?” “Tô falando contigo mesmo!” Aí o policial fica nervoso e se envolve na ocorrência.

[...] Nós temos um problema enorme na Asa Sul, Asa Norte. Qual o problema que nós temos enorme? O policial, ele como comandante, ele é arrojado pelos comandos! **A sociedade liga no telefone do Major e fala assim: “Major, o seu policial tá andando meio sujo aqui! Aí ele tem que chamar a guarnição, falar pro cara, “Cara, arruma seu uniforme”**

[...] Aí o policial anda na Asa Sul: policial à pé na Asa Sul (o entrevistado levanta e caminha lentamente com as mãos ao lado do corpo). Se ele fizer assim! (entrevistado coloca as mãos para trás). **“Pô, o policial tá caminhando com as mãos para trás!”**

[...] **Essa é a grande dicotomia que existe entre a periferia e o centro. No centro a elite tá ali e a elite cobra.**

Fonte: Livro Apêndice: *Conversação II*.

Os policiais ao falarem sobre a área periférica, também possuem uma postura já defensiva no que concerne ao “desrespeito” de suas funções. Assim, devem se trajar de forma “mais operacional”, pouco importando a limpeza do uniforme e a contenção de gestos, pois o policial enxerga o criminoso e está sujeito a uma luta física. Parece apontar para uma periferia já infratora e desregrada que *autoriza* uma atitude ostensiva e corretiva por parte do policial.

Na área central, ocorre o contrário. É possível depreender o reconhecimento da elite como uma espécie de *sociedade legítima*, a qual exerce uma vigilância que sugere um *poder* e um *saber*. O policial fica submetido à vigília e ao controle, que lhe desloca do papel de controlador e vigia da periferia para controlado pela elite e o “cidadão de bem”. Trata-se, como aponta Foucault, de “um conjunto extremamente complexo sobre o qual somos obrigados a perguntar como ele pode ser tão sutil em sua distribuição, em seus mecanismos, seus controles recíprocos, seus ajustamentos, se não há quem tenha pensado o conjunto.”¹¹⁰

Canto III – Nem eu, nem eles, apenas “nós” em alguns cantos do mundo

Realizadas as considerações sobre os lugares que visitei antes de entrar na pesquisa com *jovens em situação de vulnerabilidade social*, vale a pena entender um pouco mais sobre as concepções de Maturana dentro da condição constitutiva biológica e relacional, e, portanto, social da humanidade – seres vivos. O estudioso sugere que “o social é uma dinâmica de relações humanas que se funda na aceitação mútua. Se não há aceitação mútua e se não há

¹¹⁰ FOUCAULT, Michel. Op. cit., p. 151.

aceitação do outro, e se não há espaço de abertura para que o outro exista junto de si, não há fenômeno social.”.¹¹¹ O amor, por exemplo, de acordo com o autor, seria a emoção fundamental do social, já que é a aceitação mútua do outro na convivência. A questão é que nossa cultura tem o hábito de *desvalorizar as emoções*, e, portanto, consideramos muitas relações e interações fundadas em emoções diversas da emoção “amor”, como relações e interações sociais.

Para me aproximar dos jovens e chegar a um lugar onde houvesse uma interação social orgânica, foi necessário o *convívio* com a presença do *cuidado*, do *afeto* e da *ética*, diante de um cenário de expressivo abandono. A Política Nacional de Assistência Social (Pnas) preceitua ser possível prevenir vulnerabilidades e riscos sociais por meio do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.¹¹²

Acredito que a vivência junto a eles me deslocou para a compreensão de que há a possibilidade da *estética artística e sua vivência em comum – unidade* abreviar a ausência de vínculo e afeto. O psiquiatra argentino Enrique Pichón-Riviére aprofundou os estudos sobre o *vínculo*. De acordo com ele, *vínculo* se refere a “uma estrutura complexa que inclui um sujeito, um objeto – pessoa à qual se vincula, e sua mútua inter-relação com processos de comunicação e aprendizagem.”¹¹³ De acordo com Riviére, o *vínculo* configura uma estrutura dinâmica em contínuo movimento, acionada por motivações psicológicas, cujo resultado é determinada conduta que tende a se repetir, tanto na relação interna quanto externa com o objeto.

A invenção de outras realidades para aqueles jovens marcados pelo “tabu de criminosos” tornou-se um desafio para mim. Via constantemente eles repetirem padrões de comportamento pautados em personagens e situações que estavam diretamente relacionadas ao ambiente ou características sob as quais cresceram: rua, *abrigo*, violência doméstica. Sob o enfoque da psicanálise, suas emoções estavam presas em uma situação do passado, e por isso a tendência seria repeti-las, o que se constituía como um *saber* citado frequentemente pelos psicólogos e servidores da *UNIDADE* e *unidades de acolhimento*. Entretanto, presenciei momentos nas oficinas e atividades de lazer em que atitudes mais autônomas revelavam uma *incomum* criatividade e espontaneidade. Isto me estimulava a continuar propondo práticas artísticas como forma de propiciar um espaço mais isento de concepções prévias de como era um ou outro jovem.

¹¹¹ MATURANA, Humberto, 2006. p. 47.

¹¹² Disponível em: <<http://goo.gl/TLTL70>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

¹¹³ PICHON-RIVIÈRE, Enrique. **A teoria do vínculo**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

O que representamos como sendo *uma* estrutura capitalista, como em qualquer outro sistema, nos revelará pouco a pouco, vários cortes e dimensões, inclusive presentes no *emocionar*, basta habitá-los e estar presente em cada momento. O mercado ilícito é um tipo empresarial mais rentável e de amplo acesso aos *meninos e meninas em situação de vulnerabilidade social*, já que não é necessária a tão exigida *qualificação profissional*. O tráfico de drogas oferece oportunidades econômicas que aparentemente podem suprir qualquer complexo gerado por carências afetivas.

O traficante Celso Pinheiro Pimenta, vulgo “PlayBoy”, em entrevista a José Carlos, coordenador do Grupo Cultural AfroReggae, fala de suas escolhas, medos e arrependimentos, dias antes de sua morte.

É como eu te falo, muita coisa colocam na minha conta, colocam na mídia, e se for apurar os fatos legal, vai ver que não é nada disso. Eu acho que... são coisas que... muitas pessoas falam, mas não provam. Entendeu? **Querem fazer um marketing, um personagem.** Minha ideia de te chamar aqui foi poder falar isso pra você. Falar: ‘Pô! Entendeu? **Eu tô aqui, não sou nenhum santo, mas peraí, não é isso tudo não. Entendeu?** [...] Primeira coisa é atenção. Atenção né, cara? Essa “menozada” quer atenção, quer estudo, quer poder ter uma vida melhor, entendeu? Mas a atenção muita das vezes, é... o abandono toma conta... Muita das vezes, é... são pessoas que... é... ficam frágil pelo abandono pela falta de estrutura, falta de apoio, pela falta de carinho às vezes né? Muitos menores não têm família, ou então tem, mas não tem aquela, aquela estrutura toda, entendeu? Então eu acho que deveria bater mais nessa tese aí, entendeu? Dá atenção...¹¹⁴

Estou distante de querer dizer que todos que cometem crimes são vítimas em potencial de um sistema de desigualdade social e econômica. Até porque isto seria voltar a uma lógica de princípios invariantes – cognição representativa, da qual esforço-me em querer afastar. Porém, dentro destes territórios de precariedades, também não defendo a ideia de que seja possível a realização de *escolhas* de forma livre. Entendo que *escolhas* ocorrem quando se tem a possibilidade de preferir *algo* em vez de *outra coisa*. A questão neste contexto de *jovens em situação de vulnerabilidade social* passa a ser: como escolher aquela *outra coisa*, se não se sabe, ao menos, que ela seja realizável, ou exista? Se eu não conheço aquela *outra realidade*, posso julgá-la inapropriada para mim. Como escolher anos de estudo em uma escola, em vez do tráfico de drogas, por exemplo, se um dos suportes necessários para tal investimento, a família, está tão comprometida em atos de violência? Se além disso a própria comunidade não acredita poder estabelecer relações concretas com a minha/nossa

¹¹⁴ A entrevista foi encomendada pelo próprio traficante, e aconteceu dias antes de sua morte. O traficante, conhecido como “Playboy”, era foragido da justiça e tinha como recompensa o valor de R\$ 50 mil reais por sua captura. Foi morto durante uma operação da Polícia Civil e Polícia Federal no Complexo da Pedreira – RJ. Entrevista disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MF7gbsuHIFw>. Acesso em: 12 ago. 2015.

vulnerabilidade social? Como escolher a escola se eu saí de casa em busca de “liberdade” e “paz”?

Assunto 2º – E de que canto eles vieram?

Os jovens que normalmente frequentavam as oficinas de teatro na *UNIDADE* possuíam entre 13 e 17 anos de idade. São jovens que romperam seus vínculos familiares, o que os impeliu a viverem nas ruas, seja em razão de abandono e/ou violência familiar, na maioria dos casos. Grande parte deles já esteve envolvida na prática de atos infracionais e uso de drogas.

Iniciei as oficinas com a impressão de que trabalhava com meninos¹¹⁵ *em situação de rua*, e ao final de dois anos percebi que trabalhava com *meninos de abrigo*. No ano de 2015, em uma das quartas-feiras de ensaio para o espetáculo *Meninos da Guerra*, cheguei à *UNIDADE* e notei que havia mais jovens do que o número de costume. Àquela época, a frequência de jovens na casa era em média de cinco a dez, no máximo, todavia na ocasião em que relato estava praticamente o dobro. Eles foram trazidos pelo serviço da *Cidade Acolhedora*.¹¹⁶

Senti que *o clima na casa não estava muito bom*. Havia muita tensão no olhar dos meninos e agitação também. Alguns deles eu não conhecia. Uma das facilitadoras da *Cidade*

¹¹⁵ Menciono “meninos” porque, embora tenham passado pela *UNIDADE* aproximadamente cinco meninas, no período de novembro de 2013 a março de 2014, elas permaneciam no máximo um mês no lugar. Durante o período em que esta pesquisa se desenvolveu, a instituição possuía como norma o não recebimento de meninas, pois a presença delas fazia com que os jovens brigassem entre si, já que era frequente o fato da adolescente servir de parceira sexual aos jovens abrigados, o que poderia também gerar gravidez. As meninas entraram, de fato, em minha pesquisa a partir dos ensaios do espetáculo *Meninos da Guerra* (2015), com exceção de poucas que conheci na *UNIDADE*, mas que já haviam deixado o local, como é o caso da jovem *Iemanjá*, que esteve nas oficinas de teatro, mas não participou do espetáculo *Meninos da Guerra*. Assim que *Iemanjá* saiu da *UNIDADE*, descobriu-se que estava grávida de seu namorado há época: o jovem *Besouro*. Na metade do mês de dezembro de 2016 compareci até à Casa Transitória de Taguatinga para buscar o jovem *Pelezinho* para um passeio. Encontrei o bebê de *Iemanjá* e *Besouro* nas mãos de uma cuidadora. *Iemanjá* já estava sem aparecer na casa há mais de dois meses. Dois jovens que vivem na Casa me disseram que não gostavam da forma grosseira com a qual *Iemanjá* tratava a criança. Na última conversa que tive com *Iemanjá* ela havia me confessado estar chateada e desanimada diante do término do namoro com o pai do bebê, o jovem *Besouro*.

¹¹⁶ De acordo com informações fornecidas no site da SEDESTMIDH/DF a *Cidade Acolhedora* é um Serviço Especializado de Abordagem Social, por meio do qual é possível obter-se os seguintes benefícios: reinserção familiar e no mercado de trabalho; retorno aos estados de origem; aumento no número de famílias e pessoas atendidas nos serviços de acolhimento; aceitação de tratamento de drogadição na rede de saúde pública e em instituições parceiras; diminuição significativa de pessoas usando o espaço público como moradia e/ou pontos de consumo de drogas; encaminhamento para a rede socioassistencial; acesso à documentação civil; inclusão no Cadastro para Programas Sociais; acesso a benefícios de transferência de renda, entre outros. Um aspecto interessante é o fato de que cada equipe é composta por um assistente social, dois orientadores sociais e um facilitador, que é uma pessoa que já vivenciou a situação de rua, e, portanto, possui maior facilidade na criação de vínculos com este tipo de população. Os facilitadores têm como principal objetivo fomentar a criação de vínculos dessa população com a equipe técnica. Disponível em: <<http://goo.gl/vBBSsl>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

Acolhedora me disse que a equipe esteve em um local conhecido como *chacrinha*, onde ficam os *meninos que estão na rua*. No momento em que a equipe chegou havia policiais militares no lugar, os quais estavam acuando os jovens, que se trancaram em um dos cômodos do imóvel. A facilitadora, que *já viveu na rua*, descreveu que o policial estava muito agitado, e que os jovens haviam dito que eles estavam ameaçando bater neles. Alguns jovens fugiram do local e outros foram levados à *UNIDADE* pela *Cidade Acolhedora*.

Por isso, no momento em que cheguei, estavam dentro da *UNIDADE* os jovens *de abrigo* e os jovens *da rua*. Percebi suas diferenças. Os jovens *de abrigo* ficavam em suas camas ou na sala de TV, enquanto os outros *tocavam o terror*, chutando coisas e correndo para cima e para baixo. Em determinado momento ouvi uma gritaria no pátio. Sete jovens dos que foram trazidos pela *Cidade Acolhedora* estavam tentando bater em um dos jovens da casa, o mais rebelde, *Ouriço*.

O jovem *Ouriço* pegou um pedaço de pau. A cuidadora me pediu para chamar os guardas. Os jovens *de abrigo* colocaram os jovens *da rua* para correr. O mais novo do grupo dos jovens *da rua* estava com um facão de aproximadamente 30cm nas mãos. Ele já tinha participado de meus encontros. Ele sempre se vangloriava de *ter matado um homem* e me perguntava se eu não tinha medo dele por isso. Quando lhe respondia que “Não”, ele simplesmente fazia um sinal de “Sim” com a cabeça e saía.

No dia da briga, momentos antes da confusão, eu havia perguntado a ele se iria participar do encontro de teatro e ele me respondeu: “Não tia! Eu não fico nesse lugar aqui não! Meu lugar é na *chacrinha*!” Mais tarde, ao conversar com um dos *jovens do abrigo*, eles me contaram que aqueles que estavam lá eram *da rua*, pois não queriam ficar dentro de uma casa, “já estão perdidos!”, diziam eles. Apesar de sempre ter achado que os meninos da *UNIDADE* eram jovens mais rebeldes do que aqueles que estão em *unidades de acolhimento institucional*, notei que havia uma diferença considerável entre o comportamento deles e daqueles que *estão na rua*.

Apesar das recaídas, dos constantes retornos à rua, mesmo quando punidos por não se comportarem bem, verifiquei que os jovens que estavam na *UNIDADE* tinham rivalidade com outros grupos de jovens, que *efetivamente estão na rua*. Mais uma vez, uma provável realidade dos fatos, advindas de um “conhecimento comum”¹¹⁷ e cotidiano, superava qualquer prospecção intelectual sobre o assunto. Era o vínculo e a *proxemia* – sentimento de

¹¹⁷ MAFFESOLI, Michel. **O conhecimento comum**: introdução à sociologia compreensiva. Tradução Aluizio Ramos Trinta. Porto Alegre: Sulina, 2010.

pertença¹¹⁸ – específica de um grupo, que iria caracterizá-los. Porém, esta caracterização não é perene, e sim fluida.

Em *O tempo das tribos*¹¹⁹ Michel Maffesoli descreve como a cultura do individualismo vem sendo substituída na sociedade pós-moderna pela necessidade de identificar-se com um grupo. A obra traz exemplos como associações, clubes, organizações religiosas e culturais, relações de amizades, entre outros, a fim de evidenciar que o dito “individualismo” é predominantemente teórico, sendo o “tribalismo” um dos sintomas da necessidade de partilhar emoções e afetos, atualmente.¹²⁰

Os jovens organizam-se em tribos, conforme afinidades emocionais e de cumplicidade. Possuindo um histórico degradante na infância e carentes de atenção, de afeto, mas também em busca de *relações sociais*, tornam-se facilmente sujeitos ao aliciamento de gangues e tribos de rua, e por isso, mais suscetíveis às práticas criminosas.¹²¹

Ainda pela análise do sociólogo Michel Maffesoli, estas novas tribos são tácteis e afetivas erguendo-se pela “socialidade”. Neste sentido, verifiquei que frequentemente um jovem considerado pelos outros como *da rua* procurava passar um tempo no abrigo. Mesmo sendo taxado pelos jovens da *UNIDADE* como um aliado de jovens *da rua*, enquanto estava dentro da instituição, participava das atividades de teatro e agregava-se aos outros *como se* fosse um jovem *de abrigo*, respondendo perfeitamente ao *habitus* da casa. Assim, Maffesoli se refere às multidões e comunidades que se formam e interagem umas com as outras em diversas modulações, articulando-se: “Ora, o que caracteriza nossa época é o entrecruzamento flexível de uma multiplicidade de círculos cuja articulação forma as figuras da socialidade.”¹²²

O conceito de *habitus*, empregado aqui, ultrapassa o sentido de conjunto de procedimentos presentes na instituição *UNIDADE*, a qual pode ser enquadrada como uma *instituição total*.¹²³ Não se trata também do sentido mais conhecido do termo, atribuído por P.

¹¹⁸ MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

¹¹⁹ Ibid.

¹²⁰ Idem, p. 11.

¹²¹ O uso da expressão “práticas criminosas” deve-se à analogia trazida pelo artigo 103 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que dispõe: “Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal”. Atribuir ao menor a prática de “ato infracional” e não de um “crime”, propriamente dito, leva em consideração sua característica de ser humano em desenvolvimento. Portanto, o juízo de reprovação deve ser diferenciado: ele deve ser tratado com medidas sócio educativas e não punido com penas de reclusão ou detenção. O objetivo passa a ser protegê-lo para uma vida futura digna.

¹²² MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

¹²³ O conceito de *instituição total* aparece na obra do sociólogo, Erving Goffman, referindo-se de uma forma abrangente às instituições que não apresentam apenas “tendências de fechamento” – barreiras às relações sociais com o mundo externo –, indo além, onde o *fechamento* agrupa a realização de todas atividades a um só local e

Bourdieu (2010), como uma espécie de máquina transformadora que nos torna reprodutores das condições sociais de nossas próprias produções. Seguindo o percurso proposto pelo sociólogo Maffesoli, o termo *habitus* é repensado. Maffesoli o defende como uma “qualidade que negocia a relação com o mundo”, estando, portanto, presente no “querer-viver societal”.¹²⁴ Neste ponto, a obra de Maffesoli me parece realizar agenciamento com as formas cognitivas inventivas, tornando o *habitus* distante de leis e “princípios invariantes”.¹²⁵

Percebi que os jovens da *UNIDADE*, mesmo temporariamente fora da rua, e por terem forte vínculo com ela, possuíam em seus corpos grande sensibilidade para aprender no presente. Isto porque, a atenção na rua, “campo aberto e movente”,¹²⁶ é diferenciada. É preciso estar atento e alerta para sobreviver, e por isso improvisar diante das perturbações do meio. Desta forma, a rua passa a ser vista como um meio propício ao aprendizado, como invenção de problemas, em que a inquietude estaria presente como propulsor, fazendo com que o organismo procure uma estabilização e equilíbrio de seu estado, a partir de uma inventividade de si, que seria repetida em uma série de encadeamentos cíclicos. A cada momento, uma relação nova se estabelece: a perseguição policial, o *prestar contas* ao traficante, a necessidade de comer etc. Alguns jovens me contavam que com o dinheiro obtido no tráfico de drogas era possível comer em um bom restaurante pelo menos por um dia, o que eles faziam, mesmo se no dia seguinte ficassem com fome por não terem mais dinheiro para comprar comida. O mesmo ocorria com as roupas. As roupas compradas eram usadas diversas vezes até serem jogadas fora, não havia o hábito de lavar roupas por parte de alguns deles.

Este *desapego* com o que viria ocorrer, remete-me à concepção de sobrevivência dentro do entendimento trazido por Virgínia Kastrup, quando afirma que “adaptar-se é tirar partido do meio, viabilizando a continuidade da vida”.¹²⁷ A autora traz esta afirmação ao explicar o significado de *acoplamento* para Maturana e Varela, que se refere aos agenciamentos realizados na superfície de um sistema em sua relação constante com o meio. Assim, organismo e meio são resultados desta relação e não preexistentes.¹²⁸

Fugindo do tráfico e da violência sexual, um dos jovens me contou que dos 9 aos 13 anos de idade dormia embaixo dos carros para se proteger. Atribuo a isto a intensidade de

mediante uma autoridade específica que direcionará as ações para os propósitos institucionais (1974, p. 18). Sobre o uso da obra do sociólogo neste trabalho verificar nota de rodapé nº 18 – *Introdução*.

¹²⁴ BOURDIEU, Pierre. **O conhecimento comum**: introdução à sociologia compreensiva. Tradução Aluizio Ramos Trinta. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 326.

¹²⁵ KASTRUP, Virgínia. **A invenção de si e do mundo**. Uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 129.

¹²⁶ KASTRUP, Virgínia, Op. cit., p. 197.

¹²⁷ Idem, p. 135.

¹²⁸ Ibid, p. 133.

permanecer vivo no agora, o presente, pois não há a certeza do que poderá ocorrer amanhã. Por isso, a experiência de vida dos jovens da *UNIDADE* permite questionar o próprio sentido do que seja *aprendizagem*, o que repercutiu em suas relações com a proposta de criação de um trabalho artístico.

A aprendizagem exige destreza no trato com o devir. Aprender é, antes de tudo, ser capaz de problematizar, ser sensível às variações materiais que têm lugar em nossa cognição presente.¹²⁹

Se os jovens possuem a versatilidade de estabelecerem diferentes relações e interações, como enfraquecer o ditame social que os relega à condição de *bandido* ou *traficante*, principalmente perante canais de interação social como a “TV Panóptica”?¹³⁰

Na rua e nos abrigos, os jovens são diferenciados, cada um deles é um *sistema fechado* de gostos, maneiras e histórias de vidas peculiares, mas *abertos* e em agenciamento constante com outros sistemas e meios, em congruência¹³¹. No entanto, parece ser comum a existência da “persona” do “bandido”, “traficante”, ou ainda, “peba”, com a qual todos possuem algum tipo de vivência. Foi também por assisti-los em atos de “devoção” a este papel que me propus a estudar os seus comportamentos, “enquanto” performances sociais. Quem são os jovens com quem tive contato no decorrer destes dois anos de pesquisa?¹³²

§ *“Aqui é a favela onde eu nasci. Aqui eu andava com os irmãos o dia inteiro. Dia inteiro perambulando assim, sem nada pra fazer. Aí, a galera aqui na periferia, a fonte de renda de uma favela não é o governo que abastece, é o tráfico. Então, geralmente, a gente não tinha nada pra fazer. A gente aprendia na rua [...] A gente passa necessidade. A gente vai vendo ao nosso redor as limusines passando na avenida, as BMWs, os Corolla. Tá entendendo? (risos). Aí a gente vai pensando em ‘fazer a mente’.*

¹²⁹ Ibid., p. 175.

¹³⁰ Emprego o termo “TV Panóptica” para discorrer sobre este recurso contemporâneo que nos permite exercer a vigilância e a disciplina de condutas, em clara referência à estrutura do *Panóptico de Bentham* (FOUCAULT, 1987). Os olhos do espectador em relação ao recurso midiático constituem um *consenso* que parece ser o comumente aceito e existente. A meu ver, esta parceria parece exercer a vigilância e a classificação do que seria o delinquente.

¹³¹ MATURANA, Humberto R.; VERDEN-ZOLLER, Gerda. **Amar e brincar fundamentos esquecidos do humano**. São Paulo: Editora Palas Athenas, 2004.

¹³² A pesquisadora Carolina Cristoph Grillo, em sua Tese de Doutorado intitulada *Coisas da vida no crime: tráfico e roubo em favelas cariocas*, analisa a estrutura de organizações criminosas em regiões periféricas do estado do Rio de Janeiro. Ao discorrer sobre o interesse dos jovens no crime, analisa que “deixar de ser um ‘zé ninguém’ ou um ‘indivíduo’ qualquer é nitidamente uma meta para os jovens que ingressam no tráfico ou no 157” (2013, p. 234). Assim, o vínculo estabelecido com o crime promove um destaque, iniciando, como afirma a pesquisadora, um “processo de pessoalização do bandido” diferenciando-o de um “indivíduo qualquer”, podendo advir a singularidade deste indivíduo naquele meio social criminoso, tornando-se “efetivamente uma pessoa” (2013, p. 234).

Aí vai e pá! Até se você não for um cara mais ‘cabuloso’ você acaba se perdendo no mundo do tráfico e da droga. Tá ligado?’ Sabotage¹³³

Pensar nestes jovens me remete às expressões jurídicas *adolescentes em situação de conflito com a lei*, e ainda *adolescentes infratores*. A palavra *adolescente*, no latim, é formada por *ad* – para e *olescere* – crescer, ou seja, *crescer para*.¹³⁴ Sugere um sujeito em *intermezzo*. Neste *estado adolescente* enxergo a velocidade de emoções e a instabilidade da transição, em que não *se é* e não se sabe *o que será*. Comparo o adolescente à *persona liminar* do antropólogo Victor Turner,¹³⁵ que em seu estudo em sociedades pequenas, onde os ritos estão mais condizentes com as pulsões biológicas do que com as inovações culturais, apresenta-nos a figura do *neófito* nos ritos de iniciação.

Uma transição, como argui Turner, tem as propriedades diferenciadas de um estado,¹³⁶ sendo algo que ainda não se constituiu. O *adolescente* para mim sempre foi um desafio, seus sonhos, sua vontade de mudar. A questão passa a ser: como lidamos com um adolescente que nitidamente é *nem-menino-nem-homem*, ao qual agrego, *nem-menina-nem-mulher*? Para além disso, como lidamos com as *perturbações* que os adolescentes nos trazem, mostrando que também *não somos algo ou alguém, pois como organismos vivos estamos ciclicamente sendo...*

Como nossa sociedade resolveu a questão da peculiaridade da condição do *jovem adolescente*, notadamente em trânsito, em formação para *tornar-se um adulto*? Em parte, atribuiu-lhe a condição de *ser em formação e em desenvolvimento*, pelo garantismo legal e jurídico.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o **desenvolvimento** físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (grifo meu)¹³⁷

¹³³ Trecho retirado filme *Sabotage Nós*, em que o cantor Sabotage fala sobre o seu bairro. O filme foi realizado após a morte do cantor. SABOTAGE NÓS. Direção: Guilherme Xavier Ribeiro. MTV; GuardaChuva, 2013. (70min). Disponível em: <<https://goo.gl/SIdn49>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

¹³⁴ BECKER, Daniel. **O que é adolescência**. 13. ed. São Paulo: Editora brasiliense, 1994, p. 20.

¹³⁵ TURNER, Victor. **Floresta de símbolos**: aspectos do ritual Ndembu. Rio de Janeiro: Niterói, 2005.

¹³⁶ Ibid., p. 138.

¹³⁷ BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 set. 1990. Disponível em: <<http://goo.gl/NSaUs>>. Acesso em: 24 out. 2014.

Um estatuto é substancialmente um conjunto de normas e leis. O artigo 3º do ECA, antes mencionado, indica que a *Lei* garantirá sua proteção. Por mais que a lei exista, creio que a proteção não esteja garantida.

§ *Daisy é uma das jovens de 13 anos de idade que apareceu um dia em um dos ensaios de Meninos da Guerra. Daisy estava desesperada e me disse que não queria ir para o abrigo. Eu insisti em deixá-la no abrigo, pois não podia largá-la na rua. Daisy acolheu meu pedido. Ao chegarmos ao abrigo bati na porta durante 10 minutos sem que alguém me atendesse. Após isto, identifiquei-me como servidora pública. O vigia do local abriu a porta, e sem graça me explicou que o limite para a entrada era até às 22h. Questionei o fundamento legal de tal medida. Entramos em discussão e ele me disse que por ele, Daisy dormiria na rua. Em seguida, apareceu a mãe social que me chamou de mal educada e me disse que não se importava com Daisy, já que ela havia “aprontado na escola”. Confesso que as questões de desrespeito aos direitos humanos dos jovens, e principalmente o lapso e morosidade estatais, provocam-me certa agitação. Daisy já havia me contado o que tinha aprontado na escola: ela havia se cortado com cacos de vidro. Durante todo o percurso até o abrigo ela me dizia: ‘Quero morrer! Minha vida não vale nada!’ Daisy saiu de casa porque estava sendo estuprada por seu padrasto. Sua mãe, com ciúmes dela, quebrou as duas pernas de Daisy. Todo o corpo de Daisy é marcado por cicatrizes e hematomas. Todo o corpo de Daisy denuncia sua história de maus-tratos e traumas. Não consegui deixar Daisy naquele abrigo e passei a percorrer outros durante toda a madrugada. Eu estava revoltada! Como o juiz havia determinado que Daisy só poderia ficar naquele abrigo, nenhum outro quis acolhê-la. Após percorrer outras unidades e a delegacia de polícia, fui instruída por uma conselheira geral a deixar Daisy no mesmo lugar. Assim o fiz, já que fui proibida de levá-la para minha casa. Daisy sumiu: está na rua. No outro dia, fui informada por uma das jovens amigas de Daisy que a mãe social a “xingava” e a obrigava a lavar o banheiro com água sanitária após usá-lo, para que as outras meninas “não se contaminassem”. Daisy está na rua: sem mãe, sem pai, sem mãe social, sem abrigo. Nunca teve “teto e paz”... Seu corpo traz as marcas: maus-tratos. A ratoeira foi armada: Daisy tornou-se alvo fácil para a vida de prostituição e crime, isto se não tirar diretamente a própria vida.*¹³⁸

Histórias como as de *Daisy* são mais do que um bom roteiro de cinema ou teatro. Elas são instrumentos de denúncia, e por isso passei a defender que *os adolescentes de abrigo e de rua* se utilizassem da prática teatral para contar a história de vida que traziam em seus corpos.

A lei não é capaz de abranger o que acontece na vida. Para citar Augusto Boal, “a Lei é como a espada: não fere ninguém – quem fere é quem a maneja!”.¹³⁹ Com o intuito de aproximar mais dos fatos e do campo da experiência, o Direito desenvolveu alternativas como a criação de figuras jurídicas, como o *costume*. O *costume* é considerado por alguns

¹³⁸ Trecho do *Diário de Campo* do dia 16 de julho de 2015.

¹³⁹ BOAL, Augusto. *A estética do oprimido*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009. p. 72.

doutrinadores como a fonte primária do Direito por excelência, posto que seria derivado da vontade popular. No entanto, para ser reconhecido pelo ordenamento jurídico – o qual, ao contrário da vontade popular, é consolidado por autoridades eleitas – é necessário que o costume tenha dois elementos: a prática constante – elemento objetivo e a convicção de obrigatoriedade desta prática – elemento subjetivo.¹⁴⁰

O nosso ordenamento jurídico traz em suas raízes a influência do Direito Romano, pelo qual há o *certo* e o *errado*; o *bom* e o *mau*. Ele é dicotômico, não consegue abranger a complexidade das relações humanas e a diversidade dos seres humanos. Estritamente ligado à religião, na sociedade romana, os portadores do conhecimento jurídico diziam o que era *justo* ou *injusto*, ou seja, *juris-dicção* – *jurisdição*, e, portanto, detinham a função designada pelos deuses. Tal hábito parece não ter se perdido, e observamos campos de interações em que a aparência de alguém, independentemente de quem seja, tem o sério risco de condená-lo, motivo pelo qual, neste ponto, atribuo razão ao sociólogo Goffman, para quem “todo o problema da manipulação do estigma é influenciado pelo fato de conhecermos, ou não, pessoalmente, o indivíduo estigmatizado.”¹⁴¹

Considero que nosso ordenamento jurídico voltado aos direitos e garantias de *crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social* esteja pautado no *consenso aparente* em fazê-los perigosos, marginais, bandidos, ou, por outro lado, vítimas impotentes e condicionadas ao fracasso.

Entre os atos infracionais praticados por jovens, destacam-se em pesquisas institucionais o aumento daqueles *análogos a roubo*, sendo muito mais expressivos do que os praticados contra a vida.¹⁴² Estes atos *transportam os jovens de uma invisibilidade aviltante nas ruas a uma visibilidade justificada no controle e punição*, apesar de o ECA aplicar a *medida socioeducativa com o propósito de reeducação social*. A atmosfera fomenta a criação social da figura do criminoso. A criação do criminoso está vinculada à representação, e não ao

¹⁴⁰ REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 148.

¹⁴¹ GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. p. 65.

¹⁴² O panorama nacional de execução das medidas socioeducativas de internação, desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2012, traz a informação de que a maioria dos atos infracionais praticados por adolescentes correspondem a crimes contra o patrimônio (furto, roubo etc.). Disponível em: <<http://goo.gl/2tu1t0>>. Acesso em: 1º nov. 2014. Há também o levantamento regular realizado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), o qual reorienta o andamento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), aprovado pelo Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), mediante a Resolução nº 119/2006. De acordo com o último levantamento, realizado no ano de 2013, 43% (10.051) dos atos infracionais praticados foram classificados como análogo a roubo, sendo que em seguida estão 5.933 (24,8%) análogos ao tráfico de drogas. Disponível em: <<http://goo.gl/jXVH4x>>. Acesso em: nov.2014.

fato em si. Como avalia Foucault, a vigilância, o *panoptismo*,¹⁴³ se exerce ao nível “não do que se faz, mas do que se é, não do que se faz, mas do que se pode fazer.”¹⁴⁴

Assim, individualiza-se o autor do ato, deixando de considerar a natureza jurídica, a qualificação penal do próprio ato. É neste sentido que identifiquei um importante momento da obra de Foucault, quando o filósofo menciona que o *panoptismo*, como mecanismo de controle popular, ofuscou a teoria do Direito Penal. O que o filósofo traz como um fato histórico considerável é que se a teoria legalista foi duplicada, em um primeiro momento, posteriormente, foi encoberta e totalmente obscurecida pelo *panoptismo* que se formara à sua margem ou a seu lado.¹⁴⁵

Ofuscada também me parece a ideia de *responsabilidade* dentro da prática jurídica pelas instituições de poder e pelo próprio ordenamento, mais atento aos indivíduos *culpáveis*. Em *A verdade e as formas jurídicas*,¹⁴⁶ Foucault se dispõe a investigar como os *domínios do saber* se formaram a partir das práticas sociais. Ao analisar as sociedades feudais até as sociedades econômicas, principalmente na Inglaterra e na França, percebe-se que há estruturas que partem do inquérito, o qual corresponde a uma *modalidade de saber*, em que se busca descobrir o que houve. Esta investigação ocorre a partir de quem presenciou o delito, podendo ser, inclusive, *alguém simples, do povo*. Posteriormente, com a sociedade disciplinar, o *panoptismo* surge como um *poder de controle*, ao qual Foucault atribui a realização da *ortopedia social*. Busca-se desta forma, corrigir o indivíduo, a partir de sua *virtualidade*, de sua propensão a trazer o perigo, ou seja, de sua *periculosidade*.¹⁴⁷

Soma-se a isto, o discurso da vontade popular que mantém e se alimenta de veículos de “informação”, como a televisão e seus programas apelativos e sensacionalistas. Em 2013, o jornalista José Luiz Datena já propagava notícias com sua *performance* peculiar.

[...] O cara tinha 17 anos e 362 dias. Faltavam três dias pra que ele respondesse pelo crime como maior. Eu acho que ele fez o **crime** com a calculadora na mão: faltam três dias, vou matar alguém, porque esta cena é terrível: o menino entregando o celular pra ele e ele matando. Acho que ele fez a conta, já que ele tinha de passar pela **FEBEM**. Ele conhecia o caminho de casa, vou me entregar no juizado pra ir direto pra **FEBEM**. Nem a polícia precisou ir atrás dele. Olha lá o jeito que ele mata o coitado do garoto. O

¹⁴³ O termo panoptismo está associado à estrutura do *Panóptico de Bentham*, apresentada na obra *Vigiar e punir* de Michel Foucault. A estrutura é formada por uma construção em anel no centro e uma torre vazada que permite a vigilância de sua parte externa: celas, as quais possuem janelas para o lado interno e externo (entrada de luz). Assim, “o dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente.” (1987, p. 177).

¹⁴⁴ FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002, p. 104.

¹⁴⁵ *Ibid.*

¹⁴⁶ *Idem.*

¹⁴⁷ *Idem*, p. 172.

garoto entregou o celular na mão dele, ele pegou e matou com 17 anos e 362 dias. ‘Ah Datena, será que ele calculou mesmo?’ Mostramos aqui um outro **crime** em que um jornalista foi morto em 1999, e o bandido, pra comemorar o aniversário dele, matou o rapaz [...] Quantos dias faltavam para o **bandido** completar 18 anos? Hã? Também três dias. É coincidência?¹⁴⁸

Em análise ao discurso de Datena, acredito que o emprego dos termos “crime”, “FEBEM” e “bandido” servem à manutenção do discurso não apenas em prol à penalização mais severa de adolescentes, mas também criam este delinquente,¹⁴⁹ uma vez que o homem se constitui também na linguagem, em uma teia de interações que se operam em uma “rede linguajar”.¹⁵⁰ A designação de alguém como bandido ocorre pela comparação de quem seria “normal”, ou ainda, “cidadão ideal”, ou, ainda, “o cidadão de bem”. Este desprendimento do táctil forma o conceito, o qual, *a priori*, está “deslocado da realidade sensível”, como menciona Boal, sendo, portanto, abstrato. Ocorre que, como menciona o teatrólogo, “O trajeto da palavra para se dissociar da realidade concreta é longo”.¹⁵¹ É nesta conceitualização abstrata e estanque da realidade que se situa o conhecimento *do que vem a ser um delinquente*, por grande parte das pessoas.

A Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (Febem) refere-se à antiga nomenclatura para a Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação Casa/SP). A alteração do nome institucional é também decorrente da mudança política ocorrida a partir da vigência do ECA – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. A partir desta nova perspectiva, há a descentralização das unidades de atendimento aos jovens, bem como parcerias com entidades da sociedade civil. De acordo com a especialista Irene Rizzini,¹⁵² apesar das mudanças trazidas pelo ECA, a “cultura da institucionalização” persiste, até porque os motivos que levaram as crianças e adolescentes a serem internados não foram resolvidos, em termos de políticas públicas, tal como a questão da pobreza, o envolvimento de crianças e adolescentes no narcotráfico.

§ *Nas ruas, há meninos e meninas “de rua” guerreando com a Polícia Militar, enquanto os “chefões” do tráfico de droga faturam em cima dos “sem pai e nem mãe”. Os jovens veem como alternativa plausível o tráfico de drogas, que gera em média R\$1.600,00 por noite, diante dos míseros reais diários obtidos na vigilância de carros. No negócio do tráfico de*

¹⁴⁸ Transcrição do Programa Brasil Urgente, em 11 de abril de 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/iLybvP>>. Acesso em: 10 jul. 2015 (grifo nosso).

¹⁴⁹ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.

¹⁵⁰ MATURANA, Humberto R.; VERDEN-ZOLLER, Gerda. **Amar e brincar fundamentos esquecidos do humano**. São Paulo: Editora Palas Athenas, 2004.

¹⁵¹ BOAL, Augusto. **A estética do oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009, p. 65.

¹⁵² Informações sobre a autora, ver nota de rodapé nº 19, *Introdução* deste trabalho.

drogas e armas, quando o jovem não paga sua dívida, o “chefe do tráfico” é irredutível: paga-se com a própria vida, mesmo que o jovem consiga um aliado que lhe arranje a quantia nos próximos dias. O atraso representa desonra. Não importa, pois o prazo expirou e a regra determina a vida como moeda. Sendo assim, adeus Surfista, Banguela, Sereia etc.

Há a letra da lei, que considera o jovem uma *pessoa em desenvolvimento*, e há aquele propagado pelo apresentador de televisão que o classifica como *bandido e perigoso*, em razão da *frouxidão* de penas. Assim, entendo que o jovem *neófito, ser-transicional*, se faz também no discurso social, pautado entre outros fragmentos, consideravelmente nos territórios antes apontados. O que é mais propagado, o discurso da lei ou o da mídia televisiva e sua impressionante acessibilidade como veículo de comunicação em massa?

O homem quer sobreviver, e antes de tudo ser. Do ponto de vista da biologia e da psicologia, há o entendimento de que precisamos do outro para ser: eu só existo a partir do olhar dele ou dela. Isto evidencia nossa predisposição biológica e natural para cooperar, como reflete Rolf Behncke C., colaborador da obra *A árvore do conhecimento* que traz grande parte dos estudos de Humberto Maturana e Francisco Varela.¹⁵³ O sistema biológico que nos rege naturalmente para a comunhão e o altruísmo tornou-se *patológico* porque sendo também seres formados por nossa cultura e formadores dela, se esta é degradante, assim o seremos.

Desse modo, nossa identidade humana é tanto constituída quanto conservada numa dinâmica sistêmica definida pela rede de conversações da cultura que vivemos. Portanto, podemos ser *Homo sapiens sapiens*, *Homo sapiens amans*, *Homo sapiens aggressans*, *Homo sapiens arrogans*, de acordo com a cultura que vivemos e conservamos em nosso viver, mas ao mesmo tempo podemos deixar de ser seres humanos de um tipo ou de outro ao mudarmos de cultura, dependendo da configuração de emoções que dá à cultura que vivemos seu caráter particular.¹⁵⁴

Como estamos em interação com outros sistemas vivos, posso experimentar diferentes formas de *ser e estar*, conforme a interação que tiver com esse outro. Se o olhar dele ou dela me veem como bandido, bandido serei, pois é mais saudável *viver do que morrer*. Mesmo que este viver seja, como menciona Virgínia Kastrup, a “morte em vida, morte da inventividade, do que há de vida no vivo.”¹⁵⁵

A *inventividade* é o termo proposto pela autora, ao invés de *criatividade*. Com isto, afasta-se dos significados aplicados historicamente à expressão “criatividade”. Em um

¹⁵³ MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento**: as bases biológicas do conhecimento humano. Campinas: Ed. Psy, 1995, p. 23.

¹⁵⁴ Apud MATURANA; VARELA, 1995, p. 181.

¹⁵⁵ KASTRUP, Virgínia. **A invenção de si e do mundo**. Uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 186.

primeiro momento, a criatividade era entendida como atributo raro e específico de alguns seres geniais. Posteriormente, foi-lhe agregada a ideia de que era um instrumento da inteligência utilizado como uma habilidade “a serviço da solução de problemas”.¹⁵⁶ Assim, o termo *inventividade* se propõe a superar tais significações. A cognição inventiva é realizada a partir da experimentação, em que há a *problematização*, em que objeto e sujeito se confundem em uma *rede de funcionamento*, “um fundo arqueológico ou temporal”.¹⁵⁷

Os adolescentes com quem convivi nestes anos de pesquisa me conduziram aos seus lares de infância, por intermédio do *vínculo* que criamos em nossa relação social. Naqueles ambientes hostis e sombrios a fantasia e a inventividade infantil eram sufocadas em episódios de horror e violência.

Em 1º de julho de 2015 a notícia sobre a rejeição da redução da maioridade penal, pelo plenário da Câmara dos Deputados no dia anterior, é anunciada pelo programa de Datena, recorde em audiência, sob o seguinte título: “Livres para matar – redução da maioridade penal é rejeitada por cinco votos”. O discurso de Datena é ainda mais incisivo, diante do resultado da votação. Como apelo, as notícias transmitem os casos das famílias que comovidas, trazem suas lágrimas e indignações à tela da TV, auxiliando no convencimento de que “os monstros” precisam ir para a cadeia.

A mídia televisa emite opiniões, entre outras possíveis, e até mesmo pré-existentes. Observo que prepondera em seus programas mais populares a ideia de que o delinquente é alguém que, mesmo sendo pobre, deve possuir uma má índole, posto que nem todos os pobres praticam crimes. Esta última assertiva é apresentada por Foucault quando arguido sobre a mudança do discurso¹⁵⁸ acerca da delinquência no decurso do século XIX para o século XX. Aplica-se, portanto, a este sujeito, que tem a má índole, a *tecnologia penal*.¹⁵⁹

§ *Imagino uma grande ratoeira. O queijo para pegar o rato tem um grande P de PAPUDA. O rato precisa comer, precisa vestir, precisa fumar – para aliviar o vício do crack, precisa ter. O rato é o adolescente em uma cultura de massa que o incita a ter. O*

¹⁵⁶ Ibid., p. 19.

¹⁵⁷ Ibid., p. 28.

¹⁵⁸ Embora haja no decurso do trabalho o uso do termo “discurso” também associado à linguagem, ou seja, ao dito verbal, ao trabalhar sob a perspectiva de Michel Foucault o termo amplia-se. Em curso ministrado na Universidade de Brasília, em 22 de outubro de 2015, o pesquisador e professor Gilberto Icle (UFRS) esclareceu que o termo “discurso” está disperso em todas as ações, não estando identificado a um sujeito. Ele acontece na exterioridade, assujeitando-nos àquele discurso. Como esclarece Icle, “as coisas em Foucault não tem um centro, uma verdade, são móveis.” O discurso, por isto, corresponderia a um “já dito”, o que desloca a questão não para descoberta do que é realmente aquele algo, mas sim, “como” aquele algo emerge. Este “como” já implica, em si, um fazer, tendo Icle exposto: O discurso em Foucault tem a ver “com as coisas que as pessoas fazem.”

¹⁵⁹ FOUCAULT, Michel, 2011. p. 135.

rato é um adolescente que precisa ter para existir, para ser. Ter para ser. O rato corre em direção à ratoeira. Como defensora dos animais, mesmo sendo um rato eu grito: “Não rato! Não vá por aí!” “Não rato! A morte é certa por aí!” O rato não me ouve. A escuta do rato é entorpecida, ele crê ser realmente um rato e que não há para ele outro destino possível: o da ratoeira. [...] Qual a outra expectativa de vida deste jovem, que não seja o presídio?”¹⁶⁰

Canto I – Sombras nos cantos

As *peças comuns, do povo*, que passavam por mim durante os plantões na DCA ocupavam-se de sua parcela de *poder disciplinar*, que, como já versava Foucault, não está centralizado no Estado.

Foi absolutamente necessário constituir o povo como um sujeito moral, portanto separando-o da delinquência, portanto separando nitidamente o grupo de delinquentes, mostrando-os como perigos não apenas para os ricos, mas também para os pobres, mostrando-os carregados de todos os vícios e responsáveis pelos maiores perigos.¹⁶¹

Agrada-me entender tais episódios sob o olhar de Michel Foucault, em que o poder de castigar passa a ser o de disciplinar. Torna-se complicado ao *corpus social*, em ostensiva vigilância, entender a peculiaridade de cada adolescente que comete atos infracionais a partir dos veículos midiáticos, e também, a partir dos olhos daqueles, a princípio, mais expostos às infrações juvenis.

§ *A madrugada de um plantão na DCA tem dois personagens que se repetem: o garçom e a empregada doméstica. Consigo sentir o cheiro da bolsa molhada da empregada ao tentar esconder que havia calcinhas enroladas em um plástico de mercado dentro da bolsa. Sem graça, enquanto respondia seu termo de declarações, contava-me sobre um adolescente que a assediava todos os dias em que chegava do trabalho. O adolescente já havia roubado várias vezes o seu salário e também tinha lhe ameaçado de morte. Ela dizia que o adolescente era o “capeta”, e que a mãe fazia tudo por ele, mas não adiantava, ele era ruim mesmo. Concluiu dizendo que também era pobre e que não fazia isto, nem seus filhos. Por isso, o adolescente que a roubava só podia mesmo era ter “parte com o cão!” A mesma coisa ocorria nos termos de declarações de garçons, comerciantes, funcionários de comércio. Quando a prática do crime envolvia adolescentes, eles eram os piores...*

¹⁶⁰ Trecho de *Diário de Campo*, em 18 de junho de 2015, em protesto à votação de redução à menoridade penal na Câmara dos Deputados.

¹⁶¹ FOUCAULT, Michel, 2011. p. 133.

Observo também que nos plantões policiais, nas ruas, na televisão, aqueles designados como *de menor* são considerados os piores. A pesquisadora e diretora do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (Ciespi), Dr.^a Irene Rizzini, nos traz esta abordagem acerca da condição do jovem, especialmente em *condições de vulnerabilidade social*, em seu artigo *A infância perigosa (ou “em perigo de o ser...”)*. *Ideias e práticas correntes no Brasil na passagem do século XIX para o XX*, em que a criança, vista como o “futuro da nação”, precisa ser controlada e moldada, donde surgem os asilos para correição no século XVIII. Isto colabora para um processo de higienização, em que os jovens que não poderiam ser educados ou vigiados pela família seriam responsabilidade do Estado, o qual trataria do *menor*, considerado potencial perigo para a sociedade, por ser um possível delinquente.¹⁶²

Apesar de ter sido abolida a categorização na escrita da expressão *menor*, ainda há sua presença para diferenciar a criança abandonada e delinquente daquela que seria *normal*. Entre os jovens da *UNIDADE* os meninos mais novos eram chamados “dimenor”.¹⁶³

Parece-me que a maior parte dos programas tidos como de reintegração e reinserção social de *jovens em situação de risco* caracterizam-se por serem unifocais e centrados em interesses utilitaristas e de controle disciplinar, em que são isolados do restante da sociedade em *abrigos*, a fim de serem *tratados*. Embora o estabelecimento físico seja destinado ao *acolhimento* dos jovens, suas condutas interpretadas como agressivas e o histórico infracional ocasiona, na grande parte dos funcionários, uma atitude de vigilância repressiva.

E se é verdade que o poder político acaba a guerra, tenta impor a paz na sociedade civil, não é para suspender os efeitos da guerra ou neutralizar os desequilíbrios que se manifestaram na batalha final, **mas para reinscrever perpetuamente estas relações de força, através de uma espécie de guerra silenciosa, nas instituições e nas desigualdades econômicas, na linguagem e até no corpo dos indivíduos.**¹⁶⁴

¹⁶² RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. *A infância perigosa (ou “em perigo de o ser...”)*. Idéias e práticas correntes no Brasil na passagem do século XIX para o XX. Rio de Janeiro: Ciespi, 2005. p. 25.

¹⁶³ O cientista social Sérgio Adorno, em um artigo publicado no ano de 1993, intitulado *Criança: a lei e a cidadania*, entende quanto ao uso da expressão *menor* haver conotação ideológica que enseja o uso preconceituoso às *crianças e adolescentes procedentes das classes populares*, presentes nas páginas das reportagens policiais. O autor trabalha com a expressão: *crianças e adolescentes “menorizados”*, isto é, sujeitos desprovidos da condição de cidadania. Posteriormente, adotaram-se os termos *criança e adolescente*, mas observei o emprego da expressão *menor* ou ainda *dimenor* no cotidiano dos *abrigos* para se referir aos mais jovens, especialmente aqueles com o comportamento mais aliado às infrações penais.

¹⁶⁴ FOUCAULT, Michel, 2011. p. 176 (grifo nosso).

LIVRO II – DOS CANTOS NOS ABRIGOS

Assunto 3º- Corpos Indóceis

§ *Entrei no quarto de Diamante. Ele me mostrava orgulhoso o “dever-de-casa” em seu caderno. No canto, ao lado da sequência de sílabas separadas, havia um desenho. O desenho era de uma grande urso abraçando o seu filhote. Perguntei: “Quem desenhou isto?” Ele: “Eu, tia”. Jamais esqueci aquele “desenho de abraço”, aquele desenho da grande urso enlaçando o pequeno urso. O abraço que Diamante não conseguia nos dar... Seu corpo enrijecia com a nossa intromissão. Naquele dia, Diamante estava extrovertido e se pôs a falar. (Se eu soubesse que aquele seria o único momento em 3 anos que Diamante falaria sobre a sua mãe, eu o teria congelado no tempo, para poder acessá-lo (Diamante) outra vez). Se pôs a falar sobre a mãe: “Ela não presta tia! Olha o que ela me fez!” Mostrou o braço e as marcas de corte de faca e de furo de garfo. Contava mais um episódio e mostrava o joelho, o pescoço, os pés... Depois daquele dia, Diamante se tornou cada vez mais hermético, fechado, bruto...*

A etnógrafa Favret-Saada, em seu artigo *Ser afetado* revela o interesse em “reabilitar a sensibilidade” no campo da pesquisa em Antropologia, afirmando que esta parece ter se mantido no “estudo dos aspectos intelectuais da natureza humana”¹⁶⁵. Assim, ir a campo para Favret-Saada teve o propósito de efetivamente “participar”, o que implicou o questionamento quanto à prática de se distinguir habitualmente o objeto de pesquisa e o observador – etnógrafo. Quando resolve pesquisar os rituais de feitiçaria na área rural de *Bocage*, Favret-Saada opta por “ser enfeitiçada”. Reconhece seu temor diante do risco de ter sua pesquisa transformada em uma “aventura pessoal”, mas também avalia com crítica, a probabilidade de ir a campo, “observar” e coletar material meramente ilustrativo e pouco aprofundado, em sua pesquisa. Até mesmo porque, em razão de sofrerem constantemente julgamentos ideológicos por parte de instituições da Imprensa e Igreja, os camponeses do *Bocage* tornaram-se cada vez mais herméticos, chegando a afirmarem que “feitiço, quem não pegou não pode falar disso”. Esta situação, de fato, influenciou a imersão de Favret-Saada.¹⁶⁶

Da mesma forma ao que ocorreu à etnógrafa Favret-Saada, percebi que a relação com os jovens não permitia uma observadora neutra e inatingível. A própria prática teatral

¹⁶⁵ FAVRET-SAADA. J. Ser afetado. Tradução Paula de Siqueira Lopes. *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 13, p. 155-161, 2005. Disponível em: <<http://goo.gl/GlurD2>>.

¹⁶⁶ *Ibid.*, p. 157.

evidencia a nossa condição relacional. Uma aproximação da prática teatral com as descrições da *cultura matrística*, tão bem elaboradas por Maturana e Verden-Zöller em *Amar e Brincar: Fundamentos esquecidos do humano*¹⁶⁷, permiti enxergar pontos de convergência, tais como a participação, a cooperação e o companheirismo. Não se trata de mistificar a prática teatral e levá-la a uma condição da “convivência ideal”, mas refletir sobre as possibilidades que esta arte *coletiva* implica, inclusive sob o aspecto do trabalho do ator.

[...] o conhecimento de si no trabalho do ator sempre conduziu para uma relação mais profunda com o outro ou com os outros, tanto colegas de cena e/ou grupo, quanto com o público. Sendo assim, analisar a consciência no trabalho do ator significa entendê-la no seu funcionamento e não como algo estático.¹⁶⁸

Acesso novamente Favret-Saada e *intuo* que a experiência teatral com os jovens *foi como feitiçaria*, na qual o ato de falar a respeito, não corresponde ao vivenciado. A feitiçaria e o teatro surgem como “modo humano de vida”,¹⁶⁹ em que permeiam as possibilidades de se viver em uma rede de conversações coordenadas entre ações e emoções, como sustenta a *Biologia do Conhecer*.

Neste trajeto, encontra-se a emoção. A emoção *é uma dinâmica corporal* que se vive como um domínio de ações, em que se está em uma emoção ou não. A análise elaborada sobre a expressão de uma emoção, automaticamente implica em negá-la, pois instala uma dicotomia entre *o viver e o parecer*.¹⁷⁰ Isto ocorre porque a emoção *se vive*, e não simplesmente *se aprecia*. Assim como o teatro, *o território das emoções e sensações, implica um espaço onde se convive*.

Já refleti antes, precisamente no *Assunto 1º, Canto III do Livro I – Dos Cantos do Mundo*, que sob o enfoque da *Biologia do Conhecer*, nosso mundo ocidental valoriza a razão e a racionalidade em demasia, afastando a aceitação de que as emoções também possuem sua parcela formativa em nós, seres vivos.¹⁷¹

*No es cierto que los seres humanos somos seres racionales por excelência. Somos, como mamíferos, seres emocionales que usamos la razón para justificar y ocultar las emociones en las cuales se dan nuestras acciones.*¹⁷²

¹⁶⁷ MATURANA, Humberto R.; VERDEN-ZOLLER, Gerda. **Amar e brincar: fundamentos esquecidos do humano**. São Paulo: Editora Palas Athenas, 2004.

¹⁶⁸ ICLE, Gilberto. **O ator como xamã: configurações da consciência no sujeito extracotidiano**. São Paulo: Perspectiva, 2006. p. 15.

¹⁶⁹ MATURANA, VERDEN-ZOLLER, op. cit., p. 34.

¹⁷⁰ Ibid. p. 39.

¹⁷¹ Ibid., p. 221.

¹⁷² Tradução: “Não é certo que os seres humanos são seres racionais por excelência. Somos, como mamíferos, seres emocionais que usamos a razão para justificar e ocultar as emoções, nas quais se dão nossas ações.”

Os estudos de Maturana e Gerda Verden-Zöller¹⁷³ revelam que a criança cria o seu espaço relacional a partir do espaço psíquico onde viveu em intimidade e em *contato corporal* com sua mãe. O termo “mãe”, de acordo com o que propõe especialmente Maturana, é entendido em uma acepção mais ampla, ou seja, tanto para o masculino ou feminino. Como menciona o biólogo, “as diferenças entre homem e mulher fazem deles seres de sexos diferentes, mas não seres humanos diversos”.¹⁷⁴ Neste sentido, ambos estão capacitados para o contato e o cuidado com a vida humana¹⁷⁵. Considerando os nossos processos de aculturação e o desenvolvimento social e cultural de crianças, Maturana discorre sobre a existência humana como um acontecimento próprio do espaço relacional do conversar. Assim, fluímos em contato sob uma trajetória eminentemente emocional, mencionando o biólogo que a disponibilidade de recursos naturais, valores e símbolos não existem por si próprios, mas sim, a partir do momento em que os desejamos como tais¹⁷⁶.

Foucault dedica um capítulo de sua obra *Vigiar e Punir aos corpos dóceis*. O pesquisador parte das concepções *cartesianas* e *mecanicistas* presentes em obras e estudos preponderantes no século XIX, os quais contribuíram para o levante de uma espécie de *teoria geral do adestramento*, cujo interior abriga a noção de *docilidade* – um *corpo útil e inteligível*¹⁷⁷. Assim, de acordo com Foucault, o entendimento do corpo como um *mecanismo analisável* o conduz a um *corpo manipulável*.¹⁷⁸

O *corpo dócil* é um corpo obediente e que dispõe às limitações sociais. Estes limites estão calcados na “disciplina”. Para Foucault, as disciplinas tornaram-se maneiras de dominação, no decorrer dos séculos XVII e XVIII¹⁷⁹. Argui que a disciplina dos corpos assume o cenário, até mesmo em substituição à “relação custosa e violenta” presente na escravidão, à “relação de dominação constante” da vassalagem; ao “ascetismo” e disciplinas monásticas, partindo para uma “anatomia política”, onde não se trata de se fazer o que se pede, mas sim de se funcionar “como se quer” agregando técnica, rapidez e eficácia¹⁸⁰.

Palestra intitulada “Nosso presente”. Ocorrida na programação do II Congresso del Futuro. Ciencia, Tecnología, Humanidades y Ciudadanía. Congreso Nacional. Sede Santiago. Catedral 1158. Chile. 19 de janeiro de 2013. Duração 31 min. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=sPDMXLdseIs>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

¹⁷³ MATURANA, VERDEN-ZOLLER, op. cit, p. 12.

¹⁷⁴ Idem, p. 252.

¹⁷⁵ Ibid., p. 252.

¹⁷⁶ Ibid, p. 11.

¹⁷⁷ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 126.

¹⁷⁸ Neste sentido, Foucault menciona brevemente a obra do médico La Mettrie, o qual, a partir da publicação de sua obra *O Homem-máquina* (1865), defende a concepção materialista do corpo, sendo este um mecanismo de onde insurgem suas próprias explicações, prescindindo por isto de outras instâncias como a alma.

¹⁷⁹ FOUCAULT, Michel, op. cit, p. 126.

¹⁸⁰ Ibid., p. 127.

Foucault menciona que se antes havia a apropriação dos corpos pela escravidão ou a imposição de castigos, a partir do século XVIII, assiste-se a introdução de formas sutis de controle minucioso dos corpos, por intermédio da disciplina que os torna mais úteis. A disciplina dos corpos os torna mais “submissos e exercitados”, e, portanto, *dóceis*. Com isto há o aumento da força do corpo, gerando utilidade econômica, ao mesmo tempo em os torna mais obedientes, diminuindo-lhe sua força política.¹⁸¹

A esta dinâmica, Foucault atribui uma “autonomia política”, em que os processos mínimos de controle possuem localizações esparsas, mas que é possível situá-las em instituições como escolas, fábricas, hospitais e presídios, por exemplo¹⁸².

Se posso me arriscar a uma referência, que não pretende aqui ensejar oposições teóricas, considero os corpos dos jovens com *características indóceis*. São *corpos com características indóceis*, porque por suas ações parecem possuir *mais coerência com o que sentem a cada momento*. A condução em uma rede de ações e emoções entrelaçadas parece mais clara e evidente nos corpos dos meninos da *UNIDADE* e o temor que causam *a nós*, corpos adultos assumidamente *docilizados*, ou em constante *esforço para docilizar*, parecia incomodar. *Sim, pareciam-me corpos que se assumem como conduzidos pelo emocionar*.

Na atualidade, vivemos imersos numa cultura que diminui o valor das emoções e que, ao mesmo tempo em que nos mergulha em emoções contraditórias, pede que as neguemos ou que as controlemos.¹⁸³

É importante evidenciar o que entendo por “nós”. Refiro-me a todos nós, o *cuidador vigilante*, a sociedade pautadamente imersa em um regime patriarcal, movida por controle e apropriação. Os *corpos indóceis* continuavam interagindo e assumindo sua aculturação, pois a cada contato traziam novos repertórios de ações e comportamentos. Dentro da estrutura física da *UNIDADE* ou do *abrigo*, opunham-se diante de uma massa de corpos dóceis – corpos obedientes e úteis, que também querem se relacionar, ora *docilmente* ora *indocilmente*, de acordo com seus desejos-emoções.

Vivemos cada vez mais imersos em uma contradição emocional de base. Queremos manter o consumismo de nossa cultura, mas ao mesmo tempo desejamos conservar o mundo natural; pretendemos preservar o viver na apropriação, mas desejamos gerar solidariedade; ansiamos por certezas e segurança, mas ao mesmo tempo queremos liberdade; queremos autoridade, mas também respeito mútuo; pretendemos viver em competição, mas também em cooperação; ambicionamos a possibilidade de ficar muito ricos,

¹⁸¹ Idem, p. 127.

¹⁸² Idem, p. 127.

¹⁸³ MATURANA, VERDEN-ZOLLER, 2004, p. 238.

mas também almejamos acabar com a pobreza; desejamos ser amados, mas ao mesmo tempo obedecidos...¹⁸⁴

Se há uma mecânica de poder que vislumbra controlar os sujeitos e torná-los também propagadores de discursos disciplinadores, enxergo que os jovens que resolvem habitar *os cantos* das ruas, encontram-se à margem, são corpos *indóceis porque estão marginalizados e revelam desejo de serem emocionalmente afecções*. Toda a intensidade de viver está em seus corpos. Acredito que, por este motivo, as atividades teatrais lhes serviam tão bem. Tratava-se de uma forma expressiva e expansiva de ser e estar no mundo. “Essa urgência de criação explica a coragem anormal dessas crianças e sua intensa necessidade de beleza. É preciso viver agora, é preciso maravilhar-se hoje, depressa, antes da morte tão próxima.”¹⁸⁵

Os jovens ostentam com orgulho suas marcas – cicatrizes de maus-tratos e conflitos, tatuagens, inclusive aquelas que tenham a figura do “palhaço”¹⁸⁶, e *bodypiercings*. São troféus de suas experiências com a família, as ruas e os abrigos. Estas marcas e acessórios adornam seus corpos, transportando-os para zonas de risco, de enfrentamento.

Acredito que o Estado desenvolve mecanismos para apreendê-los para emoldurá-los nos parâmetros do *homem comum*. A família não conseguiu mantê-los. Portanto, faz-se necessário que alguém o consiga, caso a escola ou o *abrigo* não o faça, a polícia e o presídio se encarregarão de atuar.

Quanto às famílias dos jovens da *UNIDADE*, principalmente aquelas pautadas sob a perspectiva de relações e conversações preponderantemente patriarcais de apropriação¹⁸⁷, percebi uma espécie de “desistência” do convívio, o que contribuiu para uma disponibilidade dos jovens, tanto para a rua quanto para a institucionalização pelo Estado, seja em unidades de internação ou unidades de acolhimento. Estes processos pareciam ocorrer, seja pelo histórico familiar hostil – episódios de violência doméstica e abandono, por exemplo, – ou ainda, por questões econômicas – no caso de jovens que saem para a rua à procura de melhor condição econômica para suas famílias.

§ Livia: Quem sou eu? Pelezinho: Minha professora de teatro. [...] Livia: Violência doméstica, o que é? Por que esse nome: “doméstica”? Pelezinho: Porque é violência

¹⁸⁴ Ibid., p. 255.

¹⁸⁵ CYRULNIK, Boris. *Os patinhos feios*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 127

¹⁸⁶ A tatuagem de palhaço é popular entre os jovens em situação de rua. Ela significa que o seu portador é “matador de policiais” e, portanto, os jovens gostam de mencionar que a possuem como forma de demonstrar sua coragem ao enfrentarem policiais. Há um vídeo que mostra um policial obrigando um adolescente a raspar de sua perna uma tatuagem de palhaço disponibilizado na *internet*. A cena é de extrema violência, colaborando também para a depreciação da imagem da Instituição Policial. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=i-KxuU9Lv-U>>.

¹⁸⁷ MATURANA, VERDEN-ZOLLER, 2004, p. 75.

doméstica. Livia: O que é “doméstica”? Pelezinho: “Doméstica” é a mesma coisa que “caseiro”. Livia: “Caseiro”? Pelezinho: Pessoa que fica só em casa: dona de casa. Livia: Mas é só dona de casa? Pelezinho: Filho também. Livia: Você conhece violência doméstica? Pelezinho: Conheço, porque eu já vivi. Livia: Você já viveu violência doméstica? Qual é a sua história com violência doméstica? Pelezinho: Oxi, a história toda? Livia: Não, a história toda não. Um episódio que você viveu com violência doméstica. Pelezinho: Eu chegava da escola e apanhava. Livia: Por que você apanhava quando chegava da escola? Pelezinho: Sei lá! Livia: Por que você apanhava? Pelezinho: Porque sujava o uniforme. Livia: Você apanhava porque sujava o uniforme? [...] Livia: E como é que ele te batia? Pelezinho: Violentamente. Livia: E como é bater violentamente? Pelezinho: Com coisa desnecessária, tipo pedaço de pau, rodo, fio, coisa assim [...] Livia: Como é que foi esse dia do fio de poste? Jovem: Quase todo dia era assim.

De acordo com a avaliação da especialista Irene Rizzini¹⁸⁸ as pesquisas da contemporaneidade parecem ter voltado o foco para a investigação das causas que levaram as crianças a se abrigarem em instituições, com a observância de que, se antes as crianças eram internadas pela própria família, o que se observa hoje é o maior trânsito de crianças e jovens entre casa, abrigos e ruas. Nestes *espaços-tempos de ausência* da família e da escola, por exemplo, surge a atuação do Estado e suas instituições como *opções de convívio*, onde as pretensas *políticas públicas, assumem aspectos correicionais de controle e vigilância dos corpos. São corpos a se docilizar...*

Ainda sob a avaliação de Irene Rizzini, a especialista menciona que o discurso de proteção à infância se manteve notadamente imerso na proposição de se defender a sociedade da proliferação de *vagabundos e criminosos, contra a instauração da indisciplina e da desordem, que não correspondiam ao avanço das relações capitalistas em curso.*¹⁸⁹

Em certa ocasião, resolvi levar os jovens da *UNIDADE* para assistirem o espetáculo *Amadeo*¹⁹⁰, um dos trabalhos que desenvolvi na *Companhia de Teatro Pátria Amada* (CTPA) da Suproc. Como pessoa *informada*¹⁹¹ acerca do universo dos jovens de abrigo, percebi que eles se sentiam incomodados por estarem ali entre os *alunos*. Ao final, um deles me confessou: “Professora, a gente não é igual a eles não!”

¹⁸⁸ RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: Percurso histórico e desafios do presente.** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

¹⁸⁹ RIZZINI, Irene. **A infância perigosa (ou “em perigo de o ser...”)**. Idéias e práticas correntes no Brasil na passagem do século XIX para o XX. Rio de Janeiro: Ciespi, 2005. p. 6.

¹⁹⁰ “Amadeo” foi um espetáculo teatral, apresentado em escolas públicas do Distrito Federal, no decorrer dos anos de 2013 e 2014, cujo texto e encenação foram construídos por mim e pelo ator Genivaldo Sampaio e levada ao diretor de teatro Ricardo Barbosa, há época em que fiz parte da Companhia de Teatro Pátria Amada, programa da Suproc, vinculada à Secretaria de Segurança Pública e da Paz Social – SSP/DF. Atualmente, tanto a Companhia de Teatro como a Subsecretaria foram extintas. A estrutura atual da Secretaria de Segurança Pública e da Paz Social criou a Subsecretaria de Segurança Cidadã – SUSEC/DF para tratar dos assuntos em pauta na extinta SUPROC.

¹⁹¹ GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

Foragidos do processo de escolarização, acredito que os jovens da *UNIDADE* tentam escapar do que Foucault chama em *Vigiar e Punir* de *sanção normalizadora*¹⁹², em funcionamento nas instituições que operam o sistema disciplinar. Foucault menciona que se trata de um agrupamento de *micropenalidades* com o objetivo de *reduzir desvios*, sendo portanto, essencialmente *corretivo*.¹⁹³

As relações que consideramos como *capitalistas*, a disciplina e os corpos dóceis possuem ampla relação. Foucault continua a análise dos *corpos dóceis* mencionando que o tempo no qual os corpos disciplinados atuam é um “tempo disciplinar” e que deve transcorrer com “boa qualidade”, em que cabe ao corpo funcionar de forma aplicada ao seu exercício, seja na fábrica, no presídio, ou na escola. Dispõe que “a exatidão e a aplicação são, com a regularidade, as virtudes fundamentais do tempo disciplinar”¹⁹⁴. Associando-se ao controle do tempo, o controle minucioso dos gestos ofusca cada vez mais a multiplicidade, a diversidade, sendo que o poder disciplinar, como aponta o filósofo, “tem por correlato uma individualidade não só analítica e celular, mas também natural e orgânica”¹⁹⁵.

Os jovens *com vivência de rua* assimilaram o vocabulário gestual e a linguagem, a partir das interações que estabeleceram com os sujeitos, espaços e objetos de rua. São eles habitantes do outro lado dos muros das casas e das escolas. Ao iniciarem suas vivências nos *abrigos*, há a tentativa de conseguir que, de alguma forma, se enquadrem em programas que poderão oferecer bolsas de emprego e estudo.

Na oficina, na escola, no exército funciona como repressora toda uma micropenalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseria, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes << incorretas >>, gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência). Ao mesmo tempo é utilizada, a título de punição, toda uma série de processos sutis, que vão do castigo físico leve a privações ligeiras e a pequenas humilhações. Trata-se ao mesmo tempo de tornar penalizáveis as frações mais tênues da conduta, e de dar uma função punitiva aos elementos aparentemente indiferentes do aparelho disciplinar: levando ao extremo, que tudo possa servir para punir a mínima coisa: que cada indivíduo se encontre preso numa universalidade punível-punidora.¹⁹⁶

Os gestos dos *jovens em situação de rua* sempre eram discutidos entre eles mesmos, pois tinham introjetado os *costumes* e hábitos de quem vive nas ruas e se vangloriavam ao

¹⁹² FOUCAULT, Michel, op. cit, p. 159.

¹⁹³ Ibid, p. 160.

¹⁹⁴ Idem, p. 137.

¹⁹⁵ Idem, p. 141.

¹⁹⁶ Idem, p. 141.

dizer que eram “bandidos”. Sua forma de andar, vestir-se e dialogar repercute não apenas em discriminação por parte da sociedade, mas também na atuação policial nos conhecidos “baculejos” – revista policial. Os episódios de “baculejo” eram tão numerosos entre os jovens da *UNIDADE* que em *Meninos da Guerra* (2015) realizamos a *Cena do Baculejo*, em que os jovens ao serem revistados por dois policiais *cantavam* a música do rapper Gog

Juro que eu não queria ir, mas tive que ir. Juro que eu não sou assim, mas agi assim. Eu nasci pro muro e o muro pra mim. Consciência limpa apaga o estopim. (Bala por Bala – Gog – Música criada para o espetáculo *Meninos da Guerra*)

Figura 11 – Cena do Baculejo em *Meninos da Guerra* – 2015 – Teatro Newton Rossi



Fonte: Ricardo Padue.

A *Criminologia Positivista*, notadamente representada por Cesare Lombroso, Garófalo e Ferri, somava fatores antropológicos, físicos e sociais para explicar a pessoa do delinquente na “diversidade ou anomalia dos autores de comportamentos criminalizados”.¹⁹⁷ Pautava-se em parâmetros biológicos e de comportamento social que justificariam a aplicação da pena em caráter indeterminado, *pois se centrava no sujeito, e não no ato em si*. Apesar de situada em certa época pelos livros de Criminologia, em verdade, a criminologia positivista exerce

¹⁹⁷ BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2011. p. 39.

massivamente as suas influências justificando ainda punições a partir do *estigma* do criminoso.

Já a *Criminologia Crítica*, como narra o jurista Italiano Alessandro Baratta, leva em consideração a rotulação dos sujeitos e das desigualdades sociais no processo de criminalização. Meu convívio com os jovens da *UNIDADE* permitiu verificar que frequentemente se intitulam como sendo “pobres e pretos”. Quando não se referem à raça, intitulam-se como “pobres” ou ainda “de periferia”. Alessandro Baratta contribui para a mudança do paradigma criminológico, levando em consideração as forças sociais presentes.

No mesmo sentido à *Criminologia Crítica* surgem ideias de juristas como Paulo Rangel¹⁹⁸, para quem a *desigualdade social* não gera em si a violência, mas cria tensão e conflito entre os homens, sendo necessária a atuação Estatal. De acordo com o Rangel, a atuação do Estado tem sido de “criminalizar a pobreza, não só policiando, controlando, vigiando, mas principalmente disciplinando o pobre”.¹⁹⁹ Com isto, tem-se a ideia de um *delinquente escolhido, onde entrariam os jovens em situação de vulnerabilidade social e risco social*.

Em estudo desenvolvido com a colaboração da pesquisadora Miriam Abramovay sobre Juventude, Violência e Vulnerabilidade na América Latina, encomendado pela UNESCO em 2002²⁰⁰, há a menção de que a vulnerabilidade e a desigualdade social esclarecem a relação entre juventude e violência, pois a ausência de oportunidades de lazer, cultura e formação ética deixam os jovens à margem da participação democrática e, portanto, mais suscetíveis às relações criminosas surgidas no cotidiano das ruas.

Entendo o conceito de *vulnerabilidade social* sob a mesma perspectiva que a autora, ou seja, como o resultado negativo da relação entre a disponibilidade de recursos (materiais ou simbólicos) dos atores e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provem do Estado, do mercado e da sociedade civil.²⁰¹

Quanto à expressão *em situação de risco*, acredito ser similar e complementar ao quadro de vulnerabilidade social, pois não tendo acesso aos recursos materiais ou simbólicos, torna-se segmento populacional dependente ao amparo das instituições públicas, seja de

¹⁹⁸ RANGEL, Paulo. **A redução da menor idade penal: avanço ou retrocesso social?** São Paulo: Atlas, 2016

¹⁹⁹ Ibid., p. 53.

²⁰⁰ ABRAMOVAY, Miriam et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas** Brasília : Unesco, BID, 2002b.

²⁰¹ Ibid., p. 29.

acolhimento, seja de intervenção legal, situação que o desloca para as fronteiras da legalidade e da ilegalidade, tal qual esclarece o cientista social Sérgio Adorno.²⁰²

As instituições esforçam-se para qualificar os jovens *em situação de acolhimento institucional*, transformando-os em indivíduos *adaptados e ressocializados*. Para isto, valem pequenas formas de punição, até medidas mais austeras como a própria *expulsão do abrigo*, medida que me parece contrária à política de acolhimento e violadora dos direitos da criança e do adolescente.

Conversações – Grupo Focal III – Meninos, policial e funcionária

Princesa – [...] Aí eu saí, com autorização dela, quando eu cheguei não tinham passado para a outra cuidadora e disseram que eu não tinha avisado, eu passei o dia todo fora. Aí eu cheguei, não deixaram eu entrar, e eu fiquei lá fora na rua. Conversei até com a Tia Lívia e tudo. Ela foi lá e me ajudou. Depois da confusão inteira, deixaram a gente entrar, mas se não fosse pela tia, eles não iam deixar a gente entrar e a gente ia dormir na rua. **Eu acho que a gente tava sendo protegido. Então a gente não tem que ficar do lado de fora correndo risco porque é perigoso mulher dormir na rua assim... Homem também, é perigoso, então deveria mudar isso...** Eu acho que não deveria deixar a gente na rua assim, porque a gente tá lá pra ser protegido... é assim...²⁰³

Alguns programas como o *Vira Vidas*, do SESI, e o *Jovem Candango*, do Governo do Distrito Federal, exigem o cumprimento de alguns requisitos como ter regularidade escolar.²⁰⁴ Os jovens da *UNIDADE* dificilmente alcançam tais programas, já que têm dificuldade no aprendizado e em permanecerem na escola. Eles me confessavam que não tinham paciência com os professores e alunos e alguns chegavam a verbalizar que eram burros e que não adiantava ir à escola. Outros mencionavam que trabalhar “era chato” e também havia os que preferiam trabalhos braçais, onde não seria necessário “pensar muito”.

Costumava receber pedidos da coordenação da *UNIDADE*, assistentes sociais, cuidadores, educadores e psicólogos para que interviesse junto aos jovens, a fim de incentivá-los a irem à escola, manter-se em estágios, procurar empregos. Tentava articular as vontades

²⁰² ADORNO, Sérgio. Criança: a lei e a cidadania. In: RIZZINI, Irene et al. **A criança no Brasil hoje: desafio para o terceiro milênio**. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1993, p. 104.

²⁰³ Livro Anexo – *Conversação 3 – Grupo Focal 3 – jovens, policial e funcionária de Abrigo*.

²⁰⁴ De acordo com informações do *site* do Programa “Jovem Candango”, o público atendido é a população em situação de risco social, com idade entre 14 e 18 anos, que deverá frequentar a escola e permanecer no ensino formal durante a permanência no programa. Disponível em: < <http://jovemcandango.org.br/#>>. Acesso em: 5 nov. 2016. Quanto ao programa “Vira Vidas” apoia crianças de 16 a 21 anos que sofreram violência sexual. Os cursos abrangem a formação profissional e educação básica, além de atendimento psicossocial, médico e odontológico. Disponível em: <<http://www.viravida.org.br/programa>>.

de ambos, questionando aos meninos o que eles desejavam da vida, seja por intermédio das atividades teatrais, ou ainda, em uma conversa sincera.

Foi sob o aval do entendimento de que as emoções correspondem a dinâmicas corporais que pude refletir sobre o comportamento e o corpo dos jovens e suas redes de interações. As práticas artísticas eram uma espécie de fio condutor para o nosso contato. Foram nestes lugares onde nos propúnhamos a “estar, jogar, brincar com”, que a *presença dos corpos* me despertou atenção. O mergulho no universo dos jovens fez-se necessário, até mesmo diante de suas *corporeidades*. *A intensidade de seus corpos estava associada à intensidade de seus estados emocionais – adrenalinas.*

Os corpos dos jovens iam “para” e voltavam “da” rua, em um processo de interação e aculturação contínua, trazendo novos comportamentos. O jogo teatral e as brincadeiras propiciadas em nosso espaço de convívio *pareciam evidenciar as minhas próprias contradições emocionais e também a daqueles assumidamente “cuidadores vigilantes”*. *Eu sorria ou chorava quando sentia, porém, questionava se meu comportamento diante deles era “pedagógico” ou “adequado”. A questão passou a ser: adequado a quem? Eles não pareciam se incomodar, pois assim como eu, se envolviam em um espaço e tempo de afetos, próprios de nossa convivência, pluralística a cada instante.*

Os corpos dos jovens com quem mantive contato, principalmente há época das oficinas, em que nos dispúnhamos a brincar e jogar, parecia me revelar a própria *indocilidade armazenada e ofuscada de nossos corpos*: atriz, cuidadores, coordenadores, guardas. A busca dos jovens pelo contato corporal foi potencializada pelas atividades teatrais. Os corpos eram convidados a construir coletivamente cenas em que um abraço, apertos de mão, danças improvisadas eram recorrentes. Os corpos indóceis se reinventavam a cada instante, eram inquietos e manifestavam seus desejos de serem livres. Além de fonte contínua de invenção, foram *locus* onde pude compreender vários questionamentos sobre como nos relacionamos com eles

Em nossa cultura patriarcal, vivemos na desconfiança e buscamos certezas em relação ao controle do mundo natural, dos outros seres humanos e de nós mesmos.²⁰⁵

Era importante que os espaços e tempos ocupados pela atividade teatral permitissem o contato dos jovens com conteúdos de suas trajetórias e a partir disso, acolher seus gestos e expressividades em um ambiente onde a brincadeira e descontração prevalecessem, proporcionando um encontro sincero consigo e com o grupo.

²⁰⁵ MATURANA, VERDEN-ZOLLER, 2004, p. 37.

Face à difícil realidade dos meninos de rua, o teatro representa uma iniciativa que tem contribuído para o enfrentamento do problema. Trata-se de uma atividade que vai além das propostas de profissionalização. A criança é um ser em formação e sua inserção precoce no mercado de trabalho é contraproducente. Ela ganha pouco e termina por tirar o emprego de um adulto. Prejudicando sua formação, ela, na maior parte dos casos, permanece condenada a ser mão-de-obra barata. **Investir na formação do menino de rua é a única forma de reverter esse grave problema. O teatro tem muito a contribuir nesse sentido. Resolver o problema econômico é importante, mas não é tudo.** Mesmo que se consiga resolver a questão da fome, ainda assim persistem outras necessidades²⁰⁶.

Acreditei que as atividades do teatro pudessem colaborar para uma reelaboração do passado e um possível desenho para o presente, diante da possibilidade de se inventar outra história para si. As artes cênicas, fortemente pautadas nas atividades do corpo, possibilitavam que as cabeças baixas se erguessem e que os olhos se encontrassem. O teatro permitia o toque e parceria entre aqueles que atuavam em uma estrutura de *anatomia política do detalhe* – os servidores e funcionários.²⁰⁷

Em termos de *escolhas* entendo que sendo *dóceis* ou *indóceis* ambos corpos não são livres, mas apenas *se relacionam* de forma diferenciada, portando aspectos *patriarcais* ou *matrísticos*, conforme aspectos *emocionais*²⁰⁸. Os *corpos caracteristicamente indóceis*, por estarem mais à margem, parecem-me mais expostos e disponíveis ao regramento disciplinar: são corpos a se convencer pelo poder e a disciplina.

Assim, *indóceis* não me parece uma simples oposição aos conceitos e entendimentos de Foucault para os corpos *dóceis*. Entendo que *indóceis* corresponde a uma condição, que pode surgir em todos nós espontaneamente, quando estamos à vontade, amando, brincando. E mesmo assim, não implica corpos totalizantes, mas sim, fragmentados, pois os mecanismos de controle e disciplina estão esparsos e dispersos em nossos gestos e consciência. O espaço teatral com os jovens na *UNIDADE*, principalmente durante as Oficinas era *um locus sensível e tempus fugit*, onde a radiografia de *corpos fragmentados em dóceis e indóceis se revelava*.

Assunto 4^o – De teto e paz

§ Hoje, às 4h30, ao retornar para a UNIDADE para devolver os oitos jovens, após gravarmos a cena do filme “Kaligrafia Maldita”, fui surpreendida com questões como:

²⁰⁶ NOGUEIRA, Márcia Pompeo. **Teatro com meninos e meninas de ruas: nos caminhos do grupo Ventoforte.** São Paulo: Perspectiva, 2008. p. 125. (grifos nossos).

²⁰⁷ FOUCAULT, Michel, 1987, p. 158.

²⁰⁸ MATURANA, VERDEN-ZOLLER, 2004.

“Professora, por que eu sou feio?” “Eu vou morrer sozinho?” E também, fui arrebatada por casos como: “joguei água quente nele porque batia em mim e na minha mãe e não me arrependo, não guardo ódio dele”. Havia constatações como: “casa é qualquer lugar onde se tenha um teto e paz”.

A *UNIDADE*, chamada por alguns jovens de “casa”, trata-se de uma *instituição peculiar*, pois não se caracteriza como *acolhimento institucional*, tampouco como *casa lar*, uma vez que os jovens que ali habitam não estão sob medida protetiva jurídica, ou seja, não houve por parte do juízo da Vara da Infância e Juventude do Distrito Federal decisão proferida, determinando o acolhimento institucional deles. É qualificada internamente como uma instituição de transição para o jovem que ainda possui um vínculo crônico com a rua e não consegue ainda se fixar em uma *unidade de acolhimento*.

Para tanto, o *intuito seria trabalhar com estes jovens a constituição de vínculo, a fim de que possam sentir-se aceitos e serem direcionados ao acolhimento institucional*. A par disso, há jovens na *UNIDADE* que entram e saem com frequência, passando longo tempo na rua ou na casa de familiares para depois retornarem. Há também aqueles que a adotam como residência, pois *moram* nela há alguns anos, não tendo sido ainda transferidos para *unidades de acolhimento* por não aceitarem. Em razão de não estarem sob acolhimento institucional, os jovens podem permanecer ou deixar livremente a unidade.

Para prestar este serviço, a *UNIDADE* conta com a seguinte tabela de funcionários e serviços:

Tabela 1 – Funcionários e serviços

Cargos/Serviços	Números
Psicólogos	2 (sendo 1 assessor técnico)
Pedagogo	1
Educador Social de rua	1
Abordagem social de rua	1 equipe
Cuidadores	13
Educador do meio ambiente	2
Educador de social	1
Assistentes sociais	1 (gerente da unidade)
Coordenador	1 (cargo ocupado pelo Assistente Social)
Assistência à coordenação	1 (cargo atualmente ocupado pelo servidor)

	psicólogo)
Funcionários de limpeza e conservação	5 (empresa contratada)
Veículos	1 (Kombi)
Agente administrativo	1
Alimentação	1 (empresa contratada)
Vigilantes	8 (empresa contratada)

Fonte: Informações enviadas pela UNIDADE em 28 de julho de 2016.

A experiência por cerca de dois anos e meio na *UNIDADE* – período de setembro de 2013 a dezembro de 2015 – possibilitou-me a *percepção da existência de normas de convivência não escritas*, porém praticadas e estabelecidas pelas coordenações com as quais mantive contato:

- 1) Não é admitida a entrada no estabelecimento se o jovem estiver sob o efeito de drogas;
- 2) Não é admitida a entrada no estabelecimento de drogas lícitas ou ilícitas trazidas pelos jovens, sendo que, para se manter o vínculo e confiança, alguns servidores optam por não revistarem os jovens, mas estes são alertados de que tal atitude não é permitida. Outros servidores optam por realizarem revista nos jovens;
- 3) Não é admitida a entrada de meninas no estabelecimento (aproximadamente, a partir do 2º semestre de 2014);
- 4) Não é permitido presentear apenas um dos jovens para que outros não se sintam rejeitados (a partir de outubro de 2015);
- 5) Não é permitida a entrada de agentes da Polícia Civil ou Militar no estabelecimento (a partir de outubro de 2015);
- 6) Não é permitido dormir na sala de televisão;
- 7) Punição de não poder entrar na *UNIDADE* por no mínimo 24 horas em caso de descumprimento de algumas normas, como provocar brigas com outros jovens (em vigência na coordenação dos anos de 2013 e 2014);
- 8) Não é permitido o exercício de trabalho voluntário por terceiros, sob o argumento de que requer normatização para tal situação (informação verbal pela coordenação atual, a partir de setembro de 2015).

Quanto à estrutura física, no período em que a pesquisa se realizou, a *UNIDADE* funcionava na área central de Brasília, apresentando as seguintes características:

- 1) Área externa cercada, com uma guarita e dois vigilantes na entrada; garagem ampla; área verde com árvores e um depósito de materiais usados – espaços nos quais não foram observadas as práticas de atividades pedagógicas, culturais e educativas no decorrer da pesquisa, com exceção da realização de confraternizações entre servidores e jovens diante da proximidade de datas festivas;
- 2) Área interna com os seguintes compartimentos: três cômodos destinados a dormitórios coletivos, sendo aproximadamente três a quatro jovens por cômodo, com a ressalva de que o número máximo de jovens que presenciei convivendo no mesmo período dentro da unidade não ultrapassou a dez. Dois cômodos destinados ao quarto dos jovens apresentavam banheiro. Durante o breve período em que foi permitida a estadia de meninas na *UNIDADE* (de outubro de 2013 a aproximadamente final do primeiro semestre de 2014) um dos quartos era de uso exclusivo delas; Sala de informática com aproximadamente oito computadores; Lavanderia com máquinas de lavar para manipulação dos jovens, os quais a utilizavam em sistema de rodízio; Sala de televisão com dois sofás e uma TV LCD; Sala de teatro e atividades lúdicas – *De Profundis*;²⁰⁹ Sala para o plantão de cuidadores com uma televisão, armários, uma cama, mesa e geladeira, em que permanece o *livro de ocorrências da unidade*; Cinco salas destinadas à administração da *UNIDADE* (psicólogos, coordenação, administrativo, assistência social, pedagogos e enfermagem); Refeitório; Banheiro coletivo danificado – torneiras com mau funcionamento e chuveiros estragados em consequência, às vezes, de vandalismo praticados pelos jovens; Sala para os funcionários da limpeza do local e guarda de materiais de limpeza; Sala com armários com chave utilizados pelos jovens, com a supervisão dos cuidadores, sendo que, em determinado período da pesquisa as portas dos armários haviam sido danificadas pelos próprios jovens; Paredes sujas, contendo pichação e rabiscos nas paredes.

²⁰⁹ A sala de teatro da *UNIDADE* foi batizada de *Sala De Profundis* pela psicóloga e o pedagogo que acompanhavam o meu trabalho, a partir de uma atividade desenvolvida por eles junto aos meninos com a exibição do filme de animação *De Profundis*, de Miguelanxo Prado.

Em relação aos horários e atividades cotidianas, a coordenação da unidade, no período de setembro de 2013 a meados de março de 2015,²¹⁰ apresentou diferentes tentativas de organizar as atividades de rotina dos jovens. Em geral, não havia impedimento para que os jovens despertassem mais tarde, no entanto os cuidadores eram sensibilizados sobre a importância de se aproximarem dos jovens e tentar fazer com que eles despertassem e também fossem dormir mais cedo. Entretanto, havia muita resistência por parte dos jovens, já que a maioria tinha o hábito de dormir tarde, seja assistindo TV, seja conversando. As refeições eram servidas em média quatro vezes ao dia: desjejum, almoço, lanche da tarde e jantar. Os passeios dependiam das *relações de vínculo e afinidades* entre jovens, cuidadores e técnicos e a disponibilidade por parte destes últimos.

Canto I – A CASA tem um corpo

Quanto aos servidores, durante as *oficinas de teatro*, procurava convidá-los para participarem das atividades. Com isto buscava incentivar o entrosamento do grupo que convive diariamente naquele ambiente. Percebi que durante os jogos e exercícios qualquer gesto dos jovens julgado pelos funcionários como mais “exasperado” era motivo de repreensão, mesmo silenciosa, com a finalidade de que “se comportassem”. Há uma “microfísica do poder” aplicada diretamente ao corpo. Foucault menciona que “em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações.”²¹¹

Acredito que o contrassenso desta situação está no propósito do serviço social e da política de assistência social. Divulga-se a mudança de paradigmas de uma política que seria *assistencialista* para a de *acolhimento e empoderamento*. Dentro desta lógica, o livre-arbítrio e a escolha poderiam preponderar. Não identifiquei de forma coesa tal situação, salvo iniciativas pontuais de alguns servidores, como tentar conseguir bolsas de estudo de idiomas e atividades desportivas para os jovens. *Porém, os servidores facilmente desistem ou adoecem por estresse e depressão.*

Em uma análise mais apurada, os jovens me parecem permanecer dentro da *UNIDADE* e das *unidades de acolhimento* nas quais estive *sendo objetos de direito e não sujeitos*, como

²¹⁰ Refiro-me ao mês de março do ano de 2015, pois foi neste mesmo mês que eu encerrei as oficinas regulares na *UNIDADE* e passei a me dedicar com exclusividade ao processo de montagem de *Meninos da Guerra*, o qual envolvia outras instituições de acolhimento além da *UNIDADE*, sendo os ensaios realizados no CRAS da Ceilândia-DF. Ressalto ainda que, mesmo encerrando as atividades de teatro na *UNIDADE*, eventualmente a nossa equipe de *Meninos da Guerra* realizou ensaios, vivências e visitas no interior dela.

²¹¹ FOUCAULT. Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 126.

pretende a legislação vigente. Não há uma ação política que trabalhe diretamente e de forma contínua a consciência e a autoestima. O atendimento é pouco efetivo, pois não vislumbra a *autonomia* dos sujeitos, que são controlados para criar um *clima de tranquilidade*. Há por parte de alguns cuidadores o interesse *velado* de exercer *adestramento*, ocupando-se em adequá-los a um comportamento socialmente esperado, sendo-lhes apontados frequentemente os “erros”.

Conversações – Grupo Focal III – Meninos, policial e funcionária

Princesa – Eu acho que as pessoas que trabalham com a gente, técnico, essas pessoas assim... Eles deveriam enxergar mais a gente, porque lá a gente não é visto. A gente não, não... Sei lá como é que fala! **Eles não prestam muita atenção na gente... Só quando a gente faz alguma coisa errada, que eles enxergam a gente mesmo. Quando a gente faz o certo eles não enxerga!** Acho que tinha que melhorar isso... Só isso.²¹²

Concordo com o pesquisador Diego Silva²¹³ quando menciona a imprescindibilidade da gestão emocional para a realização de qualquer trabalho com os jovens *em situação de acolhimento institucional e vínculo com a rua*. Percebi que grande parte dos servidores, especialmente os cuidadores, oscilavam suas condutas entre a *vigilância* ou a *infantilização* dos jovens. Em um caso ou em outro, a atitude apontava para um temor incrustado naquela relação que envolvia o jovem, a *UNIDADE* e o servidor.

A preocupação com o “funcionalismo social” do jovem propiciava um ambiente de vigilância. Parecia pairar a questão: “Como torná-los mais úteis e funcionais para a vida?” Assim, concordo com o pesquisador Vicente de Paula Faleiros que, em seu artigo intitulado *Desafios de cuidar em Serviço Social: uma perspectiva crítica*, traz à tona a prática reiterada do Serviço Social ainda sob a abordagem “funcionalista e adaptativa, centrada no indivíduo”.²¹⁴ Com isto, compromete-se a autonomia dos sujeitos e o trabalho de cuidado parece ainda centrar-se sob uma perspectiva puramente assistencialista. Sob outro prisma, há o movimento de reconceituação do Serviço Social já sob a análise crítica na estrutura e história do capitalismo, articulando o poder e o saber. De acordo com Faleiros, há no exercício do cuidado a prática do “descuidar capitalista”, refletindo que há a “integração” dos sujeitos em um processo de trabalho com oferta de obra e obtenção do lucro, ou ainda, o exercício do domínio, o qual considera como “valor” a resignação dos sujeitos²¹⁵.

²¹² Livro Anexo – Conversação 3 – Grupo Focal III.

²¹³ Ibid, p. 106.

²¹⁴ FALEIROS, Vicente de Paula. Desafios de cuidar em Serviço Social: uma perspectiva crítica. **Revista Katálysis. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social**, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 83-91, 2013.

²¹⁵ Ibid., p. 87.

A busca de uma utilidade ou ainda de resignação dos jovens por parte dos cuidadores, pareceu-me algo muito claro no cotidiano da *UNIDADE*.

Ao realizar uma análise no Edital de Seleção da Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda (Sedest) do ano de 2008 verifiquei que o propósito do serviço social pautado na autonomia dos acolhidos consta como uma das atividades descritas no cargo de Cuidador Social, como se segue:

2.1.2. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES: executar atividades de proteção social especial em unidades de alta complexidade, relacionadas ao acolhimento, e assistência às crianças, adolescentes, famílias, idosos e pessoas com deficiência sob seus cuidados; e importância das normas de convivência comunitária; exercer papel de mediador de conflitos; participar e contribuir para o processo de reintegração familiar dos usuários e colocação em família substituta, ou similares; participar da vida escolar dos assistidos; zelar pela integridade física, emocional e mental das crianças, adolescentes, famílias, idosos e pessoas com deficiência; **auxiliar na construção da autonomia e da autogestão dos usuários**; participar de programas de treinamento; executar outras atividades de interesse da área²¹⁶

Entretanto, como atesta a socióloga Analía Laura Soria, as tarefas de cuidadores em instituições de longa permanência assumiram a característica de *Taylorização*, o que se torna conflituoso, considerando que o trabalho de cuidado possui dimensões complexas que perpassam os campos afetivos, cognitivos, morais, não admitindo esta simplificação das atividades.²¹⁷ Os caminhos para o acolhimento precisam considerar a relação entre acolhido e cuidador, construindo espaços de inclusão e escuta, com atenção à diversidade e alteridade. Assim, os especialistas Vicente de Paula Faleiros e Analía Soria parecem confluir, sendo que esta última afirma a necessidade de se investir em formação técnica contínua, inclusive considerando que o trabalho de cuidador não é considerado uma profissão, pois há uma confusão do *trabalho doméstico* com o *trabalho de cuidado*.

Neste sentido, Faleiros argui que dois movimentos serviram para a crítica do *cuidado* e do entendimento do Serviço Social. O primeiro é o movimento feminista com a exigência de que as políticas sociais devem ser adaptadas aos novos papéis exercidos pelas mulheres e por isso, há uma crítica severa à “masculinização” das políticas públicas e relações familiares.²¹⁸ Já quanto ao movimento de Direitos Humanos, o autor afirma que o cuidar é fundamentado na

²¹⁶ Edital nº 1 do Concurso Público nº 02/2008 – Sedest, de 15 de dezembro de 2008. Disponível em: <<https://www.pciconcursos.com.br/concurso/sedest-df-180-vagas>>. Acesso em: 18 jul. 2016. (grifo nosso)

²¹⁷ SORIA BATISTA, Analía; ARAÚJO, Anna Bárbara. Intimidade e mercado: o cuidado de idosos em instituições de longa permanência. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 26, n. 1, abr. 2011.

²¹⁸ FALEIROS, op. cit, p. 85.

dignidade da pessoa humana e, por isso, é propício sua expressão em um sistema de proteção social, onde a cidadania implica em também ter assegurada pelo Estado os direitos por meio de pactos políticos, leis e normas²¹⁹.

No período em que esta pesquisa ocorreu – setembro de 2013 a dezembro de 2015 – na maior parte das vezes, salvo raras exceções, como festas e eventos comemorativos, percebi que o ambiente é de desânimo, isolamento, fechamento e de controle. Alguns cuidadores pareciam agir como se *temessem* os jovens, evitando conversas e interações mais próximas.²²⁰

O clima de vigilância era reforçado pela presença de um *livro de ocorrências*, usado para registrar preponderantemente fatos negativos, tais como, atitudes exasperadas dos jovens, situações de furto, agressões dentro da *UNIDADE*, condutas que desagradem a coordenação por parte de servidores e jovens.

Na medida em que o meu convívio com os jovens ficou frequente, mais eu os ouvia reclamarem das instituições, apesar de enxergarem nelas uma espécie de *refúgio ou salvação*. Agradeciam por aquele lugar existir, diante da situação de vida em que levavam com a família ou ainda nas ruas.

Até mesmo os objetos de higiene pessoal que recebiam eram controlados e medidos: sabonetes cortados, tendo no máximo aproximadamente 3,5cm de comprimento; pedaços de pano, muito próximos ao tipo TNT, xampus e cremes distribuídos em pequenos copos descartáveis. Estes fatos faziam com que a minha observação quanto à *UNIDADE* fosse próxima de estruturas pertinentes às instituições de controle de condutas em caráter *semiaberto*. Com isto, o entendimento do que seria uma *instituição de acolhimento e engajamento juvenil* tornava-se dissonante do que presenciava no local, dia após dia. A convivência naquele ambiente, tentando fazer com que servidores e jovens se motivassem, impactou-me de forma direta. Era impossível, em certos momentos, não ser militante por melhores condições de vida para os jovens. Algumas reclamações sobre as condições que desgastavam os jovens eram levadas à coordenação e direção da SEDESTMIDH/DF diretamente por mim. Houve uma reverberação no local quanto a isto.

²¹⁹ Idem, p. 85.

²²⁰ Na obra *Racionalidade das leis penais e legislação penal simbólica* os autores Hommerding e Lyra analisam, partindo das contribuições de Foucault e Deleuze (contemporaneidade), que enquanto na sociedade disciplinar (Foucault), o controle era empregado no corpo, com o intuito de corrigi-lo, na sociedade de controle (Deleuze), a *educação* deste corpo cede ao controle de “grupos perigosos e de risco” (2014, p. 70).

Conversações Grupo Focal I – Servidores SEDESTMIDH/DF

Dante – O que acontece com a Lívia é que ela trouxe um discurso teatral muito claro de luta pela repressão. É um trabalho muito claro. Olha temos de discutir o oprimido, o embate de poder, e isso é um discurso muito claro que inevitavelmente você vai chamar a polícia. Paulo Freire fala que o papel da polícia é de guardar o capital, então na relação de poder, que é a discussão da Lívia, ela traz que as pessoas são importantes. Eu não acredito que o papel policial da Lívia foi predominante no início do trabalho dela. **No início do trabalho dela eu acredito que ela incomodou mais porque ela estava suscitando questões de opressão, e eu acredito que isso machucou muito a nossa coordenação quando ela se viu questionada nas atitudes dela de oprimir o nosso acolhido. Muitas vezes quando o acolhido era colocado pra fora da unidade por uma suspensão, e aí a Lívia fez intervenções com adolescentes que tinham sido colocados pra fora e: como é que foi esse negócio, quem é que foi que fez isso...** porque a questão dela era entender a opressão, o oprimido, e quando a coordenação percebeu esta atuação da Lívia, que ela estava de forma indireta colocando em xeque aquelas opressões, a coordenação ficou incomodada. (grifo nosso)

Este quadro me leva a crer que a situação de jovens que, de certa forma, optaram por viver na rua deva ser avaliada com certa cautela. A especialista em *teatro em comunidade e teatro para o desenvolvimento*, Márcia Pompeo Nogueira, menciona que a rua é um espaço onde se sobrepõe liberdade e violência. Se por um lado a liberdade atrai o jovem, a violência o espreita, já que está sujeito às represálias do tráfico e da polícia.²²¹

Na obra *Meninos de Rua*, de Rosa Maria Fischer²²², há o depoimento de um jovem quanto à liberdade que a rua propicia:

Em casa eu estava melhor do que hoje, não tinha medo. Mas eu não volto pra casa. Eu gosto dessa vida, moro na rua, vou pra onde quero, ninguém me manda. Mas em casa eu estava melhor do que hoje. Nesta vida não tem feriado, é sempre vida de trabalho. Quando a gente acostuma é fogo, é um vício.²²³

Acredito que a *busca pela liberdade* obstrui o entendimento e resposta dos jovens dentro da *UNIDADE* às regras ou normas, as quais podem conter traços de *violência simbólica*. Há *um grande esforço* e tentativa de se estabelecer horários para eles se alimentarem, utilizarem a sala de informática de forma mais adequada, sendo que, a atividade mais flexível corresponde a *assistir televisão*. Os jovens passam horas na sala de televisão

²²¹ NOGUEIRA, Márcia Pompeo. **Teatro com meninos e meninas de ruas**: nos caminhos do grupo Ventoforte. São Paulo: Perspectiva, 2008

²²² FERREIRA, Rosa Maria Fischer. **Meninos da rua**. São Paulo: CJP. 1979.

²²³ Ibid., p. 90.

assistindo novelas, filmes etc. Foram muitos os momentos em que eu chegava à *UNIDADE* e a televisão estava ligada, mesmo que não houvesse ninguém na sala.

Canto II – As relações de poder e a instituição

O raciocínio de Michel Foucault e suas geneologias acerca das relações de poder não serve como um predicado *sui generis*. Esta não foi a pretensão do filósofo. Como afirma Roberto Machado, “não existe em Foucault uma teoria geral do poder”²²⁴. Para ele, toda teoria é provisória, posto que as relações humanas assim também o são. Entre os jovens da *UNIDADE* isto é evidente. As *relações de poder* que se encontram naquela esfera de atuação são constantemente móveis e exercíveis. Um jovem fisicamente mais forte pode, em razão da própria corporeidade, exercer o domínio sobre os demais. Entretanto, um jovem de porte físico menos favorecido pode se articular e se proteger realizando *favores*²²⁵ a um determinado jovem ou grupo. Era frequente a prática de *bullying* ao assistirmos a exibição de uma cena ou trecho de exercício teatral entre eles. Ao ser caçado por algum outro colega, a reação modificava-se conforme a relação de poder existente. Quando um dos jovens tinha o perfil de liderança, não havia por parte dos demais uma reação exasperada e jocosa. Por outro lado, ao ser ofendido por um líder, o alvo não podia reagir e calava-se.

Considero que tudo isto faz parte do conjunto de *regras tácitas* que os jovens criam dentro da *UNIDADE*, às quais se assemelham às regras de condutas existentes em unidades penitenciárias. Alguns jovens costumavam falar de suas permanências em *unidades de internação* para o cumprimento de *medidas socioeducativas*, como se fossem experiências de *presídio*, tamanha a similitude dos dois tipos de instituições. Mencionavam que “A vida no presídio é cabulosa!”, ou ainda, que “A vida lá dentro não é fácil não, parceiro!”

A socióloga Analía Soria Batista alega que a “fragilidade de direitos” e sua própria negação em classes populares presentes em determinados espaços sociais, a exemplo da prisão, propiciou o surgimento de outras modalidades singulares de relacionamento e interação social entre os envolvidos nesses processos sociais.²²⁶ A estas normas relacionais a estudiosa denominou de “outras repúblicas”, pautada no estudo de José Murilo de Carvalho

²²⁴ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011. p. X.

²²⁵ Estes favores dentro da *UNIDADE* estavam vinculados à compra de drogas, cigarros, itens de cuidados pessoais e também *alimentos especiais*, como chocolates e refrigerantes. Havia também *favores sexuais*, sendo parceiro sexual de jovens mais influentes e temidos.

²²⁶ SORIA BATISTA, Analía. Estado e controle nas prisões. **Caderno CRH**, Salvador, v. 22, n. 56, p. 399-410, maio/ago. 2009, p. 402.

(1987), o qual levantou a hipótese de que a exclusão popular na criação das normas jurídicas possibilitou que outros ordenamentos surgissem no interior das comunidades, diante da necessidade de se regular situações emergentes.

A par da existência do controle disciplinar esparso em algumas regras de conduta, organização do espaço, acessibilidade a recursos como computador, refeitório etc., o espaço social da *UNIDADE* favorece aos jovens a criação de suas normas perante os demais. Com o propósito de manter a *UNIDADE* tranquila, grande parte dos funcionários *tolera*²²⁷, tal qual ocorre entre agentes penitenciários e presos em unidades prisionais, em que os pactos são feitos diante da instabilidade do local.

De acordo com Foucault, o *poder* atua gerando conhecimento, o que implica um *saber*. Estes *saberes* são capilares e sutis e enxergo que um simples registro no livro de ocorrências da *UNIDADE* pode implicar um acúmulo de *saberes* sobre como *se deve* atuar com os jovens, pautando-se em análise de seus comportamentos entendidos como *indisciplinados e negativos*. Era comum ouvir: “tem que ser desta maneira para lidar com eles”.

Canto III – Buscando outros...

No ano de 2004 foi publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) um levantamento e análise de informações sobre 589 abrigos para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social que recebiam recursos do Governo Federal.²²⁸ A pesquisa traça um panorama histórico sobre a legislação e políticas públicas de proteção aos direitos e garantias das crianças e adolescentes. Identifica-se, no decorrer dos anos de 1970 a 1990, duas óticas muito claras: a primeira corresponde à visão correcional de crianças e adolescentes em situação *irregular*, e a segunda uma visão *garantista*, que se acentua com as previsões legais na Constituição Federal (1988), com ênfase na proteção integral de direitos.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, **à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e**

²²⁷ MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Organização Cristina Magro, Victor Paredes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

²²⁸ Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/ipea/direito_a_conviv_familiar_ipea_2004.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2015.

comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.²²⁹

A partir do advento da Constituição Federal de 1988, sem desconsiderar movimentos sociais e políticos que a antecederam, percebe-se o enfoque em assegurar direitos fundamentais às crianças e adolescentes, com a intenção de passarem a ser sujeitos de direitos²³⁰

Sérgio Adorno²³¹ considera três fases de história do direito brasileiro direcionado à criança e ao adolescente no Brasil: a primeira vai de 1927 – Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927 – a 1973 – Código de Menores, período marcado pela execução de normas e diretrizes repressivas e discriminatórias. De acordo com o autor, a criança e o adolescente interessavam ao direito em situações de “patologia social” – abandono, carência, vitimização e infração penal. Assim, este conjunto de normas era intolerante à “desobediência civil” e aos comportamentos “desviantes” às normas dominantes e universais para todos os cidadãos, desconsiderando suas diferenças sociais e culturais.²³² A Segunda fase abrange o período de 1973 a 1989, na qual se delineia uma política nacional caracterizada pela proteção e amparo paternalistas – período da Febem. Por fim, a terceira fase ocorre com o advento do ECA/1990, em que a criança e o adolescente são considerados cidadãos, sujeitos à proteção integral quanto ao desenvolvimento físico, intelectual, afetivo, social e cultural.²³³

O citado relatório elaborado pelo Ipea se embasa nos parâmetros do ECA para apontar três aspectos, que reunidos configuram a *impressão de lar aos jovens de abrigo*: aspecto externo do abrigo; a configuração interna dos seus espaços; e as atividades que devem ser previstas²³⁴. Assim, deve-se evitar placa e referência que aponte para algo institucional. Aponta ainda que o abrigo deve assemelhar-se a outras residências das proximidades e estar inserido entre elas, para que as crianças e os adolescentes não sejam estigmatizados.

A minha observação participativa na *UNIDADE* me levam a argumentar que a referida não atende os requisitos considerados no relatório do Ipea. Pode-se arguir, em resposta, que a não adoção das políticas ensejadas deva-se à sua condição peculiar de instituição provisória –

²²⁹ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: <<http://goo.gl/wUgZP>>.

²³⁰ RIZZINI, Irene. **A infância perigosa (ou “em perigo de o ser...”)**. Idéias e práticas correntes no Brasil na passagem do século XIX para o XX. Rio de Janeiro: Ciespi, 2005.

²³¹ ADORNO, Sérgio. Criança: a lei e a cidadania. In: RIZZINI, Irene et al. **A criança no Brasil hoje: desafio para o terceiro milênio**. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1993, p. 103-111.

²³² Idem, p. 107.

²³³ Ibidem, p. 109.

²³⁴ SILVA, Enid Rocha Andrade da (Coord.). **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: IPEA/Conanda, 2004. p. 141. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/ipea/direito_a_conviv_familiar_ipea_2004.pdf>.

de passagem – ao jovem que não está sob condições de receber a medida judicial de *acolhimento institucional*.

Neste sentido, até mesmo as *unidades de acolhimento*, oficialmente responsáveis pelo *acolhimento institucional* e que se encontram inseridas no contexto da comunidade, por trazerem em seu bojo a política de propiciar um *lar* para o acolhido, apresentaram problemas principalmente na relação com a vizinhança, a qual teme a presença dos jovens, tendo ocorrido diversas reclamações e até reportagens jornalísticas a respeito das desavenças.

Apesar de a *UNIDADE* não prestar o serviço de *acolhimento institucional* sob o fundamento da *medida protetiva judicial*, acredito que não pode se abster de sua ação reparadora e preventiva diante de ameaça ou violação de direitos. Trata-se, por isso, de serviço que tem por objeto evitar um mal maior ao jovem, devendo-se atender à temporalidade e eficiência da medida.²³⁵ Assim, não enxergo motivo pelo qual possa se eximir das recomendações dirigidas às *unidades de acolhimento*, tais como a *impressão de um lar*, posto que existe justamente como portal de entrada ao jovem que tem ainda dificuldade à aceitação de acolhimento e à constituição de vínculos.

Além disso, a *impressão de um lar* deve estar associada à *temporalidade*. Segundo a avaliação de especialistas, pesquisadores e juristas na área, os programas aplicáveis aos jovens não devem se estender de forma indefinida no tempo, mas sim, respeitando a *perspectiva de emancipação*, o que considero em minha pesquisa em sentido restrito, afeita à autonomia. O próprio desligamento do jovem deve ocorrer pelo seu próprio mérito.²³⁶ Para tanto, os especialistas e a própria legislação aplicada recomendam um *programa de atendimento*, que possa acompanhar o jovem desde sua recepção e acolhimento – não importando se o local é uma *unidade de acolhimento* ou uma *casa de passagem*, semelhante à *UNIDADE* – até o seu desprendimento espontâneo, com o mínimo de *autonomia* que já lhe é inerente. Em minha análise, se existe tal programa na *UNIDADE*, não está devidamente claro, ou ainda não foi posto em funcionamento.²³⁷

O próprio artigo 90 do ECA faz menção à necessidade de as entidades responsáveis por atendimento às crianças e adolescentes planejarem e executarem *programas de proteção* e de *medidas socioeducativas*. As normas do Estatuto estão submetidas aos princípios da

²³⁵ Vide nota de rodapé nº 6, *Introdução*.

²³⁶ DIGIÁCOMO, Murillo José; DIGIÁCOMO, Amorim Ideara. **Estatuto da Criança e do Adolescente anotado e interpretado**. 6. ed. Curitiba: Ministério Público do Estado do Paraná. Centro de Apoio das Promotorias da Criança e do Adolescente, 2013. p. 147. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/caopca/eca_annotado_2013_6ed.pdf>.

²³⁷ Quanto a este assunto, durante a minha pesquisa, alguns servidores da *UNIDADE* mencionavam que ao completar 18 anos, os jovens recebiam “um suco, um pão e tchau”.

Convenção sobre Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas, que traz como obrigação aos Estados-partes a *preparação do jovem para uma vida responsável, em que haja um nível de vida adequado ao desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social*.²³⁸ Assim, a hermenêutica jurídica do ECA brasileiro está condicionada à integração com os princípios internacionais e os direitos e garantias previstos na Constituição Federal (1988), sendo, portanto, necessárias medidas proativas para preservar a vida e os direitos destes sujeitos *em desenvolvimento*.

De acordo com Sérgio Adorno, o *modus operandi* em instituições responsáveis pela adoção *legal de medidas socioeducativas aos jovens que cometem atos infracionais* parece ser de mais fácil execução e aplicabilidade do que aquele adotado pelas entidades responsáveis por *medidas protetivas aos jovens em situação de risco*, diante do tratamento prioritário que o ECA oferta àquelas.

[...] o Estatuto se revela mais preocupado em proteger os adolescentes autores de infração à lei penal do que as crianças e adolescentes em situação de risco. [...] Nesse sentido, a despeito das inovações introduzidas, o novo estatuto legal não parece ter se desvincilhado completamente de suas raízes policiais e repressivas.²³⁹

Concordo com Sérgio Adorno quando analisa a atenção precipuamente voltada à conduta de *adolescentes infratores* pelo Estatuto e a atitude ofuscada em relação aos jovens *em situação de risco*. No entanto, a menção do texto legal aos princípios e direitos constitucionais de crianças e adolescentes, omitindo um *modus operandi* que regulamente a proteção, pode ser positivo, pois afasta-se de um *rol taxativo e enclausurado de medidas*, aproximando-se de um *campo inventivo* e, portanto, mais coerente com a imprevisibilidade presente na vida dos jovens que frequentam os abrigos.

As atitudes rígidas e excessivamente moralistas e burocráticas podem trazer malefícios a estes jovens. A vida e o conhecimento comum²⁴⁰ exigem quanto à garantia da vida e dignidade dos jovens *em situação de risco* uma atitude *interdisciplinar e criativa*, porque os jovens aventuram-se, vivendo riscos nas ruas. Maffesoli, em sua contundente crítica às teorias de emancipação e moralistas, declara que o conformismo torna-se perigoso quando nega o

²³⁸ A Convenção sobre os Direitos da Criança entrou em vigor internacional na data de 2 de setembro de 1990. No Brasil, a Convenção foi promulgada pelo Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990. Vide artigos 27 e 29 da Convenção sobre os Direitos da Criança.

²³⁹ BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 set. 1990. Disponível em: <<http://goo.gl/NSaUs>>. Acesso em: 24 out. 2014.

²⁴⁰ MAFFESOLI, Michel. **A parte do diabo**: resumo da subversão pós-moderna. Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2004.

“relativismo cultural”, o “tribalismo emocional” e outros sentimentos de vinculação. Assim, “as inúteis querelas intelectuais, políticas e de escolas não passam da expressão do enclausuramento da *intelligentsia* em seu mundo que se acaba. Ela não conhece seu próprio tempo.”²⁴¹ Tal atitude, além de perversa, implica uma espécie de *vingança* com todos os excessos possíveis, tais como “a rebelião, mais ou menos violenta, dos jovens dos subúrbios [...]”.²⁴²

Com esta discussão, apenas pretendo defender o entendimento de que cada um dos precisa ser apoiado em seu desenvolvimento psicológico e social. É o próprio jovem que rastreia o seu caminho, e por isso o constitui e o inventa, devendo estar *à vontade* para definir as etapas e escolhas que são múltiplas, diante da pluralidade e diversidade presente em cada organismo e a forma com a qual interage com agentes externos. Para isto, penso que o *vínculo* torna-se imprescindível, bem como a abertura ao novo e à aceitação de quem está ali, não apenas para *tolerar*.

§ Já faz cinco meses que não estou mais na UNIDADE. As notícias, no entanto, chegam aos meus ouvidos ou aos meus olhos. No mês de março de 2016 estava em um mercado 24 horas em uma sexta-feira à noite. Me deparo com Diamante, visivelmente drogado. Pergunto sobre a UNIDADE e os outros meninos. Pergunto sobre Ouriço, que se encontra desaparecido, de acordo com a polícia; de uma forma muito estranha, pois não há rastros ou pistas. Desconfia-se que ele esteja morto, assim como já ocorreu várias vezes a estes meninos e meninas... Diamante me diz que não está mais na UNIDADE, pois “foi mandado embora”. Agora vive na rua. Ao conversar com servidores durante o período das entrevistas, tomo ciência de que Diamante já estava há muito tempo na UNIDADE e causava problemas com outros jovens. Diamante foi transferido para uma unidade de acolhimento, mas se recusou a ir para o local porque gostava da UNIDADE. Diamante sentia-se “revoltado, e para descontentar”, foi para a rua. Qual será o final de Diamante? Isto me aflige.²⁴³

O teatro pareceu-me servir para *expor os mecanismos de enclausuramento* antes invisíveis em um contato inicial com a *UNIDADE*. Porém, em que medida servirá para

²⁴¹ Idem, p. 13.

²⁴² Idem.

²⁴³ Com o psicólogo de *Diamante* realizamos algumas tentativas junto ao Serviço Nacional do Comércio do Distrito Federal (Senac/DF) para inscrevê-lo no curso de *Cozinha básica*, porém era necessário ter a idade mínima de 18 anos e o ensino fundamental completo. O jovem *Diamante*, há época da pesquisa, possuía 17 anos e estava aprendendo a escrever e ler. Em certa ocasião, conversando com o jovem na *UNIDADE*, ele me mostrou seu caderno, contando-me que estava aprendendo a juntar as sílabas. Perguntei a ele porque tinha se afastado dos estudos quando mais jovem, e ele me disse que sua mãe o batia muito e o chamava de burro, e por isso ele não gostava de estudar. Ele me mostrou no corpo onde havia as marcas da surra. Contou que sua mãe ficava “doidona de crack” e furava ele de garfo e faca. Esta história de *Diamante* foi contada pelo ator Jeferson Alves em uma das cenas de *Meninos da Guerra*, tendo também tornado um vídeo em prol da campanha de enfrentamento à redução da menor idade penal.

transpô-los e transformá-los, sem que isto constitua em um *instrumento de adestramento ou adequação social de jovens “culpáveis”*? Em que medida ele pode percorrer livremente pelos *becos* institucionais contribuindo para o autoconhecimento e autonomia já presentes nos *cantos ocupados pelos jovens*? Se, como afirma Foucault, o poder é produtor de individualidade, ou seja, é o indivíduo uma produção do poder e do saber, o caminho aponta para um teatro como forma de *autopoiesis*, *autoinvenção* e aquisição de conhecimento sobre si e o outro, um *teatro que requer ser inventado pelo próprio jovem em situação de acolhimento e rua*, de acordo com suas apetências e escolhas naquele espaço de tempo em específico, e não como receita moral.

A arte não deve continuar encerrada em museus, teatros e salas de concerto para visitas de fim de semana, pois é necessária em todas as atividades humanas, no trabalho, no estudo e no lazer. Não deve ser atributo de eleitos: é condição humana. Não é maquiagem na pele: é sangue que corre em nossas veias.²⁴⁴

O *corpo social*, de acordo com Foucault, é “constituído pela universalidade das vontades”.²⁴⁵ Entendo que o trabalho que procurei desenvolver com os jovens tinha o propósito de estimular a independência e o questionamento de um *status quo*, especialmente *aquele constituído e não localizável*, para tornar os jovens *em situação de risco e vulnerabilidade social* como *marginais e perigosos*. O teatro, enquanto linguagem artística direcionada para estimular a liberdade de expressar sua própria natureza, não se insurgiria contra um sistema que estimula e preserva a existência de um *corpo social*? Foucault menciona que “não é o consenso que faz surgir o corpo social, mas a materialidade do poder se exercendo sobre o próprio corpo dos indivíduos”.²⁴⁶

Assim, questionar as imposições e padrões de comportamento, ressaltando a espontaneidade, a valorização das habilidades de cada um, representa outra atitude perante a sociedade, *uma vez que o conhecimento traz a capacidade de escolha e por isso, poder*. Neste sentido, a perspectiva de Foucault distingue-se daquela marxista em que o poder é visto como algo estritamente repressivo. Pelo contrário, caso o poder não fosse produtor de um saber seria frágil e, portanto, facilmente destruído.

Pois se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalçamento, à maneira de um grande superego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a nível do

²⁴⁴ BOAL, Augusto. *A estética do oprimido*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009, p. 94.

²⁴⁵ FOUCAULT, Michel, 2011, p. 130.

²⁴⁶ Ibid.

desejo – como se começa a conhecer – e também a nível do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz. Se foi possível constituir um saber sobre o corpo, foi através de um conjunto de disciplinas militares e escolares. E a partir de um poder sobre o corpo que foi possível um saber fisiológico, orgânico²⁴⁷

Este argumento permite que eu flexibilize o meu entendimento e prática do Teatro do Oprimido. *O meu foco de atuação passou a ser não apenas a revelação das estruturas de poder, mas também, a constituição de um saber individual pelos próprios jovens e conhecimento comum-compartilhado entre o grupo*, por onde seria possível imprimir suas impressões sobre si e o mundo, utilizando os recursos do som da palavra e da imagem.

A mudança de entendimento de que o jovem também detém poder e conhecimento pode representar uma ameaça ao poder estatal e de instituições de vigilância? A saída do campo da ignorância implica no questionamento das forças e estruturas sociais impregnadas de preconceito e pré-julgamentos? A questão seria: como agir diante delas? Como se posicionar diante disso? A consciência das relações, antes invisíveis aos olhos ofuscados e adormecidos, já permite, por si só, parte do caminhar direcionado à revelação de suas autonomias já existentes?

²⁴⁷ Ibid., p. 148.

Parte Específica

LIVRO III – ONDE SE FEZ UM TEATRO INVENTADO

Assunto 5º – A proposta de uma oficina: o não saber como percurso

O convite pelo assessor da coordenação da *UNIDADE* para realizar uma oficina de Teatro do Oprimido com os jovens, tinha **como propósito criar uma *Cena Fórum***. Foi formada uma equipe por uma psicóloga, um pedagogo e um educador social para me auxiliar. Estes três servidores foram indispensáveis ao meu trabalho durante as oficinas de quarta-feira na *UNIDADE*. Eles não apenas participavam, mas também criavam comigo os percursos para seguirmos nas atividades artísticas e multidisciplinares com os jovens.

Diante da presença inconstante dos jovens nos encontros, procurei deixar as etapas fluírem, tornando-me, assim, disponível à experiência e vivência cotidiana, imersa cada vez mais no mundo dos jovens e deixando-me afetar pelo meio. Em um primeiro momento trazia jogos que conhecia, os quais corresponderam ao meu *cartão de visitas*. Eram jogos elaborados por Augusto Boal²⁴⁸ e Viola Spolin,²⁴⁹ além de outros que eu trazia de oficinas de teatro que havia realizado com comunidades, as quais me permitiram conhecer o que era possível ser feito em termos de sensibilização artística com *aqueles jovens*. Os relatos do meu primeiro dia na *UNIDADE* refletem os agenciamentos iniciais que partiam do fato de “não saber” quem eram eles, o que queriam e até mesmo o que eu queria naquele momento.

²⁴⁸ BOAL, Augusto. **Jogos para atores e não-atores**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

²⁴⁹ SPOLIN, Viola. **Improvisação para o teatro**. Tradução e revisão Indgrid Dormien Koudela e Eduardo José de Almeida Amos. São Paulo: Perspectiva, 2010.

Cheguei à *UNIDADE* às 14h10. O pedagogo me recebeu com gentileza e me mostrou o material que havia preparado para me receber. Ele colocou um cartaz na parede para tentar fazer com que os meninos se sensibilizassem para a prática teatral. Na sala de TV havia dois jovens: *Lino* e *Espichado*. Me aproximei dos dois com a tentativa de que eles viessem à sala destinada às atividades teatrais. Já imaginei alguns cartazes, desenhos dos meninos nas paredes da sala. *Lino* e *Espichado* não queriam levantar de seus colchões em nítida preguiça. *Espichado*, inclusive, fingia estar dormindo. *Lino* apenas aceitou o meu convite quando eu disse que também trabalhava com cinema. Ele se levantou e disse: “Ah, aí sim é outra história!” Aí é minha praia! Questionei a ele por que e o que ele gostava de assistir. Perguntei a ele se ele podia me dar uma hora de seu tempo. Antes disso, ele me fez prometer que eu deixaria ele dar uma volta em meu carro. Disse a ele que isto poderia acontecer quando fôssemos amigos. Ele respondeu dizendo que já éramos e eu disse a ele que tínhamos que nos conhecer muito bem antes. Ele me desafiou perguntando se eu era uma mulher de palavra. O outro menino, *Espichado*, não quis sequer levantar do colchão e me disse que estava “em fase de crescimento”. Primeiro desafio: como conquistar o carisma destes meninos? Como fazê-los se envolver nas atividades teatrais, considerando que eles trazem diversos fatores que dificultam a adesão: vivem ou viveram nas ruas, tem ou tiveram contato com as drogas, vem de um lar adverso às condições de um desenvolvimento saudável e criativo?²⁵⁰

Os jogos propostos, inicialmente, fossem eles de teatro, recreação ou dramáticos, permitiram que eu assumisse a condição de estrangeira naquele lugar. Com uma espécie de *Síndrome da Mary Poppins*,²⁵¹ eu enchia o porta-malas do meu veículo de diversos objetos, balões e balinhas, os quais, conforme a disposição dos jovens, podiam ou não ser utilizados. Mais adiante, a psicóloga, o pedagogo e eu propiciamos *desjejuns* aos jovens com frutas, pães, chocolate ao leite, pães de queijo. Tudo isso para fazê-los acordarem pela manhã para participar das atividades de teatro. Lembro-me com afeição o episódio em que os educadores sociais e eu entramos nos quartos dos jovens tocando instrumentos musicais de percussão para acordá-los mais cedo e recebermos de volta uma *chuva de chinelos* atirados contra nós, em meio a reclamações e bocejos.

Viola Spolin²⁵² defende que o intuitivo responde no imediato – no agora, em momentos espontâneos facilitados pela liberdade do jogo. Assim, os jogos permitiriam que eu enxergasse os corpos e a atuação dos jovens naquele tempo-espaço inicial e desconhecido. Para além disso, eu percebia a harmonização do tempo e a alteração do espaço ocorrerem transpondo de um ambiente frio e distante para uma abertura um pouco mais propícia à

²⁵⁰ Notas do *Diário de Campo* da autora, em 9 de outubro de 2013.

²⁵¹ Filme musical norte-americano do ano de 1964, do Diretor Robert Stevenson, que conta a história da babá Mary Poppins e as crianças de um banqueiro que a contrata. Mary Poppins transforma a vida da família com sua mala contendo truques mágicos.

²⁵² SPOLIN, Viola, 2010.

interação, ao iniciar *jogos teatrais* entre os jovens e os funcionários da *UNIDADE* – administrativo, limpeza e vigilância. Em verdade, os servidores do quadro poucas vezes estavam disponíveis para acompanhar as atividades que eu propunha, com exceção da equipe que me assessorava. Nos encerramentos da oficina, fazíamos uma corrente humana e convidávamos a todos para formar uma roda que chamei de *Roda de Bom-dia*. As regras da roda eram claras: *i)* realizar uma contagem numérica que ia e voltava de um a oito até chegar ao número um em ordem decrescente; *ii)* manter o formato circular durante o jogo; *iii)* não pisar no pé do colega; *iv)* contar os números em voz alta; e por fim *v)* manter o olhar no outro, o que inicialmente quase não havia em meio a tantas cabeças baixas. A roda iniciava fazendo uma corrente de mãos dadas, entre dois ou três integrantes da equipe de servidores de apoio e mais dois ou três jovens, a partir da qual “pescávamos” servidores e funcionários que se *escondiam nos cantos do abrigo para não participar*. Caso insistissem em não participar, entoávamos o canto: “Pega ela(e)! Pega ele(a)!” Assim, as atividades iniciavam e terminavam.

Figura 12 – A Roda de Bom-Dia na *UNIDADE* com jovens e funcionários, 2014



Fonte: Elaboração própria.

Figura 13 – Jogo das profissões entre funcionários e jovens na *UNIDADE*, 2014



Fonte: Elaboração própria.

Figura 44 – Jogo das profissões entre funcionários e jovens na *UNIDADE*, 2014



Fonte: Elaboração própria.

Figura 15 – Servidores e meninos se reúnem para montar um cartão de aniversário para um dos jovens antes de cantarmos os parabéns, 2014



Fonte: Elaboração própria.

É importante identificar a pretensão em proporcionar um ambiente tanto para os jovens quanto para os funcionários, em que a harmonia fosse alcançada após a realização de um simples jogo. Além disso, no primeiro momento de minha experiência com eles, ocupei-me em trazer o jogo teatral como uma importante ferramenta de ensaio para a vida social, nos moldes do *Teatro do Oprimido*, metodologia mais orgânica e assimilada por mim no universo da prática do *Teatro em Comunidades*. Augusto Boal esclarece que os jogos têm o propósito de melhorar a convivência do indivíduo em grupo e os exercícios trabalham com o desenvolvimento da consciência corporal²⁵³. Jogos como *Jana-Cabana* ou a *Luta Invisível*²⁵⁴ permitiam interação saudável e respostas positivas às regras. Os jovens não se importavam com o *tom e volume* alto de minha voz, enquanto eu exercia a regência do jogo. Além disso, torciam contra ou a favor dos outros. Entre um encontro e outro percebi que até mesmo alguns dos conflitos preexistentes entre eles no decorrer da semana eram minimizados durante os encontros de teatro, pelo fato de terem que realizar *atividades coletivas* durante os jogos.

Após um tempo de prática *intuí* a importância de agregar elementos da experiência dos jovens e também seus sonhos e desejos a jogos teatrais conhecidos, a exemplo da *Casa Crepe*, jogo que partiu do *Jogo do Onde* – prática do arsenal de Viola Spolin²⁵⁵ para foco em cena. Neste jogo, reproduzi alguns dos símbolos de planta-baixa presentes na instrução sistematizada por Spolin e pedi aos jovens que construíssem com as fitas crepes *a casa que desejavam ter*. Lancei a pergunta: “Como é a casa em que desejam morar?” Cada jovem foi acompanhado por um cuidador ou técnico que o auxiliava na construção da casa, cortando a fita, verificando a planta-baixa etc. Em certo momento, questionei a jovem *Iemanjá* sobre o formato da mesa que desejava ter. Ela me disse que não sabia dizer, pois nunca havia tido uma mesa. Após a construção das casas, iniciamos visitas e situações como *festas* e “assaltos” ocorreram em um clima de descontração e brincadeira.

Apesar dos desafios de mantê-los envolvidos nas atividades, seja na sala, na grama, ou no pátio, procurei alternar momentos de jogos estruturados com aqueles em que a espontaneidade, o improviso e o conhecimento intuitivo estavam ainda mais disponíveis. Acontecia, portanto, dias em que eu chegava à *UNIDADE* e simplesmente conversava com cada um deles e, juntos, resolvíamos *jogar bola, balões com água, capoeira ou simplesmente ficar embaixo das árvores conversando sobre a vida* etc. O esforço de ter que cumprir *um*

²⁵³ BOAL, Augusto. **Jogos para atores e não-atores**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

²⁵⁴ Vídeo I e II – Anexo B.

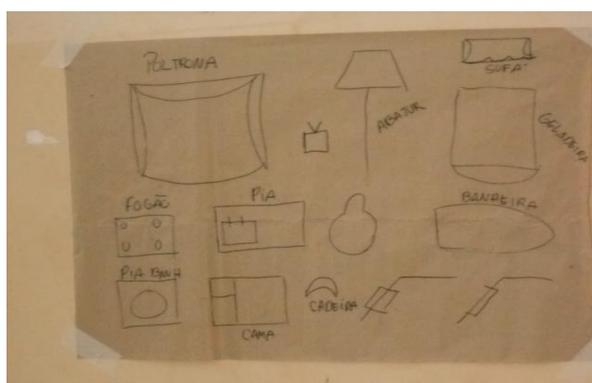
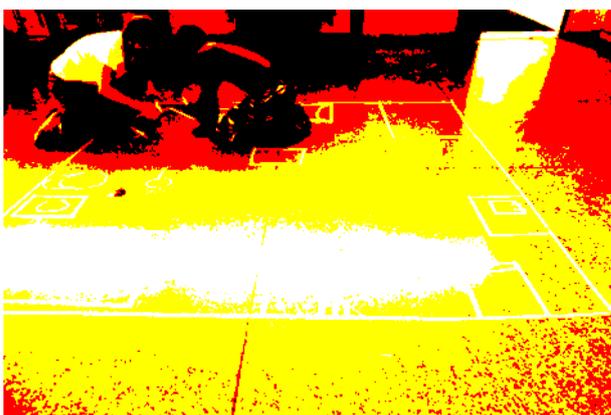
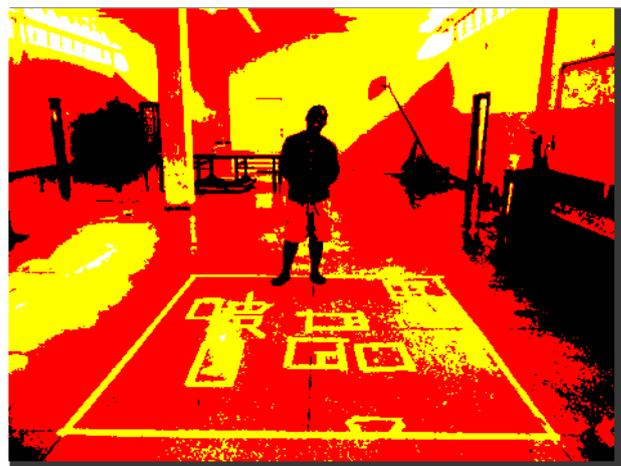
²⁵⁵ SPOLIN, Viola, 2010.

plano de aula que eu mesma havia elaborado, traía-me a cada instante. Aquele território exigia de mim um estado de alerta em que a observação e a sensibilidade para perceber o que era mais apropriado ao momento mereciam ser trabalhadas. Eu tinha que agir, mas sem que aquilo representasse “fazer algo”. Eu tinha que agir e, para isso, precisava praticar a *presença*.

Sob um aspecto geral, os meus encontros ocorriam apenas uma vez por semana. Iniciaram-se às quartas-feiras e eu permanecia na *UNIDADE* das 8h às 13h. No entanto, a depender da época, havia atividades e eventos promovidos fora ou dentro da *UNIDADE* nos quais eu também me envolvia. Havia semanas em que comparecia no período noturno para levar *aos jovens* chocolates, *livros*, *presentes* e *conversar*. Também havia meses em que eu marcava dois encontros por semana, e também aparecia aos finais de semana para visitá-los. Além disso, acompanhava o educador social que me apoiava nas atividades teatrais em passeios com os jovens para o Parque de Água Mineral, para a Ermida Dom Bosco etc. De acordo com ele, a minha adesão às atividades *de costume* dos jovens seria uma abertura para maior aceitação. O número de jovens que frequentava as oficinas variava bastante. Havia dias em que apenas um permanecia e em outros momentos estavam cinco, seis, sendo poucas as ocasiões em que havia dez, por exemplo.

§ 1 de abril de 2015: *Eu estava na dúvida se levaria ovos de páscoa para os meninos da UNIDADE. No entanto, considerei que seria importante, apesar de ter decidido adotar a estratégia de não mais presentear um ou outro jovem, pois a cada dia, alguns deles me pediam cada vez mais objetos, balas e dinheiro. Ao chegar à UNIDADE, por volta de 20h, Carlos já estava com eles dentro da sala. Havíamos combinado que ele chegaria no horário e eu e o guarda esconderíamos os ovos na área externa. O guarda estava bastante empolgado e eu também. Quando os meninos iniciaram a busca aos ovos, os acompanhei gritando e correndo para a área externa. A gritaria e as gargalhadas me inspiraram. Sugeri ao guarda que fechássemos os olhos. Em seguida perguntei a ele: “Você é capaz de ouvir?” Ele: “Sim”. Eu então lhe disse: “São crianças, percebe a energia?” Ele sorriu dizendo: “Sim, é diferente.”*

Figura 16 – Sequência de fotos do jogo “Casa Crepe”, inspirado na técnica de ensaio para atores de Viola Spolin



Fonte: Elaboração própria.

A ausência dos jovens nos encontros realizados permaneceu durante todo o período de *oficinas*, pois voltavam para a rua, ou, ainda iam visitar familiares. Outros como já relatado anteriormente, *eram punidos* com medidas disciplinares, que correspondiam a suspensões temporárias da própria Unidade, restando a eles a opção de voltar para a rua e permanecerem até o prazo definido pela coordenação. Além disso, alguns sumiam ao praticarem “furto” de objetos dos companheiros ou de servidores, retornando semanas depois. Somado a isso, havia também a própria indisposição e recusa deles em participarem das atividades artísticas em determinado encontro. A minha constância e persistência em estar no local e me colocar à disposição deles colaboraram para que, pouco a pouco, os jovens fossem se aproximando.

§ *Eu jamais pensei em desistir... Por quê?*

Diante destas circunstâncias, a princípio, *adversas*, o processo criativo propício ao levantamento de uma *Cena Fórum* estava comprometido. Substituí o meu interesse de ter um resultado artístico pelos interesses do grupo, praticando a política do “estar junto” espontaneidade vital, que assegura a solidez de uma cultura²⁵⁶ – dando lugar à convivência e problematizações de questões do dia a dia dos jovens.

Identifiquei que não poderia me aproximar dos jovens da mesma forma que acontecia em minhas oficinas de teatro em comunidades como o Itapoã, por exemplo, em que, mesmo no domingo à tarde, há a presença de jovens interessados em fazer teatro e que levantam como temas a serem trabalhados as questões que envolvem violência nas escolas, na família, a proximidade e o perigo do tráfico de drogas e também a atuação policial na região. Trata-se, portanto, de um outro tipo de relação, pois os jovens da *UNIDADE* não permitiam uma condução formal do processo, sob pena de competir com a própria estrutura institucional. Já havia muitas pessoas tentando fazê-los atuar da forma *correta e disciplinada*. Não concebia a ideia de *um teatro que estivesse a serviço de um controle hierárquico ou ainda, ferramenta ou instrumento de algo*. Compreendi que naquele espaço, *meio rua e meio abrigo* um outro tipo de teatro merecia ser inventado, não por mim, mas por nossa própria prática, construindo um *espaço que também é tempo poético dentro do qual se deseja habitar. Estava claro, o meio não era o teatro, mas o prazer em estar junto, fazendo um teatro, fosse ele qual fosse, desde que fosse inventado*.

Essas complexidades presentes e o interesse em estabelecer vínculo *com os meninos* me auxiliaram a entender também a metodologia de pesquisa em *intervenção na medida em que*

²⁵⁶ MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

eu trafegava entre jovens e servidores da UNIDADE. Foi como se me interessasse a abertura de becos de relações sociais, mais afeitas ao tátil, à exposição frágil diante de episódios de conflito que pareciam me exigir cada vez mais presença. Neste sentido, dialogo com as pesquisadoras Simone Paulon e Roberta Romagnoli, quando afirmam:

A aproximação à realidade complexa implica uma abordagem não-dualista, que rejeita as usuais dissociações natureza/cultura, objetivo/subjetivo e questiona as metodologias tradicionais. Ao insistir, também, na produção de um conhecimento local e transitório, reconhece a necessidade de uma pluralidade metodológica. Ou seja, a complexidade é um desafio, que considera o irredutível, o não homogêneo e a imperfeição, conhecendo a realidade através das incertezas, dos problemas e das contradições²⁵⁷.

Mesmo quando me propunha a realizar atividades que partiam de estruturas conhecidas, como no caso de jogos do arsenal do Teatro do Oprimido, eu deixava que os acontecimentos permeassem aquele sistema, implicando novas formas de observar e conhecer. O *abrigo*, a comida servida, a relação hierárquica com a instituição, os cuidadores e os outros jovens, a falta de dinheiro, o vício do cigarro, os sonhos, as armas, o *tiner*, a caixa de papelão da rua, o *crack*, a mãe que se matou na prisão, a polícia, o tráfico e a linguagem da rua estavam presentes em nosso campo de interação, não podendo, portanto, serem olvidados. Se no encontro a música vinda das caixas de MP3, presenteadas pelos cuidadores e técnicos aos jovens, estava presente, era com ela que a dinâmica iria ocorrer, bem como a gestualidade do *funk* e do *rap*.

A preferência pela linguagem de rua e da criminalidade era evidente durante os jogos. Havia muita admiração pela prática criminosa e o perigo que ela trazia. Eu não podia desconsiderar esta admiração e isso precisava estar em pauta nos encontros. Apenas assim, assumindo os riscos e a paixão pelo crime, o teatro poderia aparecer dialogando com os costumes dos meninos e meninas. A prática não podia ser declarada: vamos fazer isso ou vamos fazer aquilo. O contrário era bem vindo: “Isto é teatro!” Os jovens, na maior parte das vezes, não aceitavam jogos comuns ou regras em que eu pedisse para que se sentassem e fizessem algo para mim. Eu tinha que agenciar com o espaço e a maneira de ser deles e, por isso, permitir-me entrar na linguagem corporal de diversos deles: fazendo-me e refazendo-me em gestualidades, fosse por *imitação* ou ainda por *extrapolação de gestos*: “Essa tia é doida!”, diziam eles ao me ver atuar como *bandido*, *polícia*, *animal*, *menino*, *menina* etc. Eu tinha que

²⁵⁷ PAULON, Simone Mainieri; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Pesquisa – Intervenção e Cartografia: melindres e meandros metodológicos. **Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 85-102, 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/qzvCxF>>.

estar ali e fazer, praticar ações físicas. Com este entendimento, percebi que tanto eu quanto eles podíamos construir quem queríamos ser e apenas jogar naquele ambiente institucional.

Maturana explica que no processo de percepção, o organismo a partir da perturbação do meio, faz ele próprio uma leitura e se complexifica, gerando o conhecer. Menciona que “todo o viver humano consiste na convivência em conversações e redes de conversações.”²⁵⁸. Pontua, portanto, que “o que nos constitui como seres humanos é nossa existência no conversar.”²⁵⁹ Durante o período de minha pesquisa, pude notar que a instituição não promove a rede de interações entre os vários sujeitos de seu sistema. O silêncio se opera a partir da figura do técnico ou cuidador que detém o conhecimento e, por isso, tenta repassá-lo ao jovem. O jovem não possui um espaço onde pode, por si, construir uma *autorreflexão*. Isto implica dizer que os jovens não conseguem se enxergar como sujeitos *autônomos* em suas vidas, comportando-se em cima de representações dicotômicas: ora vítimas, ora algozes. O teatro não podia ser este espaço, porque, para mim, o teatro nunca foi representação, mas sim, presença atuante. Como reflete o professor e pesquisador Gilberto Icle, a *presença* ocorre no espaço, considerando que, “num mundo cada vez mais mediado, substituído em tudo aquilo que as tecnologias de comunicação e informação podem simular, pensar a presença se assume como tarefa política, como ética das relações.”²⁶⁰ Valendo-me das pesquisas de Gilberto Icle, entendo que a *presença* não seja conceito, mas sim noção e metáfora, tal como esclarece Michel Maffesoli²⁶¹ pautado no conhecimento comum, do raso, da superfície. A *superfície do corpo dos jovens* interessava como *local de presença*. Engendrar o *estado de presença* dos jovens seria *aprisioná-los novamente*. Mais interessante seria questionar, como o faz Icle: “Como a presença, por sua vez, configura uma tentativa de minimização da força de atração que a racionalidade moderna nos legou, formando um espaço de possibilidade da experiência para além dos significados?”²⁶²

Com as propostas de observação e localização no corpo dos sentidos e as sensações presentes ao usar drogas; o toque e o abraço; ou as brigas e enfrentamentos nas ruas; seus cheiros e sabores; indo até a *contação de histórias* diante de servidores e amigos *do abrigo* construí com os jovens momentos em que podia concentrar-me em uma *qualidade de*

²⁵⁸ MATURANA, Humberto R.; VERDEN-ZOLLER, Gerda. **Amar e brincar: fundamentos esquecidos do humano**. São Paulo: Editora Palas Athenas, 2004. p. 31.

²⁵⁹ Idem, p. 31.

²⁶⁰ ICLE, Gilberto. **Estudos da Presença: prolegômenos para a pesquisa das práticas performativas** Revista Brasileira de Estudos da Presença. Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 09-27, jan./jun. 2011. Disponível em <<http://www.seer.ufrgs.br/presenca>>

²⁶¹ MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

²⁶² ICLE, op. cit., p. 15.

presença. Muitos deles diziam usar drogas “para esquecer os problemas” e se excitavam ao me contar o *êxtase que sentiam* ao utilizar as substâncias entorpecentes e também ao praticar atos infracionais. As minhas questões eram constantes: *Onde no corpo isso é bom?* Como você fez? O que sentiu?

Lembro-me que nas coxias do espetáculo teatral *Meninos da Guerra*²⁶³ comentávamos sobre o *nervosismo* que sentiam antes de entrar em cena e eu, como já *informada sobre suas histórias* apenas relembra: “lembra quando você me contou aquela sua fuga da polícia, pulando de casa em casa? Lembra o que sentiu? Então, é esse nervosismo mesmo, só que eu, como atriz, escolhi esse aqui, pois você pode brincar e com certeza não vão te prender!” Ríamos. Logicamente que a frase não era exatamente esta, mas eu procurava costurar o medo e o nervosismo que sentiam antes de tomarem contato com a *presença cênica* com as situações que haviam *presenciado na vida*.

Neste sentido, Grotowski²⁶⁴ reflete que o *teatro* tem algo que o *cinema* e a *televisão* não podem oferecer, a proximidade do organismo vivo. Os corpos dos jovens e seus gestos peculiares ao contar suas histórias inventadas ou rememoradas em invenção, e muitas vezes, em silêncio, pareciam-me remeter à noção de *presença*.

Ao investigar sobre o papel das novas tecnologias na produção da subjetividade, Virgínia Kastrup traz o conceito de *campo de subjetivação* de F. Guatarri e Suely Rolnik²⁶⁵ (1986), onde os saberes e as coisas interferem no devir dos sujeitos. Assim, não se trata de afirmar que o campo da subjetividade seja próprio do subjetivo, pois as coisas e instrumentos estão presentes neste campo e se relacionam com os sujeitos.

Os estudos da produção da subjetividade não querem mostrar que há influência do meio ou, antes, de objetos sobre o sujeito. Trata-se, aqui, ao contrário, de uma operação muito mais radical, pois esse campo constitui também os objetos, aí incluídos os objetos técnicos. Sujeito e objeto emergem desse fundo, de uma rede de limites indefinidos, em constante processo de transformação de si mesma²⁶⁶.

Foram aqueles jovens, com seus comportamentos e *suas coisas* envolvidas em uma rede de suposta *indisciplinaridade delinquente pelas lentes sociais*, que me propiciaram a invenção de novas formas do fazer artístico. A arte passou a ser tudo que estava em minhas

²⁶³ MENINOS DA GUERRA. Direção: Carlos Laredo. Produção: Intermedia Caliandra e La Casa Incierta. 2015. (80 min), color. Disponível em: <<https://goo.gl/2XHXXM>>.

²⁶⁴ GROTOWSKI, Jerzy. Em busca de um Teatro Pobre. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 1971.

²⁶⁵ GUATARRI; ROLNIK, 1986, apud KASTRUP, 2007.

²⁶⁶ KASTRUP, Virgínia, **A invenção de si e do mundo**. Uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 205.

mãos, tudo deveria ser observado no presente, na relação construída momento a momento. A experiência do convívio permitiu-me deixar de lado a estrutura fechada dos *jogos guias* utilizados nas travessias iniciais dentro da *UNIDADE*, e sem qualquer perspectiva de um resultado, eram os próprios jovens que sugeriam o que queriam fazer. Entre as atividades, o que mais chamava a atenção deles era simplesmente pegar a câmera de vídeo que, quase sempre estava comigo, para registrar nossos momentos juntos ou criar situações.

Figura 17 – Trecho da carta escrita por *Sereia* após realizarmos uma sessão de meditação embaixo de uma das árvores da *UNIDADE*

MIM deixo
 satis fazão; A professo conta uma
 historia baseado em que disseo patrik
 patricio, e foi como o sol, o se eu
 ela, ele, as arvores fozemos um só
 porque ela deu teu peito, e isso
 afez de uma historia pare-
 cer real ao colega.

Fonte: Elaboração própria.

Obs.: Apenas *pelezinho* e *sereia* participaram da sessão.

“Como se eu, ela, ele, as árvores, fossemos um só...” diz o relato de *Sereia*, um menino travestido de menina, que ocupou durante o tempo que permaneceu um quarto só para si, e lidava com humor quando discriminado pelos jovens. Eu não poderia mais me restringir a uma pauta de jogos predeterminados, pois os meninos não eram mais os mesmos para mim. Suas perguntas e observações sobre a vida e a proximidade com situações de risco exigiam que eu me reinventasse.

Inúmeros fatores contribuem para a complexidade que envolve um trabalho que, a princípio, propunha-se a criar um resultado, uma *Cena Fórum*. Com o passar dos meses, percebi que estava envolta em um lugar que não era espaço, mas tempo, pois a nossa interação independia de onde estávamos, pois mais afeita ao *com quem* e *como* interagíamos.

Considero que o fluir de nossas emoções e a aceitação de que um estava presente no campo de observação do outro, mesmo com diversidade de interesses, ou seja, eu *naquele momento* como pesquisadora e eles como *meninos ávidos de atenção*, possibilitou o habitar em novos campos de aprendizagem artística. Maturana, quando fala das relações dos seres vivos descreve como própria dos seres humanos, por exemplo, a *competição*, em que um nega

a existência do outro. Além disso, nas relações de poder, tão potentes em instituições como abrigos, presídios e escolas, tem-se a *obediência*, em que fazer algo representa negar a si mesmo e o outro, ou seja, “o poder do outro o concedo eu, obedecendo à petição que o outro me faz, em circunstâncias de não querer fazer o que me pede.”²⁶⁷ Assim, conclui o biólogo que nós humanos somos redes interativas que intersectam em outras pessoas. Eu estava em uma rede de interação onde a inconstância das relações humanas construídas nas ruas era muito evidente, pois os jovens a recriavam a todo o momento, fazendo-me refletir sobre as minhas possibilidades de agir, sem me ausentar das emoções

Todos os espaços de ações humanas fundam-se em emoções. Todo sistema racional se funda na aceitação de certas premissas a priori. Pois então, digo eu, no espaço das relações humanas temos que olhar as emoções. E o espaço social surge sob a emoção de aceitação do outro, sob o amor. E cada vez que isso se acaba, acaba-se a dinâmica social.²⁶⁸

Se antes me permiti ser guiada pela experiência de pessoas que trabalhavam há mais tempo com os *meninos*, aos poucos fui percebendo que precisava me aproximar deles de forma sincera e espontânea, movida pela curiosidade e a arte. Assim, surgiria uma nova relação. Muitas vezes chamada de *tia*, vi que era impossível não ocupar os lugares *representados* pelos jovens sob a rede formada pela ausência familiar. Aos poucos, fui compreendendo que estes espaços e tempos são psíquicos e, construídos pelos jovens a partir de seus “elementos de experiência”.²⁶⁹ Propus-me a mergulhar na história de cada um daqueles que, de forma regular ou ocasional, entravam na *sala de teatro da UNIDADE*, muito embora as atividades e interação não se restringisse àquele espaço físico.

Os jovens traçavam estratégias de sobrevivência a todo tempo, conforme o nível de *perturbação* experimentada. Aproximava-me assim do campo inventivo, pois tanto para a pesquisa quanto para o meu fazer, enquanto profissional, viver *passou a ser conhecer*.²⁷⁰

Vivenciar o mundo dos *meninos* significou sair dos domínios da *estigmatização* tão própria da concepção representativa no âmbito do conhecer. Dentro da abordagem representacional destacam-se autores como Erving Goffman²⁷¹, estudioso acerca da sociologia na vida cotidiana, das interações na vida social e das identidades, o qual dedica sua obra

²⁶⁷ MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Organização Cristina Magro, Victor Paredes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. p. 111.

²⁶⁸ MATURANA; VARELA, op. cit., p. 109.

²⁶⁹ Ibid., p. 35.

²⁷⁰ KASTRUP, Virgínia, **A invenção de si e do mundo**. Uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 176.

²⁷¹ Sobre o autor e o uso de sua obra neste trabalho, consultar a nota de rodapé nº 18, página 31.

Estigma a investigar a “situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena”²⁷². Entre as estratégias dos jovens nas ruas, destaca-se na concepção de Goffman, a representação do papel do *delinquente*, com o qual os jovens parecem performar e jogar diante do sistema jurídico. Há como discordar de que estão jogando perante as autoridades enquanto brincam com as próprias vidas? Sob a perspectiva de Erving Goffman estão representando em um cenário que se altera, mantendo uma *fachada*, em que sua aparência pessoal e maneira de se expressar corroboram para a representação do papel²⁷³. Entretanto, enxergo *uma espécie de vício* neste comportamento, talvez movido até mesmo pela *adrenalina e o risco*.

Diante disso, a minha convivência cotidiana com os jovens permitiu, inclusive, experimentar novos campos do conhecer, *em que a representação de um papel, em um mundo predefinido perdeu o sentido*. A cognição representacional e a cognição inventiva não são dois “modelos teóricos”, mas sim, formas de estar no mundo.²⁷⁴ Escolhi, portanto, criar novas realidades para mim e para os jovens dentro de um universo de possibilidades não tão aparentes. A sensação de “esforçar-me” para sair dos padrões representativos tais como “Você está perdendo seu tempo, pois eles não tem jeito!”, ou ainda “Eles são impossíveis! Infelizmente vão acabar virando bandidos!”, ou, ainda, “Tudo isso é culpa do Governo, do pai, da mãe, do Estado, da Escola etc.”, foi diminuindo a partir do momento em que me permiti conhecer aqueles jovens, dentro da política de *estar com eles*.

§ Ela, ele pensa que se passar do outro lado da rua, eu vou querer as coisas dela, parceiro! Tá pensando o quê? Eu não quero não, parceiro! Acho bom eles ter medo de mim! Isso só fortalece o movimento, parceiro! Eu usei crack dos 10 aos 16, hoje só uso maconha.²⁷⁵

Estes jovens são criados como sujeitos de um discurso calcado na estereotipia, já que o campo de atuação do estigma ao qual são submetidos se dá na vida pública,²⁷⁶ sendo geralmente representativa. Habitados a este conhecimento ordinário, do fora, da superfície, das tangências e da rua, percebi que *os meninos e meninas* com quem convivi durante o período da pesquisa sabem, de forma consciente ou inconsciente, as “regras do jogo”,

²⁷² GOFFMAN, Erving. *Estigma*: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.1982, p. 7.

²⁷³ GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 2011.

²⁷⁴ KASTRUP, Virgínia, *A invenção de si e do mundo*. Uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

²⁷⁵ Trecho de gravação realizada em aparelho de telefone celular no dia 24 de novembro de 2014 na UNIDADE. O jovem Carinhoso nunca havia conversado comigo com aquela seriedade. Gravação: Livia Fernandez. MP4 (10 min).

²⁷⁶ GOFFMAN, 2011, p. 62.

mudando-se frequentemente, conforme as relações estabelecidas. Não se tratava, assim, de *identidade* ou *representações*, mas sim de *interações* com o meio em que estavam, onde um reverberava no outro, transformando-se, pois como explicar a atuação de jovens e servidores durante os jogos e propostas artísticas durante as oficinas em um ambiente que minimamente reduzia impactos hierárquicos?

Conviver e relacionar-se com todos os “personagens sociais”, que têm regras de relacionamento diferentes, também exige “jogo de cintura”: o amigo, o traficante, a prostituta, a namorada, a polícia etc. Os meninos e as meninas de rua desenvolvem, ao mesmo tempo, afetividade, companheirismo, individualismo, agressão, imediatismo e desconfiança. Por imediatismo queremos dizer que, para os meninos e as meninas de rua, só é possível viver o momento, o presente. O futuro é tão inseguro que eles preferem não esperar.²⁷⁷

A concepção de locais institucionais e praças públicas como uma espécie de *tabuleiro de jogo* ficava ainda mais evidente quando eles insistiam em *brincar de assalto, traficante etc.* Avalio estes jogos como uma espécie de *polícia e ladrão*, em que funcionavam de acordo com um arsenal de ações e comportamentos criados na rua. Durante as brincadeiras, concentrados, executavam todo o *modus operandi*, diante da câmera de vídeo, desde a execução do crime até sua responsabilização perante a Justiça.^{278,279}

Foi a percepção destas “fachadas”²⁸⁰ e a desconfiança de que havia algo mais a ser revelado que me instigou a promover o acolhimento das vivências dos jovens, seja pelos valores que trazem das ruas, de suas estratégias de sobrevivência física e psíquica e, portanto, de suas aprendizagens e talentos.

Propor jogos e práticas teatrais aos jovens da *UNIDADE* não significava exercer o controle sobre eles ou, ainda, ajustá-los ao utilitarismo econômico do mercado de trabalho tornando-os “dóceis”. Muitas vezes eles manifestavam o interesse de ter “uma vida normal”: estudar, trabalhar e ter uma casa. Buscava então associar estes desejos com a conscientização do momento presente: a vida no abrigo, nas ruas, as questões com drogas etc.

²⁷⁷ NOGUEIRA, Márcia Pompeo. **Teatro com meninos e meninas de ruas**: nos caminhos do grupo Ventoforte. São Paulo: Perspectiva, 2008

²⁷⁸ Emprego a palavra *crime* fora da concepção constitucional e do ECA. De acordo com o artigo 103 do Estatuto da Criança e do Adolescente, o crime ou contravenção penal quando praticados por criança ou adolescente são designados como “atos infracionais”. No texto, utilizo o termo “crime”, atentando-me mais à função e a própria linguagem dos jovens. Eles usam a palavra “crime”, seja para consolidar seu “status” como “criminosos”, ou ainda, para descrever atos infracionais praticados por outros jovens, a exemplo da expressão: “Fulano é do crime”.

²⁷⁹ Vídeo 3 – Anexo B.

²⁸⁰ GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2011.

Se eu não conseguisse seguir estritamente as regras de determinado jogo, eu o adaptava à ocasião, ou propunha outra atividade conforme os acontecimentos: improvisava. No entanto, a questão do corpo era sempre importante. Em vários momentos no percurso da *oficina de teatro* praticávamos atividades em que o desenho do contorno do próprio corpo era o mapa para localizar, não apenas onde estavam *o prazer pelo vício da droga lícita ou ilícita*, mas também *dos sonhos*. Uma tentativa de trazer consciência das ações para as sensações do corpo. Na obra *Jogos para atores e não-atores* de Augusto Boal, utilizado intensamente por quem trabalha com teatro do oprimido, o teatrólogo menciona que “o exercício é uma reflexão física sobre si mesmo.”²⁸¹

Em suas práticas, Boal sempre atentou para o que chama de “batalha do corpo contra o mundo”, onde

[...] os sentidos sofrem, e começamos a sentir muito pouco daquilo que tocamos, a escutar muito pouco daquilo que ouvimos, a ver muito pouco daquilo que olhamos. Escutamos, sentimos e vemos segundo nossa especialidade. Os corpos se adaptam ao trabalho que devem realizar. Esta adaptação, por sua vez, leva à atrofia e à hipertrofia. Para que o corpo seja capaz de emitir e receber todas as mensagens possíveis, é preciso que seja re-harmonizado. Nesse sentido foi que escolhi exercícios e jogos focados na des-especialização.²⁸²

Percebi que íamos além dos formatos de oficinas de teatro com início, meio e fim determinados e também jogos fechados. Mesmo que parecesse estranho para quem estivesse de fora de nosso círculo teatral, estávamos fazendo teatro. Sentados em bancos, no pátio, correndo atrás da bola, ou mesmo, dançando e conversando, estávamos fazendo teatro. Não me refiro a uma representação teatral, sob pena de cair na epistemologia dominada pela unicidade ontológica. O teatro era a possibilidade de se expressar de uma forma mais livre, mesmo estando em um ambiente institucional. O teatro naquele espaço era um beco que se inventava a cada instante e onde nós instalávamos e desinstalávamos cantos.

Virgínia Kastrup narra em seu artigo sobre a experiência com uma oficina de literatura com crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social no Rio de Janeiro, que a oficina não correspondia a um ensinamento de um modo de se ler já convencional: individual e silencioso. Para tanto, ao grupo era ofertada a possibilidade de se ler alto, de ter contato com as formas e as tangências da literatura, sendo esta a possibilidade de alcance para além da subjetividade. Hoje entendo que tangenciei este percurso em alguns momentos durante as Oficinas de Teatro com os jovens da *UNIDADE*. A atenção constantemente distraída e a ânsia

²⁸¹ BOAL, Augusto. **Jogos para atores e não-atores**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. p. 87.

²⁸² BOAL, Augusto, op. cit., p. 89.

pelas atividades que trabalhavam o contato, o corpo, a dança e o desafio, a novidade, não permitiam que eu explicasse pausadamente a história do teatro, do cinema, das artes plásticas de forma catedrática e escolástica. Eles já haviam fugido da escola e **a esmagadora parte deles, a detestava. A alternativa prática foi reconhecê-los como *meninos e meninas já experientes na vida e ouvi-los antes de qualquer ação.***

Para *falar de teatro* eu era uma nova pessoa a cada momento. Fazia algo – ação física e interagia com eles. Para inseri-los no contexto do cinema eu entregava a câmera de vídeo e gritava: “Ação!” e eles faziam um filme. Aos poucos fui pedindo: “Faça um plano detalhe, um plano geral aberto e esperava ouvi-los dizer: *É assim?*” Quanto às artes plásticas, eu valorizava seus traços, rabiscos, desenhos, cores escolhidas e expunha em formato de galeria buscando debates e novas formas de interação com o desenho – viver a cor, dançar conforme o traço etc. Viver e experimentar, inventando diferentes possibilidades era conhecer cada vez mais o Teatro enquanto invenção onde os jovens passaram a ser *mestres*.

Quanto ao meu trabalho dentro da Instituição sempre houve e gerou polêmica. Eu estava “entre” um estado e outro: era atriz, pesquisadora, professora e policial; intercalava minhas *identificações* conforme os espaços e relações que construí. Alguns servidores possuíam postura contrária à minha atuação, por não poderem enxergar com clareza *qual era de fato o motivo de eu estar ali e especificamente, qual era a minha identidade*, como esclarece *Vírgilio*:

Conversação I – Servidores da SEDESTMIDH/DF

Vírgilio – Os meninos têm muito o discurso da polícia enquanto objeto de violência, nunca imaginando a polícia como objeto de proteção, de atitudes não violenta, de cuidado. Então por isso que eu considero esse aspecto importante. Esta questão da Lívia enquanto policial e professora era sempre uma questão de sussurro no meu ouvido. Sempre alguém comentando: ela é cana, ela é cana... [...] Eu acredito que para algumas pessoas que conheciam esse lado tinham alguma dificuldade de lidar com isso. Essa questão sempre foi um pouquinho estranha pra mim. Eu acho que esse ponto era um calcanhar de Aquiles... era um mosquitinho que vinha e barulhava no ouvido. As pessoas pensavam: “será que ela está espionando...”.

À medida que a interação com os jovens aumentava e iniciávamos trabalhos de construções artísticas, *observava* em mim algumas questões sobre a existência ou não daqueles *papéis sociais*. Não me reconhecia como uma policial que atuava *classicamente impondo limites ou estabelecendo a ordem*. A minha relação com os jovens estava centrada no que poderíamos fazer de diferente do que eles já vinham fazendo nas ruas e nos abrigos e este fazer ia transformando não só a eles, mas também a mim, como bem apontou *Brunetto*:

Conversação I – Servidores da SEDESTMIDH/DF

Brunetto – Eu sempre te percebi lá fazendo esse trabalho do teatro, até pela sua postura, como você chegou, se apresentou... a coisa a identidade policial não estava em questão ali. A sensação que eu tinha era como se você quisesse equacionar dentro de você identidades. Eu tive essa sensação de que você também estava se resolvendo em relação a esses papéis. Também tava se cutucando para saber até onde que a coisa ia dentro de você. Coexistir.

Assunto 6^o – Estamos falando de educação?

§ *Brasília, 16 de outubro de 2013. Saí da UNIDADE perturbada. Fui até o cinema para “me distrair” – mais uma tentativa malsucedida de não ver a realidade. Acabei por assistir Camile Claudel e, deprimida, saí antes da metade do filme. Perambulando pelas ruas, fiquei pensando em como faria para que aqueles meninos deixassem aquela situação de rua e de extremo alcance criminoso. Como fazer para que tenham foco e interesse por atividades puramente teatrais? Levei um filme, pipoca e chocolates – tentativa barata de prender a atenção deles. Eles se interessam por comidas. Se interessam por mimos. Levei algumas palavras para que pensassem a respeito: criatividade, teatro. A prática das atividades com eles é pesada, pois não mantêm o foco, param no meio alegando cansaço. Fazem escândalos para chamar a atenção. Acredito que ao me verem atuar possam “se empolgar” um pouco mais. Quero convidá-los para assistir “Amadeo”²⁸³. Creio que ao me assistirem em um espetáculo possam se empenhar mais.*

A intenção de proporcionar aos jovens maior entendimento sobre o local e as condições sociais e econômicas em que viviam, a partir do teatro, como meio de promover uma possível reelaboração da realidade, permitiu-me considerar grande parte das atividades artísticas que eu desenvolvia na *UNIDADE* como instrumentos de *educação não formal*. De acordo com Maria da Glória Gohn, a metodologia e o modo de funcionamento são os aspectos mais relevantes no processo de aprendizagem da *educação não formal*.²⁸⁴ Os jogos, as experiências artísticas e até mesmo, os bate-papos sobre “as coisas da vida” eram momentos em que eu identificava uma possível organização do pensamento e a ideia que tinham sobre si e o mundo.

A *educação não formal*, de acordo com a socióloga, traz como objetivo central a cidadania,²⁸⁵ opondo-se à *educação formal*, ou seja, aquela voltada, entre outras perspectivas, à instrução e conteúdos que favorecem basicamente o individualismo e a competição. A importância da *educação não formal* está na sua proximidade com as práticas sociais e com a

²⁸³ Vide nota de rodapé nº 68, p. 80.

²⁸⁴ GOHN, Maria da Glória. *Educação não-formal e cultura política*. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

²⁸⁵ Idem, p. 102.

cultura de um grupo. Quanto à *educação informal*, aponta que esta possui como um de seus fins, a socialização, a partir do desenvolvimento de hábitos e no modo de se expressar de acordo com o grupo frequentado.²⁸⁶

A *Educação Não-Formal* pode ser polemizada no contexto da globalização, em que o sistema modificou-se da *desigualdade social* para o de *exclusão social*. Por isso, a Educação estará presente em novos espaços, onde pretende-se recuperar a civilidade pela inclusão social.²⁸⁷ É tão evidente o cenário de exclusão, que as políticas públicas apresentam a tendência de serem elaboradas de acordo com grupos específicos, tais como índios, negros e população *em situação de rua*.²⁸⁸ Isto favorece o cenário para a educação não formal, em que o resgate de raízes culturais passa a ser importante para acolher novas práticas.

No caso dos jovens com quem estive no âmbito da *UNIDADE*, a questão de polemizar e problematizar suas origens e condições sociais me aproximava das incursões de Maria da Glória Gohn, e neste sentido, *percebia minha atuação também como educadora social*.

De acordo com Sérgio Adorno, que se vale da análise de recomendações internacionais atinentes aos profissionais cujas ações estão voltadas à juventude, este *corpo de funcionários* desempenha “função eminentemente educativa”.²⁸⁹ Desta forma, professores, assistentes sociais, psicólogos e orientadores vocacionais são considerados educadores, *mas também, policiais, magistrados e agentes encarregados de vigilância, reforçando que:*

A educação é compreendida em sentido amplo e não apenas como transmissão de conhecimentos escolares. É antes de tudo um conjunto de procedimentos técnicos e institucionais capazes de fazer com que os direitos sejam efetivamente assegurados e as leis cumpridas.²⁹⁰

²⁸⁶ Ressalto que os jovens da *UNIDADE* já possuíam encaminhamento à Escola de Meninos e Meninas do Parque (EMMP), uma instituição específica que acolhe jovens e adultos em situação de rua e vulnerabilidade social. Pertence à estrutura da Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal (SEDF). Ela foi criada em 1994 com o intuito de dar um atendimento mais específico aos jovens em situação de rua e também àqueles em acolhimento institucional. Atualmente, a escola não tem aulas de teatro. No final do ano de 2014 estive na escola para acompanhar alguns jovens da *UNIDADE*. Percebi que a escola possui adolescentes e adultos nos mesmos ambientes de aprendizado, sendo comum a desavença entre os dois grupos. De acordo com a pesquisa intitulada “Educação de Jovens e Adultos na Escola Meninos e Meninas do Parque” de autoria de Maira Inocência Teixeira de Sousa, o Projeto Político Pedagógico da EMMP possui como objetivo o “ensino formal, mas adaptado ao tempo e ritmo do discente levando em consideração suas histórias de vida, talento e dificuldades”, adotando-se a prática pedagógica de Paulo Freire, com o intuito de “libertar os oprimidos”. Projeto de Pesquisa disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/7763/7/2014_MairaInocenciaTeixeiradeSousa.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2015.

²⁸⁷ GOHN, op. cit., p. 13.

²⁸⁸ Idem, p. 12.

²⁸⁹ ADORNO, Sérgio. Criança: a lei e a cidadania. In: RIZZINI, Irene et al. **A criança no Brasil hoje**: desafio para o terceiro milênio. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1993. p. 104.

²⁹⁰ Ibid., p. 105.

Canto I – De educação em educação descobre-se um certo iniciar que não tem fim...

Qualquer atividade proposta com os jovens da *UNIDADE* deveria considerar sua intensidade de criar constantemente situações para si, em um campo de grande inventividade e intenso fluxo. Acredito que tal postura está muito fora do que convencionamos como educação formal nas escolas. Como eles frequentemente fugiam de aulas e de explicações de conteúdos como matemática, português, história etc., procurei dialogar com estas circunstâncias e neste sentido, direcionei as práticas artísticas para um caminho que aponta uma pedagogia teatral não repressora ou reducionista.

De que forma isto ocorria? Facilitando de forma imprevista e mais espontânea possível a discussão dos conteúdos dentro dos jogos e situações encenadas, tais como conversas sobre política, distribuição de renda, opção sexual, violência, estudo, desemprego. O teatro corresponde a um grande instrumento pedagógico, um campo epistemológico potente e diferenciado, como apontam Ingrid Koudela e Arão Santana

Hoje a história e estética do teatro fornecem conteúdos e metodologias norteadoras para a teoria e prática educacional. Podemos dizer que a situação se inverteu, sendo que especialistas de várias áreas em vários níveis de ensino da educação infantil ao ensino superior – buscam a contribuição única que a área de teatro pode trazer para a educação. Ainda que possa ser considerado em grande parte utópico, diante da miséria em que se encontra a educação brasileira, o caminho afigura-se talvez como a última possibilidade de resgate do ser humano diante do processo social conturbado que se atravessa na contemporaneidade.²⁹¹

Em sua maioria, estes jovens são negros e vivem nas ruas dentro dos moldes de uma guerra civil invisível, que, embora não possua a mesma configuração evidente como a *Guerra da Síria*,²⁹² traz a morte de vários jovens nas ruas, na *Guerra do Tráfico de Droga*. Aliciados e perseguidos pelos traficantes, além de vítimas em potencial da violência policial, meninos e meninas pobres, negros e pardos, morrem sob a nossa visão ofuscada. Em novembro de 2014, a Associação Nacional dos Centros de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

²⁹¹ KOUDELA, Ingrid Dormien; SANTANA, Arão Paranaguá de. Abordagens metodológicas do teatro na educação. In: CARREIRA, André (Org.). **Metodologias de pesquisa em artes cênicas**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 65. (Memória ABRACE IX).

²⁹² A Guerra da Síria dura aproximadamente 5 anos. De acordo com as informações da Organização das Nações Unidas (ONU), delata-se o número de aproximadamente 250 mil mortos, sendo mais de 10 mil crianças. De acordo com informações do Observatório Sírio dos Direitos Humanos (OSDH), aproximadamente 1.100 crianças foram recrutadas pelo Estado Islâmico (EI) em um treinamento militar onde são chamados de “os leõezinhos do Califado”, tendo várias já morrido em luta. Disponível em: <<http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2015/07/conflito-sirio-fez-quase-250-mil-mortos-segundo-a-onu/#.VfBcsx1YJT8>>; <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/07/mais-de-50-criancas-soldados-do-ei-foram-mortas-na-siria-desde-janeiro.html>>. Acesso em: 7 set. 2015, às 13h25.

(AnceD) divulgou o II Relatório Alternativo sobre os Direitos da Criança e do Adolescente, apresentado ao Comitê sobre os Direitos da Criança da ONU. O relatório fornece informações sobre a violação de Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil. Destaca-se a informação de que a taxa de homicídios entre a população jovem (0 a 19 anos) passou de 19,6 em 1980 para 57,6 em 2012, representando o aumento de 194,2%. Quanto ao perfil de jovens, o relatório apresenta a informação de que entre os anos de 2002 a 2012, a tendência nos homicídios segundo raça/cor das vítimas é unívoca: queda dos homicídios brancos – diminuiu em 32,3% e aumento dos homicídios negros: cresceram em 32,4%. As taxas brancas caem em 28,6% enquanto as negras aumentam 6,5%. Assim, o índice de vitimização negra passa de 79,9% em 2002 para 168,6% em 2012, morrendo proporcionalmente 79,9% mais jovens negros do que brancos.²⁹³

Figura 18 – “Uma” turma de teatro, que frequentemente se desfazia, na sala *De Profundis* batizada pelo Pedagogo Christopher, 2014



Fonte: Adhemar Gonçalves.

²⁹³ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm >. Acesso em: 17 ago. 2015, 15h50.

Figura 19 – A autora jogando capoeira com Besouro na Ermida



Fonte: Registro dos próprios jovens

Figura 20 – *Educador Social* que acompanhou o meu trabalho nas oficinas de teatro tocando berimbau em um dos passeios para a Ermida



Fonte: Elaboração própria:

Figura 21 – *Educador Social* toca berimbau enquanto jogo capoeira com *Besouro*



Fonte: Elaboração própria:

Figura 22 – O diretor de teatro *Zé Regino* joga capoeira com um dos jovens enquanto eu toco o berimbau



Fonte: Elaboração própria:

Figura 23 – Mediação do Espetáculo “Solidão” – SESC Taguatinga – Teatro Paulo Autran



Fonte: Espetáculo “Solidão” – SESC Taguatinga – Teatro Paulo Autran.

Obs.: Os alunos assistiram a apresentação do espetáculo de dança e da mediação da professora de Teatro Lívia Fernandez. Setembro de 2014. Fotografia: Produção do Espetáculo.

Figura 24 – Voltando do passeio da Ermida Dom Bosco. Novembro de 2014.



Fonte: Registro pelos próprios jovens.

A aplicação do teatro como recurso pedagógico consistia basicamente em permitir que os jovens pudessem dialogar com suas respectivas realidades. Não bastava mais “viver” no

mundo, e sim “existir” nele e com ele, por meio da realização, como menciona o educador Paulo Freire.²⁹⁴

A pesquisadora Nize Maria Campos Pellanda²⁹⁵ realiza críticas pungentes à pedagogia tradicional de ensino formal valendo-se das noções pedagógicas que envolvem o pensamento de Humberto Maturana. De acordo com ela, no ensino tradicional não há a promoção do encontro e, por isso, as relações sociais. As relações sociais para Maturana são imprescindíveis ao *acoplamento estrutural* e por isso, ao conhecer.

Da mesma forma, tais relações sociais e interações que permitam o alcance do inventivo e, por isso do ato de conhecer, pareciam-me bem distantes no âmbito da *UNIDADE*. Como já narrado, as relações hierárquicas parecem ser recorrentes nos espaços de acolhimento institucional. Os jovens não possuem, dentro do espaço em que tentam construir a dimensão de “um lar”, ações que invistam em sua sociabilidade.

A pesquisa de intervenção como pesquisa de invenção possibilitou delinear com um pouco mais de clareza a política de afastamento social a que são submetidos, pois ao fomentar ações artísticas como participar de um filme, realizar um espetáculo, pude acompanhar como os jovens dedicavam-se ao “cultivo” de novas amizades e interações. Frequentemente, os artistas e pessoas que encontrávamos em nossos percursos observavam suas vontades de compartilhar histórias e interagir.

Ainda valendo-me das contribuições da pesquisadora Nize Maria no que concerne às práticas educativas nas escolas, perfeitamente aplicadas aos *abrigos*, a imposição de diretrizes a serem seguidas são “inibidoras de desenvolvimento pessoal, atingindo as capacidades perceptivas dos seres humanos.”²⁹⁶ Esta inibição impede a percepção do sujeito, fundamental para o processo de conhecimento, como avalia Humberto Maturana.

Por este motivo, enxergo que minha relação com os jovens *em situação de acolhimento institucional e vínculo crônico com a rua* tentou permear também outros cenários que vão além das classificações de educação não formal ou ainda, informal, notadamente pelo vínculo com os elementos artísticos. Neste sentido, trago a importante contribuição de Maffesoli ao

²⁹⁴ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

²⁹⁵ A pesquisadora é professora da Universidade de Santa Cruz do Sul e responsável pelo Grupo de Ações e Investigações Autopoiéticas (Gaia). A obra a que me refiro trata-se de *Maturana e Educação* (2009). A leitura sobre as questões trazidas pela pesquisadora na seara da educação possibilitou o aprofundamento nas reflexões que realizei acerca do acolhimento dedicado aos jovens “*em situação de risco*” nos abrigos.

²⁹⁶ PELLANDA, Nize Maria Campos. **Maturana e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. (Coleção Pensadores & Educação).

esclarecer o processo de *iniciação* em entrevista concedida ao professor e pesquisador Gilberto Icle:

Assim como o modelo educativo era um modelo racional, o modelo de iniciação – que era o modelo das sociedades primitivas, pré-modernas, e, também, pós-modernas, porque muitas coisas da situação pós-moderna vêm da situação pré-moderna – vai se basear nessa expansão. É mais ou menos a mesma coisa que para o trabalho. A criação é uma expansão do trabalho. **Para mim a iniciação é um enriquecimento da educação. Trata-se de reintroduzir o que a educação tinha eliminado: o sonho, o jogo, o imaginário**²⁹⁷.

Parecia, por isso, tratar-se de um processo de *iniciação*, no qual os jogos teatrais, as improvisações e imprevistos nos conduziam a um fazer teatral diferenciado em que a cooperação de todos e a participação coletiva passou a ser importante, como condição até mesmo de se estabelecer *uma conversação com os jovens, um ingresso para a vida deles, não por autoritarismo, mas compreensão e escuta*. De acordo com Maffesoli, a educação é um modelo que não funciona mais, enquanto a *iniciação* é um processo de *acompanhamento* em que elementos criativos estão envolvidos. A *iniciação* parece ter o entendimento do que seja *tempo* diferenciado da *educação*. Ela trabalha com o tempo da convivência que é em si *atemporal* enquanto cronologia, posto que é *afetivo* – *afetos pela presença*. Neste sentido, o professor Gilberto Icle relacionou a noção de *iniciação* de Maffesoli com a ideia de *tribos*, cunhadas pelo próprio sociólogo em *O Tempo das Tribos* onde *o estar junto e a empatia* se tornam relevantes no processo de compartilhar.

Parece-me que acompanhar o percurso dos jovens da *UNIDADE* e suas dificuldades no sistema escolástico tenha sido uma forma de evidenciar esgotamento deste próprio sistema, pois os jovens parecem desejar *acolhimento* de suas dificuldades e habilidades, muito mais afeito ao processo de *iniciação*. Identifico ainda que o processo de *iniciação*, descrito por Maffesoli, está próximo das observações tecidas por Humberto Maturana e Verden-Zöllner em sua obra *Amar e Brincar: Fundamentos esquecidos do humano*, em que a diversidade aparece como legítima e entrelaça com a possibilidade de consenso em prol do que denomina como “projeto comum de convivência”²⁹⁸

²⁹⁷ ICLE, Gilberto; MAFFESOLI, Michel. Pesquisa como conhecimento compartilhado. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 521-532, maio/ago. 2011. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade>.

²⁹⁸ MATURANA, Humberto R.; VERDEN-ZOLLER, Gerda. **Amar e brincar: fundamentos esquecidos do humano**. São Paulo: Editora Palas Athenas, 2004. p. 107.

Canto II – O imprevisível como nossa disciplina

De acordo com Virgínia Kastrup, há a crença de que o processo cognitivo se restringe à solução de problemas, sendo, portanto, comum entender que o controle do comportamento e a realização de tarefas é imprescindível para a atenção e conseqüentemente, para o aprendizado.²⁹⁹ A pesquisadora diferencia a “distração” da “dispersão” e neste sentido me auxiliou a organizar conceitualmente o que eu já havia experimentado com os jovens em situação de rua e abrigo. O ambiente de grande liberdade na rua os treinou a atuarem com uma atenção diluída e distraída, em que se permite “experimentar uma errância, fugindo do foco da tarefa para a qual é solicitado prestar atenção e indo na direção de um campo mais amplo”.³⁰⁰ Isto difere, portanto, da “dispersão”, que consiste em um “repetido deslocamento do foco atencional, que impossibilita a concentração, a duração e a consistência da experiência”.³⁰¹

No princípio, eu tratava como *dispersivo* e *indisciplinado* o ambiente em que os jovens construíaam diante da nossa presença. Questionei se era possível que eles se concentrassem em realizar algo artisticamente programado. Apesar da potência das cenas e momentos ímpares de *atuação cênica*, cheguei a duvidar que eles pudessem expor aquilo perante um público, com marcações exatas de entrada e saída, pois, por muitas vezes, *faziam o que queriam*, e assim era impossível propor algo que não fosse acompanhar o que estava acontecendo³⁰².

Os jovens eram movidos pela imprevisibilidade e mostravam-se avessos a qualquer indicação de rotina. Há aqui uma confluência de minha pesquisa com as investigações da pesquisadora Tatiana Dassi. A pesquisadora identificou o “imprevisível” como importante catalisador para a “adrenalina” experimentada pelos jovens, especialmente diante da prática de atos infracionais. Para tanto, vale-se das conversas com um jovem que fora traficante e posteriormente se tornou evangélico, passando a trabalhar em um escritório.

O que interessa, para os fins da análise, é que este é um aspecto relevante, e as reflexões de Francisco nos ajudam neste sentido. Ele afirma que gostava de seu trabalho como traficante porque sua rotina nunca era monótona e a qualquer momento qualquer coisa podia acontecer. Agora sente falta de contextos em que é preciso estar sempre em movimento, “ligado”, com um risco sempre presente. Contextos que oferecem a oportunidade de

²⁹⁹ KASTRUP, Virgínia. A aprendizagem da atenção na cognição inventiva. **Psicologia & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 7-16, set./dez. 2004. Disponível em: <<http://goo.gl/jnNbTF>>

³⁰⁰ Idem, 2004., p. 8.

³⁰¹ Ibid., p. 8.

³⁰² LIVRO ANEXO – Das Provas e Indícios – ANEXO B – Dos vídeos – Vídeo 22– Brincando de Tráfico – Indisciplina

experiências de outra ordem, diversas daquelas oferecidas por atividades mais comuns, como o trabalho no escritório de Francisco. Estes são contextos que mantêm em aberto a possibilidade do inusitado, do imprevisível.³⁰³

Esta *adrenalina* advinda do perigo e do risco de viver na rua estava na fala e nos gestos dos jovens da *UNIDADE*, os quais afirmavam várias vezes que não tinham medo de morrer e por isso, constituía-se como uma espécie de *vício*, de aparente dificuldade de *se abrir mão*. Diziam enfrentar bandido ou polícia e me descreviam suas *aventuras* ao fugir após um roubo ou furto, bem como o que faziam para não ser pegos pelo traficante que deviam. As histórias eram compartilhadas pelos jovens com grande entusiasmo, como um feito heroico.

Assim, este contexto favoreceu a um formato mais livre dos encontros, mas também havia momentos em que era possível teatralizar situações que os jovens estavam experimentando em seus cotidianos, como o dia em que discutíamos sobre o fato de um jovem não conseguir permanecer no estágio. Ele reclamava que já havia passado por três funções diferentes e que ninguém explicava o motivo de ele não permanecer no posto de trabalho. Propus uma dinâmica em que encenávamos várias vezes o atendimento prestado por ele, em que o colocávamos em diferentes situações. O intuito era evidenciar as dificuldades e gerar uma discussão em torno do que acontecia, com a participação de todos os jovens.

Estes momentos em que investigávamos as dificuldades do *jovem de abrigo ou de rua* ao tentar se empregar no mercado, por exemplo, ou ainda afastar-se do vício das drogas; ser capaz de lidar com a vergonha de não ser alfabetizado, entre outras, aproximavam-me da *responsabilidade e ética* em um plano comum entre heterogêneos – eu, os meninos, as instituições etc.³⁰⁴ Parecia haver uma rachadura nas formas de trabalho verticais pautadas em *atendimentos administrativos e técnicos* e abertura *ao convívio e ao diálogo compartilhado das questões que perturbavam os jovens, sem excluí-los*.

Interessante refletir que o transcorrer da prática pelo tempo da convivência propiciou o aparecimento das *cenar fóruns* não como uma dinâmica que vislumbrava um fim determinado, mas como um meio pelo qual discutíamos as próprias experiências dos jovens, a exemplo do que ocorreu com o jovem *Carinhoso*. Com bastante empolgação, os jovens aderiram e contribuíram com “a montagem” durante quatro encontros nas quartas-feiras à noite. E por mais que *Carinhoso* não estivesse presente em alguns deles por estar na rua,

³⁰³ DASSI, Tatiana. *É, vida loka irmão: moralidades entre jovens cumprindo medidas socioeducativas*. 2010. 174 fl. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. p. 123.

³⁰⁴ KASTRUP, Virgínia; PASSOS, Eduardo. Cartografar é traçar um plano comum. *Fractal. Revista de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, maio/ago. 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/FgyQvl>>.

ainda assim jogávamos na *cena* com substitutos, pois todos conheciam e compartilhavam de experiências similares àquela vivida por *Carinhoso*. Em síntese, a situação trabalhada trazia a entrada do jovem em uma Padaria para comprar pães com sua caixa de engraxate. O dono da padaria o vigia desconfiado. De repente uma situação de “suspeita” se instaura: o dono da padaria alega que o jovem ia roubar um pacote de biscoitos. O jovem reage exasperado e a polícia é chamada, conduzindo-o até a delegacia.

Ao realizar a *cena fórum*, obtive adesão de cuidadores e até vigilantes do abrigo, como pode ser visto no material audiovisual em anexo³⁰⁵. Ao comentarem sobre a cena, os jovens conversam sobre a maneira de vestir e de falar das “pessoas da rua”.

Canto III – Duas experiências de “resultados”: Kaligrafia Maldita e A Roda do Mundo e das Coisas

Durante o ano de 2014, ao estudar com os jovens as inúmeras maneiras de *existir no mundo*, iniciei a proposta de contar histórias. Para tanto, propus um trabalho sobre a questão: *Que mundo é este em que eu existo e quero existir?* Aliada ao propósito de trabalhar a *ludicidade*, desafiei os jovens a me responderem: *De que mundo eu vim, antes de morar aqui no planeta Terra?* As respostas deveriam ocorrer a partir da montagem do *tal mundo ou planeta*, dentro de uma caixa de sapato, que deveria ser transformada em sua parte externa, seja com pintura, colagem ou outros meios. No fundo da caixa colocamos areia e sobre ela os jovens deveriam colocar pequenos objetos que eu e a psicóloga que me acompanhava disponibilizamos dentro de baldes entregues. Eram miniaturas, feitas em sua maioria de material plástico, consistindo em bonecos, animais, plantas, conchas, os quais pudessem materializar o planeta do qual os jovens vieram...

A atividade foi diretamente influenciada pela leitura da obra, já referida anteriormente, *Teatro com meninos e meninas de rua*, de Márcia Pompeo Nogueira³⁰⁶. O livro apresenta resultados da pesquisa realizada com o *Grupo de Teatro VentoForte*, que se destaca por unir o trabalho expressivo ao trabalho educacional junto a crianças de periferia e baixa renda. A estudiosa acompanhou dois projetos de trabalhos do grupo, tendo como um dos principais objetivos responder questões como *Quais as contribuições do teatro para os meninos de rua?*³⁰⁷

³⁰⁵ LIVRO ANEXO – ANEXO B – Dos Vídeos – Vídeo 4 – Cena Fórum da Padaria

³⁰⁶ NOGUEIRA, Márcia Pompeo. **Teatro com meninos e meninas de ruas**: nos caminhos do grupo Ventoforte. São Paulo: Perspectiva, 2008.

³⁰⁷ Idem, 2008, p. 82.

As vivências do grupo revelam o oferecimento à criança de um espaço mítico, onde se permite o compartilhamento de experiências lúdicas, em uma realidade marcada pelo trabalho infantil em busca da sobrevivência. A atividade que propus foi inspirada no jogo *Mapa da Vida* criado pelo *Grupo de Teatro VentoForte*, em que a criança explorava espaços diferenciados de memória, imaginário, sonho e desejo, por meio do desenho, corpo, movimento e palavra a partir da resposta à três perguntas: *i) Eu desde quando nasci, até hoje...; ii) Eu antes de nascer...; iii) Eu depois de hoje...*³⁰⁸

O trabalho nas Oficinas com os meninos da *UNIDADE*, por vezes estimulava a encenação de situações cotidianas, para trazer à tona suas próprias realidades em um território preponderantemente calcado na representação de papéis, o que se devia, acredito à minha atuação em comunidades com o *Teatro do Oprimido*. No entanto, em meados de 2014 iniciei uma reflexão prática, partindo do contato com as experiências relatadas pelo *Grupo de Teatro VentoForte*, em que os elementos de fantasia e o lúdico ganham destaque.

Soma-se a isto o fato de ter composto a atividade também a partir da técnica de origem junguiana, desenvolvida pela analista infantil Dora Kalf e utilizada para que os seus pacientes colocassem em seu interior miniaturas aleatoriamente, as quais corresponderiam às imagens do inconsciente³⁰⁹. As informações quanto à perspectiva psicológica foram fornecidas e acompanhadas pela psicóloga que acompanhava o meu trabalho, a qual passou a realizar seus relatórios sobre os jovens, a partir do acompanhamento das oficinas de construção das caixas e escuta das histórias contadas.

Respondendo à questão *De que mundo eu vim antes de chegar na Terra?* Percebi que os jovens entrelaçavam imaginação e memória, inventando um mundo fantasioso onde atuavam e tinham bens, animais e pessoas ao seu lado.

Após as montagens das caixas, iniciamos o trabalho de configuração das apresentações de seus conteúdos. Contávamos uns aos outros – pois eu também possuía uma caixa –, uma história criada a partir daquele instante sobre que mundo era aquele e quem eram aqueles seres. Posteriormente, trabalhei o *contador de histórias* a partir de partitura gestual derivada da *Ginga da Capoeira*, principalmente pelo fato deste jogo ter sido constante em nossos encontros dentro e fora da sala, já que tanto eu quanto o educador social éramos praticantes de capoeira, o que também auxiliava na proximidade dos jovens que pareciam ter nascido com a

³⁰⁸ Ibid., p. 12.

³⁰⁹ CRUZ, Maria do Carmo Cordeiro; FIALHO, Maria Teresa. A caixa de areia: técnica projectiva e método terapêutico. *Análise Psicológica*, v. 2, n. 26, p. 231-241, 1998. Disponível em: <<http://goo.gl/8U3rD4>>. Acesso em: 24 out. 2014.

ginga e o que chamamos de *malícia* do jogo. Desta forma, busquei associar três elementos cênicos que iniciaram o que seria o *rascunho* de uma *performance*: as caixas – objeto cênico; a ginga de capoeira – impulsos para possíveis personagens e a roda de capoeira – espaço a ser encenado.

Tanto eu quanto o educador social, que acompanhava meu trabalho na *UNIDADE*, iniciávamos os encontros com o jogo da capoeira. Agregávamos também às improvisações teatrais o berimbau, o pandeiro, a ginga, a disciplina do jogo, o canto, a luta e a valorização do ritual, ou seja, elementos pedagógicos e com grande teatralidade dentro do universo de um capoeirista.³¹⁰ De acordo com o Inventário para Registro e Salvaguarda da Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil, a roda de capoeira é “um espaço de criação artística e performance cultural em que se realiza plenamente a multidimensionalidade da capoeira.”³¹¹ (2007, p.88). O símbolo da roda abriga o sentido de movimento constante, assim possui, “certa valência de imperfeição, porque ela se refere ao mundo do vir a ser, da criação contínua, portanto da contingência e do perecível.”³¹² A *ginga*, movimento peculiar a cada capoeirista propiciava um modo de andar e atribuía o gesto daqueles personagens: os contadores de história e suas respectivas caixas. Os jovens *gingavam* no centro e apresentavam suas histórias de forma peculiar e diferenciada em uma roda que tinha função de marcar o coletivo que formávamos, em que cuidadores e técnicos eram convidados a *jogar capoeira* antes das histórias.

Paralelo a este processo, eu estava realizando a preparação de elenco para o filme *Kaligrafia Maldita* (2014) do cineasta Rafael Moura (Brasília).³¹³ O filme trazia a história de duas gangues (PSA) Pichadores Sem Alma e (PSL) Pichadores Sem Lei, os quais rivalizavam entre si. Sugeri ao cineasta que a entrada dos jovens da *UNIDADE* no elenco traria mais realidade e contundência ao filme, além de ser uma experiência positiva aos jovens, já que

³¹⁰ A abordagem sobre a prática de capoeira, em especial a Capoeira Angola nesta dissertação, será meramente descritiva, tendo em vista a extensão do conteúdo implicado. O jogo da capoeira e seus elementos, bem como a influência e repercussão no universo de *meninos em situação de rua*, pode ser discutida em material acadêmico específico. Em meu trabalho, a prática de Capoeira estava relacionada a uma linguagem que permitia a comunicação entre mim e os jovens. Além disso, a disposição física necessária à prática da capoeira me interessava como elemento de preparação para início ou encerramento de nossos encontros na *UNIDADE*. A Capoeira Angola é inclusive utilizada como recurso em terapias voltadas ao corpo, como ocorre com a *Somaterapia*, que consiste em estabelecer uma relação permanente entre o comportamento individual e a forma como nos relacionamos em sociedade Disponível em: <<http://www.somaterapia.com.br/soma/a-somaterapia>>. Acesso em: 26 fev. 2016.

³¹¹ MINISTÉRIO DA CULTURA. Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural. **DOSSIÊ**: inventário para registro e salvaguarda da capoeira como patrimônio cultural do Brasil. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://goo.gl/f1dFNd>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

³¹² CHAMPEAUX apud CHEVALIER, Jean. **Dicionário de símbolos**: (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números). 22. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008. p. 783.

³¹³ Vídeo 5 – Anexo B.

poderiam se relacionar com um meio social diferenciado, participando do mundo e interagindo em novos ambientes com novas pessoas, inclusive com os atores que tinham a mesma faixa etária deles.

À época, fui questionada pela coordenação da *UNIDADE* sobre a influência negativa que a participação dos jovens no filme poderia causar neles, já que estariam “representando” papéis que já lhe são destinados socialmente. Inclusive, em reunião pedagógica foi recomendado que eu trabalhasse textos de Shakespeare, o que repercutiria de outra forma nos jovens, mostrando a eles que podem “representar outros papéis”. No entanto, como os jovens já estavam participando de encontros de teatro, onde realizávamos *jogos das profissões*, *jogo do tapete mágico*, onde os *papéis* eram repassados a cada instante, considereei proveitosa a participação dos jovens no filme, como forma de valorizar suas expressões corporais, vocabulário e presença, proporcionando interação em um meio diferente da *UNIDADE*, *delegacias*, *unidades de internação* e *pontos de tráfico* nas ruas.

Foi solicitado à Vara da Infância e Juventude do DF (VIJ/DF) a autorização para a participação dos meninos da *UNIDADE* no filme *Kaligrafia Maldita*, tendo o juiz titular se posicionado quanto ao pleito

Verifico que a participação dos adolescentes na filmagem em comento não representa qualquer risco à integridade física ou psíquica dos jovens, tão pouco qualquer possibilidade de dano à imagem destes. **Além disso, é possível inferir que os jovens estão positivamente envolvidos na produção do curta-metragem, uma vez que estão participando de oficinas de teatro há alguns meses. Ademais, cumpre ressaltar que, envolvidos com a arte do teatro, podem desenvolver habilidades interpessoais compreendendo, ainda, perspectivas dos personagens, estimulando, desse modo, o pensamento crítico, trabalhando ainda sentimentos de empatia e de tolerância ao próximo. [...]** (grifos nossos)

O filme tratava de pichações, gangues e disputas, e os jovens, podiam observar o que se passava enquanto *filme*. Nos bastidores vivenciariam a dinâmica coletiva para construção de uma obra de arte. Diferentes pessoas, diversos departamentos. Eu *intuí* que a interação com pessoas diferentes de seu cotidiano nos *abrigos* pudesse proporcionar a invenção de outras formas de interagir, uma vez que o território habitado – o fazer em cinema, era diverso do habitual, “constituindo um sistema de signos atuando por meio de linhas de forças

imprevisíveis”.³¹⁴ Os *meninos* atuavam no desconhecido e com desconhecidos, mas agora, em uma *nova tribo*.

O “neotribalismo” comporta o “ir e vir de um grupo a outro”³¹⁵ e não apenas a adesão permanente a um bando. Esta propensão dos jovens da *UNIDADE* em alternar de tribos me foi apresentada quando percebi a facilidade de estarem juntos e se relacionarem com os atores do filme *Kaligrafia Maldita*, o que também viria a ocorrer com os artistas e a equipe técnica de *Meninos da Guerra*. Havia um propósito nos dois trabalhos: produzir uma obra artística. Entregues à morosidade e falta de atividades artísticas e culturais na *UNIDADE*, surpreendi-me com a vivacidade e a adesão dos jovens nas atividades.

O convívio dos meninos com os atores do filme parece ter trazido perspectivas quanto a um possível sentimento de pertencimento, pela *proxemia*³¹⁶ não só da idade, mas também, quanto ao propósito de realizarem *algo juntos*. Os jovens comunicavam aos cuidadores da *Unidade* que agora “fariam filmes que passariam no cinema”. As aproximações com os atores ocorreram por meio das Oficinas e momentos de preparação de elenco, onde o contato corpo a corpo era intenso e importante³¹⁷. A proximidade do grupo, incluindo troca de perfis sociais na *internet*, abraços, brincadeiras, despertou-me para a disponibilidade dos jovens da *UNIDADE* em se agregar e era possível observá-los mais animados e dispostos ao trabalharem em um filme.

Fato curioso na preparação do filme foi o medo inicial que se instaurou pela equipe técnica e até mesmo, por alguns atores em relação aos jovens da *UNIDADE*. O motivo era que os jovens tinham uma corporeidade e gestualidade que convenciam quanto à linguagem de jovens infratores componentes de uma gangue. Tratava-se do *estereótipo*. Assim, embora nas cenas de conflitos os jovens da *UNIDADE* possuísem estas experiências tão evidenciadas em seus corpos, que lhes possibilitava grande convencimento em suas *performances*, conseguiam se desconectar delas diante de um comando que eu exercesse como preparadora de elenco.

Ao propor uma análise no que seriam as “novas tribos”, Maffesoli argui que as pessoas reúnem-se por interesses comuns, onde o afeto, a emoção e o sentimento tem um papel primordial na congregação dos clãs. O sociólogo considera que vivemos os domínios da

³¹⁴ KASTRUP, Virgínia; TEDESCO, Silvia; PASSOS, Eduardo. **Políticas da Cognição**. Rio de Janeiro: Editora Sulina, 2008.

³¹⁵ MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998. p. 133.

³¹⁶ *Ibid.*

³¹⁷ Vídeo 6 e 7 – Anexo B

paixão comunitária, empurramo-nos na direção do outro, sendo uma “desforra do “dionisíaco”³¹⁸.

Seja na rua, abrigo ou em um grupo destinado à realização de um filme, percebi que os meninos da *UNIDADE* alteravam-se conforme as relações formadas em uma tribo ou outra: “a profundidade pode ocultar-se na superficialidade das coisas”.

Maffesoli diferencia as expressões: *social* e *socialidade*. A primeira refere-se a uma função estável socialmente. Já a segunda, corresponde à representação de vários papéis que vão se alternando conforme a temática cotidiana. Ressalta o autor a importância da aparência, que atua como um “vetor de agregação” na vida cotidiana, afirmando ainda que a “estética é um meio de experimentar, de sentir em comum e é também, um meio de reconhecer-se.”³¹⁹

Por isto, se no *social* temos o drama vivido pelo indivíduo, na *socialidade* temos a persona que

representa papéis, tanto dentro de sua atividade profissional quanto no seio das diversas tribos de que participa. Mudando o seu figurino, ela vai, de acordo com seus gostos (sexuais, culturais, religiosos, amicais) assumir o seu lugar, a cada dia, nas diversas peças do *theatrum mundi*.³²⁰

Concordo com a *análise do superficial*, do que se enxerga no cotidiano para se compreender as diferenças de nossos estados e constantes agenciamentos. Entretanto, os termos *representar* e *persona* utilizados por Maffesoli, parecem-me arriscados por aparente alinhamento à concepção cognitivista e seus princípios invariantes. Neste sentido, remeto-me a Biologia do Conhecer de Maturana, acerca da *autopoiese* e as críticas realizadas pela pesquisadora Virgínia Kastrup que avalia o problema da psicologia tradicional, que, em seu cognitivismo, não se ocupou da invenção de problemas,³²¹ centrando-se no acúmulo de conhecimento para solução deles. Como se vem acompanhando neste trabalho, afeita à *Cognição como Invenção*, a autora trabalha sob a perspectiva da “evolução criadora”³²². Organismo e meio são resultados de “uma rede processual, constituindo-se reciprocamente e apresentando-se como fontes mútuas de perturbação.”³²³. O meio não transmite informações, mas sim, afeta, gera problemas, os quais, ao perturbar o organismo não causam uma

³¹⁸ MAFFESOLI, Michel, op. cit., p. 15.

³¹⁹ Idem, 1998, p. 134.

³²⁰ Ibid., p. 133.

³²¹ KASTRUP, Virgínia, **A invenção de si e do mundo**. Uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 187.

³²² Idem, p. 133.

³²³ Ibid., p. 133.

representação, mas sim, adaptação, não no sentido Darwinista, tampouco como uma *acomodação* ao meio, mas antes, busca ativamente uma mudança de estado que é inventiva.

Esta “mudança de estado” é natural e biológica ao ser, como recurso ontológico de *adaptação*, o que me faz observar, pautada na contribuição de Kastrup acerca de Maturana e Varela, que os jovens “não representam”, mas sim, permitem-se ser e inventar novos estados, inclusive quando estão atuando fora de um filme ou peça teatral.

Ao final das filmagens de *Kaligrafia Maldita*, tomei ciência de que alguns atores estavam se preparando para doar roupas e calçados usados aos meninos da *UNIDADE* e pude presenciar um jovem lembrar o ator Peterson Andrade de não esquecer de lhe trazer “o par de tênis prometido”. Eram constantes os relatos dos jovens que me procuravam para falar do seu intuito em “fazer um corre” para conseguir um par de tênis.³²⁴ *Àquela altura, minha preocupação com a vida de cada um dos jovens já era expressiva. Não gostaria de vê-los indo às ruas para roubar e ameaçar pessoas e ainda, correrem risco de serem apreendidos e se especializarem como “delinquentes”*. Percebia que a minha postura ali era também preventiva. Por isso, passei a propor, cada vez mais, atividades artísticas, que poderiam funcionar como alternativa que talvez minimizasse a prática de condutas infracionais pelos jovens. Desta forma, surgiu a ideia de realizar a *performance A Roda dos Mundos e das Coisas* reunindo os jovens da *UNIDADE* com os atores do filme.

³²⁴ A expressão “fazer um corre” é utilizada pelos jovens da *UNIDADE* para designar dois sentidos. Pode corresponder às atividades ilícitas, como vender drogas nas ruas – conhecido como “avião”, ou ainda, cometendo furtos ou roubos. Por outro lado, pode representar o exercício do trabalho informal no ambiente da rua: vigiar e lavar carros, engraxar sapatos etc. Percebi que o sentido empregado pelo jovem era o de realizar uma atividade ilícita.

Figura 25 – Sequência de fotos de Caixas respondendo a pergunta: “De que mundo eu vim, antes de morar aqui no planeta Terra?”. Ano de 2014.



Fotografia 1



Fotografia 2



Fotografia 3



Fotografia 4

Fonte: Elaboração própria.

*A Roda do Mundo e das Coisas*³²⁵, carinhosamente conhecido como *Roda*, consistia na troca de objetos e valores agregados. Os atores Nickolas Randall, Gisele Paula, Peterson Andrade, Mateus Santos e Paloma Pediani doavam alguns de seus objetos pessoais aos

³²⁵ Vídeo 4 – Anexo B.

meninos da UNIDADE, agregando àqueles valores como paz, união, amor, coragem. Ao passo que, os *meninos UNIDADE*, *Besouro*, *Urso Carinhoso*, *Carinhoso*, *Carente*, *Cavalo Azul*, *Câmera e Bondoso* apresentavam as caixas de papelão que havíamos construído com as miniaturas, como relatei anteriormente. Para realizar a ligação entre os *meninos*, *atores* e *desencadeamento da performance*, criei uma espécie de *personagem* telefonista. Ela fazia o elo de comunicação entre o mundo de onde os *meninos da UNIDADE* vieram e introduzia de improviso o convite ao Planeta Terra, questionando o que eles vinham fazer aqui. Após contarem suas histórias, a partir da *ginga de capoeira*, os *meninos da UNIDADE* escolhiam um dos atores do filme e os presenteavam com uma das miniaturas que havia dentro da caixa em retribuição aos *objetos pessoais* doados pelos atores.

[...]

Carinhoso: O meu mundo de onde eu vim. De antes de eu vim pra terra!

Telefonista (Lívia): No centro, no centro da roda, por favor!

(Carinhoso começa a retirar os personagens da caixa)

Carinhoso: Aqui é o “istronauta”. Aqui é o “barulho”. Quem não conhece, vai conhecendo aí ó! É o barulho! Ele é ispodado! Aqui é o “esquisito”. E aqui é o “macaco”. Aqui é o meu mundo ó! Mostrar pra vocês

Aqui é onde eu m

Telefonista (Lívia): Trim! Trim! Trim!

(Carinhoso olha desconfiado, mas percebe que Lívia está propondo um jogo e responde)

Carinhoso: Alô!

Telefonista (Lívia): É o senhor “istronauta”?

Carinhoso: Sim, sim senhora!

Telefonista (Lívia): Eu falo aqui da terra. Nós estamos precisando do senhor aqui! O senhor poderia deixar tudo o que está fazendo aí e vir trabalhar aqui?

(Carinhoso começa a guardar os personagens na caixa e se despedir)

Carinhoso: (aos personagens-miniaturas) Então, eu vou ter que ir pra outro planeta né? Lá eu vou ter outro objetivo: trabalhar, estudar e ter uma vida melhor.³²⁶

³²⁶ Audiodescrição do trecho da fala do jovem *Carinhoso*, frequentador da *UNIDADE*, durante a apresentação da *Roda* em 07 de maio de 2014.

Figura 26 – Jogo de capoeira na “Roda dos Mundos e das Coisas”- Livia Fernandez e o jovem *Bondoso*. Maio de 2014



Fonte: Ricardo Barbosa.

Figura 27 – Jovem *Carinhoso* apresenta sua caixa: “De que mundo eu vim antes de chegar na terra?” Maio de 2014



Fonte: Ricardo Barbosa.

Figura 28 – A turma da Oficina de Teatro com atores do filme “Kaligrafia Maldita” e jovens da UNIDADE . Março de 2014



Fonte: cuidador da *UNIDADE*.

A *Roda* foi apresentada em maio de 2014 no interior da *UNIDADE* para servidores e convidados, tendo agregado não apenas as caixas e os objetos doados por atores, mas também elementos dos jogos teatrais já trabalhados anteriormente nas oficinas. Entendo que os *meninos da UNIDADE* performaram as histórias de suas caixas em razão da disponibilidade para estarem presentes no centro da roda, com o vínculo criado com a *Tribo de Atores do Filme Kaligrafia Maldita*.

O objetivo não foi engendrar uma representação fechada e clássica, mas sim expor aos espectadores um processo em construção em que o conteúdo das relações surgidas entre o grupo e as diferenças sociais presentes entre eles estaria evidente mediante a gestualidade e a história de cada ator e não ator. Além disso, pretendeu-se valorizar a brincadeira e o jogo relacionado aos sonhos da *criança*. De acordo com Márcia Pompeo Nogueira, “a criança é percebida como mais aberta, menos condicionada que o adulto, mais indicada, portanto, para trazer imagens inconscientes que desvendem enigmas sobre o ser humano”³²⁷.

³²⁷ NOGUEIRA, Márcia Pompeo. **Teatro com meninos e meninas de ruas**: nos caminhos do grupo Ventoforte. São Paulo: Perspectiva, 2008. p. 120.

Assunto 7^o – O cuidado como questão de segurança

Eram constantes os pedidos de objetos como roupas, aparelhos eletrônicos, tênis, bonés, óculos escuros e dinheiro pela maioria *dos meninos*. Grande parte dos atos infracionais cometidos por adolescentes envolve a esfera patrimonial como observei em minha experiência vivenciada como Escrivã de Polícia na Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA), nos anos de 2010 e 2011.

A necessidade de possuir bens para sentir-se incluso e aceito em um grupo específico é evidente e acentuada entre os adolescentes, o que contribui também para a prática de atos infracionais, principalmente entre aqueles que nascem sob condições de precariedade econômica e social.³²⁸

O professor David Harvey, em palestra ministrada sobre o tema “A economia política da urbanização”, em 14 de novembro de 2014, no auditório do Museu da República em Brasília, reforçou a prática capitalista de especialização em coisas que quebram rapidamente ou são obsoletas.³²⁹ Independentemente do sistema político, reflito que talvez práticas como a *performance Roda do Mundo e das Coisas* pudesse ser uma *iniciação* para a reflexão pelos *meninos da UNIDADE*, com os jovens atores do filme *Kaligrafia Maldita*, sobre a nossa necessidade de consumo, cada vez maior, veloz e ininterrupta. Eu tinha informações, a partir de minha experiência, de que este quadro repercutia para o incentivo de condutas delitivas por parte de classes não empoderadas economicamente, muito embora, não concorde que isto seja determinante, como venho esclarecendo no decurso deste trabalho.

O intuito era estimular os jovens a perceberem as histórias e relações que os jovens atores construíram com seus objetos. Mesmo se tratando de *coisas* havia entre eles uma relação de afeto – tátil e *afetos – sentimentos*, contrapondo a ideia de propriedade comercial. Os objetos eram extensão de quem os tinha e poderiam agora *ser extensão* também dos *meninos da UNIDADE* pelo ato de partilhar histórias.

Os objetos eram e foram feitos nas *histórias de vida* dos atores e agora estariam relacionados e em interação com os *meninos da UNIDADE* no ritual performático da *Roda*.

³²⁸ Os relatórios da Unicef dos anos de 2002 e 2011 indicam que o grupo de jovens é o mais atingido por situações de desigualdade e iniquidade social. Disponível em: <<http://www.unicef.org.br>>. Acesso em: 1º nov. 2014.

³²⁹ O geógrafo britânico David Harvey realizou conferência no Brasil, entre 14 e 19 de novembro, sobre o tema “Economia Política da Urbanização: acumulação do Capital e Direito à Cidade”. O debate ocorreu dentro do evento Pensando o Direito, promovido pelo Ministério da Justiça e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Era um chamado para a constituição do objeto não como coisa pertencente a um sujeito, mas sim, em relação inseparável do próprio sujeito.

Peterson Andrade: Esta camiseta não é uma camiseta qualquer. Esta camiseta me acompanhou em muitas entrevistas de emprego. Minha amiga quem me deu. Ela me ajudou muito. Eu gostaria de dar ela para o meu amigo (*urso carinhoso*) pra que ele persista e não desista de seus sonhos na vida.³³⁰

Figura 29 – A “Roda do Mundo e das Coisas” na *UNIDADE*, em maio de 2014. Roda com atores e jovens da *UNIDADE* do Filme “Kaligrafia Maldita” apresentada a funcionários da Unidade e convidados



Fonte: Ricardo Barbosa.

A “rebeldia” é uma palavra recorrente para classificar os *jovens em risco*, como ocorre àqueles com quem convivi na *UNIDADE*. Em grande parte, saíram de suas casas em busca da liberdade e da experimentação de um mundo sem normas, o que descobririam mais tarde ser impossível, já que a rua possui um *habitus* próprio.

Existem dois lados opostos da vida na rua, um atrai e o outro repele. De um lado, a rua é um espaço de liberdade; de outro, um espaço de violência. É preciso estar sempre atento, saber “quando a barra sujou”, quando alguém

³³⁰ Fala do ator Peterson Andrade durante a apresentação da performance *A Roda do Mundo e das Coisas*, apresentada na *UNIDADE* em 2014.

“sumiu” com o gravador e a polícia está atrás. Mas é inegável o aspecto de liberdade, de não ser mandado por ninguém, de não ter horários rígidos.³³¹

A partir do meu convívio com os *meninos da UNIDADE*, fui percebendo que nossas subjetividades estavam sendo moldadas por cada encontro, em um movimento de compreensão e respeito. Eu tinha em evidência o meu propósito de ter uma relação social com aqueles jovens, por intermédio do teatro e outras atividades artísticas, compreendendo os caminhos possíveis para a insurgência de suas respectivas autonomias diante da vida.

Como dito anteriormente, havia encontros em que os jovens me pediam para desenhar e já em outros, apenas ouvia as músicas que eles traziam em seus *pendrives* e dançávamos *rap*, ou simplesmente conversávamos. No entanto, em outros momentos, eu jogava assuntos polêmicos e fazia questionamentos para provocá-los a uma discussão sobre trabalho, drogas, violência, polícia, vida na rua etc.

Figura 30 – Jovem realizando o exercício de pintura “Quem sou eu?” a partir do contorno do próprio corpo. Dezembro de 2013



Fonte: Elaboração própria.

³³¹ NOGUEIRA, Márcia Pompeo. **Teatro com meninos e meninas de ruas**: nos caminhos do grupo Ventoforte. São Paulo: Perspectiva, 2008. p. 27.

Figura 31 – Jovem *Artesão* e o Educador Social Pina (esquerda). Exercício do “Quem sou eu?” realizado a partir do contorno do próprio corpo (2013).



Fonte: Elaboração própria.

A experiência trouxe-me o entendimento de que formávamos um coletivo de heterogêneos, o que ficou mais evidente quando nos propúnhamos a construir juntos *A Roda dos Mundos e das Coisas*³³² e o espetáculo *Meninos da Guerra*³³³. Todavia, um caminho anterior havia sido traçado: oficinas, conversas, passeios, lanches, atendimento a ligações por telefone, simplesmente a troca episódios de vida, em que não se buscava solucionar nada, mas mesmo assim, propunha-se agir e não apenas observar

Ter um mundo às mãos é comprometer-se ética e politicamente no ato do conhecimento. É intervir sobre a realidade. É transformá-la para conhecê-la. Há uma dimensão da realidade em que ela se apresenta como processo de criação, como *poiesis*, o que faz com que, em um mesmo movimento, conhecê-la seja participar de seu processo de construção.³³⁴

Esta impressão de que *a rua não havia deixado os meninos* estava constantemente em meus apontamentos. Os meses se passaram: alguns foram embora, seja para a rua, ou para a casa de parentes, outros foram cumprir medidas socioeducativas em *unidades de internação*.

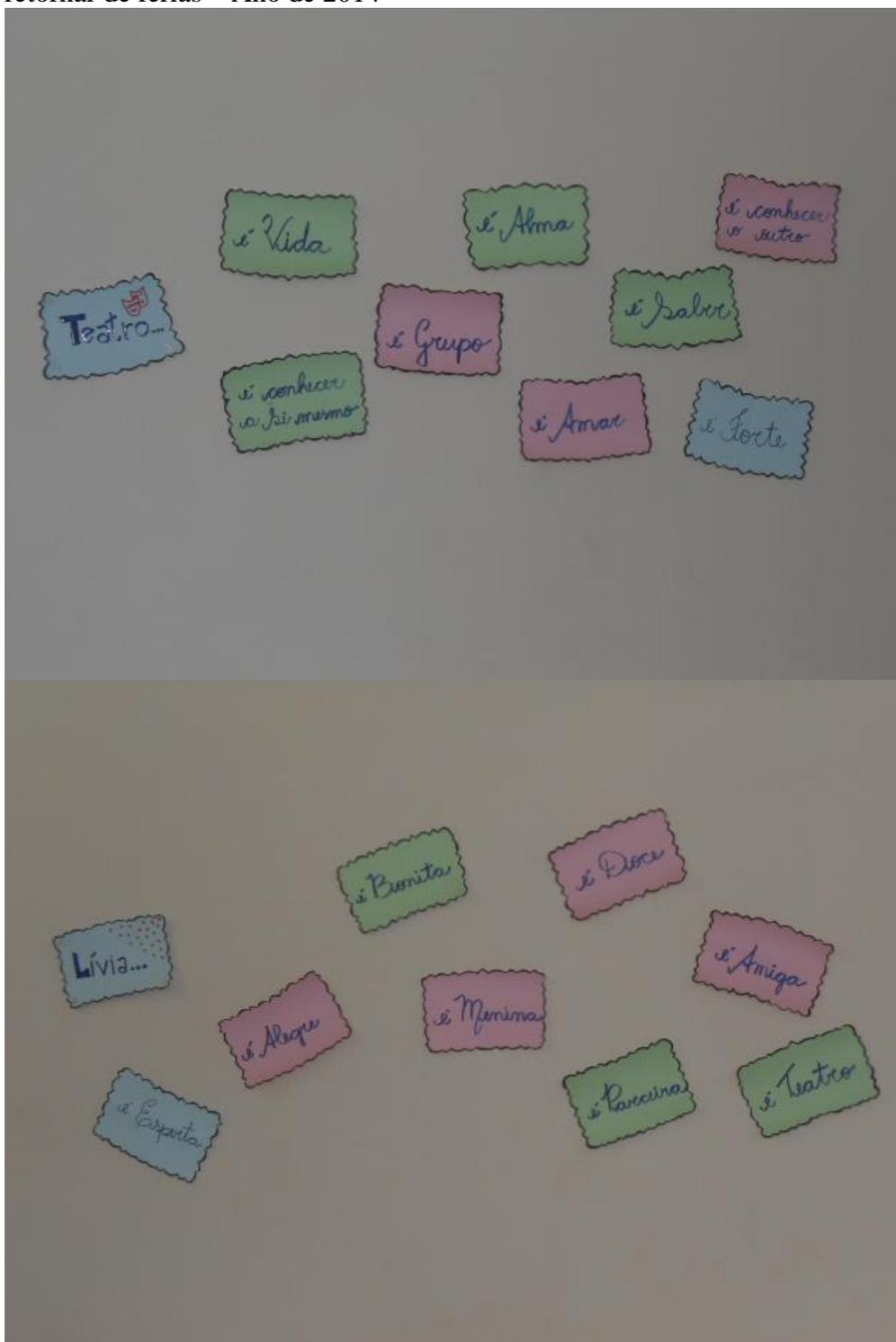
³³² RODA DOS MUNDOS E DAS COISAS. Direção: Livia Fernandez. Produção: Intermedia Caliandra. Fotografia: Rafael Moura. 2014. 1DVD (90 min), son., color.

³³³ MENINOS DA GUERRA. Direção: Carlos Laredo. Produção: Intermedia Caliandra e La Casa Incierta. 2015. (80 min), color. Disponível em: <<https://goo.gl/2XHXXM>>.

³³⁴ KASTRUP, Virgínia; PASSOS, Eduardo. Cartografar é traçar um plano comum. Fractal. **Revista de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, maio/ago. 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/FgyQvl>>.

Os novos chegaram e todo o processo reiniciava: abertura para que eles me conhecessem e eu a eles.

Figura 32 – Painel montado pelos servidores com auxílio dos jovens para minha recepção ao retornar de férias – Ano de 2014



Fonte: Elaboração própria.

§ *O Neymar entrou na roda, olha lá o Neymar! No ano de 2013 e 2014, os jovens abrigaram na UNIDADE um cachorro vira-lata chamado Neymar. Neymar era muito querido por todos nós, mas após sofrer uma agressão muito forte, dentro da própria UNIDADE, Neymar não deixava ninguém se aproximar. Parecia que algo no corpo dele havia se quebrado. Ao estendermos nossas mãos para acariciar Neymar, ele nos mordia. Todas as vezes em que eu chegava à UNIDADE observava o comportamento de Neymar. Aproximava-me dele com carinho e lhe dava um biscoito de cachorro. Neymar virou um fã. Todas as vezes em que eu me aproximava com o meu carro no portão, lá estava Neymar. No dia em que fomos apresentar a “Roda do Mundo e das Coisas” consegui fazer com que Neymar entrasse em meu carro e o levei até um Pet shop para um banho. Neymar ficou limpo e recebeu uma gravata. Quando chegamos, ele entrou na UNIDADE para se apresentar com os meninos. Todos comentavam que ele estava contente e manso. Quis muito que Neymar estivesse ali e naquela noite ele passeava amistosamente por todos os cantos. Parecia não se assustar mais com o toque. Os jovens que antes gostavam de assustá-lo e fingir que iriam bater nele se disputavam para acariciá-lo. Dois meses após o dia da apresentação, Neymar sumiu e eu o procurei nas áreas próximas e no canil, sem sucesso.*

Figura 33 – Eu e Neymar a caminho do *Pet Shop*



Fonte: Paloma Pediani

LIVRO IV – NOS CANTOS DA GUERRA

§ *A temporada do espetáculo Meninos da Guerra havia acabado. Os meninos da UNIDADE me chamaram para conversar em uma quarta-feira à noite. Sentamos em frente à sala de teatro, que estava trancada. “E aí tia! Ajuda a gente. A gente não quer mais roubar não.” Aquilo foi como um punhal. Foi o teste do que realmente eu estava fazendo ali. Eu não queria salvar meninos, eu simplesmente acreditei que eles já estavam salvos, pois depois das apresentações, eles pareciam estar mais conscientes da cadeia produtiva de criminosos, afinal, havia eu, o Carlos, a Clarice, o Zé, o Jef, o Herculano e o Gog. Pensei que nossas conversas ressoassem como “palestras” na cabeça dos meninos, envolvendo um discurso de que o crime não compensava. O discurso é fraco, é preciso agir. Meses depois eu estaria cansada e estressada. A estrutura inventada é muito forte. Quando vi que um deles havia sido preso, já maior de idade, na Papuda... aquilo foi forte pra mim... Não aconteceu com todos, mas aquilo foi forte pra mim...*

Assunto 8º – Meninos e Meninas da Guerra: um projeto na esquina

Iniciamos o projeto *O Renascimento do Herói Abandonado* com a parceria inédita entre uma promotora de justiça – Dr.^a Luiza de Marillac, um psicólogo da SEDESTMIDH/DF – Alexandre Reis, dois artistas da seara da primeira infância – Carlos Laredo e Clarice Cardell – *La Casa Incierta*, um renomado palhaço e diretor de Teatro – Zé Regino, e eu. As conversas e reuniões começaram no final do ano de 2013, ano em que conheci Carlos e Clarice. Como as instituições envolvidas – Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), SEDESTMIDH/DF e Secretaria de Estado de Segurança Pública e da Paz Social (SSP/DF) – não tinham recursos próprios para nos apoiar, resolvemos solicitar recursos ao Fundo de Apoio à Cultura do DF,³³⁵ o qual acredito ser uma das principais fontes para financiamento de projetos artísticos e culturais no Distrito Federal.

Após conseguirmos a aprovação do projeto e a obtenção do recurso, iniciamos os trabalhos efetivamente no mês de março do ano de 2015. Foram dois meses de visitas em *unidades de acolhimento institucional*, instituições públicas ou conveniadas com a SEDESTMIDH/DF, que prestam serviços de acolhimento às crianças e adolescentes *em situação de risco*. Comparecemos, pelo menos três vezes em cada uma das instituições,

³³⁵ O Fundo de Apoio à Cultura do Distrito Federal (FAC) foi criado em 1991 e alterado pela Lei Complementar nº 267, de 1997, sendo o principal instrumento de fomento às atividades artísticas e culturais da Secretaria de Cultura do Distrito Federal, oferecendo apoio financeiro a artistas do Distrito Federal mediante editais públicos. A principal fonte de recursos do Fundo corresponde a 0,3% da receita corrente líquida do Governo Distrito Federal. Disponível em: <http://www.fac.df.gov.br/?page_id=54>. Acesso em: 20 fev. 2016.

durante o período de dois meses. A intenção de nossas visitas era conhecer o território, estabelecer contato com as crianças e adolescentes por meio de brincadeiras, conversas ou apenas “estar” com eles e elas, escutando suas histórias, buscando maneiras criativas de nos relacionarmos.

Quando chegávamos aos *abrigos*, já havia uma espera de “um grupo de teatro que ia fazer uma peça com eles”. Recordo-me que em um dos locais havia crianças muito pequenas. Era noite. Ficamos cerca de três horas com eles e elas. Brincávamos de acordo com o que queriam fazer. Eram aviões de papel, danças, “brigas de mentira” e, por fim, peguei em minha bolsa um frasco de creme hidratante e começamos a passar nos braços e pernas uns dos outros. Foi um momento de imersão em um universo infantil muito carente de contato físico. Foram incontáveis os abraços naquela noite. Os jovens constantemente nos perguntavam se já tínhamos filhos. Ao nos despedirmos, alguns se agarraram em nós pedindo para que voltássemos para brincar.

Quanto aos jovens da *UNIDADE*, como eu já estava desenvolvendo atividades de teatro com eles desde o mês de setembro de 2013, poucos encontros foram suficientes para apresentá-los a Carlos e Zé Regino, os quais se impressionaram com o potencial artístico dos *meninos*.

Terminado o período de visitas, deixamos um convite escrito aos jovens para que comparecessem até o Centro de Referência da Assistência Social (Cras) – unidade de Ceilândia Sul – nos dias de segunda, quarta e quinta-feira à noite, período em que ocorreriam os ensaios (de maio ao mês de julho). Além disso, entramos em contato com os coordenadores de cada *unidade de acolhimento* para falar sobre o projeto e mencionar que estaríamos no Cras esperando os jovens.

Após três meses de encontro no Cras tínhamos um grupo de dezessete adolescentes e assim, do projeto *O Renascimento do Herói Abandonado* surgiu o espetáculo *Meninos da Guerra*. Acredito que o meu vínculo e proximidade com os jovens da *UNIDADE* desde o ano de 2013 foi um facilitador do trabalho, pois alguns dos jovens que estavam em outras instituições já haviam passado pela *UNIDADE* e me conheciam. A notícia de que a tia *Lívia* estava montando um espetáculo espalhou-se por todas as instituições e a cada ensaio, alguém novo aparecia no Cras querendo participar do teatro. Também procurei pessoalmente alguns jovens que já haviam passado pela *UNIDADE* e estavam em *Casas Abrigo* convidando-os para ingressarem no projeto.

O fato de ter participado da criação de *Meninos da Guerra* traz outro aspecto ao meu trabalho, pois deixo a oficina de teatro na *UNIDADE* e sua peculiar conjuntura como *Ateliê* e, com um grupo de artistas, *passo a buscar um resultado* artístico com a efetiva participação dos *meninos*. Com alguns deles eu já possuía vínculo, mas a maioria, principalmente as *meninas*, passaram a fazer parte do meu cotidiano.

Foi um período extremamente difícil e desgastante. A ficha técnica do projeto previa Carlos e Zé Regino como diretores, enquanto Clarice e eu atuaríamos. Na metade do processo entraram os atores Jeferson Alves e Herculano Almeida. Além deles, contamos com o trabalho do músico Gog que, após visitar os jovens e contar sobre sua vida com o *rap*, encantou-se com o projeto e realizou a trilha sonora, a partir de nossas cenas já levantadas.

Assunto 9^o – Os ensaios e vivências

Os ensaios eram o extremo da imprevisibilidade. Não há como descrevê-los de forma graduada, como se partissem do *zero* ao produto final com a criação de um espetáculo. A sensação, na maior parte do tempo, era a de que estávamos sempre retornando ao *zero*. Quando achávamos que tínhamos algo pronto, automaticamente este algo era destruído. O motivo era o mesmo: a inconstância na presença dos jovens. Se em um ensaio eles construíam conosco uma cena, no outro eles desistiam dela, ou simplesmente não apareciam. Se, durante as três horas de ensaio, trabalhávamos uma ou duas cenas que julgávamos interessante, no outro ensaio descobríamos que os jovens haviam *desaparecido* do abrigo, seja por expulsão, ou, ainda, espontaneamente. Havia também casos em que alguns deles tinham sido apreendidos pela polícia diante da prática de atos infracionais.

Apesar dos meus convites a alguns dos servidores da *UNIDADE* para que participassem conosco dos ensaios, podendo ser inclusive inseridos em cena, nenhum deles aderiu, sendo a maioria das justificativas pautadas na indisponibilidade de tempo. No entanto, pudemos contar com um servidor público da SEDESTMIDH/DF e uma funcionária de instituição de acolhimento conveniada à SEDESTMIDH/DF para nos apoiar na coxia, durante as apresentações.

Como já tinha o conhecimento de que a imprevisibilidade era uma constante na vida dos jovens, investi em estar *mais presente na vida de cada um deles*, o que repercutiu na pesquisa, tanto como fragilidade quanto como riqueza em seu aspecto interativo. Além de atuar e realizar a assistência de direção do espetáculo, nos dias e horários fora dos ensaios, os

jovens podiam me acessar, seja em uma ligação de telefone, seja em uma visita que havia marcado para conversar sobre qualquer assunto. Passei a assisti-los.

Os jovens se interessavam em compartilhar suas aflições, já que muitos se sentiam entediados com a vida que levavam nos *abrigos*. Foi o momento também de receber muitas reclamações e denúncias de maus-tratos, como a história de *Daisy*, relatada no Livro II e transformada posteriormente em uma das cenas de *Meninos da Guerra*³³⁶.

Na medida em que ficava mais próxima dos jovens, desenvolvi *uma espera por um resultado que pudesse modificar completamente suas vidas*, o que hoje verifico ser impossível, já que cada um deles, a seu modo, realiza escolhas. E também, a estrutura organizada em torno deles não parece possibilitar, *s.m.j.*, um avanço na perspectiva dos sonhos juvenis e suas concretizações.

Um grande número de jovens compareceu ao Cras para ensaiar, mas nem todos estavam dispostos a trabalhar no espetáculo. Eles não gostavam de ficar muito tempo dentro da sala de ensaio. Esta também era uma recorrente durante meu trabalho *com os meninos da UNIDADE* e, por isso, pedimos a eles que escolhessem onde queriam montar um grupo para trabalharmos: na sala, na quadra ou em qualquer lugar externo do Cras. Já outros jovens que iam para os ensaios confessavam que estavam ali para *ocupar a cabeça* e sair de dentro dos abrigos, onde *não havia nada para fazer*. Os interessados em realmente atuar conosco se incomodavam com os gritos, brigas e atitudes descompromissadas de seus colegas.

Conversação – Grupo Focal III – Meninos, policial e funcionária

Menino Maluquinho – Quando eu vi era divertido, mas depois comecei a desacreditar um pouco porque o pessoal era muito bagunceiro. Aí eu olhava aquela bagunça e gente que não queria fazer. Acabou que no final deu certo. (Pesquisadora: Você tá falando do processo de ensaio...) Foi... (Pesquisadora: Como é que era isso? Me fala assim, como eram os ensaios...o que vocês sentiam?) Bom, eu ficava muito agoniado e não entendia como ia sair alguma peça de lá! (risos de todos); Pelezinho: Pior que era, eu também... Menino Maluquinho – (sinalizando com as mãos) Era assim: um ensaio lá, um ensaio aqui, um ensaio aqui, mas era mais pra uma preparação dos atores. Pelezinho: Mais bagunça. Menino Maluquinho: Aí tinha um ator treinando um grupo, outro treinando outro e outro treinando outro. E acabou que a Livia ficou com a gente. Aí a gente fez um ensaio lá, aí a gente fez uma minipeça. Eu achei estranho, mas deu certo... Aí depois eu descobri que era pra botar, criar uma peça e acabou que o ténis ficou envolvido na peça. E, depois que eu vi que tava tudo... que os ensaios estavam saindo mais legais, eu tava vendo a peça direito, aí que eu comecei a acreditar mais.

³³⁶ Livro I, p. 56-57.

Canto I – As memórias de Ouriço

Diante deste *caos* cotidiano, maneiras diversificadas de criações artísticas aconteciam. Em vez de chegarmos à sala de ensaio e instruímos os jovens sobre *como se movimentar em cena*, ou, ainda, sobre *a construção de uma personagem*, trabalhamos de forma *intuitiva* pela proximidade com a história de cada um, mas principalmente a partir da política de *estarmos juntos proporcionando aberturas para contatos tácteis – corporal e afetivos – ações tecidas sob uma rede variável de emoções que reconhecíamos e aceitávamos*, seja qual fosse a situação. Não havia preferências, como aconteceu na vivência com o jovem *Ouriço*

Nova briga: De repente estamos lá fora outra vez, no meio da confusão entre Ouriço, Pidão e Trapezista. Vejo Pidão sair da sala para conversar com Ouriço. Eu e Carlos os seguimos. Dou uma bronca em Pidão para parar de fazer “leva e traz”. Ouriço se revolta e sai correndo ameaçando a todos. Na porta da sala, Trapezista, que está ao meu lado, dá um soco em Ouriço logo após Ouriço tê-lo ameaçado. Ouriço vem para cima de Trapezista. Diamante ameaça bater em Trapezista e eu me joga na frente dele o abraçando. Diamante me dá um soco no braço e Ouriço fica sem reação ao me ver na frente do Trapezista. Empurro Trapezista para uma porta fechada – contra a parede e fico na frente dele encarando Ouriço e Diamante. Diamante e Ouriço afastam-se. Eu os sigo e começo a conversar. Carlos aparece e conversa com eles. Diamante se mostra sensível e diz a mim e Carlos como aquela situação acontece. Diz que já foi como Ouriço e que ele precisa de um tempo. Há partes da conversa que não presencio, apenas Carlos, pois volto para a sala. Saio outra vez e já estamos no estacionamento: Eu, Diamante, Carlos e Ouriço. Gatinha aparece para pedir desculpas e Ouriço aceita (já é a terceira tentativa). Carlos diz que Trapezista e Pidão também querem se desculpar. Enquanto eles não vêm, ficamos eu, Diamante e Ouriço. Um diálogo se inicia:

Ouriço: Vocês não sabem parceiro, porque eu sou assim! Eu sou o pior! Eu sou o pior! A minha história é a mais cabulosa e eu vou largar esse teatro e voltar pra vida “loka”. Vou roubar e matar: é o que eu sei fazer. Vocês não sabem! A minha vida é a pior! A minha infância foi a pior!

Lívia: O que aconteceu na sua infância, Ouriço? O que aconteceu com você? Como eram sua mãe e seu pai? Te peço que por amor, nos conte...

Diamante: Tia, da casa, eu e Ouriço temos a pior história.

Lívia: Eu já sei, Diamante, só quero saber mesmo o que aconteceu com Ouriço. Você já me contou algumas coisas... O que aconteceu, Ouriço?

Ouriço: Minha mãe morreu em um acidente de carro. Meu pai tentou matar eu e minha irmã. Meu pai me batia com um pau com uns pregos na ponta. Eu tinha 6 anos de idade. Ele me jogou num papelão na rua, aí parceiro eu achei bom porque eu aprendi tudo que não presta!

Lívia: O que aconteceu com a sua irmã?

Ouriço: Ela foi para o abrigo. Eu também fui, mas veio a mãe de criação e tirou a gente de lá. Era melhor eu ter ficado lá. A mãe de criação, não a de sangue do meu sangue, matou a minha irmã.

Lívia: Quantos anos tinha a sua irmã?

Ouriço: Ela tinha 16 anos e ela que cuidava de mim.

Lívia: Qual era o nome dela?

Ouriço: Isabela

Lívia: O que você e Isabela faziam juntos?

Ouriço: Ela brincava comigo, a gente passeava na quadra. Aquela desgraçada matou ela, parceiro! Aquele filho da puta do meu pai me bateu desde que eu nasci. Eu sou o pior!

Lívia: Ouriço, se a Isabela tivesse aqui agora, qual seria a frase que você gostaria que ela ouvisse?

Diamante: Vai, Ouriço, faz esse negócio que a tia tá falando, olha pra cara linda da tia, olha! Olha que cara bonita! Fala com ela. (eu seguro nas mãos de Ouriço e olho nos olhos dele)

Lívia: Ouriço, eu te amo sabia? Fala pra mim o que você quer me dizer ainda... Eu sou sua irmã...

Diamante: vai, Ouriço, faz esse negócio. Tem que ser homem pra fazer isso aí... não é coisa de boiola não. (Ouriço segura a minha mão e olha nos meus olhos)

Ouriço: Eu queria falar pra ela que eu amava ela.

Lívia: Eu tô aqui... pode falar pra mim...

Ouriço: Eu te amo.

Lívia: Eu te amo meu irmão lindo.

(Nos abraçamos. Ouriço me aperta forte. Antes do tempo necessário para acolhê-lo em um abraço por mais tempo, Diamante o parabeniza, dando-lhe um tapinha nas costas)

Diamante: Isso aí, Ouriço!³³⁷

Ao realizar uma comparação da história contada por *Ouriço* com os relatos dos funcionários da *UNIDADE*, percebi que a existência da irmã Isabela em sua vida não é verdadeira. No entanto, acredito que estes jovens percebem a necessidade *de agregar* às suas vidas conteúdos de ficção em que a *adrenalina e o risco* estão quase sempre presentes e parecem justificar as emoções que compõem seus ciclos de interações com o *corpus social*.

A professora e pesquisadora em História Oral, Cléria Botelho da Costa, diz que narrar é trazer ao presente um passado reconstruído³³⁸. Desta forma, há na história de *Ouriço* elementos de realidade, como o abandono, a perda e a dor aliados à ficção de ter tido uma irmã morta por alguém que lhe foi próximo. Acredito que *inventando o presente com elementos do passado* parece querer justificar sua revolta, sua condição de estar à margem, sendo *o pior da UNIDADE*, tanto para ele próprio, quanto para os funcionários.

O jovem *Ouriço* é apenas um exemplo, entre muitos jovens, que aparentava possuir a *análise institucional da constituição de sua personalidade talhada coletivamente no interior do abrigo, por representação relacionada a temperamento de difícil trato*, dando ensejo à *identificação* como um provável delinquente. Tendo acessado documentos judiciais do jovem

³³⁷ Notas do Diário de Bordo – Diário de Guerra de 11 de maio de 2015.

³³⁸ Palestra sobre Oralidade realizada no dia 24 de junho de 2015, no âmbito da disciplina Seminário de Pesquisa em Artes Cênicas do Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade de Brasília (UnB). Cléria Botelho da Costa é professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UnB.

Ouriço (Figura 9),³³⁹ tornou-se um pouco mais clara a hipótese de que as histórias narradas com elementos de ficção e realidade provavelmente correspondem a uma série de agenciamentos entre *jovem e meio social e institucional*. Não significa que um repercuta no outro, mas sim que juntos se modificam estruturalmente em congruência.³⁴⁰ Ficava mais aparente a forma circular daquela relação *jovem-instituição* enquanto coformadores de si.

Figura 34 – Estudo preliminar presente no Processo Judicial referente ao jovem *Ouriço*

ESTUDO PRELIMINAR I	
NOME:	CÓDIGO SINASE:
DATA DE NASCIMENTO:	IDADE: 13 anos
ESCOLARIDADE: 2ª Série do Ensino Fundamental	NATALIDADE: Val Paraíso/GO
FILIAÇÃO:	
REFERÊNCIA FAMILIAR:	
RG GENITORA: não informado	CPF GENITORA: não informado
ENDEREÇO:	
TELEFONES:	

Ao iniciar a entrevista com o adolescente, este foi esclarecido que o presente documento tem como objetivo subsidiar as decisões a serem tomadas pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário bem como de acionar as demais políticas públicas visando à superação das condições de vulnerabilidade e risco identificadas. As informações abaixo registradas foram fornecidas pelo jovem em atendimento psicossocial.

O adolescente afirmou que sua mãe biológica o abandonou com um ano de idade, sob os cuidados da Sra. , amiga da Sra. , que reside no /GO, onde permaneceu durante três meses fugindo em seguida e encaminhado pelo Conselho Tutelar do , para o abrigo

Através de contato telefônico com o Conselheiro fomos informados que o adolescente reside com a Sra. que tem sua guarda legal. cursou até a 3ª série do ensino fundamental e costumava "aprontar" muito na escola. Por esse motivo estava sendo ameaçado pelos pais dos outros alunos e aproveitando a oportunidade, saiu de casa em 01/05/2014, indo para as ruas da Cidade. Foi acolhido e encaminhado para Na Instituição criou atrito com outros adolescentes e foi conduzido para o , onde permaneceu durante cinco dias. Depois foi encaminhado para o Abrigo , onde após dez dias novamente criou atrito com outros internos e foi conduzido para a Delegacia. Foi posteriormente apresentado ao Promotor que o encaminhou para o

Segundo o Conselheiro a Sra. , avó materna do adolescente reside ao lado da casa da Sra. Todos já apoiaram o adolescente, mas no momento não estão mais com paciência para acompanhá-lo. Acrescentou ainda que não é favorável ao seu retorno para a casa da referida senhora, uma vez que está sendo ameaçado de morte pelos pais dos colegas de escola e também por envolvimento em tráfico de drogas. O "padrasto" que trabalha , e considera seu pai, também costuma tentar corrigi-lo com "surras". Por causa das ameaças está fora da escola.

Diante do exposto, a equipe técnica da Unidade , sugere aplicação de medida protetiva, conforme disposto no artigo 98 e no artigo 101 inciso II – orientação, apoio e acompanhamento temporários; III – matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; IV – inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente. Sugere ainda seu **abrigo** no para posterior avaliação de possível inserção do adolescente no Programa de Proteção a Criança e ao Adolescente Ameaçados de Morte – PPCAAM.

Brasília, 25 de junho de 2014.

Assistente Social
Matrícula

Fonte: Elaboração própria.

Creio ser oportuna a correlação de casos como o de *Ouriço* e a colocação de Virgínia Kastrup, quando menciona os efeitos possíveis de um sistema social complexo sobre a invenção de si mesmo – autopoiese³⁴¹. As relações constituídas entre jovens e corpo de servidores da *UNIDADE*, com a ressalva de algumas atitudes pontuais e estanques por parte de alguns cuidadores e técnicos, podem ser consideradas sério obstáculo à espontaneidade, liberdade e expressividade dos jovens.

³³⁹ A autorização judicial para acesso aos processos e procedimentos administrativos referentes aos jovens da *UNIDADE* foi proferida mediante processo nº 2015-001-000714-8 na Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal.

³⁴⁰ MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Organização Cristina Magro, Victor Paredes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. p. 81.

³⁴¹ KASTRUP, Virgínia, **A invenção de si e do mundo**. Uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.p. 186.

A partir da *valorização da história* de *Ouriço*, pude criar com ele uma cena teatral em *Meninos da Guerra*, levando à tona sua relação com a violência e com a irmã *inventada*, Isabela – interesse pelo amor e provável expectativa de um laço familiar. Assim, adentramos na rede de criação artística, buscando, talvez, por um viés estético, *criar um momento* em que pudesse *viver* as experiências desejadas.

Pesado como pluma – Cena criada por Ouriço e Livia

ISABELA entra carregando em seu colo o SER DE OURIÇO: a criança (representado por um ventilador com uma pluma amarrada em um fio transparente). O SER DE OURIÇO tem sua presença como uma pluma branca. Ao fundo, um esqueleto dança – manipulado por um jovem.

ISABELA canta uma canção em homenagem ao vento.

OURIÇO entra em seguida com uma capa e uma espada. Por baixo da capa vemos a ponta de uma pistola: cor dourada – na verdade, trata-se da espada, mas OURIÇO a usa como se fosse uma pistola. Ao lado de OURIÇO há o VENTO. Este VENTO interage incitando à violência e alterna para um sopro pacífico. OURIÇO encara o público, praticamente paralisado. Em seguida começa a rodar ISABELA.

OURIÇO: Eu sou o pior! Eu sou o pior, porque a minha história é a pior! A minha família é a pior! Eu sou o pior! Olho por olho, dente por dente, faca por faca, pente por pente (em RAP).

VENTO acompanha soprando forte e falando em linguagem de vento palavras que incitam à violência.

ISABELA: Ouriço, Ouriço

OURIÇO saca a espada como se fosse uma arma. Inicia um movimento desenhado em câmera lenta como se fosse cortar a cabeça de ISABELA com uma espada. VENTO ajuda OURIÇO a sacar a arma e fica influenciando com a linguagem de vento. ISABELA se assusta. Quando a lâmina se aproxima da pluma, OURIÇO faz carinho nela com a ponta da espada. VENTO se acalma.

OURIÇO

Isabela?

ISABELA

Ouriço, tá tudo bem aqui tá? Estou cuidando de você, estou te olhando daqui.

OURIÇO

Isabela...

ISABELA

Eu te amo, Ouriço

OURIÇO

Eu também te amo, Isabela

OURIÇO se afasta e dá dois golpes de espada em frente ao espectador e sai.

VENTO acompanha com a linguagem de vento.³⁴²

³⁴² Cena em primeira versão, tendo sido posteriormente adaptada para o espetáculo *Meninos da Guerra*.

O interessante na *Cena de Ouriço* foi a forma em que a criamos. Ao chegar na *UNIDADE* para irmos ao ensaio com a Kombi até o Cras, ficamos aguardando o servidor que faria o transporte. Enquanto isso, *Ouriço* brincava com uma espada do pedagogo da *UNIDADE*. Ele havia levado o artefato até a *UNIDADE* e cuidadosamente o apresentara aos jovens que brincavam com o instrumento. Entramos na sala de teatro, onde havia um saco de plumas. Amarrei uma das plumas em um fio de *nylon* e andava pelo espaço dizendo a *Ouriço*: “Aqui está toda sua raiva!” Você, um cavaleiro que anda pelo mundo com sua espada! No final haverá uma grande luta! Ele automaticamente entrou na brincadeira, até que *me tornei Isabela* e perguntava a ele como estavam as coisas no Planeta Terra. Ao perguntar se ele tinha algo a me dizer, ele repetiu a frase de nossa conversa no dia da briga: Eu te amo *Isabela*.

Canto II – Ad infinitum...

Tenho ciência dos riscos existentes ao se tentar levantar um rol das *formas de ensaiar* em *Meninos da Guerra*. Isto poderia comprometer e enrijecer a movimentação contínua e complexa de nossas vivências, tornando o nosso trabalho uma espécie de *manual de procedimentos de como se praticar teatro com jovens em situação de acolhimento e rua*. Por este motivo, apenas citarei alguns dos acontecimentos que parecem ter propiciado a criação das cenas do espetáculo.

Trata-se, portanto, apenas de um inventário de achados, entre tantos outros disponíveis *nos cantos que criávamos e abandonávamos constantemente*: i). Às vezes contávamos nossas próprias trajetórias de vida: infância, adolescência e também fase adulta e fazíamos cenas a partir destas histórias; ii). *Também* contávamos e agíamos em cima de histórias que conhecemos em nossas visitas aos *abrigos* e *UNIDADE*; iii) *Em vários momentos* iniciávamos as cenas a partir dos episódios que aconteciam no Cras, especialmente sobre um tema que frequentemente vinha à tona, a violência, como exemplifiquei ao contar as histórias de *Ouriço* e *Daisy*; iv) *Acontecia de nos depararmos com* as histórias contadas pelos próprios jovens e propúnhamos algo a ser trabalhado a partir dali, o que veio a ocorrer com mais constância ao final do processo, momento em que os jovens já confiavam em nosso trabalho como artistas e conseguiam entender um pouco mais nossa proposta.

§ [...] *Faço a leitura com o Zé da cena que escrevi a partir da minha história e da história de Trapezista. Os meninos assistem. Trapezista chora ao ouvir Zé lendo a fala que ele criou para a sua personagem: “Mãe, eu queria que você tivesse me colocado no colo, pelo menos uma vez na vida. Eu queria poder não dizer que você tentou me matar três vezes e que eu, como resposta ao seu amor doente, tentei te matar três vezes também... (silêncio). Escrivã, eu quero voar... tira essa algema... eu preciso existir lá em cima...” Alguns meninos começaram a rir timidamente de Trapezista. Ouço comentários: “Ah, também quero*

*chorar”. O tom me pareceu irônico e debochado. Interpreto como uma defesa... Peço aos meninos que critiquem a cena e Baiana me diz que a policial, mesmo sendo escritã, tem que ser mais violenta e babaca. Fico em silêncio. Não é o momento... Por fim, diz que a cena é boa, mas que os policiais são piores do que a minha personagem escritã.*³⁴³

Diante desse quadro, não me interessei no entendimento da palavra *cena* ou *peça* em seu sentido literal, pois estes termos eram apenas uma forma de referenciar as *práticas* que conseguíamos realizar com os *meninos e meninas*. Por isso, foram poucos os momentos em que delimitávamos que aquela ação *era uma cena*. Inicialmente, nós quatro – Clarice, Carlos, Zé e eu, já chegávamos ao lugar com a ciência de que *tudo podia dar uma cena*. A partir de um tênis arremessado ou um boné tomado pelo outro, dizíamos: “Isto é Teatro!”. Carlos frequentemente perguntava: “Por que você quer fazer teatro?” Eles respondiam: “Porque eu já fiz”; “Porque é bom”, “Porque eu estava sem nada para fazer no abrigo”. Instalávamos também nossas cenas exatamente *a partir de um estado de conflito*, de “perturbações”,³⁴⁴ onde convivendo no mesmo espaço, os agenciamentos realizados entre nós ocorriam “com o meio e ao meio”³⁴⁵ tendo grande margem de improvisação. Não limitávamos o que queríamos fazer, principalmente no início do processo e talvez isto tenha soado aos jovens *como uma bagunça*, como mencionou *Menino Maluquinho* na *Conversação* acima. Era realmente uma bagunça se considerarmos sua organização caótica, porém propiciava à criação de uma obra artística coletiva.

A *sensibilidade* de Carlos na condução do processo de ensaios, encenação e dramaturgia de *Meninos da Guerra* foi essencial. Quando os meninos desciam da Kombi, em um instante Carlos já estava correndo com eles pelo espaço. Acredito que, pelo fato de desenvolver um trabalho de teatro para bebês, Carlos estabeleceu com os jovens uma linguagem movida pela intuição, pelo simbólico, o silêncio e o ritualístico, e isto *me inspirava*.

Em aproximadamente três anos de pesquisa, eu já estava adaptada ao fato de “preparar as oficinas” e não conseguir cumprir o que pretendia, pois os episódios e estados de ânimo dos jovens alternavam diariamente e acabavam influenciando as nossas práticas. Com a chegada de Carlos, o ambiente de improvisação e o “estar juntos” ficaram ainda mais evidentes.

³⁴³ Diário de Campo da autora em 11 de maio de 2015.

³⁴⁴ MATURANA; VARELA apud KASTRUP, Virgínia. **A invenção de si e do mundo**. Uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 133.

³⁴⁵ Idem, p. 133.

Carlos estava em uma de suas brincadeiras com “Ouriço”. Eles brincavam como os animais, debatendo-se e rangendo os dentes. O ator convidado para o projeto estava confuso e chegou a verbalizar não compreender o que estávamos fazendo, qual era o método. Eu catei um pano velho coloquei em minha cabeça e fiz uma criança de papel e durex. Passei a atravessar o pátio com aquele ser de papel em minhas mãos enquanto derramava lágrimas e cantava um canto sinistro de tristeza. O jovem “Gavião” se aproximou de mim. Sobre a minha cabeça um manto. Eu contava/cantava a mesma frase: “Você é o anjo que vai trazer meu filho de volta?” Eu sabia que Gavião desejava mais do que tudo ver sua filha. Ele havia disparado uma arma de fogo contra a barriga de sua ex-esposa que estava grávida, após descobrir que ela o havia traído. Ele ficou ali, diante de mim, me olhando profundamente enquanto eu despejava terra sobre a criança de papel (morta). As regras eram claras. Ele entendeu que estávamos vivendo aquilo, e não apenas representando personagens. Ele tocava no que parecia ser o coração daquela criança-papel. Olhou para mim e disse: “Sinto muito. Eu não posso fazer nada”. Seu tom de voz e olhar eram funestos. Trazia ali um conhecimento sobre a morte, de acordo com o meu sentir. A cena foi bruscamente cortada pelo grito e a presença do jovem “Ouriço” que após reverenciar a criança-papel-morta, saiu correndo pelo pátio. O jovem Gavião olhou para mim e “como se estivesse em despedida”, encerrou a cena caminhando lentamente até o seu quarto.”³⁴⁶

Os jovens, acostumados na vivência das ruas a atuarem em atenção distraída, voltada a diferentes focos de atenção³⁴⁷, sensibilizaram-me para a prática de um fazer teatral que se inventava a cada momento em cantos, esquinas e becos escuros em meio ao inusitado e aos riscos. Eram muitas as possibilidades, exigindo-se a *presença* atenta e *disponibilidade* de todos para o acontecimento. Assim, como uma espécie de laboratório, podíamos problematizar cada momento mediante uma sequência de improvisos, dos quais não tínhamos o controle, como ocorreu em um dos poucos ensaios que realizamos na *UNIDADE*. Estávamos com os meninos na sala de teatro. Carlos de repente saiu do local e voltou com um pacote de velas. Os objetos e meninos pareciam querer fundir-se desacelerando a ansiedade e nos fazendo entrar em uma sala escura onde vozes *entoavam cantos em outras línguas inventadas; enquanto compartilhávamos, pingavam a resina da vela em seus braços. Em certo momento, saí do ritual e busquei a câmera para registrar aquela improvisação e ritual artístico e atemporal*. Sentados no *canto da sala*, os jovens começaram a contar suas histórias de vida e sobre as coisas das quais se arrependiam.

O *estado de presença* parecia revelar algo além de suas subjetividades, em que *velas se transformavam derretendo* e os *corpos negros eram respingados de resina branca, enquanto um texto a princípio inteligível, porém compreensível aos sentidos, era revelado*

³⁴⁶ Trecho do Diário de Campo – Processo Criativo de *Meninos da Guerra*. Em 27 de maio de 2015.

³⁴⁷ Falo sobre esta constatação no Canto II – Livro II, p. 126.

*fazendo emergir um conhecimento profundo sobre a humanidade. Os jovens já não eram tão jovens a mim. Naquele momento compreendi porque Carlos sempre os achava “atores já prontos”.*³⁴⁸

Quando realizei a primeira *conversação* com os servidores da SEDESTMIDH/DF, Virgílio me relatou que aquele *ensaio-ritual* teve repercussão entre os servidores que estavam de plantão naquela noite em *outros cantos* da UNIDADE:

Conversação – Grupo Focal I – Servidores da SEDESTMIDH/DF

Virgílio – As pessoas comentavam demais. Eu cheguei para trabalhar e estava lá no computador e chegou um colega e me disse: “Cara, preciso te contar uma coisa que aconteceu aqui na semana passada à noite no meu plantão. Acho que o povo do teatro estava fazendo macumba com os meninos. Abri a porta da sala e estava tudo escuro. Eles estavam falando enrolado e pingando vela no corpo.” Virgílio – “Ai cara, deixa eles, isso é teatro...”

O convívio entre nós, o grupo de artistas-pesquisadores e *jovens atores das unidades* gerava um conflito e perturbações na localização temporal e espacial das instituições. O objetivo do grupo era estar em *presença* mediante nossa *sensibilidade e interesse de transformar tudo em arte*. Os jovens observavam aquele *domínio de ação*.³⁴⁹ Eles não eram obrigados a participar. Caso recusassem, nós continuávamos até que outro ou outra se agregasse.

Com o ritmo dos ensaios e a convivência do grupo, os jovens ficaram um pouco mais propositivos e brincavam conosco. Entendíamos então que era um convite para se construir uma *cena*. Nos dias das apresentações eles já falavam: “minha cena”, “meu figurino”, sendo que antes usavam a expressão “minha peça”.

Identifico similitudes desta experiência com a relatada pela pesquisadora Virgínia Kastrup ao escrever sobre a Oficina de Leitura, – *Livração*³⁵⁰ – *Oficina literária com crianças*, em que reflete sobre a aprendizagem inventiva e o encontro com o estranho e a surpresa, que ocorria a partir do movimento do próprio texto, desviando-se da interpretação de símbolos e

³⁴⁸ Vídeo – o ritual de velas – Carlos e os Meninos – Anexo B.

³⁴⁹ Maturana, Humberto; Varela, Francisco. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Organização Cristina Magro, Victor Paredes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006

³⁵⁰ Refiro-me ao artigo *Cartografias Literárias* de Virgínia Kastrup, em que a autora descreve as práticas durante a oficina e seu objetivo de desenvolver ações de aprendizagem inventiva, enquanto transformação de si e do mundo (KASTRUP, 2008, p. 267).

dando a oportunidade de realizar o encontro com aquilo que o texto tem de mais problemático³⁵¹.

Reflete a pesquisadora, que a arte produz experiências que transpõem os limites da subjetivação. Assim, como avalia Kastrup, “a literatura produz sensações que atravessam o vivido por um sujeito, mas que se encontram num plano distinto”.³⁵² Este plano diferenciado advém da *sensibilidade* da linguagem, ou ainda, do *linguajar – convivência humana em uma rede de conversações*³⁵³ e porta uma singularidade que pode não acionar uma lembrança, mas envolver o leitor em uma experiência.

Consigo enxergar tais possibilidades em nossas práticas “laboratoriais” de cena, com os jovens. Encontrávamos em um plano onde, em pequenos grupos, distantes daqueles que queriam ir ao Cras para bagunçar, o silêncio se estabelecia e podíamos a partir de uma conversa ou ainda, um objeto, criarmos *cenar*, ou, ainda, nas palavras dos jovens, uma “minipeça”.

Era possível e por muitas vezes ocorreu outro tipo de comunicação, mais sensível e atenciosa que ultrapassava o entendimento de quem era eu ou quem era o jovem, indo além do que vivemos e de nossas trajetórias individuais. Estávamos presentes na vida um do outro nos preparando para realizar um trabalho artístico em comum. Se a ênfase nas oficinas Livração de Virgínia Kastrup era na literatura e não no livro e seu caráter pedagógico, em nosso caso, a ênfase estava na *sensibilidade artística* e não no teatro encenado, um teatro por isso, vivido, *inventado para aquele momento e juntado a outro, constituindo-se de pedaços jamais recuperado em sua forma inteiriça*.

§ fragmentos de teatros que se inventam em cantos e sussurros nos cantos dos becos dos abrigos e ruas.

Canto III – Nossas conversações

Após cada ensaio, nós quatro – Carlos, Clarice, Zé e eu –, sentávamos para conversar sobre cada encontro em específico. Foram vários os momentos de desilusão, angústia, alegria,

³⁵¹ KASTRUP, Virgínia; TEDESCO, Silvia; PASSOS, Eduardo. **Políticas da Cognição**. Rio de Janeiro: Editora Sulina, 2008.

³⁵² Idem, p. 269.

³⁵³ MATURANA, Humberto R.; VERDEN-ZOLLER, Gerda. **Amar e brincar: fundamentos esquecidos do humano**. São Paulo: Editora Palas Athenas, 2004. p. 31.

tristeza, admiração, espanto, medo, ansiedade, compartilhados entre nós. Este foi um fator determinante no processo, pois a intensidade de nosso trabalho e disposição para realizá-lo exigia de nós uma atenção e um cuidado com os jovens e conosco durante todos os dias em que o processo perdurou e mesmo após meses de conclusão.

As situações de cansaço e estresse se acentuaram nos últimos dias de ensaio e nos perguntávamos se o que estávamos fazendo era o correto, afinal, tudo ali contribuía para “não dar certo”. Por muitas vezes eu ouvia dos próprios jovens que estávamos perdendo tempo com eles, pois eles não haviam “nascido para aquilo”.

Os jovens ganhavam a nossa “ação atenciosa” porque nós queríamos estar com eles em cena, no palco. Por que queríamos? Pela sua intensidade e presença na vida. A integridade e espontaneidade dos jovens para dizerem o que sentiam e pensavam era vigorosa: nós o admirávamos em suas autenticidades e autonomias. Muitos deles pareciam ter vivido bem mais do que todos nós quatro juntos, diante dos episódios violentos e de riscos que experimentaram já com poucos anos de idade, inclusive, nas ruas.

Canto IV – Encontros e achados nas esquinas...

Não queríamos estar com os jovens apenas nos ensaios. Nós nos entregamos a uma vivência em que nos abraçávamos, saíamos para lanchar, passeávamos no parque. Eles observavam e expressavam: “Tia, esse vestido está legal em você!”; “Tio Carlos só tem esse tênis!”; “O cabelo da Tia Clarice é lindo!”; “Tio Zé é chato!”. Nós elogiávamos suas roupas, batons vermelhos, perfumes, bonés, colares, adereços, tênis e também chamávamos sua atenção para a responsabilidade, principalmente no final do processo. Nós os olhávamos nos olhos e repetíamos constantemente que estávamos juntos e que aquele era *o nosso trabalho*.

Além disso, permitíamos que nosso descontentamento com alguma postura ou falta de compromisso viesse à tona. Falávamos o que sentíamos: que estávamos com medo, ansiosos, apreensivos, tristes, cansados. Eles simplesmente nos ouviam e alguns nos confortavam com o seu abraço dizendo “que iria dar certo”. Durante os ensaios era possível ouvir um de nós dizer a eles: “Estamos aqui por causa do teatro, da arte, somos um grupo! Se um atrapalhar todos se atrapalham, pois estamos montando um espetáculo!” Quando a primeira reportagem sobre o espetáculo saiu no jornal, eu o fixei tanto na sala do Cras, quanto na *UNIDADE*, para que eles vissem e sentissem o que estavam criando. Eles estavam nos jornais, *mas desta vez*, não era como bandidos.

Parece-me que os passeios, as conversas, a convivência fora do trabalho dos ensaios, permitiram que nós nos “socializássemos” com os jovens. Nós lhe dávamos atenção e escuta. Permitíamo-nos intersectar como pessoas em uma rede social de mútua aceitação.³⁵⁴

O lanche era imprescindível nos ensaios. Sempre havia mesa com frios – presunto e queijo, além de pães, bolos, sucos e refrigerantes. Os jovens chegavam e lanchavam antes de iniciarmos nossos trabalhos. O Cras tinha dois vigilantes que, bastante temerosos com o comportamento “rebelde” dos jovens, nos procuravam ocasionalmente para pedir que não os deixassem ficar por muito tempo fora da sala, pois “davam trabalho”. Durante o período de ensaio de *Meninos da Guerra*, eu suspendi os meus encontros na *UNIDADE*. Por isso, houve jovens que apareciam naquela instituição e que não tiveram acesso ao meu trabalho de oficinas, já que eu estava concentrada no processo de construção do espetáculo, que acontecia no Cras. Para ir aos ensaios, eu acompanhava os jovens da *UNIDADE* em uma *Kombi* da SEDESTMIDH/DF. Por algumas vezes, a *Kombi* não tinha gasolina, e por este motivo eu abastecia com o dinheiro de nosso projeto. Houve também dias em que levei os jovens em meu veículo, seja porque não havia gasolina na *Kombi*, e eu não era mais autorizada a abastecê-la, seja porque não havia motorista para realizar o transporte.

Outro importante elemento de adesão aos primeiros encontros para a realização dos ensaios foi o equipamento de som de Carlos. Os jovens brincavam com o computador, a caixa e o microfone: criavam seus próprios *raps* ou cantavam alguns já conhecidos.

Os trajetos com a *Kombi* até o Cras eram momentos em que os jovens, mais descontraídos, cantavam e se expressavam de uma forma *mais à vontade*. Frequentemente me apontavam um lugar onde já haviam vendido drogas; mexiam com pessoas em seus carros, as quais eu podia notar que, *discretamente*, fechavam o vidro da janela do carro. Reclamavam e apelidavam a polícia quando as viaturas circulavam com rapidez a região de Ceilândia-DF. O percurso de ida até o Cras era realizado por um psicólogo da *UNIDADE*, que já conhecia e acompanhava o meu trabalho. Os jovens se divertiam com o jeito tranquilo e pacífico do psicólogo e o pediam para disputar corrida com os outros carros da pista. Na *Kombi* os jovens faziam suas performances musicais, cantavam *funk*, *rap*, música sertaneja e música gospel. Às vezes íamos dentro da *Kombi* praticamente “intoxicados” com o perfume de um ou outro *dos meninos* que estava flertando com as garotas do elenco. Depois que os jovens da *UNIDADE* conheceram as meninas nos ensaios do Cras, todos eles tomavam banho e passavam perfume para os nossos encontros. As meninas também iam bastante perfumadas e com maquiagem.

³⁵⁴ MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Organização Cristina Magro, Victor Paredes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. p. 47.

Frequentemente, a *Kombi* parava no caminho e eu comprava balinhas para que eles levassem para as meninas.

Canto V – Meu coração...

Além das histórias que surgiam no espaço do Cras, eu e os *meninos da UNIDADE* compartilhávamos com o restante do grupo nossas vivências no decorrer dos anos de oficinas. Também costumava contar as histórias a Carlos, que me pedia para reviver os episódios com os jovens. Um exemplo foi a cena do *Pingente de Coração*, a qual não permaneceu na montagem de *Meninos da Guerra*, assim como outras criações. Tratava-se de uma situação em que eu havia presenciado o jovem *Diamante* ameaçar de morte o jovem *Carente* na sala de TV da *UNIDADE*. O motivo foi o fato de *Carente* ter furtado um colar pertencente a *Diamante*. O colar é uma espécie de cordão com um coração de plástico, simulando um metal acinzentado. Eu senti o ódio de *Diamante* ao “xingar” e ameaçar de morte o jovem *Carente*. Com medo, este disse que havia encontrado o colar no chão do pátio. Porém, mais tarde revelou-se a verdade: *Carente* havia furtado o colar entre os objetos de *Diamante*. Após *Carente* devolver o colar a *Diamante*, eu perguntei: “*Diamante*, é só um colar de plástico, você realmente acredita que faz sentido e é proporcional você matá-lo por isso?” *Diamante* xingava e respirava alto enquanto afirmava: “Ele é um rato, um ladrão, merece morrer!”. Realizei de forma consciente uma intervenção. Olhei para *Diamante* e seu colar e disse: “*Diamante*, é um lindo colar. Dá ele pra mim?” Ele, surpreso, disse: “Ah não, tia! *Porra*, o colar é meu.... faz isso comigo não, tia!”. Mantive meu olhar fixo nos olhos de *Diamante* e a mão estendida em direção a ele. Guardo o colar comigo até hoje...

O mais importante neste episódio foi a nossa tentativa de transformá-lo e apresentá-lo em *Meninos da Guerra*. Os dois jovens criaram duas *personagens cômicas* para contar esta história. Como *Diamante* tinha um perfil para comédia, trouxe-nos, a partir de um jogo de interação com Carlos, a cena com outra abordagem. O jovem corria pela sala atrás de *Carente* com um tipo exagerado, uma espécie de bufão, enquanto gritava: “Rato! Rato! Rato!”. O jovem *Carente* exagerava sua voz em um timbre agudo e respondia: “Socorro! Socorro! Socorro!”. Ao terminar a cena, perguntamos se eles já tinham conversado sobre aquele episódio após o dia em que houve o conflito e nos responderam que não. Foi então que o jovem *Carente* confessou: “E eu peguei o colar mesmo!” O jovem *Diamante* respondeu: “Eu sei, eu sei!” Os dois riram da situação.

Para facilitar nosso trabalho e conter as brigas e discussões entre facções existentes no próprio grupo de jovens, Carlos, Clarice, Zé Regino e eu nos dividíamos em pequenos grupos, em que tínhamos a independência de criar a cena, dirigi-la e apresentá-la posteriormente a todo o grupo. Mais tarde, Carlos reuniu todas as cenas e teceu a dramaturgia do espetáculo *Meninos da Guerra*, agregando às nossas histórias outras cenas criadas a partir de sua pesquisa sobre as temáticas abordadas nos ensaios. A dramaturgia tinha um tema recorrente, a violência, fosse ela familiar, policial ou ainda, institucional. Resolvemos assumir nosso tema: a guerra silenciosa travada contra a infância de meninos e meninas, que não são “de” guerra, mas sim, “da” guerra. Esta guerra começava em casa e se estendia nas ruas e nos abrigos.

Acredito que a nossa proximidade e o fato de atuarmos com os jovens em cima de suas próprias histórias trazidas a nós fizeram com que eles compreendessem que gostaríamos de *estar com eles em cena*, apesar das brigas, discussões e ausências deles no processo. Estávamos sempre em alerta ao chegar ao Cras, seja pelos acontecimentos fora das cenas – ameaças, disputas de garotas, ininterrupto desejo de drogas, cigarro e balas, seja também pelo que acontecia nas cenas: uma morte revelada, um “crime”, a vida ameaçada pelo tráfico de drogas. Apenas compartilhávamos nossas reações às histórias e víamos os jovens se emocionarem com um abraço ou um choro espontâneo vindo de nós: o canal era a emoção.

§ [...] e a Livia ligou pra mim e me pediu ajuda, pedindo que eu conversasse com o garoto... o desejo da Livia era colocar o Diamante no processo. E eu me lembro de pensar: *poxa, será que vale a pena insistir com esse menino? Já falei duas vezes... mas a energia da Livia de falar: vai lá, tenta, pelo amor de Deus, por favor... nisso já tinha dado meu horário de ir embora... e fui pra cima do garoto, criei um monte de possibilidades... e com muita luta, o garoto aceitou no final em ir. Mas o engraçado é que eu tentando, tentando, tentando, eu não acreditava que ele ia de jeito nenhum. E foi uma surpresa quando o garoto aceitou! Ele me surpreendeu. O que a gente percebe nessa peça teatral é que esses garotos, literalmente, nos surpreendem quando a gente age com esta insistência.* (Dante – Grupo Focal I – SEDESTMIDH/DF)

Conversei com outros artistas que já tiveram experiências em trabalhos com jovens *em situação de rua* e ainda *acolhimento institucional*. Grande parte das pessoas apontou a dificuldade de trabalhar a questão da disciplina. Acredito que embora tenha sido desafiante lidar com tantas dificuldades, soubemos esperar o momento certo em que os jovens aderiram à nossa proposta. O momento certo aconteceu até o último dia de apresentação do espetáculo no Teatro SESC Garagem. Enxergo aqui, uma forma de participação mais *democrática* no processo de criação de *Meninos da Guerra*, seja pela sensibilidade de Carlos, seja pela minha experiência e convívio preexistente com os jovens.

Uma das críticas mais contundentes a *Meninos da Guerra* foi o fato de que não colocamos os sonhos, os episódios de alegria e descontração dos jovens, que também preenchem o espaço da juventude. A minha vivência com estes jovens durante aproximadamente oitocentos e cinquenta dias *me convence de que o descaso e o abandono são uma constante, e se não apaga por completo a vivacidade juvenil a ofusca*. A tragédia é o pano de fundo da vida daqueles jovens e, como ocorre no teatro, não descarta elementos de comicidade. Havia situações muito engraçadas, como a história contada por *Ouriço*, que disse ter levado um frango assado à família para o almoço, em certo dia. Ao ser questionado sobre a origem do frango, esperou que todos o comessem para informar que havia conseguido o frango “da vasilha da macumba na rua”. Perguntei a ele se não tinha “medo de mexer com estas coisas”. Ele me disse que era só “fazer o sinal da cruz e estava tudo certo!” Em seguida afirmou: “Oxi, tia! Já roubei altos um real da macumba! Se eu tô com fome, não vai fazer mal! É só fazer um sinal pra Jesus!”

Canto VI – Cantos finais, novos cantos

Na metade do processo, éramos quatro atores: Clarice, Jeferson, Herculano e eu. Se antes Zé Regino e Carlos estavam conosco atuando, nas últimas semanas, seus papéis como diretores se delineararam mais claramente. *A estratégia passou a ser de que nós, atores, obedeceríamos às instruções dos diretores, a fim de que os jovens nos seguissem*. Na maior parte do tempo isto passou a dar certo, já em outros eles questionavam: “Oxi! Não vou obedecer ninguém não, moço!”. Explicávamos e mostrávamos a importância de se fazer o que pedia o diretor, já que o espetáculo tinha que acontecer com *um ritmo* certo, seguindo *uma sequência, em silêncio* para que o público compreendesse e se tornasse bonito. A palavra *bonito* era usada várias vezes, principalmente por Clarice: *figurino bonito, teatro bonito, texto bonito, rap bonito*. Estes eram os conteúdos e princípios do nosso fazer que permitam falar, de certa forma, sobre a técnica teatral.

Nos ensaios finais levei a Carlos uma sugestão para que os jovens entendessem o que estávamos fazendo e o que eles iriam apresentar. Com o objetivo de mostrar que o público assistiria as cenas de forma *colada* como um filme, mas *ao vivo*, montei um painel com vários símbolos que representavam cada um dos momentos – cenas do espetáculo. Este mapa das cenas nos acompanhou até o último dia, sendo que todos nós: atores, meninos, direção consultávamos ele a todo o momento. Ele nos auxiliou inclusive nas coxias, quando

recebemos o auxílio dos dois servidores da SEDESTMIDH/DF, que ajudavam os jovens na entrega de objetos e preparação para cada cena. Apesar de todo o auxílio e aparato, os jovens sabiam seus momentos de entrada e saída e já tinham zelo com seus objetos.

Figura 35 – Amostra do Mapa de símbolos (para a cena com respectivas fotografias de cena. Símbolo da garrafa para a cena da mãe bêbada e a filha. Símbolo do “baculejo” para a cena do “baculejo”



Fonte: Recortes – Livia Fernandez; Fotografias: Ricardo Padue.

Com a proximidade da estreia, ficamos bastante apreensivos e passamos a não mais permitir a entrada dos jovens que apenas “criavam algazarra” dentro da sala de ensaio. Para aqueles que eram da *UNIDADE*, eu conversava antes de entrarmos na Kombi e explicava que estávamos tentando encerrar as cenas e que, portanto, gostaríamos que fossem para o ensaio apenas aqueles que desejavam se apresentar. A maioria nos acompanhava. Ocorre que os jovens que não trabalhavam conosco tinham o hábito de ocuparem o restante da unidade do

Cras, sendo que a própria coordenação, motivada pela reclamação da vigilância do local, restringiu nosso espaço de trabalho à sala de ensaio.

Na tentativa de proteger os jovens e o trabalho que estávamos desenvolvendo, buscamos, principalmente nas últimas semanas, estarmos mais próximos deles. Eram brigas, murros, socos, ameaças entre os jovens. Embora no decorrer do processo isto tenha diminuído bastante, ainda assim ocorriam ocasionalmente discussões entre eles. Além disso, o *desaparecimento* dos jovens havia diminuído, e para minimizar os impactos no espetáculo, nós atores memorizamos todo o texto dos jovens, para cobrir eventuais ausências, o que foi necessário em algumas cenas. Já em outras, Carlos colocou mais de um jovem para a mesma personagem, o que causou certo incômodo, já que os jovens não queriam abrir mão de “suas cenas”. Carlos calmamente explicava a eles que era normal no teatro ter mais de um ator para uma mesma personagem, para evitar que a cena fosse cancelada. Se no início do processo achávamos que quase nenhum jovem fosse permanecer, ao final, tínhamos conosco dezessete jovens perguntando se iríamos viajar com o espetáculo. Conseguimos formar até mesmo uma roda de conversa e motivação, ao final dos ensaios, que passou a se repetir em todos os ensaios gerais e também nas apresentações: era a *Roda do Bom dia* que havia se transformado em nosso *Canto de Guerra* ao terminar gritando: “Merda!”

Os ensaios finais de *Meninos da Guerra* aconteceram dentro da *UNIDADE*. Montamos a estrutura metálica com a ajuda dos jovens, que ficaram bastante empolgados. Em uma das noites, após guardarmos os equipamentos na sala de teatro, os jovens *Tristeza* e *Gavião* disseram a Carlos e a mim que *era muito ruim quando íamos embora, já que eles não tinham nada para fazer e que gostavam de nos ajudar a montar os equipamentos*. Perguntavam, inclusive, se não havia outra vaga para eles na Companhia de Carlos e Clarice, e que *Besouro* havia se “dado bem” em ter conseguido um emprego na *Cia La Casa Incierta*. Perguntaram-me se eu não conseguia algum emprego para eles, algo que fosse para “carregar coisas”, pois gostavam.

A atmosfera no pátio e nas salas da *UNIDADE* ficava diferente enquanto estávamos lá. Nós, artistas do espetáculo *Meninos da Guerra*, circulávamos na *UNIDADE* com nossos figurinos, gritos, *cantos*, berros e brincadeiras. Eu percebia que o fato de estarmos à vontade dentro da instituição repercutia nos horários e movimentação do local. Entrávamos com carros para descarregar materiais, fazíamos nossas ligações para a produtora, pedíamos pizzas. À época dos ensaios de *Meninos da Guerra*, tivemos total apoio da coordenação *provisória* da *UNIDADE* e também da direção *em exercício* na SEDESTMIDH/DF, o que facilitava nosso

trabalho, que consistia em estar com os jovens e fazê-los acreditar que era possível estar em cena. Particpei de algumas reuniões na direção da SEDESTMIDH/DF onde discutíamos como projetos futuros com a *arte* e a *segurança comunitária* naquela seara pudessem ter maior apoio e infraestrutura pelo Estado, pois a nossa fonte de recursos advinha apenas da Secretaria de Cultura. No entanto, com a constante troca administrativa nos órgãos públicos, a continuidade se perde.

Canto VII – Jovens atores

Alguns servidores comentavam comigo que os jovens falavam para todos que *eram atores*. Como a minha atenção estava voltada aos jovens, pedi à coordenação da época que fizéssemos uma reunião com os servidores após a estreia do espetáculo, pois concordávamos que era necessário saber como a nossa dinâmica estava repercutindo no ambiente e rotina institucional. Entretanto, após a estreia de *Meninos da Guerra*, com a mudança da coordenação, tal reunião não ocorreria.

Os jovens estavam diferentes e nós também. Ao nos despedirmos deles ao final dos ensaios, alguns diziam que “iriam sumir” com um sorriso no rosto e sabíamos que aquilo acontecia para que eles ganhassem nossa atenção. Seus gestos e estados de ânimo mostravam contentamento ao me ouvirem dizer: “Por favor, cuide-se, você é importante para mim, para o grupo”, ou então, “Lembre-se de estudar sua cena, precisamos trabalhar nisto!”.

Creio que estas frases eram uma tentativa de minha parte para obter maior adesão dos jovens ao projeto, investindo na formação de uma comunidade, um grupo de teatro, que pudesse alcançar *seu próprio canto* e espaço de expressão, autorresponsabilidade, autonomia e talvez, em termos de classe social, algum possível *empoderamento*. Sonhávamos juntos: “Tia, a gente podia ter uma casa só para os meninos e as meninas do Teatro”. Outro/outra comentava: “Cara, é mesmo! Ia ser massa!”.

Um dos dias mais aguardados na *UNIDADE* foi a visita do ator Paulo Betti. Ele ficou sabendo de nossa montagem e, em uma estadia em Brasília, por ocasião de seu monólogo *Autobiografia Autorizada*, veio assistir a um de nossos ensaios, ao saber sobre a história da peça. Os jovens tiraram muitas fotos e colocaram em suas páginas pessoais em redes sociais. O espetáculo ganhava a repercussão que queríamos: os jovens teriam o seu momento de protagonismo. A *presença* do ator foi um importante fator que repercutiu em suas autoestimas

e compromisso com o espetáculo, como avaliou a atriz Clarice Cardell em entrevista ao jornal *Correio Braziliense*:

A participação do Paulo foi muito produtiva. Por um lado, uma motivação especial para os meninos, que o reconhecem da televisão. Por outro, criou-se um clima de estreia. Todos ficaram focados em dar o melhor de si, em provocar uma experiência positiva para o convidado.³⁵⁵

§ O episódio da jovem Baiana:

Terminado o ensaio – apresentação para o Paulo Betti na UNIDADE –, as jovens que viviam nos abrigos de Ceilândia preparavam suas coisas para a costureira carona até a Rodoviária. Ao me aproximar da jovem Baiana, perguntei se ela já estava pronta para irmos. Ela me respondeu: “Ih, tia, foi mal aê! O Paulo Betti vai me dar carona!” Abriu em seguida um enorme sorriso e uma gargalhada.

Figura 36 – Capa do Caderno *Diversão & Arte* do jornal *Correio Braziliense*. Reportagem de Diego Ponce de Leon. Julho de 2015



Fonte: Diego Ponce de Leon.

³⁵⁵ Teatro como resgate. *Correio Braziliense*, Brasília, 20 de julho de 2015. (Caderno Cultura).

Figura 37 – Capa da Revista Eletrônica #Brasília Tem Estilo



Canto VIII – Vivendo a tragédia...

§ *O silêncio no olhar dos meninos enquanto a ambulância não chegava era assombroso. Ao lado da cabeça de Carlos formava-se uma poça de sangue. Talvez o estrondo provocado com a queda tivesse sido o mais aterrorizador. A repórter gritava ao telefone celular com o SAMU para que chegasse o mais rápido possível. Os jovens permaneciam em silêncio e me olhavam, como se dissessem: “Nós conhecemos isto, a morte. Ela é assim, de repente chega, fique calma professora.” Era assim que eu os lia... aquele momento de silêncio tinha muitas palavras para mim.*

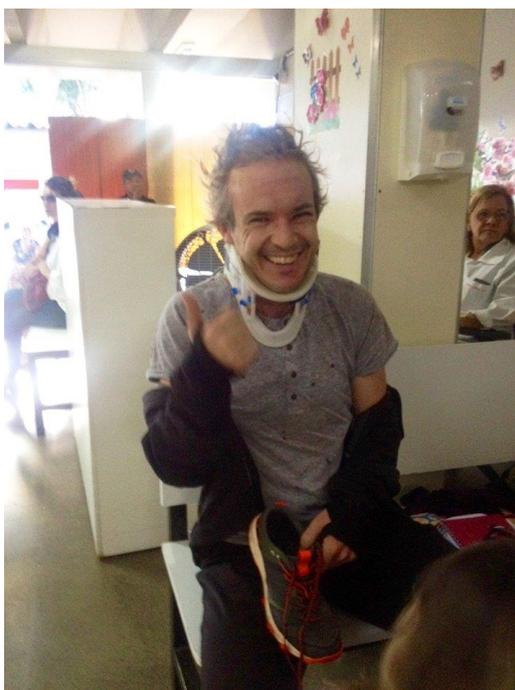
Talvez, um dos episódios mais difíceis dos ensaios de *Meninos da Guerra* tenha sido o acidente ocorrido com Carlos no palco do Teatro do SESC Ceilândia. Estávamos montando a estrutura metálica em equipe. Os meninos auxiliavam Carlos com a montagem dela. A equipe jornalística da emissora da TV Globo realizava, pouco a pouco, entrevistas com cada um de nós. Logo após dar sua entrevista, Carlos teve um acidente e caiu de uma altura de aproximadamente 4 metros, tendo batido a cabeça no chão. O jovem *Besouro*, que já estava adaptado a auxiliá-lo na montagem e desmontagem do equipamento, conseguiu, em fração de segundos, empurrar com os pés uma escada de madeira que estava próximo ao local da queda, evitando, assim, que Carlos batesse a cabeça. Carlos ainda afirma que “*Besouro* salvou sua vida”.

Todos nós, incluindo a equipe jornalística, ficamos nervosos. Alguns dos jovens estavam agitados e nervosos, mas a maioria deles ficou em um estado de silêncio misterioso e fúnebre, como se tivessem alguma intimidade com aquela cena, enquanto me assistiam dialogar com Carlos, que ficou acordado e imóvel no chão até que a ambulância chegasse ao

local. Carlos teve perda de memória recente e, por isso, algumas coisas que havíamos ensaiado e vivido nas semanas anteriores foram esquecidas. Imprevisibilidades...

O diagnóstico inicial do quadro de saúde de Carlos era o de que havia lesionado gravemente uma vértebra, então ficamos bastante preocupados com o estado dele. Estudamos a possibilidade de cancelar o espetáculo. Um dia após o ocorrido, Carlos recebeu alta, com a indicação de que deveria utilizar um colar cervical, sendo que, após um mês da data em que ocorrera a queda, verificou-se em um novo exame mais detalhado que todos os diagnósticos estavam equivocados e não havia nenhum sinal de lesão. Esta história nos uniu ainda mais. Alguns dos jovens me perguntavam se realmente Carlos voltaria e se estava bem, e, por fim, se haveria espetáculo.

Figura 38 – O Diretor do espetáculo *Meninos da Guerra* um dia após o acidente ocorrido no Teatro do SESC Ceilândia



Fonte: Angélica Torres

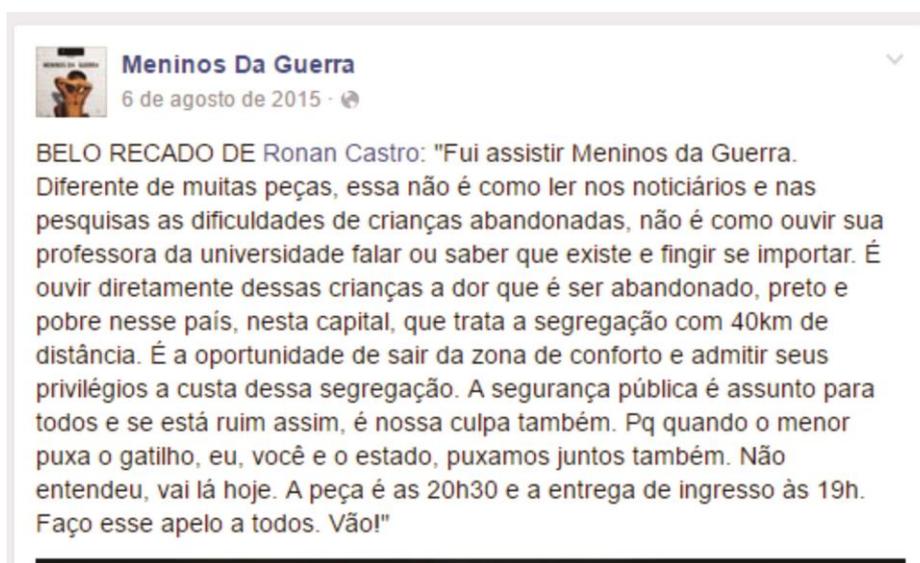
Assunto 10 – A cena: cantos dos suplícios

Reportagens, entrevistas em meios de comunicação televisivos e impressos foram suficientes para que as pessoas aguardassem e lotassem as salas do Teatro SESC Ceilândia e Teatro SESC Garagem (Plano Piloto). As pessoas estavam *curiosas* a respeito dos jovens. Nós sabíamos que a tentativa era a de tirá-los da condição de invisibilidade. Queríamos que

eles sentissem *o protagonismo* em cima de um palco teatral. Estavam bastante agitados e ansiosos. Creio que a adrenalina tão própria dos episódios de perigo nas ruas deu lugar à *marginalidade artística*. Eles podiam e deveriam *aprontar* no palco artístico.

As histórias contadas eram frequentemente ouvidas em nossa possível *relação social com os meninos e meninas*³⁵⁶. O momento agora era direcioná-las ao público. O teatro, no sentido que lhe emprega a palavra grega *theatron*, é “o local de onde o público olha uma ação que lhe é apresentada num outro lugar”.³⁵⁷ Sendo, portanto, este *ponto de vista do outro*, como o espetáculo seria recebido frente a uma *Arena* até então *panóptica* restrita ao *virtualismo* das representações de papéis? No interior de nosso coletivo de artistas, o processo com os jovens de uma *possível autonomia* e contato com suas capacidades criativas já estava em andamento, desde o momento em que entrei na *UNIDADE* em 2013. Agora, no ano de 2015, falariam *de um passado em um presente*, vivendo em outra dimensão espacial e temporal, a do fazer teatral.

Figura 39 – Trechos de depoimento de espectadores na página em Rede Social – Meninos da Guerra



Ao discorrer sobre a *Arte* e o *Design*, Maturana afirma que a arte “tem a artificialidade da intenção, expressão ou objetivo, e tudo pode ser um meio para a sua

³⁵⁶ MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Organização Cristina Magro, Victor Paredes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

³⁵⁷ PAVIS, Patrice. **Dicionário de teatro**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

realização.”³⁵⁸. Nós enquanto uma comunidade de artistas e meninos e meninas, construímos o nosso meio, a nossa estética.

Por mais que algumas das críticas diziam que se tratava de uma exposição pública dos jovens, eu os acompanhei se divertindo e emocionando-se com as sensações causadas diante de um público que poderia enxergar suas histórias, não *mediadas por uma imprensa*, mas por eles mesmos.

Durante a *cena do assalto em Meninos da Guerra*, os jovens divertiam-se e diziam “fazer de boa”. Esta cena foi construída a partir de um relato do diretor Zé Regino, que nos contou sobre um roubo e agressão sofrida por um grupo de jovens quando tinha 17 anos de idade. A cena consiste em tirar todos os objetos e roupas da vítima – neste caso, o ator Herculano Almeida, sob a ameaça de uma faca. Os meninos divertiam-se ao realizá-la. Falavam a Carlos que “tinham a manha”. Seus gestos, gírias, o vigor e preparo físico dos jovens fazem-me refletir sobre a experiência de momentos de autonomia pelos jovens, direcionada ao contexto da vida nas ruas.

Acredito que o fato de contarem suas histórias em um cenário artístico com elementos de ficção e memórias do passado, sejam elas inventadas ou não, permitiu a eles brincar com o surpreendente artístico em episódios imprevisíveis também nas ruas, a exemplo do roubo, fuga da polícia, estratégias para o tráfico de drogas. Isto parece contribuir com o fato de se autorreferenciarem como os “mais espertos”, a partir de um outro – o que atua em um território atento à inconstância. Os jovens nos surpreendiam com a capacidade de conexão e convencimento com o que estavam realizando, tanto que fizeram o ator Herculano – vítima da cena do assalto, ficar bastante nervoso. Assemelhavam-se naquele momento a “marginais criadores”.³⁵⁹

Nos ensaios, nas coxias e nos palcos criamos uma experiência relacional em uma “realidade virtual que pode ou não tornar-se uma realidade fundadora no curso da realidade humana”³⁶⁰. A estética estava sempre presente, bem como sua potência enquanto propulsor de autonomia e entendimento das situações vivenciadas. Percebo que houve um aprofundamento e maior reflexão quanto aos episódios que experimentaram em suas vidas, uma vez trazidos ao palco.

Naquele momento, poderiam olhar para o *representativo* na figura da *vítima trágica* ou do *delinquente juvenil* e talvez alcançar maior compreensão do que viveram, alcançando

³⁵⁸ Idem, 2006, p. 195.

³⁵⁹ CYRULNIK, Boris. **Os patinhos feios**. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 132.

³⁶⁰ MATURANA; VARELA, op. cit., p. 195.

uma dimensão inicial para a autonomia sobre quem poderiam ser a partir daquele momento. Neste sentido, o episódio da jovem *Fortaleza* em cena, tornou-se uma referência. Ela entrava no palco com um aparelho de telefone celular e dizia à mãe o que pensava sobre seu abandono. Dizia que sentia revolta por ter que viver longe dos irmãos, mas que não gostava de apanhar. No penúltimo dia de apresentação, a jovem entrou e no momento de falar seu texto não conseguiu, tendo fugido da cena. No último dia, antes de iniciar o espetáculo, perguntou a Carlos se poderia falar o que realmente queria e contar a história de verdade. Carlos concordou. A cena se estendeu e pudemos escutá-la contar ao público e a nós mesmos pela primeira vez, aquela história com seus detalhes.

Eu vou mandar essa mensagem aqui pra minha mãe pra falar umas coisas pra ela. Eu perdoo a minha mãe por ela ter me espancado, por ela ter batido nos meus irmãos. Por ela nunca ter me dado amor, carinho. Eu perdoo a minha mãe por isso. Eu perdoo a minha mãe, por ela ter me acusado de ter matado o meu irmão. Eu lembro até hoje como é que foi. Eu fui num batizado de um outro irmão meu. Aí quando eu cheguei, a minha mãe tava lá com um monte de cara bebendo e usando droga. Aí eu cheguei, e o meu irmão pequeno, faltava três dias para ele fazer um mês. Aí cuidei do meu irmão, banhei ele, troquei fralda, dei mamadeira. Aí eu fui dormir, a minha mãe falou que ia cuidar dele. Eu acreditei. (silêncio) Aí eu acordei de manhã e o meu irmão tava morto e a minha mãe me culpou. Ela falou que tudo foi culpa minha, mas não foi culpa minha. Eu achava que tinha sido, eu tinha só 7 anos. Ela me expulsou de casa aí eu comecei a morar na rua. Eu tinha uma raiva da minha mãe, um ódio sabe? Eu tinha vontade de xingar ela... Mas eu perdoo a minha mãe por tudo... Hoje, a minha mãe vive na rua, ela usa droga. Eu queria poder olhar pra minha mãe (chora) e falar que eu amo ela. Falar que eu perdoo ela por tudo. Falar pra ela que eu não culpo ela por ela ter me batido, por ela ter sido negligente, por ela nunca ter me levado pra escola. Não culpo ela por nada mais. Eu só quero dizer pra minha mãe hoje que eu amo ela, eu amo ela muito. Que eu perdoo ela por tudo.

Com o transcorrer das apresentações, percebi que os jovens haviam compreendido parte da dinâmica do funcionamento do espetáculo: os horários de chegada, a maquiagem, os figurinos, o silêncio na coxia e a irreverência e *presença* cênica. Eles nos perguntavam se estavam bem em cena e nos auxiliavam com objetos cênicos. Havia cooperação durante nossas apresentações. Eu sentia os jovens mais tranquilos, atenciosos e dispostos. Parte da inércia, preguiça e alegações de cansaço havia diminuído. Espantava-me ao presenciá-los conversando sobre assuntos diferenciados, sendo prestativos e acolhedores. Ainda assim, meu entendimento quanto aos possíveis efeitos deste processo consiste em considerá-los imprevisíveis.

Conversação Grupo Focal III – Meninos, policial e funcionária de Unidade

Pelezinho: Eu quero falar sobre os meus planos para o futuro, eu... eu vou tentar um monte de caminho... igual você falou da Polícia, eu vou fazer comigo mesmo... vou estudar pra caramba, vou me formar em alguma coisa que dá pra trabalhar, tipo se eu não der certo em uma coisa, eu tento outra, tipo, jogador de futebol, eu quero ser. Eu vou trabalhar muito em cima disso. Ator, eu também vou trabalhar em cima disso. Professor também. Vou viajar pra outro país. Essas coisas aí... Se não der certo um, eu vou em outro...

Pesquisadora: Você vai tentando...

Pelezinho: É, uma hora dá certo.

Pesquisadora: E você?

Princesa: Eu vou me formar em Artes Cênicas.

§ *Pra mim aquilo é de uma grandeza que eu não consigo mensurar, eu não consigo comparar com nada assim... eu acho que uma outra intervenção, uma outra atividade, um outro trabalho dessa grandeza aquela UNIDADE não vai ter mais, ou leva trinta anos pra ter...*

Beatrice

§ *Cara, achei muito legal assim... Não posso falar do impacto dos meninos depois, mas durante assim, eu achei muito, cara eu achei fantástico assim... O debate depois da peça especialmente assim, sabe? Os meninos falando com tranquilidade, com propriedade assim, sabe? Sendo menino, sendo adolescente, mas sendo assim, sabe? Como é que eu vou explicar assim... eles tavam ali cara, tavam ali, tavam falando de uma experiência que era deles, tavam apropriados daquilo, tavam à vontade com aquilo, não tavam se sentindo... não tavam na necessidade de se afirmar, sabe? Eu senti eles muito despojados assim, eu tô muito à vontade, eu tô muito tranquilo aqui pra conversar com as pessoas.*

Brunetto

§ *Eu quero falar sobre o processo, sobre como ele foi construído. Houve uma troca. A Lívia, o Carlos, a Clarice, o Zé Regino... as pessoas que tinham a expertise do teatro e os meninos, que eram os sujeitos, os atores. E os meninos às vezes tinham a própria vontade deles, era um ímpeto, um jeito de ser que precisava ser respeitado para que aquilo acontecesse. Então era assim... acolher esse jeito de ser colocar no mundo. Além de coletar experiência, vamos respeitar o jeito desses meninos e vamos nos colocar parte desse trabalho. Eu acho que houve bastante esse acolhimento... o acolher o tempo, acolher o jeito, acolher o meu jeito de falar, acolher o meu jeito de representar, até o meu tempo. Os espetáculos têm um tempo para acontecer... mas até isso foi um respeito. Eu acho que esse foi um aspecto peculiar desse projeto, até pelo improviso, foi um aspecto bem importante. As idas e vindas... a intuição fez parte muito bonita desse trabalho. Essa valorização da individualidade de cada menino e do modo como o coletivo funcionava. Porque o coletivo dos meninos muda de acordo com quem está presente. O respeito, aceitar e também organizar. Você funcionou dessa forma, você estará nesse papel e nesse lugar. Eu acho legal de ver o jeito como você funciona... e ajustar, valorizar. Quanto ao resultado que teve em cada menino isso pra mim é bem difuso. Para cada menino foi algo. Para alguns foi bem claro; essa mudança foi decorrência do teatro. Para outros meninos você não consegue ver e correlacionar, mas foi, foi uma questão sensorial, você tava lá, você*

participou, você sentiu... deve ter ficado uma marca, uma memória. Cada um vivenciou aquele processo, levou essa experiência, porque eu acho que não dá para quantificar, padronizar essas respostas.

Virgílio

Figura 40 – Público de Meninos da Guerra – Teatro SESC Garagem



Fonte: Ricardo Padue.

LIVRO V – DOS ACHADOS NA RUA

Assunto 11 – Do outro lado da muralha: em direção à rua e outros cantos, becos e esquinas

§ Fui a São Paulo em novembro de 2015 para participar de um Congresso da Unesp. Resolvi ir de ônibus e nesta viagem conheci o cineasta Edgar Bueno, que me convidou para acompanhar a gravação de uma entrevista na Casa do Zezinho. Em razão de meu compromisso, não pude participar, mas meses depois pude assistir ao filme “É Disso que eu Tô Falando”, um documentário do novo amigo. O filme inicia com a entrevista de Dagmar Rivieri, a pedagoga Tia Dag, fundadora da Casa do Zezinho. Tentei conseguir uma entrevista com Tia Dag, entretanto, em razão das atividades incessantes, a Casa, somente abrirá para novos pesquisadores a partir do segundo semestre de 2016.

A Casa do Zezinho é uma Organização Não Governamental, que existe desde os anos noventa, sendo um centro de educação, diversão e cultura, cujo objetivo sólido é “disseminar práticas educativas inovadoras, que contribuam para a melhoria da vida de crianças e jovens de baixa renda e suas famílias”³⁶¹. A instituição está situada no bairro do Capão Redondo, próximo à favela do Parque Santo Antônio. Esta região é reconhecida como uma das mais pobres e violentas, não apenas de São Paulo, mas do mundo – *O Triângulo da Morte*. Desde o ano de 1994 até hoje, atende em média 1.500 crianças e jovens de baixa renda. Foi fundada pela pedagoga Dagmar Rivieri, chamada afetuosamente de *Tia Dag*, com o seu marido, o artista plástico Saulo Garroux.

O site oficial da *Casa do Zezinho* trás informações detalhadas sobre a metodologia de trabalho, histórico, números, histórias dos *Zeinhos* e até mesmo dados financeiros sobre as prestações de conta da instituição, diante de recursos percebidos por empresas, Governo e entidades do Brasil e do mundo. A Casa atua por meio de parcerias e projetos sociais³⁶². Há também artigos, entrevistas de *Tia Dag* na internet, além do livro *Pedagogia do Cuidado*

³⁶¹ ANTUNES, Celso. **Pedagogia do cuidado**: um modelo de educação social. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

³⁶² Na página oficial da *Casa do Zezinho* na internet é possível visualizar os seguintes projetos: *Aprender Brincando* – atividades lúdicas que suprem as deficiências da aprendizagem escolar; *Educação para o século XXI* – oficinas a jovens que já tenham concluído o ensino médio e que queiram se inserir no mercado de trabalho; *Projeto Vagalume* – Formar jovens e adultos de 17 a 35 anos em cursos profissionalizantes noturnos; *Multimídia – Aplicativos* – laboratório onde são concebidas e experimentadas estratégias e metodologias que utilizam as tecnologias da comunicação; *Gastronomia* – Capacitar jovens para este mercado de trabalho; *Toca Zezinho* – sensibilizar as crianças com relação à música, promover o ensino artístico de vários instrumentos (em vários níveis); *Oficina de Mosaico* – transformação dos “cacos” em peças com identidade aos olhos de outras pessoas, com o intuito de reconstruir relações entre partes para compor um todo; *Caminhos da Transformação* – sensibilização ao meio ambiente; *Speak up Zezinho* – aprendizado lúdico da língua inglesa. Disponível em: ><<http://www.casadozezinho.org.br/projetos-transformadores-detalle.php?D=12>. Acesso em: 20 fev. 2016.

(2014), escrito por Celso Antunes – autor de livros de temas educacionais no campo da afetividade –, com a colaboração de Dagmar Rivieri.

O trabalho na *Casa do Zezinho* ocorre de forma complementar às atividades escolares dos jovens. Assim, é condição para frequentar a instituição, estar matriculado na escola. A Casa atende crianças e jovens de 6 a 21 anos de idade utilizando-se principalmente da *Metodologia do Arco-Íris*, que trabalha a partir das cores, tendo cada *espaço de aprendizagem* uma cor e um nome correspondente, em que as crianças e jovens são distribuídas por faixa etária. Ressalto que, não é foco deste trabalho o estudo da *Metodologia do Arco-Íris* da *Casa do Zezinho*, todavia, o entendimento de algumas de suas práticas e princípios faz-se necessário diante da congruência, afinidade e similitude com práticas mais inventivas no atendimento aos jovens *em situação de vulnerabilidade social*.

Ao ser questionada por Celso Antunes sobre a metodologia da *Casa do Zezinho*, Tia Dag responde: “É a Pedagogia, feliz fusão da palavra pedagogia com os desafios do dia a dia.”³⁶³. Dagmar afirma que discutem amplamente diferentes linhas e prática de pedagogos e pedagogas, tais como, Paulo Freire, Vygotsky, Dewey, Piaget, Montessori, porém é profícua em responder:

Como atuamos cercados pela necessidade de soluções prementes, **não podemos nos sentir engessados por planejamentos rígidos, comandados por linhas procedimentais previsíveis**. Quem fala de nosso próximo passo é o desafio do caminhar, a intriga do cotidiano. O melhor a fazer não é o que os rígidos programas prometem, os estáveis projetos estipulam, mas a resposta pronta ao problema de cada dia que em cada criança a toda hora se manifesta.³⁶⁴

Uma postura me chamou atenção nas pedagogias da *Casa do Zezinho*: **o interesse em saber como permitem a abertura ao acaso do cotidiano**. Avalio que o *engessamento* citado pela pedagoga Dagmar está muito presente na *UNIDADE* e algumas instituições de acolhimento institucional com as quais tive contato no Distrito Federal, sendo aparentemente mais *cultural – da práxis –*, do que *normativo*.

A *Metodologia do Arco-Íris* foi inspirada nas cores do arco-íris: vermelho, laranja, amarelo, verde, azul, anil (ou índigo) e violeta. As cores, como explica Tia Dag, fazem parte da *filosofia de vida* do *Zezinho*, afirmando que “cada ser de luz carrega interiormente a

³⁶³ ANTUNES, Celso, op. cit., p. 37.

³⁶⁴ Idem, p. 37 (grifo nosso).

vibração de todas essas cores”.³⁶⁵. As cores são correspondentes aos *espaços de aprendizagem*, tratando-se de um conceito contrário ao de *sala de aula*, o qual qualifica como “preso a uma concepção predatória da pessoa que está ali para obedecer e não questionar.”³⁶⁶ O quadro a seguir mostra de forma sintética a relação dos *espaços de aprendizagem* com as correspondentes faixas etárias, características e metodologias que não estão estancadas aos acontecimentos do cotidiano.

§ “Um Zezinho é em torno de quatrocentos a quinhentos reais, tá? Igualzinho a um presídio de Segurança Máxima: três mil reais. Um presídio normal: mil e quinhentos reais. Febem: cinco mil reais. Pra onde vai esse dinheiro? Quanto chega lá pro interno? Cinco mil reais? Dá para fazer muito curso, muito psicólogo, muito terapeuta, trabalhar família... Cinco mil!” – Tia Dag em *É Disso que eu Tô Falando*.³⁶⁷

³⁶⁵ Ibid., p. 187.

³⁶⁶ Ibid., p. 188.

³⁶⁷ Entrevista da pedagoga no documentário *É Disso que eu Tô Falando* (2016). Direção: Edgar Bueno. 28min. Color. Filme disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=i-GhmFGkxU0>>. Acesso em: 20 fev. 2016. O filme traz entrevistas com pessoas de seis Organizações da Sociedade Civil (OSCs) que debatem a questão da redução da menor idade penal no Brasil, trazendo sugestões práticas que envolvem programas de arte, cultura e educação, como forma de evitar o encarceramento de jovens, especialmente aqueles *em situação de vulnerabilidade social*. As organizações entrevistadas são *Casa do Zezinho*, *Coletivo Pombas Urbanas*, *Instituto Daniel Comboni*, *Projeto Memórias Construídas*, *Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca) de Sapopemba* e *Anistia Internacional*.

Nome da Sala	Faixa etária	Características	Metodologia em síntese
Sala Violeta – cor violeta (menor comprimento de onda de luz, acima desta frequência a cor não é mais vista)	Crianças de 7 a 8 anos de idade	Porta de entrada – foco sobre a invisibilidade da criança que não é percebida socialmente.	Trabalhar identidade, vontade, corpo e sonhos; Acolhimento total; Lúdico na aprendizagem;
Sala Jeans – cor índigo (cor da luz localizada entre azul e violeta. Muitas pessoas não conseguem distinguir)	Crianças de 8 a 9 anos de idade	As crianças nesta faixa de idade estão um pouco mais perceptíveis ao olhar externo.	Despertar sensibilidade e criatividade; Zezinhos mais questionadores; – Experimentar texturas novas nos trabalhos de arte, diversificando as cores e leitura; Trabalhos com movimento: quadras, piscina, salão de dança, oficinas de arte e capoeira.
Sala Mares – cor azul clara (azul celeste, cor da comunicação, cor do planeta)	Crianças de 9 a 10 anos de idade	Crianças mais comunicativas. Mais poder de fala e discussão.	Recuperar infância; Noções de cidadania e do Estatuto da Criança e do Adolescente; Aperfeiçoamento da competência linguística e comunicativa; Trabalhar os vínculos entre a aprendizagem e o cotidiano da criança, com suas necessidades reais.
Sala Matas – cor verde – junção do azul e amarelo, revela a inquietude e os questionamentos desta fase	Pré-adolescentes de 11 a 12 anos de idade	Passagem da infância à pré-adolescência. Tratamento com mais atenção e cuidado em razão dos desequilíbrios que podem ser gerados.	Nem criança nem adulto; Comportamentos de risco; O papel do outro na minha vida; Orientação sexual; Preconceitos; Jogos teatrais; Valorização dos saberes e talentos.
Sala Solar – cor amarela (estimula o sistema nervoso central, o intelecto, associada ao calor e à luz do Sol)	Jovens da primeira adolescência de 12 a 13 anos de idade	Pensam no que são e para que servem – Acompanhamento psíquico para a transposição do infantil para o adulto é período em que surgem cobranças sociais: “O que o Outro quer de mim?”	Trabalhos e vivências em grupo – autorrealização em grupo; Oficinas de movimento devido a descoordenação motora; Percepção de limites; Negação de verdades idealizadas e estabelecidas pelas instituições sociais; Autonomia, autoconfiança.
Sala Oriente – cor laranja (cor da alegria; proporciona atitude perante a vida; é antidepressiva)	Jovens da média adolescência – 13 a 15 anos de idade	O grupo participa de todas as “trilhas pedagógicas” da Casa do Zezinho, assumindo papéis de liderança perante os mais novos.	Introdução do conceito de Nação e diversidades culturais – noções de cidadania; Conhecimento – saber fazer; Quem fala e de onde se fala.
Sala Coração de Estudante – cor vermelha (energia e vitalidade – associada ao coração)	Adolescentes de 16 a 21 anos de idade	Grupo com questões sobre o trabalho. Período de construção de identidade, considerando as difíceis exigências familiares e sociais. Atuar no mundo sem esquecer os sentimentos – coração.	- Capacidade para fazer cálculos e resolver problemas; A violência é um fenômeno com múltiplas causas, não existindo <i>uma</i> violência; Transição da escola para o trabalho; Variáveis de gênero, raça e condições socioeconômicas e vulnerabilidade social.

O livro *Pedagogia do Cuidado* apresenta, em sua maior parte, crônicas escritas por Celso Antunes e que narram histórias de quarenta e um *Zeinhos*, as quais demonstram a interação dos jovens com a *Tia Dag* e também parte das situações cotidianas ocorridas naquele espaço:

[...] Enquanto mantinha cavalo e menino em um canto, Dag tratou de receber o intruso. Soube da verdade. O cavalo, realmente, pertencia ao exasperado morador e o menino, no enlevo de sua paixão, dele se apropriara apenas por sabê-lo machucado, desejando diminuir sua pena. Dag, com fala mansa e promessa de que de lá o proprietário não sairia sem seu animal, foi acalmando o enfurecido e, minutos depois, ousou propor:
 - O senhor reparou como o menino gosta de seu cavalo? Sabe que veio até aqui não para escondê-lo, mas para o salvar? Não há razão para punir quem com tanto carinho trata tão bem um animal. O senhor não poderia contratá-lo para tomar conta de seu cavalo? Saiba que não existirá tratador melhor e com alguns reais terá a confiança de que esse seu “ganha-pão” estará protegido e cuidado [...]³⁶⁸

A similitude das questões trazidas pelos *Zeinhos* com os jovens de acolhimento institucional é expressiva. A ocorrência de imprevistos é recorrente em nossas relações com a vida destas crianças e jovens. Entendo que práticas como a da *Metodologia do Arco-Íris* podem ser fonte de grande incentivo para o acolhimento institucional de crianças e jovens *em situação de vulnerabilidade social*.

A *Casa do Zeinho* exporta sua metodologia para outras instituições, afirmando a pedagoga *Tia Dag*

Como nosso projeto é um projeto de práticas educativas, dinâmicas sociais e espaços de cidadania, que se pauta pelo desenvolvimento humano e de valores para populações de baixa renda, acreditamos que a partir de um diagnóstico que levante as especificidades de cada comunidade é possível estabelecer analogias e transferir metodologias sociais.³⁶⁹

Diante disso, mesmo a participação da família e a tentativa de reestabelecer o vínculo familiar, questões que ganham a atenção de profissionais envolvidos com o atendimento a jovens *em situação de acolhimento institucional e situação de rua* poderiam ser mais bem atendidas e trabalhadas pela *UNIDADE* e *unidades de acolhimento*, utilizando-se, por exemplo, ações que trouxessem a família para próximo aos jovens, mas para isto, é necessário atirar-se no desconhecido território das situações imprevistas. Conheci atitudes pioneiras por parte de alguns servidores das *unidades* que tentaram várias formas de reaproximar os jovens

³⁶⁸ ANTUNES, Celso, op. cit., p. 45.

³⁶⁹ Idem, p. 210.

de suas famílias, seja por telefonemas, visitas, encontros, mas infelizmente desistem, sendo parte por desmotivação dos próprios jovens ou familiares, além da conhecida falta de apoio das coordenações das instituições, o que torna as ações ineficientes e casuais.

Figura 41– Fotografia em ângulo aéreo da *Casa do Zezinho*



Fonte: Disponível em: <<http://www.suhai.com.br/seguranca/rh-Casa-do-Zezinho.html>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

Figura 42 – Fotografia em ângulo aéreo da *Casa do Zezinho*



Fonte: Disponível em: <<http://blogdatiadag.org/casa-do-zezinho/>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

Figura 43 – Fotografia de um dos espaços da *Casa do Zezinho*



Fonte: Disponível em: <http://www.chrisflores.net/portal2/site/materia.php?cod_categoria=18&cod_materia=369>. Acesso em: 20 mar. 2016.

Figura 44 – Fotografia de *Tia Dag* e *Zezinhos* em entrevista à Revista *Época*



Fonte: Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI68990-15228,00.html>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

Figura 45 – Fotografia de apresentação da Orquestra da *Casa do Zezinho* – *Projeto Toca Zezinho* no Colégio Músico Wander Taffo – SP



Fonte: Disponível em: <<https://agz21.wordpress.com/tag/toca-zezinho>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

Assunto 12 – Um buraco na muralha: o projeto Giração

Desde o início de minha convivência com jovens e servidores na *UNIDADE*, ouvia uma palavra constante, *Giração*. A *UNIDADE* por vezes era chamada de *Giração* ou, ainda, de *Projeto Giração*. Durante os percursos com os jovens até o local de ensaio de *Meninos da Guerra*, eles me contavam seus sonhos, reclamações e compartilhavam histórias de vidas. Conversando sobre a *UNIDADE* diziam-se saudosos do *Projeto*³⁷⁰.

O *Projeto Giração* corresponde a uma iniciativa do Centro de Referência, Estudo e Ações sobre Crianças e Adolescentes (Cecria)³⁷¹, a Petrobras e o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua do Distrito Federal. Inaugurado em 2007, o Projeto tinha o valor de aproximadamente R\$ 300.000,00 fornecidos pela Petrobras. Realizei uma conversa com a cofundadora do projeto, *Eliena Francisca de Barros*, a *Tia Eli*, a fim de saber informações

³⁷⁰ As informações sobre o *Projeto Giração* foram retiradas de entrevista realizada com Eliena Francisca de Barros, militante do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de rua, desde 1986 e coordenadora do projeto no período de 2007 a 2012. Além disso, serão utilizados materiais disponibilizados pela própria entrevistada e entrevistados do Grupo Focal I – servidores da SEDESTMIDH/DF. Em razão da impossibilidade de se manter o sigilo sobre a identidade da entrevistada diante de sua ação peculiar como cofundadora do projeto, foi realizada por esta pesquisadora, consulta ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/IH), a fim de que fosse autorizada a divulgação da identidade da respondente, com a condição de serem omitidos de sua transcrição, nomes e demais informações que possam prejudicar terceiros ou a própria respondente.

³⁷¹ O Centro de Referência, Estudo e Ações sobre Crianças e Adolescentes (Cecria) é uma Organização Não Governamental (ONG). De acordo com informações constantes em um site oficial, a ONG foi fundada em 1993 por iniciativa de um grupo de profissionais militantes em Direitos Humanos, tendo como missão a defesa de crianças, adolescentes, jovens e pessoas ameaçadas ou violadas em seus direitos. Constitui-se como um Centro de Pesquisa, capacitação e ações que vislumbrem subsidiar políticas públicas e Organizações da Sociedade Civil. Disponível em: <<http://www.salvemascrianças.org/wp/?p=4152>>. Acesso em: 5 abr. 2016.

sobre o *Giração* e sua ligação com a *UNIDADE*. Além dela, a *Conversação* com o Grupo Focal I – servidores da SEDESTMIDH/DF trouxe-me fatos históricos que permitiram ter outras compreensões sobre o funcionamento da instituição.

O *projeto* inaugurou a história do serviço prestado hoje em dia. No ano de 2009, instalase fisicamente no local onde atualmente funciona a *UNIDADE*, iniciando a proposta de unir Sociedade Civil e Governo, a fim de que o cuidado e o acolhimento aos jovens *em situação de rua* pudessem ser exercidos como política pública. A proposta era transferir a metodologia do *Projeto Giração* para servidores e Administração Pública.

Conversação Grupo Focal 1 – Servidores SEDESTMIDH/DF

Brunetto – “[...] a ideia é que houvesse a transição de uma metodologia. Que as pessoas que atuavam dentro desse movimento fizesse essa transição: formasse a equipe de servidores dentro daquela metodologia. A ideia é que esse momento híbrido acontecesse para que a transição se desse.”

Tia Eli – “[...] aí quando nós chegamos no GIRAÇÃO era uma parceria MOVIMENTO e SEDEST. A SEDEST entrava com aquele espaço, telefone, água e luz e a comida e nós com a metodologia e com os educadores do MOVIMENTO.”

Identifiquei também o consenso entre a cofundadora do *Projeto Giração* e os servidores da SEDESTMIDH/DF quanto à necessidade do atendimento aos *jovens em situação de rua* ser uma política pública:

Conversação Grupo Focal 1 – Servidores SEDESTMIDH/DF

Beatrice – Quando você perguntou se deveria voltar com a ONG, a minha opinião é que o Estado deve assumir isso. Mas a questão é que a política social tem dificuldade. Se você olhar o SUS não atende o povo brasileiro, ele atende parte. Porque não tem recurso suficiente e investimento suficiente. Porque os Estados e os governantes não assumem essa tarefa dessa política social, de fato. E muito menos da assistência social. Porque na saúde você tem uma pressão da população. A classe média está denunciando, tem uma pressão da demanda, e o Estado tem de movimentar e tem de oferecer alguma coisa. Agora com relação à assistência social, que atende o desvalido, atende o não cidadão, atende aquele que não tem poder de pressão. Então o Estado não sofre uma pressão.

Tia Eli – Nós estamos lutando a vida inteira por política pública! Por que que a gente acredita na política pública? Ela pode ser compartilhada! É porque os impostos dos trabalhadores tem de servir de volta para os trabalhadores. E é o Estado que detém o dinheiro dos trabalhadores, então é o Estado que tem obrigação. Uma ONG jamais vai cumprir o papel do Estado. Por que? Porque ela não detém o recurso. O Movimento de Meninos

e Meninas de rua sabe trabalhar, sabe articular os meninos, tem metodologia pra isso, mas ele não tem os recursos financeiros.

A importância de entender o *Projeto Giração* e o trabalho que foi desenvolvido por *Tia Eli* e sua equipe de educadores sociais justifica-se diante de sua recorrência na fala dos jovens quanto aos aspectos de vínculo, afeto e sensação de acolhimento, o que não presenciei em relação à *UNIDADE* e unidades de acolhimento, conforme episódio narrado por *Pelezinho*, em relação à sua estadia:

Conversação Grupo Focal III – Meninos, Policial e Funcionária

Pelezinho – Eu fui pro abrigo porque foi o meu salvamento mesmo, porque eu tava na rua, completamente na rua. Aí eu fui pra *UNIDADE*. Não gostava muito de lá não, porque tinha gente muito grande e eu apanhava pra caramba, apanhava muito mesmo, muito... Aí eu conheci todo mundo melhor, aí o Besouro não deixava ninguém me bater... Quem me batia, já escafedeu-se já...

Se por um lado os jovens falavam em nossas conversas sobre o carinho e a saudade que sentiam do *Projeto Giração*, identifiquei uma espécie de *contentamento* em relação às unidades de acolhimento, as quais foram mencionadas pelo papel de prover sustento físico e básico a eles:

Conversação Grupo Focal III – Meninos, Policial e Funcionária

Princesa – Aí, a coisa boa é que eles incentiva a gente a estudar, insere a gente em trabalho: Jovem aprendiz, essas coisas. A gente tem boa alimentação, essas coisas, né?

O *Projeto Giração* pareceu-me ser bastante agradável aos jovens da *UNIDADE* que a frequentaram há época. Referiam-se à administradora do projeto, *Tia Eli*, como a “mãe de todos” e que “cumprava o que falava”. Mencionavam que, caso não fosse possível realizar algo ela “não se comprometia”, sendo, portanto, “diferente do que acontece na *UNIDADE*”. O nome do *Projeto Giração*, de acordo com a entrevistada *Tia Eli* foi uma criação do próprio grupo de jovens que constituía a base do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua do Distrito Federal. O nome articula com organicidade a vivência dos *jovens de rua* que possuem o hábito de *circular e movimentar*:

Tia Eli – Aí os meninos já tavam cansados dessa história de nome. Aí falou assim: “Ah, deixa qualquer *gira* aí! Tendo *gira* tá bom!” Aí nós deixamos

Giração. Por que a ideia de *Giração*? Que já era que eles girava mesmo, girava na Rodoviária, girava numa cidade pra outra... e *ação* porque a gente ia produzir novas ações. Aí ficou *Giração*! Por isso que são tão ligados neste diabo desse *Giração*, até hoje...

Entre as informações trazidas pelos jovens sobre o *Projeto* em nossas conversas e anotadas em meu Diário de Campo destaco:

- a) Os quartos eram divididos entre os “caixa baixa” – menores de 12 anos, os meninos, as meninas, as “libélulas” – homossexuais, os maiores de idade da Rodoviária do Plano Piloto e os casais;
- b) A comida poderia ser preparada pelos frequentadores, ao contrário do que ocorria na *UNIDADE*, onde um dos jovens disse ter sido impedido por um dos servidores pelo fato de “gastar muito gás”;
- c) A equipe do *Projeto Giração* fazia os jovens “se sentirem em casa”, porque os funcionários eram mais próximos deles e atenciosos; e
- d) Havia “assembleias” em que os jovens podiam se manifestar e opinar sobre suas condições de acolhimento e também reivindicar melhorias.

Canto I – O início do Projeto Giração e sua instalação física

O *Projeto Giração* inicia-se com as seguintes características: *i*) Iniciativa dos próprios jovens com histórico e vivência de rua, os quais questionaram a inexistência de ações voltadas ao público em questão; *ii*) Surge da própria Sociedade Civil em movimento de cooperação entre Cecria, Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNNR), com a utilização de recursos públicos obtidos em projeto aprovado pela Petrobras. Estas informações foram levantadas nos seguintes trechos em conversa realizada com *Tia Eli*:

O *Projeto Giração* é uma iniciativa, foi uma iniciativa de dois jovens. Uma desses jovens é a D.P. que vendia flores na Rodoviária e o outro é o B. que já tinha sido um menino que já tinha sido atendido pelo *Movimento*³⁷² tava trabalhando de garçom e tava revoltado com o *Movimento* que na época tava fazendo um trabalho com os catadores. Então ele foi lá e disse: “Ah que movimento é esse que não tem meninos de rua lá?”. Eu disse: “Ah B. vamos pensar numa proposta. Aí nasceu a ideia do *Giração*. A ideia do *Giração* era o que? Era um momento de que não tava tendo, se tava tendo, não tava atendendo. A política atendendo os meninos e meninas de rua... **Então,**

³⁷² O termo *Movimento* é utilizado pela entrevistada/respondente para se referir ao Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua do Distrito Federal (MNNMR).

começamos um trabalho de observação na Rodoviária que é a Metodologia do Movimento, de observação, de atividade sistemática na Rodoviária. Daí fomos construindo essa ideia do Projeto Giração.”

Tia Eli contou-me que já atuava desde o ano de 1986 com questão de direitos e garantias da criança. Ao ingressar na seara de adolescentes foi até a cidade de Recife e pesquisou práticas pedagógicas do MNMR do local. Apesar de saberem os tipos de ações que gostariam de realizar, faltava ao grupo a articulação e a ferramenta para exercer o *saber*. Tinham a prática, mas era inviável realizar alguma ação sem financiamento. Assim, contaram com o apoio da própria *Petrobras*:

Aí a gente foi... não tinha dinheiro, fizemos a primeira ideia do projeto, mandamo pra Petrobras: nada. Ficou numa tal de cama não sei o que de projeto. Aí tudo bem, eu fui participar de um.... Oh, a gente sem dinheiro não tem como não, já tô vivendo de brisa né? Como é que eu vou fazer projeto na Rodoviária, mais um dia e aí? Isso serve pra quê? Pra nada, eu vou caçar confusão. Aí eu fui convidada para participar do encontro dos Conselheiros Tutelares. Tô lá bonitinha, aí a (nome em sigilo) me chama e fala assim: Eli, tu tava com uma ideia de um projeto que foi pra Petrobras e nada? Eu disse assim: “Eu não, os meninos”. Ela disse: vem cá que eu vou te apresentar pra uma pessoa. Eu disse: “Ah tudo bem, vamo eu vou lá”. Aí chego lá era uma pessoa que trabalhava na Petrobras. Ela me chamou lá e eu falei da ideia do projeto. Ela disse, “não, senta aqui!” Eu disse: “senta aqui?” Ela com os computadores lá. Aí ela mesma começou...eu fui falando porque até hoje eu sou ruim de informática, “analfabyte”, né? Eu disse: ah, não sei fazer isso não! Aí ela foi escrevendo e ela ia falando isso e isso. Nós acostumados com dinheiro o que? No máximo a gente tinha 100 mil. Aí eu fui contando e ela foi botando tudo. Tudo que devia ter no projeto. Eu falei: “Ah, deve ser mais uma das lendas!” Aí tudo bem, ela fez esse projeto todo, bonitinho. Eu sei que eu saí lá desse encontro, o projeto tava pronto, prontinho.

Nota-se que o *Projeto Giração* surge em respostas às demandas do próprio público para o qual se voltou: os jovens em situação de rua. Isto me leva a considerar a reunião desta comunidade específica e seu conhecimento pautado na vivência, na experiência, como cita Maffesoli quando distingue, em entrevista ao professor Gilberto Icle, o que seria *conhecimento do saber*.

O conhecimento sob a perspectiva do sociólogo implica uma construção coletiva e conjunta, o que me aproxima da construção de como ocorreu ao *Projeto Giração*, que mais tarde ganharia o substantivo *casa* pelos jovens e ousou dizer, associado ao termo *lar*, que, fora de análise puramente gramatical, ganha neste ponto a qualificação de “adjetivo”. Quanto ao *saber*, Maffesoli menciona que ele envolve uma organização que pressupõe uma hierarquia, aproximando-se mais de instituições governamentais como ocorre à *UNIDADE* e *unidades de acolhimento*.

Entretanto, embora consciente de seus direitos e da necessidade de garanti-los, os grupos precisam se instrumentalizar, e, para tanto, as iniciativas em cooperação com o próprio governo pareceram facilitar o acesso e tornar possível a realização do *projeto in casu*. Neste ponto, para operacionalizar os direitos, que implicarão em *garantias* parece ser necessário a aquisição de um *saber*, uma *técnica*.

Com a aprovação do projeto pela Petrobras, a equipe instalou sua sede no Edifício Conic – Setor de Diversões Sul, próximo à Rodoviária do Plano Piloto, onde se concentram grande parte dos *meninos e meninas em situação de rua* de Brasília. Houve estratégias para ocupar a sala, tendo em vista a possibilidade de recusa por parte da vizinhança, o que mais tarde realmente aconteceu com a confecção de um abaixo assinado para a retirada dos jovens do local. Pode-se dividir as etapas do *projeto*, em relação à ocupação física, em três fases:

- a) Fase 1: Aluguel de sala no Edifício Conic, onde os jovens inicialmente não dormiam, mas apenas ocupavam durante o dia para participarem de atividades como assistir filmes e desenhar;
- b) Fase 2: Em decorrência de uma reportagem jornalística realizada com os jovens, veio à tona alguns crimes praticados contra meninos e meninas, como exploração sexual e uso para o tráfico de drogas. Assim, vários deles foram ameaçados de morte, passando a ocupar integralmente a sala que não tinha estrutura o suficiente para atender à demanda. Foi nesta fase que os responsáveis pelo *projeto* receberam um abaixo-assinado pela vizinhança para que desocupassem o local.
- c) Fase 3: Os órgãos públicos realizam parceria com o *projeto* especialmente a Sedest – nome há época, tendo então ocupado novas instalações a partir do ano de 2009, local onde funciona até hoje a *UNIDADE*.

Canto II – Proposta de trabalho e atividades do Projeto Giração

Ao avaliar as informações das entrevistas, o *Projeto Giração* parece configurar-se como um trabalho experimental *bem sucedido* sob vários aspectos, pelo qual o próprio grupo, com seus *costumes* e *práticas* parece ter conduzido de forma *autônoma* sua organização direcionando-se à promoção de direitos e garantias da juventude *em situação de rua*.

Sobre as atividades do *projeto*, a entrevistada *Tia Eli* classifica a primeira vivência com os jovens como uma *atividade*, o que parece se aproximar de minha experiência com os *meninos*

no acompanhamento a passeios, onde o convívio foi configurando pouco a pouco nosso vínculo, tão caro às atividades teatrais com aquele grupo:

Na Rodoviária a gente tinha as atividades que a gente combinava com os meninos da rua. Então, na Rodoviária a primeira atividade que nós fizemos, cheguei lá tinha a C. que tá bem viva lá, cê quiser cê pode procurar, deve ser uma adulta de rua. Que tava bastante suja. Eu disse: “Eu venho trabalhar aqui, mas não vou trabalhar nessa sujeira.” É o primeiro pau que nós tivemos lá. Aí nós fizemos uma reunião primeiro, uma conversa, ali mesmo sentada na Rodoviária. **Que as nossas coisas era tudo ali, feita com os meninos mesmo.** Aí combinamo tal. Ah! A C. xingou tudo” “Ah! Que eles tava sujo não era porque eles queriam, num sei o que”. Então tudo bem, **vamo ver o que a gente pode fazer.** Fomo tomar banho no lago né? Arrumamo um ônibus, fomo pro lago, tomamo banho o dia todo, fizemos churrasco ih! Fizemos tudo! Aí tiramos macuco dos pés e ficamos de molho lá no lago. Botamos frango pra descongelar lá dentro do lago. Assamos lá no lago. Pronto, ali na prainha, **foi nossa primeira atividade, depois desse processo de observação que a gente tinha feito.**” (grifos nossos)

A predisposição para atender às demandas dos jovens e o direcionamento das atividades conforme o que estava ocorrendo, sem impor comportamentos ou esperar a adoção de regras impostas de uma instância – educadores aos jovens aparenta ser uma condição imprescindível à participação dos jovens e seu mergulho na proposta. Quando a entrevistada menciona “Que as nossas coisas era tudo ali, feita com os meninos mesmo”, considero relevante dois aspectos: o *fazer com* os meninos e não *para os* meninos, o que remete à espontaneidade, invenção e imprevisto – “vamo ver o que a gente pode fazer”. Estes aspectos encontram-se bastante difundidos entre a população *em situação de rua*. Considero um processo de aprendizado que leva em conta as especificidades do grupo, sem ter um *saber* previamente estruturado e, por isto, representativo, o que pode implicar vigilância, tal como se observa nas instituições públicas destinadas ao *acolhimento institucional*. Nestas é claro enxergar a ausência de tempo e espaço, onde a virtualidade construída impede, dificulta, não facilita que o jovem tenha a autonomia de promover seu “autoencontro”³⁷³

No momento em que tentou repassar a metodologia, do que chamo de *estar junto*³⁷⁴ aos servidores da *UNIDADE*, a entrevistada deparou-se com dificuldade, já que suas ações

³⁷³ PELLANDA, Nize Maria Campos. **Maturana e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 39. (Coleção Pensadores & Educação).

³⁷⁴ A política do *estar junto* foi discutida neste trabalho no Livro II, em que discorro sobre as Oficinas de Teatro iniciadas na *UNIDADE*, onde a proposta de um produto final acabado foi substituída pela prática de conviver com os jovens, dentro do que propõe Maffesoli que a concebe como a *espontaneidade vital*, que assegura as relações culturais (MAFFESOLI, 1998, p. 141).

permeavam terrenos mais desprendidos e “dionisíacos”,³⁷⁵ afeitos aos jovens *em situação de vínculo crônico com a rua*, como revela este trecho de nossa conversa:

Pesquisadora: E nesta época não tinha a interferência do Governo ou tinha que era a Sedest?

Tia Eli: Já tava chegando alguns funcionários da Sedest. Pensa esses funcionários ir pro lago, aí eles queriam o bombeiro porque eles não iam se responsabilizar se os meninos morressem, se não sei o que... Eu disse: “Mas nós vamos meu filho, toda sexta-feira!” Aí eu tinha de deixar eles lá na casa sentado assobiando e ir só com os meus educadores do Movimento. Cansei de fazer isso... Porque eles dizem que tem a lei...

Pesquisadora: Não queriam se comprometer?

Tia Eli: Não. Dizia que era perigoso. Eu dizia: “Meu filho, mas esses meninos, a polícia joga eles lá da ponte todo dia... eles tudo sobrevive, então eles não vão morrer assim lá no lago. Eu levo eles toda a sexta-feira, nunca morreu nenhum.” Ah! “Que ia roubar a vizinhança!” Eu digo: “Meu filho eu já conheci todos eles roubando”, mas eles tem compromisso, eles não rouba quando estão com a gente. Só se tiver um “celularzão” muito “me leva, me leva” (risos). Eles leva, mas eles me devolve inclusive, né?

Muito embora houvesse a intenção de ambos em obter esta *parceria*, parece que as eventuais divergências, diante de *formas de atuação* tão diferenciadas, não foram administradas com o propósito de promover o bem-estar do acolhido, já que tanto Estado-Sedest quanto Sociedade Civil-*Giração* concordavam sobre a importância de se constituir direitos à criança e adolescente em situação de rua como política pública. Houve uma clara separação, pois o modo de atuar da sociedade pareceu ao Estado, *inapropriado legalmente e moralmente*, de acordo com as *Conversações* e interações que tive com os jovens no decorrer destes anos de pesquisa.

Neste sentido, vale a pena se debruçar sobre as atividades propostas pelo *Projeto Giração*. *Tia Eli* informa que eram diárias e diversificadas. Além disso, não só no início, mas também no decorrer do projeto, a equipe atuava na Rodoviária do Plano Piloto, onde se concentram muitos meninos e meninas *em situação de rua* realizando atividades no próprio local, como futebol, *hip hop*, capoeira.

Qual era a primeira atividade que queria? Futebol. Começamos, jogamos muito futebol no gramado da Rodoviária. Depois era *hip hop*. Tinha professor que era um voluntário. A gente ligava o rádio lá numa tomada... Eu num lembro agora quem é que dava luz pra nós na Rodoviária, mas nós

³⁷⁵ MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

ligava lá e tinha *hip hop* na Rodoviária, com os meninos. **Combinado: guardava as drogas e a gente fazia as atividades.** Era atividade complicada? Era, uma meia hora de atividade. (grifos nossos)

A aceitação quanto ao fato de os jovens dependerem das drogas tanto para uso quanto para venda também parecia ser algo que facilitava com que eles participassem das atividades no *projeto*. Tal conduta aparenta afastamento do exercício de uma *vigília* para o domínio da *aceitação e do afeto*, facilitando, assim, o processo de confiança que possibilita a ocorrência das *relações sociais*³⁷⁶. Neste sentido, o Estado promove um afastamento por exercer a função de controle e disciplina, mediante seus servidores, sob pena de punição.

Se as atividades eram diárias e diversificadas durante o *Projeto Giração*, há época em que realizei a pesquisa de campo na *UNIDADE*, com exceção de esporádicas iniciativas de alguns servidores, elas não ocorriam, sendo evidente durante a *Conversação* com o Grupo Focal I, algumas das dificuldades apontadas por *Tia Eli*, tais como o *desinteresse* e o *medo* presente na atuação de grande parte dos servidores.

Conversação Grupo Focal 1 – Servidores da SEDESTMIDH/DF

Dante – [...] Semana passada eu estive numa CASA (refere-se à *UNIDADE*) que estava com um menino. **Um garoto. E nós temos quase quarenta servidores.** E o mais interessante é que eu ouvi um colega meu falando que “há cinco anos chegou a dormir lá com noventa meninos.” E agora “**eu saí do inferno e estou no céu.**” **E eu fiquei pensando... será se a gente não saiu da efetividade para o total fracasso?**

Brunetto – [...] A sensação que eu tenho é que as pessoas trabalham ali com medo. E o medo toma conta pela ignorância. **Eu não quero saber, eu não quero aprender sobre situação de rua, não quero criar empatia, não quero criar nenhum tipo de vínculo... então assim: é melhor que não tenha nenhuma parceria né? Eu acredito que existe um ambiente, um clima, que é medo, mas não é necessariamente de pavor. É o medo de perder uma regalia, de sair de uma zona de conforto,** é o medo também de lidar com o desconhecido, porque eu não sei lidar com essa situação...

Canto III – As regras e assembleias do Projeto Giração

O *Projeto Giração* pareceu-me não se realizar de qualquer forma. Havia regras entre o grupo, as quais eram estabelecidas pelos próprios jovens, sendo que o descumprimento delas acarretava em *punições*, termo empregado por *Tia Eli* durante a *conversação*. A configuração de regras e punições do *Projeto Giração*, de acordo com *Tia Eli*, possuía a seguinte estrutura:

³⁷⁶ Maturana, Humberto. **Cognição, ciência e vida cotidiana.** Organização Cristina Magro, Victor Paredes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

Quadro 4 – Estrutura Projeto Giração

Regras do Projeto Giração	Punições
Não brigar;	1ª vez: conversa;
Não usar drogas dentro da “casa”, utilizando apenas no <i>horário livre</i> – 18h às 22h – e fora da “casa”;	2ª vez: conversa;
Não vender drogas dentro da casa;	3ª vez: conversa;
Não comer fora de hora;	4ª vez: advertência;
Não chegar fora do <i>horário livre</i> ;	5ª vez: realização de alguma tarefa da casa, definido em assembleia. Exemplo: lavar roupas.
Não roubar e não furtar;	Inexistência de <i>expulsão</i> da casa.
Cada quarto tinha o seu coordenador – um dos meninos eleito pelos moradores do quarto, que coordenava o quarto;	Suspensão do <i>horário livre</i> .
Realização de assembleias todas as sextas-feiras para resolver questões ocorridas durante a semana: quebra de regras, assuntos administrativos e demais assuntos envolvendo as normas do <i>projeto</i> ;	
Todos devem estudar.	

Tia Eli declarou que havia mais regras das quais não se recordava. Entre as regras combinadas com os jovens, a realização das *assembleias* ganhou destaque, pois todos participavam desta *atividade*, onde o próprio grupo de *educadores* e jovens decidiam os problemas em conjunto. Sobre as *assembleias*, *Tia Eli* explica:

E essas regras, o cumprimento delas era feito nas assembleias. Quebrou a regra? Aí não tinha nada disso, de que eu sou legal, ir lá conversar com ele na salinha não! Toda sexta-feira tinha assembleia. Então, qualquer coisa....**o povo dizia das nossas assembleias: “Ah, mas a gente fica pelado nas Assembleias!”** Mas era a linguagem que eles entendiam. E combinavam assim...Então era assim: *Lutadora* roubou? Tava na Assembleia que roubou. Usou droga? Tava na Assembleia que usou droga. É, roubou lanche? Vendeu pro guarda? Tinha isso também!” (grifos nossos)

O cumprimento das regras relacionadas pelo próprio grupo me parece enfraquecer o sistema de vigilância panóptico, em que um mais empoderado controla o outro. A existência de regras definidas em assembleias, muito embora houvesse punição diante do não

cumprimento, pareceu-me ser estabelecida para a própria defesa do grupo. As normas estabelecidas aparentavam ser mais *democráticas*, tendo-se a ciência de que o descumprimento poderia prejudicar o próprio grupo, como ser apreendido e levado à DCA em situações de briga ou uso de drogas. Parece-me que o grupo resolveu que seria importante evitar problemas mais graves e, por isso, estabeleciam entre si as regras de convivência.

Com o ingresso da presença do Estado na *UNIDADE*, os servidores do Grupo Focal I apontaram que uma das dificuldades neste processo de gestão compartilhada consistia na resistência do corpo técnico, o qual, por possuir um conhecimento específico – um *saber* engendrado, apresentou dificuldade em realizar a escuta dos jovens acolhidos:

Conversação Grupo Focal I – Servidores da SEDESTMIDH/DF

Virgílio – Então a assembleia existia no sentido de eles solucionarem questões que existia no cotidiano da *UNIDADE*, propor processos, propor ideias para o modelo de atendimento que eles desejam... era no sentido de trazer um protagonismo, pra permitir que eles tivessem voz dentro do trabalho. **A minha voz não era para ter mais voz que a do menino, dentro da assembleia, tá todo mundo igual dentro daquele espaço; que foi se perdendo ao longo da história da UNIDADE.** [...]

Eu sou o gestor, eu que tenho de saber; eu sou o técnico, eu que tenho de saber. Eu acho que os espaços de possibilidades para que outras vozes entrem dentro do processo, vozes que não tem esta habilidade tecnocrática, de concessão de processos rígidos, eu acho que eles estão pouco preparado para esse modelo, um modelo mais orgânico de trabalho. **“Como é que eu vou aceitar que alguém que é atendido por mim diga o modo que eu tenha de conduzir?”** Ou como que a rotina de uma *UNIDADE* possa ser organizada por garotos que o que eles querem é burlar. **Porque se ele quer burlar, então o que ele vai inventar são modos para que o satisfaça.**

Tal conduta aproxima-se das contribuições de Foucault, já mencionadas nos Livros anteriores quanto ao *poder* e ao *saber*. Ganha evidência o fato do poder não implicar algo estritamente repressor e oclusivo, sendo sim revelador da *atividade* que corresponde a um *saber* e por isso, em *controlar, reger*. Permitir que os próprios jovens assumissem espaços onde era possível gerir *autonomamente* suas vidas dentro da *UNIDADE* significava também *empoderá-los*. Isto não repercutia, pelo que me parece, de forma positiva em uma instituição, cujo funcionamento e organização estrutural está mais afeito à vigilância. Com isto, o temor, pela desconfiança de que os jovens poderiam vir a fazer algo errado com este *poder*, torna-se evidente na última frase mencionada por *Virgílio* quando associa a palavra *inventar* a *burlar*. Há um fechamento de ideias e considerações acerca dos jovens que impede a concessão de credibilidade em suas ações. A liberdade de atuação dos jovens torna-se um risco social, já que eles frequentemente *burlam* as regras sociais. O Estado age de forma inflexível e seus servidores não ousam atuar devido ao temor.

Canto IV – O horário livre e o uso de drogas

Outra regra que os jovens deveriam seguir em comum acordo no *Projeto Giração* era o uso de drogas apenas no *horário livre*. Esta regra consistia em permitir que os jovens se ausentassem da *casa*, no período das 18h às 22h, durante o qual poderiam fazer o uso de drogas, conforme narra *Tia Eli*:

Não, não usava droga na casa, mas todo mundo era usuário de droga. Cem por cento! Usuário de droga, né? Não era macoinha não! Aí tinha maconha, tinha tudo! Aí o que a gente combinou então? Não pode usar droga dentro da casa, um dos critérios era estudar, então de manhã ia pra escola, de tarde participava das atividades. Seis horas era *horário livre*, então, quem queria usar droga e tava muito agoniado, não sei o que.... **Eles ficava o dia todo em atividade e só usava droga de seis as dez horas. Dez horas tinha que tá todo mundo de volta na casa.**

De acordo com *Tia Eli*, foi justamente esta regra que a colocou em uma situação difícil quando a Administração Pública passou a fazer parte da estrutura do *Projeto Giração*:

E assim, um dos grandes problemas que nós tivemos foi isso, né? Porque os meninos iam aí usavam droga... eu digo: **“Gente, os meninos são usuários de droga! Não é porque eu to com essa atividade aqui que eu vou ser medíocre e dizer que eles tão tudo curado! Pra mim, se eles já estão o dia todo sem droga, que beleza! E tão só até as dez da noite nas drogas, isso é uma redução de danos que vocês nem imaginam o que é isso! (trecho em sigilo).** Aí eu tinha muito problema ... Aí eu fui construindo isso com os meninos, né? **Porque a gente não tinha um tratamento. Não tinha aonde botar os meninos.**

Este assunto merece uma análise cuidadosa. Acompanhei durante a minha vivência na *UNIDADE* episódios em que os jovens escondiam drogas e as utilizavam dentro da instituição. Como ressaltai durante toda a dissertação, o meu intuito ali não era o de vigiar os jovens, mas contribuir para a *redução de riscos* por intermédio das atividades artísticas. A necessidade de vínculo e empatia com os jovens, bem como a ética enquanto pesquisadora permitira apenas que eu tornasse minha observação participativa, evitando conflitos com a própria Administração, que apesar de cônica quanto ao uso das drogas, parecia não promover ações no sentido de encaminhar os jovens para atividades que pudessem pouco a pouco propiciar a diminuição do interesse por elas.

Pela argumentação de *Tia Eli*, a prática do *Projeto Giração* respaldava-se na própria condição dos jovens: usuários não apenas de maconha, mas de vários outros tipos de drogas.

Acrescento a isto o fato de ter afirmado que **não havia um tratamento**, o que transfere a responsabilidade ao Estado. As iniciativas para encaminhamento do jovem ao tratamento eram sempre muito tímidas, de acordo com o meu ângulo de interação com a *UNIDADE*. Cito tímidas, porque, recentemente, o jovem *Carinhoso* próximo à data de completar 18 anos, foi encaminhado por uma das psicólogas da *UNIDADE* que se articulou com a Defensoria Pública localizada na Vara da Infância e da Juventude (VIJ/DF), tendo, assim, conseguido o tratamento. Por isto, as iniciativas que possuem são pontuais e dependentes de uma ação *militante e isolada* dos servidores.

Quanto à *redução de danos* citada por *Tia Eli*, trata-se de um programa de intervenções na seara de saúde pública, envolvendo o uso protegido, a diminuição no consumo de drogas e até mesmo a substituição por outras drogas de menor gravame à saúde do usuário. A política de *redução de danos* prevê inclusive programas em que haja aconselhamento e encaminhamento para várias opções de tratamento, transferindo a participação ao usuário, afastando-se de imposições e do fim último da abstinência total.³⁷⁷

Perguntei à *Tia Eli* sobre a existência de algum caso de abandono de drogas por parte de algum jovem durante sua coordenação do *Projeto Giração*. Ao responder à questão, a jovem *Lutadora*, que a acompanhava, entrevistou contando sua própria história.³⁷⁸

Pesquisadora: E tiveram meninos que deixaram a droga?

Tia Eli: Muitos! Muitos, muitos meninos deixaram droga... Muitos! Pra mim só deles deixar... porque *os meninos de rua* mesmo, eles usam droga o dia todo... (interrupção de *Lutadora* que fala ao mesmo tempo em que a respondente – *Lutadora: Eu fumava crack, cheirava cocaína, fumava maconha, cheirava tinner, fumava cigarro...*)

Tia Eli – [...] O dia todo, quando você consegue que um menino desse parar, reduzir aqui um pouco de droga né? pra fazer outra atividade, é isso, só

³⁷⁷ A política de *Redução de Danos* é reconhecida internacionalmente pela Organização das Nações Unidas (ONU) Documento *Posição Oficial do Sistema das Nações Unidas, Prevenção da Transmissão do HIV entre usuários de drogas – 2000*. No Brasil, o *Manual sobre o cuidado à saúde junto à população em situação de rua*, desenvolvido pelo Ministério da Saúde em 2012, traz como um dos problemas centrais desta população o uso de drogas. Para tanto, recomenda que a diminuição à resistência ao tratamento, pode ser feita mediante a valorização dos ganhos obtidos com o seu início, mesmo que mínimos, e também não colocando a abstinência como meta única. Isso ajudará a pessoa a perceber avanços no processo, mesmo que não tenha deixado o vício por completo. (2012, p.75). Além disso, recomenda que o objetivo e os procedimentos sejam discutidos com a pessoa, e não impostos, sendo que a participação da pessoa nas escolhas. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/manual_cuidado_populacao_rua.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2016.

³⁷⁸ A jovem *Lutadora* já alcançou a maioridade, entretanto optei pela omissão de sua identidade para resguardá-la de eventual prejuízo. A participação da jovem na entrevista está mais evidente em sua transcrição integral anexada ao presente trabalho. A jovem foi atendida por *Tia Eli* durante o *Projeto Giração*, tendo depois se tornado *educadora social*.

outra atividade diferente é que vai motivar a vida dele pra ele criar uma perspectiva pra vida dele. E no autoritarismo você não cria nada disso...

Pesquisadora: E por que você citou o autoritarismo?

Tia Eli: É porque se... É... uma criança trancada ou um adulto resolvesse o problema de drogadição, lá na papuda tava resolvido o problema de drogadição. Num tá todo mundo preso? E num tá todo mundo drogado lá dentro? (silêncio) Entendeu?³⁷⁹

Lutadora: *Uma coisa é você construir a atividade comigo, outra coisa é você impor. Ah vamos sentar aqui ó e construir. O que é que você quer fazer?*

Canto V – A relação do projeto Giração e a polícia

A presença da Polícia na história do *Projeto Giração* ocorreu de forma diversificada. Identifiquei pelo menos dois momentos, sem desconsiderar suas nuances e diversidades. A primeira envolve uma Polícia repressiva e violenta, que se traduz não apenas nos depoimentos dos jovens com quem convivi, mas de acordo com *Relatórios Nacionais e Internacionais* sobre a atuação da Polícia Militar e Polícia Civil no Brasil, já mencionados anteriormente neste trabalho.

De acordo com *Tia Eli*, e o relato dos próprios jovens, ocorriam episódios nos quais eram jogados de cima da ponte do Bragueto³⁸⁰, ou ainda, levados para o cerrado. As observações sobre a violência na atuação policial do Distrito Federal já foram levantadas especificamente no Livro I deste trabalho, no entanto, considero relevante a realização de “conversações em conversações”³⁸¹ entre os dois grupos, ao menos quanto à parte escrita:

Conversação Grupo Focal II – Policiais

³⁷⁹ Em relação ao uso de drogas dentro dos presídios, o Jornal *El País* trouxe em reportagem do ano de 2014, o depoimento de um agente penitenciário no interior do conhecido *Presídio de Pedrinhas-MA*. De acordo com o agente, a população prisional é dividida em facções. As facções arrecadam dinheiro com os presos. Quando o preso entra e não tem facção, ele tem que dar o nome, endereço da família, pagar todo mês uma cota que varia de acordo com o padrão de vida. Esse preso acaba virando escravo, tem que lavar roupa, o xadrez, esconde a arma, passa a droga [...]. Esclarece ainda: “Na cadeia se usa muita droga, de tudo, maconha, cocaína, crack... *Pedrinhas* se tornou uma boca de fumo gigante. Os traficantes ganham mais dinheiro lá do que fora, porque fora tem a Polícia que persegue e lá dentro é tudo livre. Eles arrumam tudo pelo celular, que é uma desgraça lá dentro.” Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/26/politica/1411760527_418875.html>. Acesso em: 5 abr. 2016.

³⁸⁰ A Ponte do Bragueto localiza-se no Setor Norte de Brasília sobre o Lago Paranoá, permitindo a ligação entre o Eixo Norte e regiões como Lago Norte, Sobradinho, Varjão, Paranoá e Granja do Torto. Inaugurada em 1961, ficou conhecida como, *Ponte da Braghetto* em razão do nome da empresa envolvida na sua realização. Com o tempo, o nome foi adaptado para *Ponte do Bragueto*. Informação disponível em: <<http://vejabrasilia.abril.com.br/materia/cidade/misterios-revelados-brasilia>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

³⁸¹ MATURANA, Humberto R.; VERDEN-ZOLLER, Gerda. **Amar e brincar fundamentos esquecidos do humano**. São Paulo: Editora Palas Athenas, 2004.

Pesquisadora – Já conhece? Já viu, já ouviu falar, sabe dessa situação?

Policial 2 – Não, tô sabendo agora.

Policial 1 – Da Ponte do Brageto nunca tinha ouvido falar, agora assim...

Pesquisadora – Do cerrado?

Policial 1 – Do cerrado eu tive uma experiência um pouco desagradável quando eu era soldado... Lá em Taguatinga a gente pegava os garotos, e assim... foi meu primeiro serviço como policial, novinho, tipo assim: “Vou entrar e sair da Polícia”.

Mesmo não identificando o fato de “jogar os jovens de cima da ponte”, o Policial 1 reconheceu, bem como os demais, que já havia presenciado policiais cometendo atos que implicassem abuso de autoridade e violência, conforme revela a continuidade de seu relato:

Conversação Grupo Focal II – Policiais

Policial 1 – [...] Ele falou assim: “Aê, já cansei de te pegar, não vou te levar pra delegacia, agora é a eliminação total”. Aí eu, cara, o meu coração gelou né? Aí eu falei: “esse cara tá de sacanagem, deve ser... vamo pra delegacia”. Só que daqui há pouco o cara toma o rumo daquelas clareiras que vai pra Brazlândia. Cara, ele entrou num cerrado muito denso e falou assim: “Ó bicho, eu vou te matar!” Aí falou assim pra mim: “Novinho, pega essa garrafa e anda com ela ali uns duzentos metros”. Aí pegou a nossa, aquela puma, porra, deu um tiro: Pow!” Estourou a garrafa né? “Tá vendo ali a garrafa? Vou fazer isso com a sua cabeça, falou pro vagabundo.” Aí eu falei: não cara, tá de sacanagem. Aí eu falei: “Não bicho vamo levar esse cara pra delegacia;”; “Não! Fica quieto aí novinho!” “Pô, o cara com a puma na mão, vai falar o que?” Aí falou assim: “Ó, tu pode correr, se eu errar, tu tá livre, se eu acertar, tu morre!” Ai o cara ia e voltava e se ajoelhava no pé do polícia cara... Isso ficou uns dez minutos, ele ia, voltava...” Aí, então vamo fazer o seguinte: “Fazer roleta russa...aí fez umas três roletas russas com o moleque.” Aí daqui há pouco, ele falou assim: “Não, agora é só tu correr mesmo...só tu correr!;” “Não pelo amor de Deus, pela minha mãe!” Ele falou: “corre!” Aí o moleque correu e ele atirou: pá!” Não, aí o moleque foi embora, o vagabundo foi embora [...].

Os fatos narrados pelos jovens também colaboram com esta descrição da polícia como violenta e capaz de atos que não condizem com a garantia de direitos de crianças e adolescentes, trazendo marcas irreparáveis, que apenas agravam mais ainda a resistência da comunidade ao trabalho policial.

Conversação – Grupo Focal III – Meninos, policial e funcionária

Menino maluquinho – Bom, eu estava jogando futebol, com mais uma galera lá e passou a cavalaria, passou por todos nós e perguntaram: Vocês são meninos de abrigo? Aí perguntaram: Quem são os meninos de abrigo? Aí eu levantei a mão como todos outros amigos meus que estavam lá ... Aí eles pegaram e mandaram a gente se retirar, uma mulher (policial) chamou

eu e meu irmão de filho de chocadeira. Eu não gostei da atitude, bom, eu não podia fazer nada, né? Nem responder eu podia, aí eles mandaram a gente entrar...

[...]

Pelezinho: é....sei lá porque já aconteceu comigo...

Pesquisadora: E você acredita que era porque você era negro que isso aconteceu....

Pelezinho: acredito muito...

Pesquisadora: O que fez você acreditar que era porque você era negro?

Pelezinho: Porque só tinha branco! Tenho amigo branco demais...eu tava perto dele só, aí o policial me parou e abordou, aí...

Pesquisadora: E aí o que?

Pelezinho: me bateu.

Pesquisadora: isso quando?

Pelezinho: faz um tempinho...

Pesquisadora: mas você morava na rua?

Pelezinho: Morava na rua.

Mesmo em um cenário onde a repressão e a violência parecem destacar-se na atuação policial, há um interessante episódio na história do *Projeto Giração* em que *Tia Eli* realizou parceria com a Polícia, no segmento de *Polícia Comunitária* conseguindo participar de ações que afetaram o mercado do tráfico de drogas, como se segue:

Tia Eli – Cheguei lá, era tanta polícia. Aí eles tinha gravado tudo dos meninos. Tinha no telão. Aí queria fazer uma parceria com a gente num sei o que, nhem nhem nhem. Aí mostrava tudo no telão. Os meninos escondendo droga, os meninos com droga. E era os mesmos meninos que ele tinha visto lá no *Giração*, dentro da minha sala. Aí eu olhava e dizia. “Oh, primeira coisa: é contra os meus princípios entregar os meninos. Esses meninos aí que tá tudo escondendo droga, tem de ir pra escola, tem de ir pro tratamento, né ? (...) **Porque esses meninos são tudo fruto da sociedade, fruto da falta de educação, da falta de família, não sei o quê.**” (...) **a gente conseguiu desmontar um pouco do tráfico, entendeu?**

Pesquisadora – Então tava funcionando, de alguma forma?

Respondente: Tava funcionando, essa parceria com a Secretaria de Segurança tava funcionando. Eu nunca imaginei que eu ia fazer isso com a Polícia, se você quer saber, né? Mas funcionava .(...)

Assunto 13 – A construção de um “corpo-lar” para si: resiliência, empoderamento ou autonomia?

Por onde e como caminham os *corpos indóceis*³⁸² dos jovens? Nas ruas, são corpos que se acostumaram a *serem casas itinerantes*. Permanece a falta de um *lar*, onde possam encontrar não apenas satisfação material, mas também atenção e acolhimento. De acordo com o filósofo Bachelard, todo espaço habitado de forma verdadeira traz em sua essência a noção de *casa*, termo ao qual, atribuo nesta ocasião o significado de *lar* e por isso, passo a chamar de *Casa Lar*. Bachelard menciona que a imaginação nos permite construir "paredes" com sombras impalpáveis, reconfortando com ilusões de proteção ou, ao contrário, nos fazendo tremer atrás de um grande muro, duvidando das mais sólidas muralhas. Assim, conclui: “vive a casa em sua realidade e em sua virtualidade, através do pensamento e dos sonhos”³⁸³

Nesta perspectiva, entendo a *Casa Lar* como o próprio corpo dos jovens e a atenção e acolhimento esperada no externo se volta para o olhar interno. Por isso, a arte parece-me mais apropriada, pois fala no silêncio, na presença. Neste percurso, pude perceber os jovens construírem as “paredes” de seus lares que consideram ideais, junto às pessoas com as quais conseguem criar vínculo, pois com elas há a escuta e aceitação. Na rua e nas *unidades* os próprios corpos e suas ambiências transformam-se em *lares* em meio às inconstâncias inerentes àquele lugar. Esta sensação depende da relação construída com outros corpos e não apenas com o *meio*. A aceitação e escuta interna me remete à *autonomia* de inventar um novo si de si mesmo, território amplamente conhecido e desfrutado pelo artista, sempre à margem de si, tal como os jovens.

Porém, na seara de jovens em *situação de vulnerabilidade social* é comum encontrarmos os termos *resiliência e empoderamento*. Tais termos são conceitos explicados de acordo com determinadas áreas do *saber*. Ressalto que a *Sociologia Compreensiva* de Michel Maffesoli nos provoca a pensar sobre o enrijecimento que o *conceito* proporciona e por isso, “bem além do conceito fechado, totalitário, irrefreável, refulgem a noção, a metáfora, a analogia e a correspondência, sempre aptas a captar todos os matizes de uma realidade complexa.”³⁸⁴ Aplico a *noção* e a *metáfora* quando falo de *lar* e também um *corpo-lar* propício ao encontro de sua própria *autonomia* intrínseca.

³⁸² Expressão empregada no Livro II – Assunto 3º, página 77.

³⁸³ BACHELARD, Gaston. **Os pensadores**. A poética do espaço. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 17.

³⁸⁴ MAFFESOLI, Michel. **O conhecimento comum**: introdução à sociologia compreensiva. Tradução Aluizio Ramos Trinta. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 17.

O propósito inicial do trabalho era apontar um resultado. Talvez pela própria pressão social que envolve a exigência de haver ao menos um caso de “sucesso” na empreitada de se fazer algo com o cunho social. Por este motivo, iniciei a pesquisa apostando nos conceitos de *resiliência* e *empoderamento*.

A *resiliência* aparece como objeto de estudo do Psicanalista Boris Cyrulnik³⁸⁵, o qual possui relação com o Brasil e é apontado na área como uma referência em nosso país quanto aos casos de sucesso obtidos com crianças que viveram episódios traumáticos similares aos experimentados pelos *meninos e meninas da Guerra*. Entretanto, aos poucos pude compreender que falar com propriedade sobre a ocorrência ou não da *resiliência* requer muito mais do que um *saber* ou *técnica psicológica* determinada. Exige a espera do decurso de um tempo, seja ele cronológico ou ainda, de acordo com o meu entendimento, *de um tempo no corpo*, que se faz presente na ação, neste caso, na vida cotidiana. Para isto, seria necessário realizar um acompanhamento dia a dia do percurso daquele jovem à vida adulta.

Por isso, sob a análise de Cyrulnik a *resiliência – capacidade de lidar com problemas e ainda, vencer e superar obstáculos* se realiza no decorrer da vida da pessoa que sofreu um trauma de infância. O autor menciona em sua obra *Os patinhos feios* (2004) que a *resiliência* é envolta por três camadas que devem ocorrer de forma contínua: *i)* o acolhimento após a agressão; *ii)* um local propício – família ou instituições que possibilitem à criança a representação de seu trauma e por fim; *iii)* o oferecimento à criança da possibilidade de socialização pelo meio social em que vive.

Quando penso no termo *resiliência*, reflito sobre a trajetória de *Besouro* – negro, pobre, criado na rua por sua mãe. Um dia, ao almoçarmos próximo à quadra da Igrejinha de Brasília – Asa Sul, *Besouro* me apontou o lugar onde cresceu, dormiu e apanhou, um pequeno vão ao lado da Igreja. Quanto ao restaurante onde almoçávamos, foram várias as vezes em que ele e sua mãe pediram comida. Naquele momento, estávamos no intervalo da montagem do cenário no palco do SESC Garagem e parecia a ele inacreditável que pudesse estar ali “almoçando conosco”. Segundo a avaliação de seus contratantes, os artistas de *La Casa Incierta*, *Besouro* está passando por um processo de amadurecimento, em que o recebimento de um salário, carteira assinada, viagens para montar espetáculo, inclusive de avião – tendo sido a sua primeira em 2015, para realizar o curso de dublê, – tudo isto, merece um tempo não só cronológico, para ser esclarecido. O jovem *Besouro* praticamente não falava durante o início de nossos encontros nas *Oficinas da UNIDADE* no ano de 2013 e hoje, vendo-o atuar,

³⁸⁵ CYRULNIK, Boris. *Os patinhos feios*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 152.

montar espetáculos, montar sua própria casa para morar confesso ser tentadora a possibilidade de classificá-lo como *resiliente*, mas isto seria encerrar a experiência e o conhecimento do jovem em um matiz, que se sabe ser muito mais complexo diante de sua permeabilidade e mutabilidade.

Convém mencionar que o conceito *resiliência* apresenta uma marca, a psicanálise, à qual, muito embora esteja em constante transformação, faço as mesmas críticas e observações de Michel Foucault quando a considera sob o aspecto de ter desempenhado, como um todo, no sentido da *restauração de poder*, um papel de “normalização”, apenas modificando ou retomando as relações de poder presentes na psiquiatria tradicional³⁸⁶

Ainda sob a égide de conceitos fechados, incluo o termo *empoderamento*. Mesmo o tendo colocado ocasionalmente, ao lado da condição de *autonomia* no decorrer deste trabalho, creio ser também um termo que requer observação atenciosa, pois enseja uma mudança de *status* que parece direcioná-lo a um caminho sem volta. Não me soa com a mesma flexibilidade que *autonomia* mais condizente a uma *adjetivação ontogênica*.

Empoderar-se repercute em uma superação, mediante a *obtenção de poder* frente a uma situação que poderia ser colocada aqui como *opressora*. Tanto que, ao pesquisar o conceito, verifiquei que é frequentemente associado à Pedagogia de Paulo Freire, especialmente à Pedagogia da Libertação e do Oprimido. Entre os estudos realizados, destaco o uso do termo sob uma perspectiva atinente às classes sociais. Assim, como acentuam Adriane Roso e Moisés Romanini³⁸⁷, a palavra também age como representação à luta pelos direitos civis, “articulados à noção de autoestima dos grupos sociais”, cito como exemplo, direitos das mulheres, negros e homossexuais.

Diante destas complexidades, e considerando a opção pela obra de Humberto Maturana, optei por observar nos jovens *em situação de acolhimento institucional e vínculo crônico com a rua*, com os quais me relacionei *artisticamente e socialmente* nossa constituição enquanto seres *autônomos*,³⁸⁸ a par do contexto em que se vive. A *autonomia operacional* é a condição de uma unidade viva se autogerar, “permanecendo imersa na rede

³⁸⁶ FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002. p. 51.

³⁸⁷ O artigo intitulado *Empoderamento individual, empoderamento comunitário e conscientização: um ensaio teórico* se propõe a uma revisão bibliográfica na obra de Paulo Freire de forma a promover a articulação entre *empoderar* e *conscientizar*. Assim, propõe delinear os percursos até a *libertação social*, o que é alcançado, segundo os autores, mediante a luta que provoca em si a *conscientização* e o *empoderamento* social. **Revista Psicologia e Saber Social – UERJ**, v. 3, n. 1, p. 83-95, 2014. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:wCtw06XCWUIJ:www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/download/12203/9505+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 20 set.2015.

³⁸⁸ MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas do conhecimento humano**. Campinas: Ed. Psy, 1995.

processual da qual emergiu.”³⁸⁹ Trata-se não da busca da “liberação” de um sistema, mas sim, do reconhecimento que se existe *autonomamente em e apesar* deste mencionado sistema, o que nos remete a Foucault³⁹⁰ quando localiza um discurso *já preexistente* ao sujeito em *relações e enunciações*.

Permanecer autônomo em meio às condições onde se opera é condição de vida e aquisição para conhecimento, como sustenta a *Biologia do Conhecer*. Seres em *relação social* convivem em uma rede de ações e emoções coordenadas que designa a cultura.³⁹¹ Associando esta capacidade de todo ser vivo de se autogerar ao conjunto de ações e emoções pelas quais interagem, torna-se aceitável falar em uma operação que ocorre dentro de seus limites, mas que não impede a relação com o fora, que inclusive redefine constantemente suas fronteiras³⁹² o que nos permite falar em *invenção*, a qual exige condição preexistente, não por discurso, mas por ontogenia biológica, a noção de *autonomia*.

Assunto 14 – Um beco pra chamar de meu: o vislumbre de uma comunidade emocional e o capital social

A *Comunidade Emocional* aparece na obra de Michel Maffesoli, tendo o aspecto efêmero, onde a inscrição local a ausência de uma organização e a estrutura quotidiana estão presentes, unindo aqueles que enxergam e sentem o mundo de forma similar³⁹³

Podemos dizer que aquilo que caracteriza a estética do sentimento não é de modo algum uma experiência individualista ou “interior”, antes, pelo contrário, é uma outra coisa que, na sua essência, é abertura para os outros, para o Outro. Essa abertura conota o espaço, o local, a proximidade na qual se representa o destino comum. É o que permite estabelecer um laço estreito entre a matriz ou aura estética e a experiência ética.³⁹⁴

Como forma de sobrevivência e movidos pelo desejo infante de descobrir-se, os jovens nas ruas e nos abrigos formam uma *comunidade emocional*, cuja dominante é a *empatia*, apesar dos conflitos envolvendo disputa de território, objetos, drogas e dinheiro. No

³⁸⁹ KASTRUP, Virgínia, **A invenção de si e do mundo**. Uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

³⁹⁰ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

³⁹¹ MATURANA, Humberto R.; VERDEN-ZOLLER, Gerda. **Amar e brincar fundamentos esquecidos do humano**. São Paulo: Editora Palas Athenas, 2004. p. 33.

³⁹² KASTRUP, Virgínia. A aprendizagem da atenção na cognição inventiva. **Psicologia & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 7-16, set./dez. 2004. Disponível em: <<http://goo.gl/jnNbTF>>

³⁹³ MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998. p. 40.

³⁹⁴ Idem, p. 44.

processo de construção do espetáculo *Meninos da Guerra*, formamos um grupo de 21 jovens e 7 artistas profissionais. No processo da *performance A Roda dos Mundos e das Coisas*, havia um grupo de 24 jovens entre atores e os meninos da *UNIDADE*. Enxergo nestes encontros os aspectos efêmeros e de aprendizagem coletiva, envolvendo *comunidades emocionais*, que em nosso caso era implicado pela motivação da dinâmica artística.

Entendo que a *comunidade emocional* está afeita à geração de um *Capital Social*, o qual, de acordo com a especialista em juventude Miriam Abramovay, compreende ações sociais, sendo, neste caso, a participação e a criação de um trabalho artístico. O termo *Capital Social* tem sido bastante referenciado devido a sua incidência sobre a possibilidade de implicar em uma redução de violência e condições de vulnerabilidade social de *jovens em situação de risco*.

Em seus estudos, Abramovay avalia os investimentos no *capital social intergrupar*. Assim, cita exemplos de programas de entidades governamentais e da sociedade civil, compilados pela Unesco, onde o elemento lúdico foi explorado em atividades artísticas, desportivas e culturais praticadas pelos jovens. Buscou-se estimular a criatividade, a participação, a autoestima e promoção de temas como a cidadania. Relata a autora que estas experiências procuraram resgatar os “sentidos de direitos humanos, facilitando meios de expressão e de verbalização pelos jovens, dos sentimentos de indignação”.³⁹⁵

Este capital social guarda seu valor pelo conhecimento gerado. O termo conhecimento e mais precisamente, conhecimento comum é referenciado por Maffesoli como aquele compartilhado nas ruas, praças, referindo-se ao vivido e compartilhado no dia a dia.³⁹⁶ Opõe-se, portanto, ao conhecimento erudito e vertical mais afeito à concepção de um saber. Este conhecimento comum é criado pelo grupo e para o grupo, implicando no enlace das emoções vividas. Inventar um teatro em abrigos foi abertura para uma integração em comunidade. Foi necessário um mergulho em inteireza em todos os aspectos humanos

Normalmente, a única perfeição admitida é a das alturas. O céu da divindade. Ora, pode acontecer que esta tensão para o alto não corresponda à prática social. Daí a necessidade de descer às profundezas da vida. De vincular-se a esse abismo negro, o da animalidade que dorme em cada um, da crueldade também, do prazer e do desejo, coisas que não deixam de

³⁹⁵ ABRAMOVAY, Miriam et al. **Violências nas escolas**. Brasília: UNESCO Brasil, 2002a. p. 4. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001339/133967por.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

³⁹⁶ MAFFESOLI, Michel. **O conhecimento comum**: introdução à sociologia compreensiva. Tradução Aluizio Ramos Trinta. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 259.

fascinar, mas que costumam ser compartimentadas, e são toleradas apenas nas obras de ficção.³⁹⁷

As pessoas olham para o palco e veem. Estes observadores constroem o que passarão a conhecer em rede de *experiências em experiências*.³⁹⁸ Alguns foram espectadores ao vivo interagindo com a *presença dos meninos e meninas da guerra* no ano de 2015. No ano de 2016 e seguintes, outros espectadores e até os mesmos de 2015 constituir-se-ão *com e em relação* ao espetáculo ao assisti-lo em um novo *palco*, a *internet*. O grupo de *jovens atores que se propôs a fazer um teatro inventado em becos e esquinas de abrigos* alcança o tempo poético que vai além do cronológico ampliando os domínios cognitivos.

Os *jovens atores* tem à disposição neste palco-máquina-rede social uma história, uma prova, um fragmento de suas experiências *em processos de identificação como atores*. O que era *saber local* inventado em esquinas *invisíveis* atinge o efeito global, visível e alcançado por vários usuários,³⁹⁹ podendo inclusive gerar debates e discussões sobre os direitos e garantias juvenis, em maiores proporções.

³⁹⁷ MAFFESOLI, Michel. **A parte do diabo**: resumo da subversão pós-moderna. Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 37.

³⁹⁸ MATURANA, Humberto. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Organização Cristina Magro, Victor Paredes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

³⁹⁹ KASTRUP, Virgínia. **A invenção de si e do mundo**. Uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 206.

DISPOSIÇÕES FINAIS... TRANSITÓRIAS

§ “*Me aproximei dele e disse: Pelezinho, tenho uma coisa pra te contar: eu sou artista, mas sou policial também... (Silêncio e um sorriso) Pelezinho: Agora entendi porque você não desiste nunca tia!*” *Nota de Diário de Campo da autora – Dezembro-2015*

Assunto 15 – Revisitando Cantos

Enquanto escrevia este trabalho, a vida dos jovens prosseguiu. O desaparecimento de *Ouriço*, meu encontro na rua com *Diamante* drogado e revoltado com a *UNIDADE*. Daqui a três meses ele fará 18 anos... A contratação de *Besouro* em um emprego com carteira assinada. A aprovação de um novo projeto pelo FAC, onde trabalharemos os sonhos dos sete jovens que desejam continuar na carreira artística ou não...

A vida permanece em trânsito e minhas ideias também. Por isso, não tenho pretensão de fechar questões, apenas me mover pelos cantos que surgirem. Questiono-me novamente se as instituições públicas, com as mesmas funções da *UNIDADE e unidades de acolhimento* estão prontas para propiciar aos jovens a ambiência necessária ao exercício de suas autonomias. Para tanto, revisito pela escrita, todos os cantos de nossa experiência e tento manter-me atenta às possibilidades de se criar políticas públicas, não para resolver problemas, mas para iniciar rupturas em limites muitas vezes inexistentes.

É inegável que quem escreve também inventa a realidade, a partir do que lhe afeta. Entendo que a escrita é também um sistema de “conversações em conversações”.⁴⁰⁰ Em contato com o mundo ao seu redor e construindo este mundo, o pesquisador cria, partindo de emoções, pois “sem que percebamos, o fluir de nosso emocionar (de nossos desejos, preferências, aversões, aspirações, intenções, escolhas...) guia nossas ações nas circunstâncias mutantes de nossa vida”.⁴⁰¹

Neste sentido, Maffesoli trouxe-me o ensinamento de que não é de bom alvitre que a pesquisa se situe em relação à moral, em suma, não se torne militante.⁴⁰² Creio ser precipitado e arriscado estabelecer um juízo sobre o que são as *unidades de acolhimento* e especialmente,

⁴⁰⁰ MATURANA, Humberto R.; VERDEN-ZOLLER, Gerda. **Amar e brincar: fundamentos esquecidos do humano**. São Paulo: Editora Palas Athenas, 2004.

⁴⁰¹ Idem, 2004, p. 43.

⁴⁰² ICLE, Gilberto; MAFFESOLI, Michel. Pesquisa como conhecimento compartilhado. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 521-532, maio/ago. 2011. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade>.

a *UNIDADE*. No entanto, parece-me que a forma com a qual conduzem as ações dirigidas às crianças e adolescentes *em situação de vulnerabilidade social* não vem contribuindo para potencializar a invenção e autonomia destes jovens. Pelo contrário, parecem condenados a esperar por algo que apenas confirmem uma “representatividade social”, seja na vítima fatal ou no potencial delinquente.

Ainda sobre a pesquisa, foi desafiante não escrever de forma militante, principalmente considerando que me propus a mergulhar no universo de *adolescentes em situação acentuada de risco social*, pois a proposta sempre foi a de agir no intuito de criar juntos e buscar inventar outra realidade, diferente das que lhe são ofertadas nos processos judiciais, termos de declarações – delegacias – e prontuários das instituições públicas de *acolhimento*. Ao final do trabalho de *Meninos da Guerra* houve uma cisão, uma separação entre os jovens e eu, pois finalizei as oficinas no interior da *UNIDADE*, sem prejudicar meu contato eventual com os jovens. Entendo agora ser necessário este afastamento, para assumir as considerações sobre o campo de pesquisa, de forma mais tranquila e detalhada. Isto revela minha disposição em inventar uma escrita afetiva pela memória, mas que não comprometesse as reflexões acadêmicas cabíveis, tampouco provocasse um distanciamento exacerbado entre mim e as(os) jovens.

Mesmo assim, não significa que tenha tentado encerrar a “teoria” em uma abstração e resumi-la a “bons conselhos”, pois concordo com o filósofo Gilles Deleuze, que, em conversa com Foucault afirmou que estamos provavelmente vivendo de outra forma as “relações teoria-prática”.⁴⁰³ Ao invés de uma concepção de totalização, em que a teoria influencia uma prática, ou ainda, a prática fomenta uma determinada teoria, Deleuze entende que hoje em dia, teoria e prática possuem relações fragmentárias e parciais. De acordo com o filósofo, “a prática é um conjunto de revezamentos de uma teoria a outra e a teoria um revezamento de uma prática a outra”⁴⁰⁴. Ao comentar o trabalho de Foucault, o filósofo informa que há sempre uma multiplicidade no papel do intelectual teórico, não é ele um sujeito estanque e meramente representativo, *ele agora age*. Com isto, pode-se explicar a crescente presença da *pesquisa de intervenção* nos dias atuais. No caso deste trabalho de pesquisa, insisto que não se tratou de acomodar uma prática para o assentamento de uma teoria, mas sim, um “revezamento” constante.

Como observei durante o trabalho, a proposta da pesquisa foi a de tentar propiciar aos jovens que reconhecessem, minimamente, suas próprias disposições biológicas à autonomia e

⁴⁰³ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011. p. 60.

⁴⁰⁴ Idem, p. 70.

autogeração. Com isto, considera-se o meio, o sistema externo, ou ainda a estrutura de *vulnerabilidade social*, pois dentro deste paradigma não há instâncias e sim cocriação, em acoplamento estrutural, ou seja, o sistema vivo se organiza com uma interferência do meio que gera uma *perturbação* potencializando a invenção de outro si mesmo, sendo que o meio também se transforma. O *modus operandi* foi a atividade artística, seja em forma de *oficinas de teatro e artes* ou ainda, em performances teatrais. Isto ocorreu durante o período de aproximadamente três anos em instituições públicas e/ou conveniadas que atendem jovens em *regime de passagem* ou ainda, *acolhimento institucional* – Medida Judicial Protetiva.

As ideias de Virgínia Kastrup trouxeram-me a clareza de que as conversas, histórias, danças, jogos, desenhos, encenações nas oficinas de teatro da *UNIDADE* se assemelhavam a *ateliês teatrais*, onde os jovens elegiam as atividades mais afeitas aos seus estados de emoção. Mesmo em um ambiente de características panópticas, como é a *UNIDADE*, foi possível proporcionar momentos pontuais deste fazer.

Os conflitos que surgiram entre a instituição e a minha demanda por apoio mais efetivo às atividades artísticas foram se delineando e apresentando semelhanças em relação ao processo que vivenciam os agentes em educação social, em entidades da sociedade civil. Houve até mesmo um episódio em que fui chamada atenção para seguir padrões e escolher um de meus “papéis sociais”: policial, atriz, professora, diretora etc. Minha resposta foi clara e pontual: pesquisadora – a junção de todas estas convenções que insistimos em chamar de “papéis sociais”. Como relatei na Introdução deste trabalho me propus a realizar a pesquisa acadêmica sob o viés da *bricolagem*, com o aval da interdisciplinaridade entre áreas aparentemente conflitantes entre si, a exemplo das Artes Cênicas e das Ciências Sociais e Jurídicas. No território da prática, as etiquetas que separam disciplinas não se sustentam. Como praticar teatro desconsiderando, por exemplo, jovens que conhecem do primeiro ao último artigo do Código Penal, especialmente o artigo 157 (crime de roubo)?

Não pude deixar de reunir fatos, acontecimentos e relatos que transportaram para um contexto de novas perguntas em forma de “conversações em conversações”.⁴⁰⁵ Acredito que o diálogo e a interação pelo “linguajar” das práticas artísticas enfraquecem os estereótipos, mas a dissolução, se é que pode haver, parece exigir uma mudança interna, e por isso reflito com base nas discussões levantadas por Maturana. O que queremos? O controle, a hierarquia, a submissão, ou a espontaneidade e autonomia de *todos*. Isto parece implicar em dar espaço à diversidade humana, contra a qual, em dias atuais parece se erguer um grande muro de

⁴⁰⁵ MATURANA, Humberto R.; VERDEN-ZOLLER, Gerda. **Amar e brincar: fundamentos esquecidos do humano**. São Paulo: Editora Palas Athenas, 2004.

intolerâncias, que persistem em afundar-nos nas representatividades dos estereótipos: maus policiais, maus meninos, más meninas, bons cidadãos. Este exame do superficial me parece ter uma profundidade inigualável, como menciona Maffesoli.⁴⁰⁶

Assunto 16 – O que queremos?

A pergunta “O que queremos?” parece aproximar-se da autorresponsabilidade, autonomia pelo que fazemos, e, com isto, até mesmo a *injustiça* torna-se uma frágil e cômoda desculpa para a falta de intervenção inventiva. Permite considerarmos que as relações de poder não emanam de uma entidade ou ser abstrato, mas que persistem minuciosamente em nossas interações humanas – *autonomia política*, havendo nelas poderes difusos e capilares, dissolvidos em tempos, becos, ruas e esquinas, correspondendo a microfísicas, como pesquisou Michel Foucault.

É que talvez em termos de *investimentos*, tanto econômicos quanto inconscientes, o interesse não seja a última palavra; há investimentos de desejo que explicam que se possa desejar, não contra seu interesse - visto que o interesse é sempre uma decorrência e se encontra onde o desejo o coloca – mas desejar de uma forma mais profunda e mais difusa do que seu interesse. É preciso ouvir a exclamação de Reich: não, as massas não foram enganadas, em determinado momento elas efetivamente desejaram o fascismo! Há investimentos de desejo que modelam o poder e o difundem, e que fazem com que o poder exista tanto ao nível do tira quanto do primeiro ministro e que não haja diferença de natureza entre o poder que exerce um reles tira e o poder que exerce um ministro.⁴⁰⁷

Talvez a questão do *poder* pudesse ser apresentada como um problema. Entretanto, sua implicação como *saber* retira-lhe o cunho negativo, como também arguiu Foucault. E podemos enxergar que todos querem e exercem poder ao observarmos as lutas de classes em prol de *em- poder-amento*.

A *escuta e a autonomia* estão distantes nos serviços públicos prestados no *acolhimento institucional*, pois o interesse permanece sendo a vigília e o controle, a fim de que aquele problema local – no caso, o jovem, não se torne um criminoso no meio social: *o interesse não é interagir e sim intervir*. Reflito: Quem é a vítima? Quem é o algoz? Volto a pensar no *caminho do meio* e me recordo do trabalho impactante de Dominic Barter ao praticar a

⁴⁰⁶ MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

⁴⁰⁷ FOUCAULT, 2011, p. 76.

Comunicação Não Violenta em instituições públicas no Brasil. Realizei um curso sensível com Dominic no ano de 2012, onde ao tentarmos mediar a questão de uma jovem com um pai, um dos participantes questionou: “Dominic, como o pai poderá ouvir a filha? Ele é *superior a ela*, pois é pai.” Dominic, em sua calma habitual respondeu: “Onde você vê papéis, eu enxergo pessoas e suas necessidades.”

Talvez este seja um bom caminho: o caminho do meio, da mediação. O que aconteceria se o Estado apenas mediasse, sem interferir com o seu *temor burocrático*, em questões em que já se sabe não servirem tais condutas? Recordo-me das inúmeras vezes em que ouvi das coordenações da *UNIDADE* que o trabalho voluntário não era permitido por não haver “regulamentação legal” na relação instituições de acolhimento e Sociedade Civil, muito embora já houvesse regulamentação no âmbito federal, e por isto, válida.⁴⁰⁸ Se nos ativermos à hermenêutica jurídica, haverá sérias discussões, uma vez que não há, *s.m.j.*, maior suporte legal do que a própria Constituição Federal, e o Estatuto da Criança e do Adolescente, os quais garantem aos jovens o usufruto de direitos e garantias advindos do Estado e da própria Sociedade Civil.

Assunto 17 - As muralhas

Se contrapusermos a prática do conhecimento coletivo e criado no convívio àquelas que resistem rigidamente nos sistemas de acolhimento institucionalizado, fica mais evidente a resistência das instituições públicas ao *modus operandis* das pedagogias mais sistêmicas, abertas ao imprevisto e ao *devir*. Pareceu-me que não só os jovens são prejudicados nestas relações pautadamente *hierárquicas*, mas também cuidadores e técnicos, os quais, muitas vezes adoecem ou desistem por não terem o aporte emocional necessário, como procurei trazer nas *conversações* e no contexto geral deste trabalho.

Os comportamentos mais enérgicos dos jovens e suas relações de convivência entre si – relações sociais, durante o período em que esta pesquisa ocorreu eram, na maior parte das vezes valorados de forma negativa, seja por cuidadores, por técnicos, ou ainda, pela coordenação. Quanto às outras unidades de acolhimento institucional, embora não tenha

⁴⁰⁸ Recentemente, em 23 de julho de 2016, o Governo do Distrito Federal criou o *Portal do Voluntariado* (<http://www.brasilia.df.gov.br/index.php/2016/06/22/portal-do-voluntariado/>). A iniciativa faz parte do *Projeto Brasília Cidadã*, como forma de facilitar a prestação de serviços voluntários regulamentados pela Lei nº 9.608, de fevereiro de 1998, e o Decreto Distrital nº 37.010, de 23 de dezembro de 2015, que institui o serviço voluntário no âmbito da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal, com o objetivo de estimular ações voluntárias de cidadania, conforme disposto em seu artigo 1º. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/106780881/dodf-secao-01-24-12-2015-pg-21>> e <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9608.htm>. Acesso em: 28 jul. 2016.

acompanhado com detalhe os procedimentos adotados, pude observar, poucas vezes de forma direta, mas principalmente de forma indireta – ou seja, por intermédio dos meninos e meninas durante os ensaios de *Meninos da Guerra* – o impacto que o atendimento aparentemente frígido e impessoal repercutia na estima destes jovens.

A forma negativa à qual me refiro equivale-se a uma espécie de sedimentação, enrijecimento na personalidade dos meninos e meninas, congelando-os, por um mecanismo de representação em virtualidades. Por isso, reforça-se o poder de vigilância, uma vez que a confiança é praticamente inexistente, o que leva a crer que o poder de controle, próprio de instituições policiais criadas para este fim, não está restrito apenas à Polícia Civil ou Militar, mas já se inicia, de maneira *vestibular* nas unidades que prestam o serviço de acolhimento institucional, medida legal *protetiva*, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Assunto 18 - Quebrando as muralhas

A *redução de danos* prática evidente no trabalho de *Tia Eli* há época em que conduzia o trabalho no *Projeto Giração*, pareceu-me se aliar ao que Michel Maffesoli considera como *libido sentiendi* – libido do sentir.⁴⁰⁹ Assim, o trabalho de *Tia Eli* no *Projeto Giração* contribuía para a invenção de *outras* histórias de vida, e poderia proporcionar, hoje em dia, a *oxigenação tão necessária* nas instituições totais, que designo neste trabalho como *UNIDADE*.

A *conversação com Tia Eli* me conduziu para um tempo de escuta aprofundada, compreensão e abertura, algo que conhecemos *no papel* como *cidadania*. Os servidores que conviveram com o *Projeto* há época e também, a própria *Tia Eli*, ponderaram a mim em nossas *conversações*, que o tratamento das “perturbações” existentes no convívio com os jovens, poderia ter um encaminhamento diferenciado, que não fosse uma *cisão* por completo. Se observarmos o sentido de “perturbação” sob a perspectiva da cognição inventiva, enxergaremos, como assinalou a pesquisadora e especialista Virgínia Kastrup⁴¹⁰ uma “compensação” e “adaptação” que não implica em “acomodação”, mas sim, na possibilidade de mudança.

Creio ser interessante que a escuta e o diálogo perenes se coloquem como desafio, reavivando outros aspectos do que elegemos como “verdade”. Neste sentido, a prática das

⁴⁰⁹ MAFFESOLI, Michel. **A parte do diabo**: resumo da subversão pós-moderna. Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 17.

⁴¹⁰ KASTRUP, Virgínia. **A invenção de si e do mundo**. Uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

assembleias por jovens, com educadores sociais do *Projeto Giração*, inventava um *locus* com perspectiva horizontal, em que a compreensão mútua e o *senso comum* pareciam surgir e elevar o *saber* à categoria de conhecimento partilhado. O *senso comum* também é noção utilizada por Maffesoli, quando menciona que há a “mobilização de todos os sentidos” incluindo o toque e o cérebro.⁴¹¹

Assunto 19 - Grade no muro também é muro

Nestes territórios de revezamento entre prática e teoria e teoria e prática, dediquei-me a refletir, de forma geral, sobre a polícia e o serviço policial. Dialogando posteriormente, com as vozes dos policiais, com quem tive as *Conversações*, pareceu-me que grande parte das pessoas que ingressam nos quadros das polícias, não estão cientes de como suas atribuições ressoam direta ou indiretamente na comunidade. A segurança comunitária surge também como uma oportunidade de refletir sobre as condições que o engessamento institucional ostensivo e repressivo imprime tanto na sociedade quanto nos agentes de segurança, o que tem se tornado evidente com o aumento do número de casos de suicídios entre policiais, afastamentos por doenças profissionais e do trabalho, além das costumeiras denúncias de violências e episódios de abuso de poder perpetrados contra grupos vulneráveis, principalmente a população negra *em situação de rua*. A polícia segue, sendo cada vez mais hostilizada pela população, porque, muito embora seja fato de que os índices divulgados na *mídia* sejam manipulados em prol do aumento da audiência, é inegável a violação de Direitos Humanos perpetrada pela classe policial em desfavor de minorias.

A pesquisa, corresponde a uma ação de recolhimento de fragmentos, o que levou Foucault a considerá-la como *arqueologia*. Assim, entendo que omitir as ocorrências de aumento de suicídios praticados por policiais seria limitar a interdisciplinaridade deste trabalho, pois a rua enquanto *subjetividade, forma e é formada* no agenciamento de policiais, “cidadãos”, meninos e meninas em situação de rua.

É comum ouvir dos policiais as reclamações sobre a escassez de recursos e condições de trabalho que esbarram na precariedade, além de submissões hierárquicas facilmente tangenciadas pelo assédio moral, como também a rotina de pressão no exercício da profissão. A delegada de Polícia Federal, Dr.^a Tatiane da Costa Almeida, em dissertação de Mestrado na área de Sociologia, intitulada: “*Quero Morrer do Meu Próprio Veneno*”: *Representações Sociais da Polícia e do Suicídio entre os Alunos dos Cursos de Formação Profissional da*

⁴¹¹ ICLE; MAFFESOLI, 2011, p. 531.

Academia Nacional de Polícia, avalia que o alto índice de representatividade de suicídio da categoria policial em relação à população em geral deve-se também ao fato de terem acesso a meios e instrumentos mais letais, além de aspectos cognitivos que tendem à “dicotomização” das situações vividas. Tudo isto porque implica a *exigência de objetividade perante as situações vividas, julgando-se entre o certo e o errado e evitando-se o meio termo*.⁴¹² Além disso, a pesquisadora aponta em conclusão de seu trabalho, a necessidade da *garantia de autonomia* dos policiais, em suas ações de combate à criminalidade e auxílio às pessoas.

Autonomia e dicotomização perante a vida chamam a minha atenção neste quadro. Assim como os jovens, os policiais parecem participar de uma guerra, em que os supostos “papéis sociais” prevalecem. Como analisa a pesquisadora Fernanda Spanier⁴¹³ (2002) o trabalho policial, considerado como *combate à violência*, repercute na construção de uma imagem, e por isso, na representação de “superpoder”: os heróis inquebrantáveis.

Assunto 20 – Respeitável público: o muro em cena

Precisamos de *meninos e policiais super-heróis? Do que estes jovens precisam? Do que as polícias, os abrigos e a sociedade precisa?* Confesso que estas perguntas me acompanharam constantemente. Ao tentar responde-las, vejo-me envolta por minha experiência, entre outras tantas experiências possíveis. Deparo-me com a cena em que Carlos, diretor de *Meninos da Guerra* falava aos meninos: “Eu faço teatro para estar vivo e você, por que quer fazer teatro?” Acredito que em nossa relação havia afeto. O afeto como cuidado, atenção, escuta e também o afeto na ação, no ato de *se permitir* inventar constantemente problemas e crises, que seguiam como pontos de *atratores caóticos*, nos permitindo deslocar de um lugar a outro no imprevisível.⁴¹⁴ Este afeto, nas teias da imprevisibilidade de nossos encontros, gerava uma *certa segurança* pelo ato de confiar.

Se não é possível escapar dos atos de poder, é viável criar espaços e tempos, dentro dos quais podemos “nos perder e nos tornar algo diferente”.⁴¹⁵ O teatro como ação inventiva criou, minimamente, lugares dentro das cadeias de poder no interior das *UNIDADES*. Por isto, desconfio que a invenção destes *becos, esquinas e cantos nos espaços* das instituições gerou

⁴¹² ALMEIDA, Tatiane da Costa. **Quero morrer do meu próprio veneno**: representações sociais da polícia e do suicídio entre os alunos dos cursos de formação profissional da academia nacional de polícia Dissertação (Mestrado) – Lisboa: ISCTE-IUL, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10071/6761>>.

⁴¹³ AMADOR, Fernanda Spanier. **Violência policial**: verso e reverso do sofrimento. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

⁴¹⁴ PRIGOGINE; STENGERS apud KASTRUP, 2007, p. 134.

⁴¹⁵ Idem, p. 134.

incômodos, uma vez que a mobilidade que a arte propõe, permeia o *prazer* do encontro, do *não ser e se perder* nas relações sociais. Como menciona James Williams, acerca do *pós-estruturalismo* de Foucault, “O prazer é uma transgressão do poder, porque acompanha uma mudança em relações estruturais e, portanto, descobre espaço para movimento dentro das determinações herdadas do poder.”⁴¹⁶

A questão passa a ser “Por que se tolera com grande *aceitação social e naturalidade* tais práticas e políticas dentro de instituições que deveriam prestar um serviço de acolhimento, mas que parecem enquadrarem-se melhor às *instituições totais*?”⁴¹⁷

Além do que foi exposto no decorrer deste trabalho, acredito na contribuição de Foucault quando avalia esta questão atribuindo à prisão o papel de inocentar outras instituições a ela similares. Sendo assim, a prisão é “a imagem da sociedade e a imagem invertida da sociedade, imagem transformada em ameaça.”⁴¹⁸ Se por um lado, apresenta-se à sociedade como semelhante a todas as outras instituições de vigilância, reforçando o fato de realizar apenas aquilo que algumas já fazem, por outro lado, há nela uma particularidade, pois se destina apenas àqueles que cometem uma falta contra a lei.

Com toda a estrutura voltada à afirmação de que os jovens “não tinham jeito” por serem difíceis, entendo que eles conseguiram superar qualquer tipo de expectativa e suas vozes inaudíveis nos documentos oficiais: termos de declarações, processos judiciais, ocorrências policiais, sombras de papelões e janelas de carros, foram ouvidas no palco. Talvez, os jovens possuíssem mais credibilidade neles próprios do que alguns dos funcionários das instituições. Refletindo sobre o tempo, em que a apuração de um ato infracional praticado por um adolescente é resolvida, percebo que os procedimentos de repressão, a quem compete à polícia, são executados em no máximo 24 horas. Por outro lado, os procedimentos de cuidado, prevenção, apoio e autonomia perdem-se durante anos nas salas de televisão dos abrigos. O tratamento individualizado do jovem, conhecendo suas expectativas, suas capacidades de ação, direcionando suas habilidades é tímido e quase inexistente.

O cuidado, como refleti durante o trabalho, requer reconhecimento profissional e aperfeiçoamento técnico constante. O cuidado requer profissionais preparados e interdisciplinaridade no acolhimento.

⁴¹⁶ WILLIAMS, James. *Pós-Estruturalismo. Tradução de Caio Liudvig. Petrópolis – RJ*: Editora Vozes, 2012. p. 159.

⁴¹⁷ GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1974.

⁴¹⁸ FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002. p. 123.

O processo de montagem de *Meninos da Guerra* me serviu para registrar o empenho, a vontade de mudança, o interesse em concretizar algo e o desejo de pertença que, um número considerável de *jovens de abrigo* possuem. Ousados nas coxias, nas exigências de lanche, transporte, eles não aceitavam serem desrespeitados e frequentemente faziam pequenas denúncias caso ocorresse algum problema com servidores e outros jovens no interior das *unidades de acolhimento*. Eu acompanhava eles exigirem um tratamento mais respeitoso e individualizado.

No processo de construção de um espetáculo teatral, os jovens recebiam tarefas e assumiam responsabilidades por seus atos. Convencionou-se que os figurinos e adereços de cena ficariam dentro de sacolas com o nome de cada um de nós. Em todas as apresentações, parte dos jovens conferiam suas sacolas e verificavam se cada um de seus objetos estava guardado e conservado. Caso algum objeto não estivesse ali, eles chamavam atenção dos demais, até o objeto ser devolvido e colocado no lugar próximo à cena. De vez em quando, era possível ouvir meu próprio grito bramido (sempre amoroso) das coxias por terem pegado o *dobrão* do meu berimbau ou as algemas do figurino para brincar entre si. Entendo que, em um período curto, conseguimos tangenciar conteúdos de responsabilidade por si e pelo outro.

Acredito que nos esforçamos *não só para falar, mas praticar* a importância do teatro como trabalho coletivo e que requer a responsabilidade de cada um por seu companheiro de cena e objetos. O *teatro inventado por eles pretendia ser a iniciação da descoberta de suas autonomias juvenis*. Assim, acredito que os jovens da *UNIDADE*, podem construir outras tribos para si, o que me remete ao jovem *Diamante*, quando mencionou à atriz Clarice Cardell que “Depois do teatro ninguém mais aqui da *casa*⁴¹⁹ quer roubar”.

É justamente a noção da existência de uma identidade fixa, que contraria tanto autores como Humberto Maturana e especificamente Michel Foucault. Em Foucault é possível enxergar o poder como uma malha, uma “rede de determinações, na qual devemos lutar, mas da qual não podemos escapar, não completamente.”⁴²⁰ Com isto, a questão de ter ou assumir uma identidade, torna-se falha e subserviente a estruturas genealógicas que “restringem os caminhos que podem ser adotados rumo ao futuro.”⁴²¹

Mas como falar de *dinâmica artística*, se os jovens em nossa parceria em *Meninos da Guerra*, por exemplo, *não eram reconhecidos como atores*? Dentro da perspectiva do Teatro do Oprimido de Augusto Boal, creio ser mais claro enxergar que “todos nós somos atores”,

⁴¹⁹ Referia-se à *UNIDADE*.

⁴²⁰ WILLIAMS, James, op. cit., p. 159.

⁴²¹ Idem, p. 159.

pois a própria dinâmica e estética do oprimido vislumbra o “empoderamento” e a tomada do poder pelo oprimido. Permite-se a apropriação dos aparelhos estéticos da obra artística possibilitando ao “cidadão comum” criar sua própria obra, deixando de ser receptáculo. É um ativismo artístico em prol da luta contra o *Analfabetismo Estético*.⁴²²

Como relatei na introdução deste trabalho, quando a observação assume o caminho da objetividade entre parênteses, ocorre o entendimento de que, não podendo distinguir entre realidade e ilusão, aquele observador aceitou minha experiência *como real e por isso, válida também a ele*. Assim, é ele ou ela – observador ou observadora que cria a realidade, porque passou aceitar a minha explicação. Não há que se falar em liberdade ou libertação de um estado preexistente, pois trata-se de um nível pré-egoico e ontogênico: a *autopoiesis* dos organismos vivos. Aceita-se que aquele algo, aquela condição exposta existe, posto que inventada pelo próprio observador.

Com isto, se os jovens nos diziam que *eram atores* durante as apresentações, nós, vinculados a um *status* de “artistas”, *aceitamos esta condição variável e afeita a eles naquele momento – Meninos da Guerra*. Isto implica em dizer que, *eram jovens atores* naquele contexto, diante dos *acoplamentos*⁴²³ entre nós, jovens, coisas de teatro, público e mídia que emergem de *uma rede de subjetividades*.⁴²⁴

De acordo com Kastrup, sujeito e objeto “emergem desse fundo, de uma rede de limites indefinidos, em constante processo de transformação de si mesma.”⁴²⁵ Argui Kastrup que a subjetividade, não se confunde com o sujeito da qual este faz parte, mas se dispõe como uma rede de relações contínuas permeada por objetos, sujeitos, *vetores coletivos* – cabível, neste caso, aos abrigos, *UNIDADE*, grupo de teatro, espectadores, *meninos de rua, da rua, em situação de risco e vulnerabilidade social*.

É aqui que também localizo a coerente consideração de Maffesoli acerca do *neotribalismo*. O *neotribalismo* já implica em um “presente vivido coletivamente” em *proxemia* – proximidade empática com um grupo de atores.⁴²⁶ Tal proximidade é fluida e dispersa, ou seja, não significando que os jovens permanecessem sendo *jovens atores*, o que, aliás, parece não ter ocorrido, com exceções de alguns deles que permanecem conosco em outros trabalhos. Acredito que a *representatividade* do que seja um ator também corresponde

⁴²² BOAL, Augusto. **A estética do oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009

⁴²³ KASTRUP, Virgínia. **A invenção de si e do mundo**. Uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

⁴²⁴ Idem, p. 205.

⁴²⁵ Ibid., p. 205.

⁴²⁶ MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998. p. 130.

a um *estereótipo* e neste sentido, negar tal *status* aos jovens, implicaria, em minha análise, negar-lhes também sua existência autônoma.

Assunto 21 - Construindo casas com os tijolos do muro

Algo me parece palpável, a necessidade de *acolhimento* e *cuidado*. Para isto me vali não só de meu relato, mas também procurei trazer experiências tão interessantes e esclarecedoras em seu *fazer comum*, tais quais o *Projeto Giração* e a *Casa do Zezinho*. Mesmo diferenciadas entre si, as duas ações apresentam a *escuta* como um de seus princípios. Entendo que a escuta e o conhecimento comum, gerado em uma comunidade em que, se sabe e admite-se o transpassar da emoção, trazem um diferencial ao trabalho com *jovens em situação de acolhimento e vínculo crônico com a rua*.

Na *Conversação do Grupo Focal III* – Policial, jovens e funcionária de *Unidade de Acolhimento* lancei uma proposta. Pedi a eles que montassem o que seria um *abrigo ideal*. Foram aproximadamente 60 minutos de discussão sobre o *abrigo*. Quis transplantar para este momento final de pesquisa o que ouvia de todos os lados no decorrer de minha trajetória. O grupo elegeu as seguintes condições para o levantamento do *abrigo dos sonhos*:

Conversação Grupo Focal III – Meninos, Policial e Funcionária

A gente queria uma casa que tivesse vinte quartos. Que cada um tivesse o seu quarto. A gente também queria uma piscina. Poder criar animais também. Ter um quintal grande com hortas etc. Sala de informática e sala de estudos. Poder levar amigos. Ter salão de festas e academia. Uma cozinha acessível, bem estruturada e se você não cumprisse regras você seria punido. A gente queria que tivesse cinco cuidadores pra cuidar de todo mundo. Uma sala de cinema pra finais de semana. A gente poder comprar nossas próprias roupas porque nem sempre eles compram do nosso gosto. No abrigo que eu morava era assim. Às vezes levava uma menina e ela escolhia a roupa do gosto dela, mas o gosto dela não é o mesmo da gente. A gente tinha que usar o que ela escolheu. Acho que a gente podia ter um celular, eles podiam dar um celular pra gente. E a gente podia ter a mesada, mas na verdade, se a gente precisasse da mesada, não sei... A minha opinião é que não ia precisar deles comprar nossas roupas, a gente ia comprar com a nossa mesada mesmo, porque senão ia ter que gastar muito... É. Eu acho que é isso.

Valendo-me das obras mais recentes de Maturana, caberia encerrar o trabalho aproximando *o cuidado, o acolhimento e autonomia* a uma rede de conversações *democráticas*. Todas as discussões e temas levantados nesta Dissertação possuem uma relação íntima e intensa com o que consideramos como *Democracia*. Creio que todas as rupturas e

obstáculos presenciados na pesquisa de campo corresponderam a uma reação pontual – não importa se positiva ou não –, a outra concepção de existência.

De forma geral, os obstáculos que surgiam em minhas trajetórias parecem ser provenientes de um *saber* pré-constituído. O *saber* sobre o tipo de jovens que frequentam estes abrigos configurava-se em torno dos *potenciais delinquentes que precisam ser disciplinados*, o que representava a tentativa de se exercer *poderes capilarizados* sobre os mesmos, ocasionando o distanciamento que destrói a possibilidade de se criar vínculo afetivo. Pelo menos, no campo das artes, pareceu-me inviável propor um trabalho artístico aos jovens sem permitir que eles me conhecessem como artista e pessoa disposta a ouvi-los e estar com eles. E por outro lado, nesta pesquisa, foi o campo das artes que revelou, como radiografia, a necessidade de abertura para o *prazer do vínculo* e o trabalho de cuidado mais específico e individualizado. O trabalho de cuidado é um trabalho de amor. O amor que direciona as relações sociais como defende Maturana.⁴²⁷

Diante deste outro tipo de proposta, mais interativa e horizontal, a questão passa a ser: *Como as instituições públicas reagiram às propostas de se formar uma comunidade emocional cujo funcionamento aproxima-se de estruturas horizontais e circulares, que implicam na troca de conhecimento inventado a partir das relações sociais?*

Com efeito, a democracia é uma ruptura na coerência das conversações patriarcais, embora não as negue de todo. Isso se torna evidente, por um lado, na longa luta histórica pela manutenção da instituição democrática- ou para estabelecê-la em novos lugares – contra o esforço recorrente pela reinstalação, em sua totalidade das conversações que constituem o Estado autoritário patriarcal.⁴²⁸

Não é minha proposta instaurar um ato em defesa da *Democracia*, pois isto seria redundante, já que *invenção, arte e mudança* pressupõe um movimento democrático. Apenas consto que este trabalho escrito, teve a oportunidade de se inventar em um momento peculiar em nosso País, onde as atmosferas de totalitarismo e fascismo ganharam maior evidência nas ruas e nos meios de comunicação midiáticos. Faço esta observação com o simples objetivo de mostrar as condições em que parte do trabalho foi produzida.

As práticas de se *Inventar um Teatro nos cantos dos abrigos* correspondem a um *revezamento de teorias democráticas*. Propiciar autonomia, autorresponsabilidade e

⁴²⁷ MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Organização Cristina Magro, Victor Paredes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

⁴²⁸ MATURANA, Humberto R.; VERDEN-ZOLLER, Gerda. **Amar e brincar: fundamentos esquecidos do humano**. São Paulo: Editora Palas Athenas, 2004.p. 91

autorreflexão aos jovens que tem constantemente suas vozes e corpos apagados *nos porões do autoritarismo* hierárquico, pautado em *saberes*, tornou em certos momentos da vivência, uma revolução democrática. Não há rebeldia ou mistério nisto. O Estatuto da Criança e do Adolescente, aprovado sob a égide constitucional, prevê a inclusão de jovens em situação de risco social como “sujeitos de direito”, tendo por base a cooperação entre Sociedade Civil e o Estado. O percurso de “sujeitos de direito” é também o mesmo percurso de “sujeitos de dever”. Deixá-los à margem, como se não tivesse a autonomia e a responsabilidade como elementos próprios de sua condição natural seria *bestializá-los* ou ainda *infantilizá-los*.

Ciente disso, enxergo que a própria pesquisa é um espaço *Democrático*, similar a um *ato declaratório*, prática reconhecida entre os gregos, os quais encontravam-se em praças públicas, para, a partir de *conversações*, perceberem que as questões comunitárias eram “legitimamente acessíveis ao exame de todos”.⁴²⁹

Conversações - Grupo Focal III – Meninos, Policial e Funcionária

Funcionária: Eu queria que a gente falasse como a polícia deveria agir...Eu não sei como a gente colocaria isso aqui...É educado?

Policial: Que não fosse agressivo né?

Funcionária: Pronto! Que não fosse agressivo...

Policial: Mas o que mais que vocês observam no policial? Por exemplo, o atendimento ser rápido, entendeu? Que eu pudesse chegar na delegacia e pudesse ser acolhido ali naquela Delegacia e não ser visto como bandido. Que muitas vezes você chega na Delegacia e os caras te olham torto. Nunca gostei disso...

Princesinha: Não matar as pessoas, porque eles não tem direito de tirar a vida de ninguém, assim como ninguém tem direito de tirar a vida de ninguém...

Menino maluquinho: Mas aí é a questão da defesa né?

Princesinha: Nem sempre!

Policial: Mas aí não matar já é uma prerrogativa. Você não tem que matar ninguém!

Funcionária: Mas eu acho que é legal falar, eu, eu ... “Não pode matar!”

Princesinha: Porque a gente vê no jornal: Tiro de policial mata não sei quem...

Policial: Mas esse “não matar” já é parte da lei cara: “Não matar” Então se eu falar: “Policial do futuro não é pra matar” Mas acontece que os que matam não é porque não tem a proibição de não matar. Ele é quem toma a decisão ou depende das circunstâncias que ele tá, entendeu?

Princesinha: Mas tem policial que mata e não acontece nada com o policial.

Se considerarmos então, a pesquisa como uma *ação democrática*, a proposta de se inventar um *Teatro nos cantos dos abrigos* parece conter características *matrísticas*,⁴³⁰ pois

⁴²⁹ Idem, p. 87.

⁴³⁰ Ibid.

sua realização pressupôs terrenos onde havia “coexistência comunitária”, e afastamento gradual de “conversações autoritárias e hierárquicas”.⁴³¹

Ao me deparar com as propostas da *Casa do Zezinho* e também do *Projeto Giração*, inegável presença na história do surgimento da *UNIDADE*, vislumbrei uma maior garantia de que as atividades artísticas pudessem acontecer atendendo o ritmo e o perfil dos jovens que passaram a construir seus lares e trajetórias nas ruas e abrigos. Eles almejam *liberar-se*, não importa se este conceito seja utópico, pois presenciei eles almejem algo diferente do que *estão sendo*.

Estes arrazoados não são taxativos e conclusivos, mas *achados* da pesquisa e que parecem sincronizar-se com o aporte teórico deste trabalho, em que cabe a nós, organismos vivos, em processo de constante *autopoiesis* – *autocriação*, inventarmos para continuar existindo e conhecendo, e por isso, conhecendo e vivendo, movimento cíclico, como observou Maturana. Se os jovens *inventam* estados de *identificação* como delinquentes e marginais, por que não podem inventar outras formas de existir? Algo os impede? O que seria este algo? Sendo autônomos não poderia ser verdade que este algo os impediria. Porém, se considerarmos uma relação em que um e outro criam-se com base nas interações e agenciamentos realizados, podemos trazer para a dimensão da utilidade: para quem servem os jovens neste patamar de invenção delituosa? Não significa também reduzir isto à ideia simplista de que *o meio influencia os jovens*, ou ainda, *os jovens influenciam o meio*. Como foi discutido, os *acoplamentos* realizados entre meio e organismo são naturais e biológicos, sendo questão de sobrevivência a ocorrência de frequentes perturbações e transformações em congruência.

Concordo quando ouço falar que nossas instituições públicas encontram-se falidas e que os serviços de *acolhimento institucional* se transformaram em reservatórios de coisas, mas discordo em apontar uma *culpa irreal* ao *sistema*. Existem sistemas e relações entre vivos, e de acordo com a *Biologia do Conhecer* pessoas vivas inventam como uma condição de sobrevivência. Em uma das reuniões com servidores da SEDESTMIDH usei um argumento bastante sensível: “eu vi os olhos dos meninos brilharem”.

Como venho ponderando, não posso afirmar que sejam resilientes ou autônomos, mas negar-lhes, ao menos escolher tais possibilidades, acredito que seja um retrocesso. Reformas podem ser realizadas, mas, como acentuou Deleuze a Foucault, na conversa já referenciada, não passam de “hipocrisia e estupidez”,⁴³² pois a teoria, por não ser totalitária como é o poder,

⁴³¹ Idem, 2004, p. 89.

⁴³² FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.

ao penetrar em certa localidade se choca com a impossibilidade de realizar-se na prática gerando uma explosão “em um ponto totalmente diferente”. Assim enxerguei as tentativas de se manter uma prática artística autônoma e com outra proposta de organização no contexto institucional, bem como as propostas de uma gestão participativa e cooperativa entre Sociedade Civil e Estado, como ocorreu com a inauguração do *Projeto Giração*, do qual originou a *UNIDADE*.

Volto a insistir que trago estas questões não como solução a problemas, pois isto trairia todo arcabouço teórico-prático e prático-teórico que teci durante esta pesquisa. Além disso, reconheço as limitações de minhas observações, pois como observadora e interventora, o relato da experiência é pautado em *minhas prévias experiências e também invenção nos cantos e becos de abrigos durante os aproximados oitocentos e cinquenta dias de vivência*. Neste sentido, incluo a perspectiva de Foucault onde a história observada em sua descontinuidade abre-se às genealogias ativando “saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro”.⁴³³

A rua é lugar de conhecimento, não sendo “em si” um lugar ruim. Pelo menos não deveria ser. Na rua você descobre cores, sabores, pessoas diferentes. Há nela o inusitado, a surpresa, o desconhecido. Cada vez que fechamos as portas de nossas casas deixamos um mundo para trás e passamos a criar nossos outros mundos. Pela arte, permito-me enxergar esta possibilidade de invenção continuada. Acredito que com os jovens, e alguns servidores, dia a dia durante as oficinas, inventamos uma forma de ser e por isso conhecemos mais sobre nós e sobre o outro.

Até mesmo técnicas e formatos estruturados como o Teatro do Oprimido eram reinventados pelos jovens em nosso cotidiano. Caso não houvesse tais aberturas, a arte não seria arte, mas sim, instituição. Instituições têm suas regras, formatos, hierarquias. Há também práticas teatrais com regras e hierarquias, mas no caso desta experiência, percebi que a adesão dos jovens às nossas regras – porque elas existiam, estava pautada minimamente na aceitação mútua, pois aquelas *eram as regras do grupo*, assim como ocorreu à Tia Eli e sua condução no *Projeto Giração*. Para chegar a um espetáculo fizemos toda uma volta e criamos um círculo *autopoietico*. Não há outro “Meninos da Guerra”, ele foi e sempre será... É volátil, mas perdura, em um tempo não cronológico, mas recorrente na memória e também nos meios midiáticos – *internet*.

⁴³³ Idem, p. 171.

Pensar nas instituições, na culpabilidade, na punibilidade, no crime, no ato infracional, nas leis, nas normas e Estatutos com um olhar também artístico, é diferente, pois o artista me parece mais afeito a revelar a emoção *por trás* da razão do que escondê-la. O *artístico* e o *inventivo* conseguem ocupar aquele momento fugaz, em que enxergamos pessoas ao invés de instituições. Havendo pessoas, haverá razão, mas como menciona Maturana, há *emocionar*. Havendo pessoas, haverá o *cuidado*, não *taylorizado*.

O que me arremessou ao campo de trabalho com *jovens de abrigo* foi justamente o meu inconformismo com o meu próprio trabalho. Eu sabia que podia mais como policial, atriz e *ser viva*. Se me considero em uma rede de relações, não pretendo seguir isolada, com medo de andar nas ruas, guiada pela mídia que exerce o temor, proferindo “julgamentos moralizantes” pautados em estigmas, que cada vez mais nos separam. Dois casos aqui são evidentes: quando *a polícia* comete crimes e quando o jovem *em situação de risco* comete crime. Os dois se igualam em termos de estigmatização: o humano é ignorado.

Não ousou tratar esta pesquisa como um trabalho de teatro, mas é sobre um teatro. Tampouco um trabalho de Polícia, mas uma possibilidade de pensar sobre policiamento. Não é também um trabalho escrito por uma policial, uma atriz, uma professora de teatro, uma identidade. Talvez seja o trabalho escrito por uma *identificação como pesquisadora* que, neste momento, afastada da convivência com *jovens em situação de risco* e da *própria atividade fim repressiva da polícia*, pôde refletir sobre sua experiência, constituindo inclusive o(s) seu(s) “eu(s)” dissolvidos em *virtualidades de si*, que emergem e submergem com a prática cotidiana. Deve por isso, escrever e refletir com autonomia, ética e consciência.

O fato de permitir que a sensibilidade tenha permeado a escrita não implica fazer deste trabalho um diário pessoal. Os apontamentos e reflexões procuraram se delinear dentro de uma epistemologia complexa, onde a construção do conhecer não está diferenciada do viver, ou pelo menos, assim se pretendeu com esta pesquisa eminentemente interventiva e sua pretensão *não realizada*, muito embora, *realizável* de se constituir em um *Estatuto Consuetudinário de uma Comunidade Emocional*.

Assunto último... - Grafitar muros é preciso

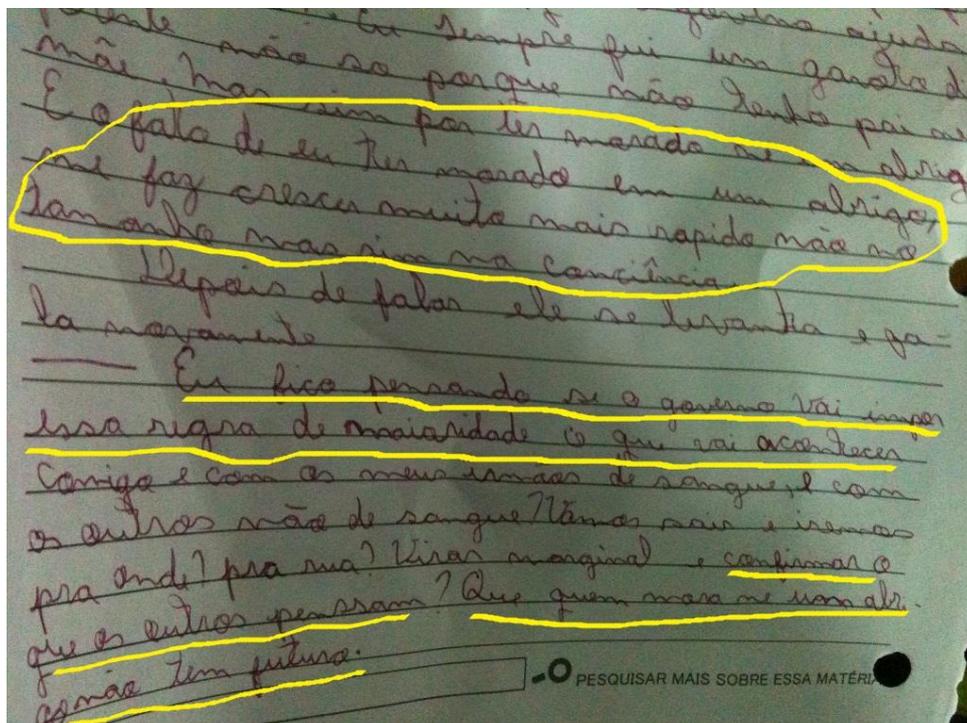
Os mesmos muros que nos dividem podem servir como tela para pintarmos nossas histórias. A Lei nº 12.408, de 25 de maio de 2011, sancionada pela presidenta Dilma Rousseff, *descriminalizou o ator de grafitar*. O grafite, esta arte de rua – esta arte “escrita de carvão de *conversações em conversações*”, que vinha sendo marginalizada, abre espaços em muros, mas ainda, na prática não é sempre bem quista.⁴³⁴

Assim enxergo: há muros, vamos grafitá-los, vamos ser inventivos e atuar onde há um buraco, um prédio, um muro acinzentado. Consigo enxergar projetos onde haja Sociedade Civil e o Estado atuando juntos, como ocorreu no *Projeto Giração* e como ocorre na *Casa do Zezinho*. Acredito que o Estado não deva se omitir de suas políticas públicas: ele deve estar presente provendo o básico: comer, beber, vestir e morar. Além disso, a atividade de *cuidado* deve ser profissionalizada e entendida de forma técnica. Que tipo de cuidadores queremos? Tia Eli havia me questionado sobre o concurso para admissão de policiais. São várias etapas, vários testes. Por que não há o mesmo com cuidadores? Concordo com ela: o requisito de estar disponível para acompanhar o jovem e orientá-lo de forma a não invadir sua autonomia e autorresponsabilidade é imprescindível para sua existência saudável.

Quando enxergo a *Casa do Zezinho* vejo aberturas nas muralhas e os muros da casa do Zezinho são coloridos, grafitados. Por que não fazer isto às unidades de acolhimento? Por que não direcionar os projetos de arte, cultura e paz nas escolas para estes cantos e becos que todos nós insistimos em não enxergar? Os jovens e as jovens que conheci querem se envolver e por isso insistem em *nos chamar a atenção de outra forma*. Nossa intuição nos guiou até o palco e eles criaram um espaço, onde também chamaram atenção, de uma forma artística e sensível, independente do juízo de gosto e da análise crítica quanto à estética que adotamos. Compreender e aceitar parece ser a primeira etapa do acolhimento e também da arte do teatro e seus improvisos. O trabalho de cuidado, tal como o artístico é um trabalho sensível e meticuloso e gera *Segurança Emocional*, a mesma que mais tarde, quando ocorrem crimes e ocorrências policiais iremos chamar de *Segurança Pública*.

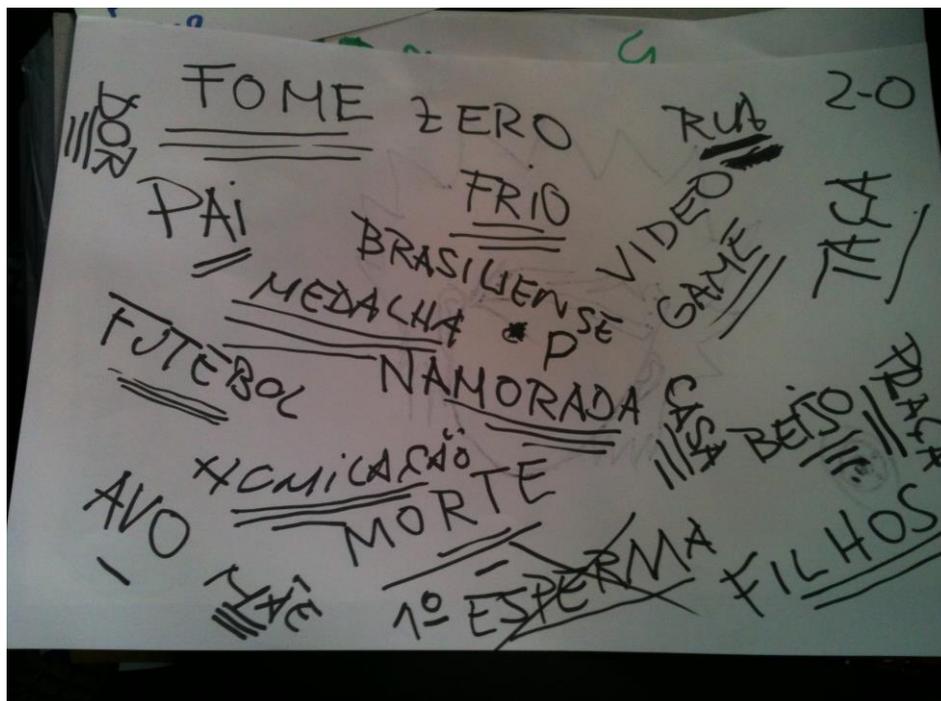
⁴³⁴ Neste sentido, o trabalho dos gêmeos Gustavo e Otávio Pandolfo são importante referência quanto à revitalização de espaços e comunicação entre arte e rua. Disponível em: <<http://www.osgêmeos.com.br/pt>>. Acesso em: 30 jul. 2016. Além disso, há projetos como dos Jovens Urbanos – Fundação Itaú, que já realizaram oficinas de Grafite na Casa do Zezinho – Oficina Jardim Grafite. Disponível em: <<http://www.cenpec.org.br/projetos/programa-jovens-urbanos/>>. Acesso em> 30 jul. 2016.

FIGURA 46 – O trecho que o *Menino Maluquinho* escreveu na época em que conversamos sobre as propostas do Congresso Nacional em reduzir a maior idade penal. (grifo da autora)



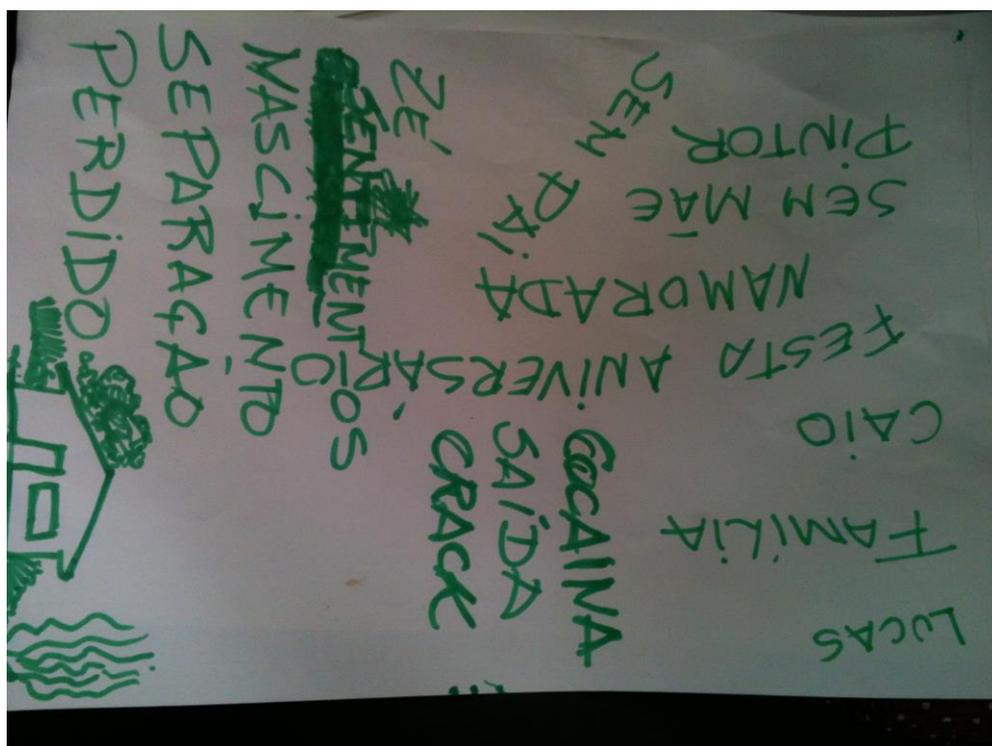
Fonte: Carta de *Menino Maluquinho* durante o processo de *Meninos da Guerra* (2015).

Figura 47 – Jogo durante a Oficina – *Minha vida nas ruas* (palavras que ficaram) – Grupo I



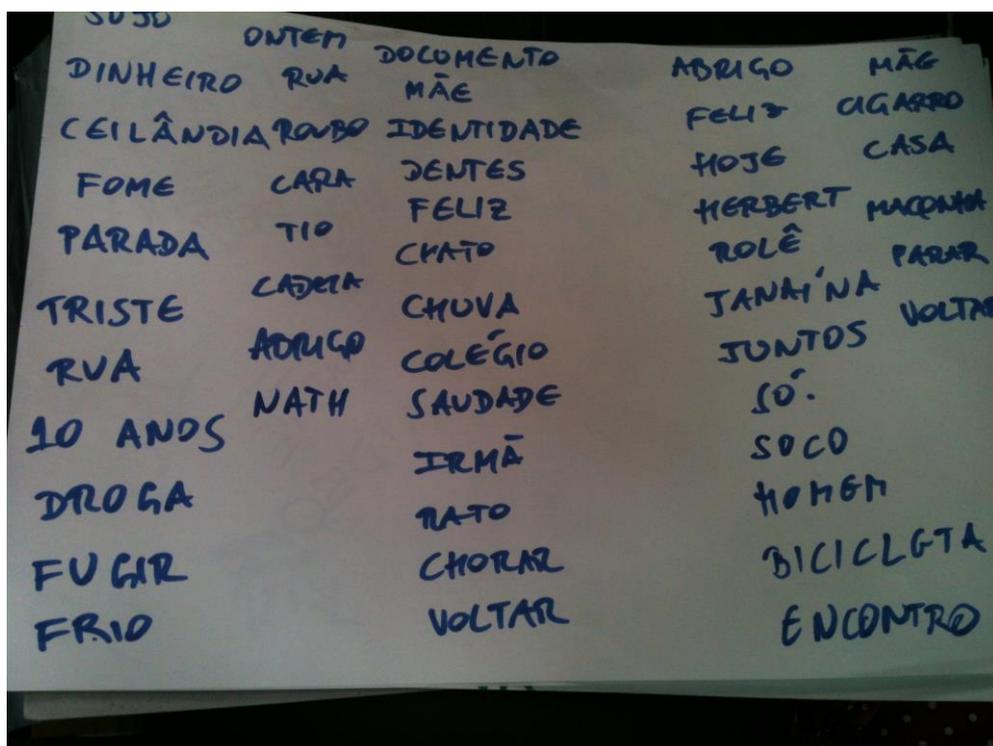
Fonte: Elaboração própria.

Figura 48 – Jogo durante a Oficina – *Minha vida nas ruas* (palavras que ficaram) – Grupo II



Fonte: Elaboração própria

Figura 49 – Jogo durante a Oficina – *Minha vida nas ruas* (palavras que ficaram) – G III



Fonte: Elaboração própria

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam et al. **Violências nas escolas**. Brasília: UNESCO Brasil, 2002a. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001339/133967por.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

_____. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas** Brasília : Unesco, BID, 2002b.

ADORNO, Sérgio. Criança: a lei e a cidadania. In: RIZZINI, Irene et al. **A criança no Brasil hoje: desafio para o terceiro milênio**. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1993, p. 103-111.

ALMEIDA, Tatiane da Costa. **Quero morrer do meu próprio veneno: representações sociais da polícia e do suicídio entre os alunos dos cursos de formação profissional da academia nacional de polícia** Dissertação (Mestrado) – Lisboa: ISCTE-IUL, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10071/6761>>.

ALVES, Silvio Benedito. **Polícia comunitária e troca de experiências**. Disponível em: <<http://goo.gl/EawqC9>>. Acesso em: 14 out. 2008.

AMADOR, Fernanda Spanier. **Violência policial: verso e reverso do sofrimento**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

ANTUNES, Celso. **Pedagogia do cuidado: um modelo de educação social**. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

BACHELARD, Gaston. **Os pensadores**. A poética do espaço. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2011.

BECKER, Daniel. **O que é adolescência**. 13. ed. São Paulo: Editora brasiliense, 1994.

BEIGUI, Alex. Performances da escrita. Aletria: **Revista de Estudos de Literatura**, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 27-36, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/ct9wZV>>. Acesso em: maio 2015.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BOAL, Augusto. **Jogos para atores e não-atores**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____. **O arco-íris do desejo: o método Boal de teatro e terapia.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **A estética do oprimido.** Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.

_____. **Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas.** 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O conhecimento comum: introdução à sociologia compreensiva.** Tradução Aluizio Ramos Trinta. Porto Alegre: Sulina, 2010, p. 326.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1988. Disponível em: <<http://goo.gl/wUgZP>>.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, 16 set. 1990. Disponível em: <<http://goo.gl/NSaUs>>. Acesso em: 24 out. 2014.

_____. Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, 27 fev. 1998. Disponível em: <<http://goo.gl/uPLqKN>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

CARLSON, M. **Performance: uma introdução crítica.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

CASTRO, M. G; ABRAMOVAY, M. Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. **Cadernos de Pesquisa,** n. 116, p. 143-176, jul. 2002. Disponível em: <<http://goo.gl/Tb6l9Y>>. Acesso em: 2 maio 2014.

CHEVALIER, Jean. **Dicionário de símbolos: (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números).** 22. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

CRUZ, Maria do Carmo Cordeiro; FIALHO, Maria Teresa. A caixa de areia: técnica projectiva e método terapêutico. **Análise Psicologia,** v. 2, n. 26, p. 231-241, 1998. Disponível em: <<http://goo.gl/8U3rD4>>. Acesso em: 24 out. 2014.

CYRULNIK, Boris. **Os patinhos feios.** São Paulo: Martins Fontes, 2004.

DASSI, Tatiana. **É, vida loka irmão: moralidades entre jovens cumprindo medidas socioeducativas.** 2010. 174 fl. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

DIGIÁCOMO, Murillo José; DIGIÁCOMO, Amorim Ildeara. **Estatuto da Criança e do Adolescente anotado e interpretado.** 6. ed. Curitiba: Ministério Público do Estado do Paraná. Centro de Apoio das Promotorias da Criança e do Adolescente, 2013. p. 147. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/caopca/eca_annotado_2013_6ed.pdf>.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo.** São Paulo: Editora Atlas, 2014.

ESPINOZA, Baruch. **Pensamentos metafísicos; Tratado da correção do intelecto; Tratado político; Correspondência**. Tradução Marilena de Souza Chauí [et al.]. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Disponível em: <<http://goo.gl/5S9G8b>>.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Desafios de cuidar em Serviço Social: uma perspectiva crítica**. Revista Katálysis. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. UFSC. Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 83-91, 2013.

FAVRET-SAADA. J. Ser afetado. Tradução Paula de Siqueira Lopes. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 13, p. 155-161, 2005. Disponível em: <<http://goo.gl/GlurD2>>.

FERRACINI, Renato. **Ensaio de atuação**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

FERREIRA, Rosa Maria Fischer. **Meninos da rua**. São Paulo: CJP. 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

_____. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.

_____. **A ordem do discurso**. Aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 23. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1974.

_____. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

_____. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política**. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

GRILLO, Carolina Christoph. **Coisas da Vida no Crime: Tráfico e roubo em favelas cariocas**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2013. 280 p.

GROTOWSKI, Jerzy. **Em busca de um teatro pobre**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 1971.

HABERMANN, Josiane Conceição Beatrice. **As normas da ABNT em trabalhos acadêmicos: TCC, Dissertação e Tese.** São Paulo: Globus Editora, 2009.

HOMMERDING, Adalberto Narciso; LYRA, José Francisco Dias da Costa. **Racionalidade das leis penais e legislação penal simbólica.** Rio de Janeiro: GZ, 2014.

ICLE, Gilberto. **O ator como xamã.** São Paulo: Perspectiva, 2006.

_____. **Estudo da presença:** prolegômenos para a pesquisa das práticas performativas. *Revista Brasileira de Estudos da Presença*. Porto Alegre, v.1, n.1, p. 09-27, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/presenca>>.

ICLE, Gilberto; MAFFESOLI, Michel. Pesquisa como conhecimento compartilhado. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 521-532, maio/ago. 2011. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade>.

KAFKA, Franz. **O processo.** 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

KALIGRAFIA MALDITA. Direção: Rafael Moura. Produção: Fundo de Apoio à Cultura do DF. 2014. 1DVD (23 min), color.

KAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação.** São Paulo: Cultrix, 1982.

KASTRUP, Virgínia. A aprendizagem da atenção na cognição inventiva. **Psicologia & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 7-16, set./dez. 2004. Disponível em: <<http://goo.gl/jnNbTF>>.

_____. **A invenção de si e do mundo.** Uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

KASTRUP, Virgínia; PASSOS, Eduardo. Cartografar é traçar um plano comum. *Fractal. Revista de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, maio/ago. 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/FgyQvl>>.

KASTRUP, Virgínia; TEDESCO, Silvia; PASSOS, Eduardo. **Políticas da Cognição.** Rio de Janeiro: Editora Sulina, 2008.

KINCHELOE, Joe L.; BERRY, Kathleen S. **Pesquisa em educação:** conceituando a bricolagem. Tradução Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2007.

KOLLER, Sílvia Helena; HUTZ, Claudio Simon. Meninos e meninas em situação de rua: Dinâmica, diversidade e definição. In: KOLLER, Sílvia Helena (Org.). **Aplicações da Psicologia na melhoria da qualidade de vida.** Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia, 1996. (Coletâneas da Anpepp n. 12, p. 11-34). Disponível em: <<http://goo.gl/boMy9T>>. Acesso em: 1º nov. 2014.

KOUDELA, Ingrid Dormien; SANTANA, Arão Paranaguá de. Abordagens metodológicas do teatro na educação. In: CARREIRA, André (Org.). **Metodologias de pesquisa em artes cênicas.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 63. (Memória ABRACE IX).

MACHADO, Roberto. Introdução. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.

MAFFESOLI, Michel. **A sombra de Dionísio**. Contribuição a uma Sociologia da Orgia. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. **A contemplação do mundo**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.

_____. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

_____. **A parte do diabo: resumo da subversão pós-moderna**. Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. **Elogio da razão sensível**. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. **O conhecimento comum: introdução à sociologia compreensiva**. Tradução Aluizio Ramos Trinta. Porto Alegre: Sulina, 2010.

MARCINEIRO, N.; PACHECO, G. C. **Polícia comunitária: evoluindo para a polícia do século XXI**. Florianópolis: Insular, 2005.

MATSUMOTO, Roberta Kumasaka. Sentidos do corpo em cena. In: CONGRESSO DA ABRACE, 8., 2014, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas, 2014. Disponível em: <<http://goo.gl/QtpZKf>>.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas do conhecimento humano**. Campinas: Ed. Psy, 1995.

_____. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Organização Cristina Magro, Victor Paredes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

MATURANA, Humberto R.; VERDEN-ZOLLER, Gerda. **Amar e brincar fundamentos esquecidos do humano**. São Paulo: Editora Palas Athenas, 2004.

MENINOS DA GUERRA. Direção: Carlos Laredo. Produção: Intermedia Caliandra e La Casa Incierta. 2015. (80 min), color. Disponível em: <<https://goo.gl/2XHXXM>>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, mar. 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/qdyQeN>>. Acesso em: 2 abr. 2016.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural. **DOSSIÊ: inventário para registro e salvaguarda da capoeira como patrimônio cultural do Brasil**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://goo.gl/f1dFNd>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária**. 5. ed. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2013.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. **Pacto para construção do fluxo para o acolhimento institucional de crianças e adolescentes**. 1. ed. Brasília: MPDFT, nov. 2015.

NOGUEIRA, Márcia Pompeo. **Teatro com meninos e meninas de ruas**: nos caminhos do grupo Ventoforte. São Paulo: Perspectiva, 2008.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de processo penal comentado**. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

PÁDUA, Andréia Isabel de. **A invisibilidade das crianças e adolescentes em situação de rua**: um estudo sobre a realidade do Distrito Federal. 2014. 61 fl. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade de Brasília/SER/IH, Brasília, 2014.

PAULON, Simone Mainieri; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Pesquisa – Intervenção e Cartografia: melindres e meandros metodológicos. **Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 85-102, 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/qzvCxF>>.

PAVIS, Patrice. **Dicionário de teatro**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

PELLANDA, Nize Maria Campos. **Maturana & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009 – Coleção Pensadores & Educação.

PENNA, Sérgio F. P. de O. **Técnica legislativa**: orientação para a padronização. Brasília: Senado Federal; Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2002.

PICHON–RIVIÈRE, Enrique. **A teoria do vínculo**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

PORTO, Maria Stela Grossi. Polícia e violência: representações sociais de elites policiais do Distrito Federal. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA, 11., 2003, Campinas. **Anais...** Campinas: São Paulo em Perspectiva, 2003, p. 132-141.

RANGEL, Paulo. **A redução da menor idade penal**: avanço ou retrocesso social? São Paulo: Atlas, 2016.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

RIZZINI, Irene. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil**: Percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **A infância perigosa (ou “em perigo de o ser...”)**. Idéias e práticas correntes no Brasil na passagem do século XIX para o XX. Rio de Janeiro: Ciespi, 2005.

RODA DOS MUNDOS E DAS COISAS. Direção: Lívia Fernandez. Produção: Intermedia Caliandra. Fotografia: Rafael Moura. 2014. 1DVD (90 min), son., color.

ROSO, Adriane; ROMANINI, Moisés. Empoderamento individual, empoderamento comunitário e conscientização: um ensaio teórico. **Revista Psicologia e Saber Social – UERJ**, v. 3, n. 1, p. 83-95, 2014. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:wCtw06XCWUIJ:www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-abersocial/article/download/12203/9505+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 20 set. 2015.

SABOTAGE NÓS. Direção: Guilherme Xavier Ribeiro. MTV; GuardaChuva, 2013. (70min). Disponível em: <<https://goo.gl/SIdn49>>.

SANDER, Lucia V. **Susan e eu: ensaios críticos e autocríticos sobre o teatro de Susan Glaspell**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

SAWAIA, Bader. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. São Paulo: Vozes, 2004.

SILVA, Diego Vieira. “**É enxugar gelo**”: o cuidado de crianças e adolescentes em uma unidade de acolhimento do Distrito Federal. 2013. 113 fl. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SILVA, Enid Rocha Andrade da (Coord.). **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: IPEA/Conanda, 2004.

SORIA BATISTA, Analía. Estado e controle nas prisões. **Caderno CRH**, Salvador, v. 22, n. 56, p. 399-410, maio/ago. 2009.

_____. Intimidade e mercado: o cuidado de idosos em instituições de longa permanência. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 26, n. 1, abr. 2011.

SPOLIN, Viola. **Improvisação para o teatro**. Tradução e revisão Indgrid Dormien Koudela e Eduardo José de Almeida Amos. São Paulo: Perspectiva, 2010.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUZ, Bonnie. **Policiamento comunitário: como começar**. Tradução Mina Seinfeld de Carakushansky. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1994.

TURNER, Victor. **Floresta de símbolos: aspectos do ritual Ndembu**. Rio de Janeiro: Niterói, 2005.

WARAT, Luís Alberto. **Manifesto do Surrealismo Jurídico**. São Paulo: Editora Acadêmica, 1988, p. 77.

WILLIAMS, James. **Pós-Estruturalismo. Tradução de Caio Liudvig**. Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 2012.

LIVRO VI – APÊNDICE

Das Conversas

Conversação I – Grupo Focal I: Servidores da SEDESTMIDH/DF

Conversação II – Grupo Focal II: Policiais

Conversação III – Grupo Focal III: Meninos, Policial e uma funcionária

Conversação IV – Tia Eli e o Projeto Giração

LIVRO VII – ANEXO

Das Provas e Indícios

ANEXO A – Dos Documentos

Documento 1 – Declaração de Interesse – Oficinas UNIDADE

Documento 2 – A sentença do juiz – filme Kaligrafia Maldita

Documento 3 – Termo de Compromisso com a Polícia Civil

ANEXO B – Dos vídeos (trechos)

Vídeo 1 – Jana Cabana

Vídeo 2 – Luta Invisível

Vídeo 3 – Polícia e Ladrão

Vídeo 4 – A Roda dos Mundos e das Coisas – (2014) – trecho

Vídeo 5 – Kaligrafia Maldita – o filme

Vídeo 6 – O set de filmagem do filme Kaligrafia Maldita – trecho

Vídeo 7 – A máquina do amor

Vídeo 8 – O ritual de velas de Carlos e os Meninos

Vídeo 9 – O primeiro ensaio no Teatro - em Meninos da Guerra